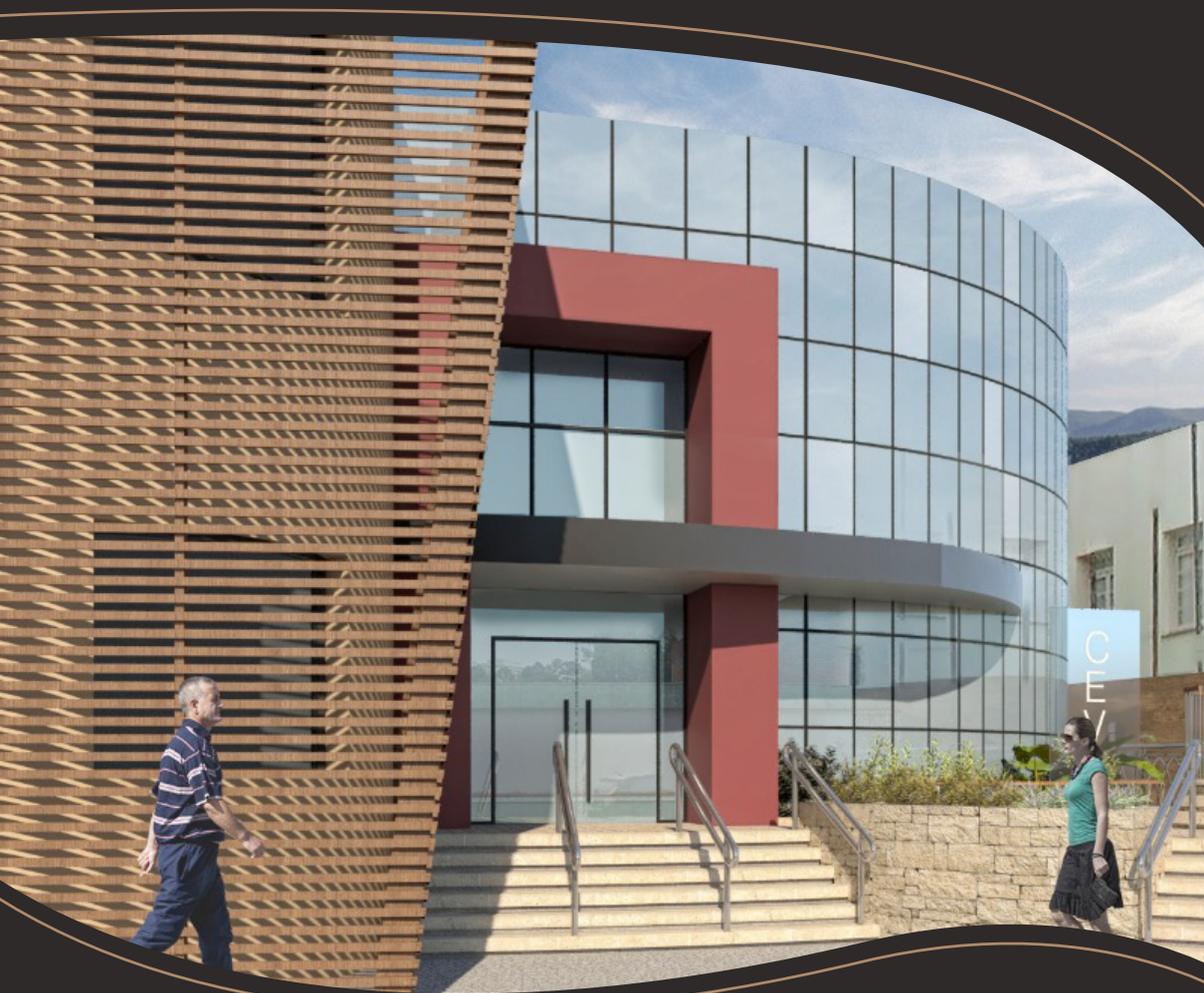


JULIANA APARECIDA BIASI

Organizadora

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO EM ARQUITETURA E URBANISMO



editora
unoesc

Editora Unoesc

Coordenação

Tiago de Matia

Agente administrativa: Simone Dal Moro
Revisão metodológica: Carlos Libman
Capa: Saimon Vasconcellos Guedes
Projeto Gráfico: Saimon Vasconcellos Guedes
Diagramação: Saimon Vasconcellos Guedes

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

T758 Trabalhos de conclusão do Curso em Arquitetura e Urbanismo / Juliana Aparecida Biasi, organizadora. – Joaçaba: Editora Unoesc, 2023.
308 p. : il.

ISBN e-book: 978-85-98084-29-9
Inclui bibliografia

1. Arquitetura e sociedade. 2. Cidades e vilas. 3. Planejamento urbano. I. Biasi, Juliana Aparecida, (org.).

CDD 720

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da Unoesc de Joaçaba

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

Reitor

Ricardo Antonio De Marco

Vice-reitores de Campi

Campus de Chapecó

Carlos Eduardo Carvalho

Campus de São Miguel do Oeste

Vitor Carlos D'Agostini

Campus de Videira

Carla Fabiana Cazella

Campus de Xanxerê

Genesio Téó

Pró-reitora de Ensino

Lindamir Secchi Gadler

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-

Graduação, Extensão e Inovação

Kurt Schneider

Diretor Executivo

Jarlei Sartori

Conselho Editorial

Tiago de Matia

Sandra Fachineto

Aline Pertile Remor

Lisandra Antunes de Oliveira

Marilda Pasqual Schneider

Claudio Luiz Orço

Ieda Margarete Oro

Silvio Santos Junior

Carlos Luiz Strapazzon

Wilson Antônio Steinmetz

César Milton Baratto

Marconi Januário

Marcieli Maccari

Daniele Cristine Beuron

A revisão linguística é de responsabilidade dos autores

SUMÁRIO

Prefácio	5
CAMINHABILIDADE EM FRAIBURGO – SC: UMA ANÁLISE DE VIAS DA ÁREA CENTRAL	7
Maria Eduarda Kroetz Fernandes Andrade, Juliana Aparecida Biasi, Inara Pagnussat Camara	
IMPLANTAÇÃO DE UM MERCADO PÚBLICO PARA A REVITALIZAÇÃO DO ANTIGO TERMINAL RODOVIÁRIO DE JOAÇABA (SC).....	31
Maria Fernanda Dresch Beal, Juliana Aparecida Biasi, Jeferson Eduardo Suckow	
ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UM MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL NA CIDADE DE TREZE TÍLIAS – SC	45
Laismara Hofstatter Falchetti, Juliana Aparecida Biasi, Jeferson Eduardo Suckow	
CENTRO CULTURAL: UMA PROPOSTA PARA VIDEIRA – SC	67
Thailine Andrioni Sasso, Juliana Aparecida Biasi, Jeferson Eduardo Suckow	
CASA DA MÚSICA: A RELEVÂNCIA DE UM CENTRO DE CULTURA MUSICAL PARA CAÇADOR/SC	89
Diego Lemos, Inara Pagnussat Camara, Jeferson Eduardo Suckow, Tatiana Bruna Fabian	
PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS VITÓRIA EM VIDEIRA - SC	123
Marco Antonio Guzzi, Juliana Aparecida Biasi, Tulainy Parisotto, Jeferson Eduardo Suckow	
ANÁLISE DO ENTORNO E EDIFICAÇÃO PARA REVITALIZAÇÃO DA ANTIGA CASA DO ADMINISTRADO DA EPAGRI – VIDEIRA (SC)	141
Maurício Dos Santos Ozório, Juliana Aparecida Biasi, Jeferson Eduardo Suckow, Tulainy Parisotto	
ANÁLISE DO PATRIMÔNIO CULTURAL VINCULADO AS PRAÇAS PÚBLICAS DE MAJOR VIEIRA (SC).....	155
Merilena Alves de Lima Bueno, Juliana Aparecida Biasi, Jeferson Eduardo Suckow	

PRESERVAR A MEMÓRIA CULTURAL ATRAVÉS DA RECREAÇÃO:
PROPOSTA PARA NOVA SEDE DO MUSEU COMUNITÁRIO DE
IOMERÊ/SC 203

Stéfani Amanda Ansiliero, Tulainy Parisotto, Tatiana Bruna Fabian, Jeferson Eduardo Suckow

CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ESPAÇO DE REFERÊNCIA AO
ENSINO, LAZER E CONSCIENTIZAÇÃO EM VIDEIRA/SC..... 223

Tatiana Bruna Fabian, Tulainy Parisotto, Jeferson Eduardo Suckow, Juliana Aparecida Biasi

O HOTEL FAZENDA AS POTENCIALIDADES ARQUITETÔNICAS COMO
FORMA DE VALORIZAR O TURISMO EM ARROIO TRINTA – SC..... 243

Larissa Correa, Tulainy Parisotto, Juliana Aparecida Biasi, Jeferson Eduardo Suckow

ANÁLISE DE PATRIMÔNIO CULTURAL E INDUSTRIAL COM POTENCIAL
TURÍSTICO NA CIDADE DE VIDEIRA (SC)..... 265

Lara Lima Felisberto, Juliana Aparecida Biasi

ADOÇÃO DE TIPOLOGIAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL
COM MODULAÇÃO FLEXÍVEL PARA O MUNICÍPIO DE VIDEIRA – SC..... 281

Robson Rodrigues da Conceição, Tulainy Parisotto, Jeferson Eduardo Suckow,
Juliana Aparecida Biasi, Inara Pagnussat Camara, Alysson Luiz Del Re

NOVA EDIFICAÇÃO DO CAPS II PARA A CIDADE DE CAÇADOR SC 297

Pauline Zanotti Pares, Jeferson Eduardo Suckow, Tulainy Parisotto,
Juliana Aparecida Biasi, Inara Pagnussat Camara

PREFÁCIO

É com grande satisfação que apresentamos a coletânea de artigos desenvolvidos a partir dos Trabalhos de Conclusão de Curso dos nossos acadêmicos, com trabalhos desenvolvidos desde o ano de 2016 até o ano de 2021.

Afinal, fazer um trabalho final de graduação é um grande desafio, que exige extensa pesquisa, por que não facilitar o acesso aos trabalhos produzidos?

Esperamos que a divulgação desses estudos auxilie na disseminação do conhecimento técnico científico adquirido pelos nossos discentes, auxiliando o estudante de arquitetura e urbanismo de qualquer instituição ao fácil acesso às metodologias utilizadas para a análise de diversos temas de trabalhos em arquitetura e urbanismo, com o objetivo de que também possa aplicar em seu desenvolvimento acadêmico e de Trabalho de Conclusão de Curso.

Os artigos abrangem estudos de urbanismo, mais especificamente em caminhabilidade, pesquisas de campo para o entendimento dos assuntos abordados, revitalizações de espaços já existentes e de projeto de projeto de arquitetura nas áreas de comércio, cultura, lazer, turismo e saúde.

Esperamos que façam uma excelente leitura!

CAMINHABILIDADE EM FRAIBURGO – SC: UMA ANÁLISE DE VIAS DA ÁREA CENTRAL

Maria Eduarda Kroetz Fernandes Andrade¹
Juliana Aparecida Biasi²
Inara Pagnussat Camara³

Resumo: O estudo tem como objetivo desenvolver a análise de caminhabilidade, em três vias de maior fluxo de pedestres e veículos, na área central do município de Fraiburgo em Santa Catarina. Esta pesquisa buscou identificar indicadores insuficientes para futura proposta de melhorias nessas ruas. A metodologia utilizada foi a ferramenta iCam 2.0, desenvolvida pelo Instituto de Políticas de Transportes e Desenvolvimento. Para tanto, foi realizada coleta de dados quantitativos, conforme categorias e indicadores propostos no método iCam. Observou-se que o índice das categorias de atração, mobilidade e segurança pública apresentaram-se insuficientes na maioria das vias analisadas, enquanto as categorias de calçadas, segurança viária e ambiente obtiveram pontuação suficiente. Todas as vias analisadas obtiveram pontuação final suficiente do índice de caminhabilidade.

Palavras-chave: Mobilidade Urbana. Transporte não motorizado. Sustentabilidade Urbana. Pedestre.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento desordenado das cidades, a centralização dos serviços, empregos, e a falta de planejamento dos municípios acarretam inúmeros problemas, dentre eles a ineficiência da mobilidade urbana e descostume do uso do meio de transporte mais simples e mais saudável: caminhar. Automóveis

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: mariaeduardakroetz@gmail.com.

² Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br.

³ Universidade de Lisboa – Faculdade de Arquitetura de Lisboa. E-mail: inara@edu.ulisboa.pt.

ganham mais espaço que os próprios pedestres. Por mais que suas definições pareçam simples, andar e caminhar possuem diferentes acepções. Andar tem como definição deslocamento no espaço físico; já caminhar é algo que se faz por algum objetivo, ou em tempo estimado, como ir ao trabalho e fazer compras no comércio.

Com a revolução industrial e o avanço da tecnologia automobilística, as cidades cresceram numa proporção enorme. O modelo de infraestrutura para a mobilidade utilizado atualmente em vias e calçadas nas cidades contemporâneas é um modelo de cidade pensada para o uso exclusivo do automóvel e não para as pessoas. Fato é, que as cidades do século XXI têm se voltado ao bem-estar da natureza, da diminuição dos gases e resíduos poluentes, priorizando cidades mais inteligentes e dinâmicas com forte incentivo das ações da Organização das Nações Unidas (ONU) para o desenvolvimento urbano sustentável. Para Marques e Batistela (2016) reforça-se a potencialidade para a cidade tornar-se um ambiente mais vivo e seguro, em que as pessoas se sintam convidadas a caminhar e pedalar, ou permanecer nos espaços públicos. Uma cidade que convida as pessoas a caminhar, deve oferecer uma estrutura razoável e coesa, que permita percorrer curtas distâncias a pé. Para disso, a caminhabilidade deve motivar as pessoas a caminhar e escolher esse modal de transporte como algo mais efetivo. Isso só é possível se a reestruturação física da infraestrutura das vias seja feita de modo que os passeios sejam mais adequados, de forma que atraiam ou possibilitem que os pedestres as utilizem mais.

Este trabalho tem como objetivo verificar o índice de caminhabilidade em vias da área central da cidade de Fraiburgo – SC). Para esta análise foram selecionados trechos da Rua Nereu Ramos, e Avenidas João Marques Vieira e Arnoldo Frey, já inclusas no plano de mobilidade municipal como vias de grande fluxo de pedestres e veículos. Trata-se de vias onde as pessoas caminham por lazer, para ir ao trabalho ou ao comércio em geral.

2 MOBILIDADE URBANA

A mobilidade urbana diz respeito às possibilidades de deslocamento de uma determinada população em um espaço geográfico nas cidades. O termo é utilizado para reportar-se a todo tipo de trânsito, seja ele de pedestres, de veículos, transporte individual como moto e carros, ou transporte coletivo como ônibus e metrô (PENA, 2020).

Em todo mundo, surge a preocupação em relação aos problemas ocasionados por veículos circulando em excesso, transporte público ineficiente e falta de planejamento urbano, principalmente nos grandes centros, locais que crescem de forma desordenada e rápida. Por isso, entender o conceito e as atribuições da mobilidade nas cidades são tão importantes para a população, para que um planejamento urbano multidisciplinar, participativo e sustentável, seja desenvolvido (ZABOT, 2013).

Segundo o antigo Ministério das Cidades (BRASIL, 2003), são algumas das diretrizes para um novo paradigma da mobilidade urbana: diminuir as viagens motorizadas, reanalisar o desenho urbano, novas alternativas para circulação dos veículos, admitir a importância do pedestre, dar maior ênfase ao transporte coletivo e nos meios não motorizados e, por fim, melhorias na gestão urbana das cidades.

Na última década, tem se debatido sobre mobilidade urbana no Brasil, principalmente após a aprovação da Lei Federal 12.587/12, conhecida como Lei da Mobilidade Urbana, a qual determina aos municípios a tarefa de planejar e executar a política de mobilidade urbana. Contudo, as cidades brasileiras têm encontrado dificuldades de escolherem caminhos mais viáveis que diminuam os congestionamentos durante o dia e a quantidade de pedestres em áreas centrais. Isto vai muito além da questão de mobilidade rápida, fluidez do trânsito e também de uma questão ambiental, pois esse acúmulo de veículos nas ruas gera excesso de poluição e interfere nos problemas climáticos em pequenas e grandes escalas.

O principal motivo que se apresenta no Brasil como problema na mobilidade urbana é o uso do transporte individual em grande escala e o transporte coletivo utilizado pela maioria, embora esses apresentem problemas e dificuldades de lotação máxima. Segundo Pena (2020), o aumento da circulação de veículos deve-se a (ao):

- Transporte público de baixa qualidade;
- Aumento do salário-mínimo dos brasileiros nos últimos anos;
- Redução de impostos por parte do Governo Federal sobre, principalmente, a indústria automobilística.
- Histórico rodoviário do país.

Entre os anos de 2010 a 2018, segundo dados do IBGE (2010-2018), o Brasil passou de 64.817.974 a 100.746.553 na quantidade de automóveis comercializados, sendo que a população, nos mesmos anos dos dados informados anteriormente, era de 190.755.799 no ano de 2010 e 210.147.125 no ano 2018. Enquanto a população brasileira apresentou uma taxa de crescimento bem menor, a quantidade de automóveis apresentava um avanço maior, evidenciando que o sistema modal utilizado está sobrecarregado.

Ainda conforme dados do IBGE (2010-2018), observa-se que a quantidade de automóveis por habitantes no Município de Fraiburgo (SC) cresceu do ano de 2010, quando foi contabilizado 0,44 automóveis por habitando, para o ano de 2018, quando o índice de automóveis por habitante elevou-se para 0,64. Esses dados apresentados, no entanto, são um indicativo geral e não uma realidade em si, haja em vista que levam em consideração somente o número de carros registrados e não o total de veículos que realmente circulam na cidade. Esse indicador não inclui também, aqueles carros registrados em cidades vizinhas, que também circulam nesse município.

Uma das principais alternativas para resolução do problema de mobilidade urbana, na perspectiva de vários estudiosos e especialistas, seria

a viabilidade de incentivo à utilização de transportes coletivos públicos, desde que esses tivessem melhorias na qualidade, conforto, eficiência e um trânsito direcionado a esses veículos. Outra alternativa é o estímulo à utilização de bicicletas, principalmente com a construção de ciclovias e ciclofaixas (OLIVEIRA, 2015; ANDRADE; LINKE, 2017).

Conforme Oliveira (2015), já existem algumas soluções aplicadas a fim de solucionar problemas de mobilidade urbana, como as políticas aplicadas, leis, legislações e planos diretores, especialmente nos grandes centros, que pouco a pouco vão resolvendo algumas questões locais, conforme são aplicadas as leis federais e estaduais.

2.1 CAMINHABILIDADE

Aos pedestres, conforme o Art. 68º do Código Brasileiro de Trânsito, é assegurada a utilização dos passeios ou passagens apropriadas das vias urbanas e dos acostamentos das vias rurais que são de uso exclusivamente deles (BRASIL, 1997). Ainda ressalta, no Art. 70º, que os pedestres têm prioridade na passagem de qualquer via, exceto nos semáforos que tenham indicação apropriada (BRASIL, 1997).

Todos os dias, milhares de pessoas realizam uma atividade em comum, sem ao menos dar a adequada importância para isso: elas caminham. "Andar, assim como alimentar-se, reproduzir-se e defender-se, é uma das atividades mais primitivas do ser humano" (NOBRE; CÓFANI; PULLIN, 2002). Essa também é a primeira atividade que a população faz ao sair de casa, seja para ir trabalhar, à escola, ao supermercado, ou visitar os amigos e familiares. Caminhar é, portanto, primordial no dia a dia das pessoas, que executam diferentes tipos de caminhada, algumas para lazer, outras para atingir algum objetivo, mas todas tendo o mesmo significado.

A definição de caminhabilidade tem, como ponto principal, a visão do pedestre dentro do espaço urbano. Para simplificar, pode ser entendido como característica do ambiente urbano, que determina se ele é convidativo ou não para a utilização do deslocamento a pé. O primeiro trabalho que se tem relato na comunidade científica, que apresenta e mede a caminhabilidade, foi desenvolvido por Bradshaw em 1993, quando ele criou dez categorias diferentes para avaliar a caminhabilidade nas ruas do bairro onde ele vivia em Ottawa, no Canadá (BRADSHAW, 1993).

A caminhabilidade envolve pontos como:

[...] as condições e dimensões das calçadas e cruzamentos, a atratividade e densidade da vizinhança, a percepção de segurança pública, as condições de segurança viária e quaisquer outras características do ambiente urbano que tenham influência na motivação para as pessoas andarem com mais frequência e utilizarem o espaço urbano (ITDP, 2019, p.10).

As vantagens de se utilizar a caminhada como alternativa são inúmeras. Apresenta baixo custo, não é poluente, e possibilita a flexibilidade de movimentação. Mas segundo a Associação Nacional de Transportes Públicos, (ANTP, 2017), considerando o cenário brasileiro ainda, são poucas as cidades que dispõem de diretrizes para a construção de calçadas, salvo as cidades de grande porte como São Paulo, Curitiba, São José dos Campos e Belo Horizonte.

A caminhabilidade não se faz somente pela saúde física, mas também leva em consideração as particularidades do uso do solo, da política e da gestão urbana e todas as questões que dizem respeito a melhorias e valorização dos espaços públicos urbanos, para agregar saúde física e mental aos cidadãos. Ela também "É uma qualidade do lugar; caminho que permite ao pedestre uma boa acessibilidade às diferentes partes da cidade" (GHIDINI, 2011, p. 22).

Entretanto, com a evolução urbanística, o ato de caminhar acabou sendo mais difícil e perigoso, principalmente nas regiões que tiveram um aumento

significativo no crescimento urbano. Isso porque os mais de 60 anos de desenvolvimento e investimento na evolução dos automóveis levam à destruição da importância essencial das calçadas (ANDRADE; LINKE, 2017).

Desde a década de 1970, com a mudança climática, a caminhabilidade ganhou destaque como um grande desafio global conforme os países foram se tornando mais urbanizados. Embora grande parte das políticas por mudanças climáticas se centralizem nas questões energéticas, principalmente no petróleo, mudanças no comportamento das pessoas poderiam trazer maior aproveitamento no solo urbano e no transporte, como caminhar (ANDRADE; LINKE, 2017).

Cada dia mais cidadãos têm dado uma importância maior ao transporte não motorizado. Assim, vê-se o valor do andar e outros investimentos relacionados nessa área. A forma de deslocamento a pé é uma das formas mais utilizadas pelos brasileiros para se locomover pelas cidades.

A primeira constatação onde se verifica a falta de prioridade da caminhabilidade pelos órgãos públicos, é a atribuição de construir e cuidar das calçadas ao proprietário do lote, quando essa atribuição deveria ser um dever do poder público. Diante disso, é possível afirmar que caminhar não é um tema considerado público, mas sim privado. Em consequência disso, todo o trânsito viário é desenvolvido em volta da pista de rolamento dos veículos (SANTOS, CACCIA, SAMIOS; FERREIRA, 2017).

“Priorizar o pedestre não deve estar apenas no papel, mas em ações mais efetivas” (NOBRE; CÓFANI; PULLIN, 2002, p.121). A maioria das cidades brasileiras ainda tratam a calçada como terra de ninguém, onde nenhuma lei se aplica, e onde a geografia não plana e desníveis são resolvidos com degraus, ficando cada dia mais difícil e perigoso os trajetos feitos a pé.

A maioria das cidades têm calçadas inseguras e inadequadas para pedestres. Além disso, muitas cidades apresentam problemas ainda maiores com a presença de camelôs, lixeiras, bancas de jornal, postes, entre outros elementos que dificultam a circulação e ocasionam a falta de espaço para acomodar

pedestres, além de estacionamento de veículos nas calçadas, buracos, degraus e desníveis (ANDRADE; LINKE, 2017).

Os estudos sobre mobilidade urbana sempre foram centralizados em dois aspectos: transporte público e o transporte individual motorizado (veículos e motos). As alternativas mais simples de deslocamento, como andar de bicicleta e a pé, são amplamente desconsideradas. A calçada por sua vez, tem custo de 5 a 10% do valor de uma pavimentação, sendo que a utilização de materiais modernos pode ainda reduzir este custo (ANDRADE; LINKE, 2017).

Ainda, o crédito destinado à compra de automóveis tem sido facilitado, o que acaba aumentando ainda mais a necessidade de distribuição de valores significativos destinados à melhoria da mobilidade urbana. Sem contar que muitas cidades apresentam uma má distribuição do uso e ocupação do solo, com muitos lotes vazios nas regiões centrais, que acabam servindo de estacionamento para veículos.

A responsabilidade atribuída ao proprietário, em conjunto com a falta de fiscalização dos municípios, levou a construção de um sistema de calçadas precárias, descontínuo e com a maioria das vias sem qualquer tipo de tratamento para pedestres (ANDRADE; LINKE, 2017).

O nível de investimento em infraestrutura na área é tão precário, que a maioria dos acidentes com pedestres é decorrente de quedas em calçadas. Outra forma de visualizar a posição secundária do pedestre no tráfego é notada na ausência da sinalização dedicada a eles em cruzamentos que deveriam apresentar semáforo, o que coloca o transeunte em risco ao realizar a travessia da via (ANDRADE; LINKE, 2017).

A atividade física insuficiente é uma das principais causas de mortalidade global. Segundo Andrade e Linke (2017), uma das alternativas mais saudáveis para sanar essa triste estatística é o estímulo ao transporte ativo, que inclui transporte não motorizado, caminhada e transporte público. A grande maioria

dos municípios esquece que sua população está envelhecendo e que o grupo de idosos representarão, em breve, a grande parte da população mundial.

Estudos apresentam que as cidades brasileiras não estão preparadas para atender as necessidades de acessibilidade e mobilidade dos idosos e das pessoas com deficiência física, o que colabora com o isolamento social dessas pessoas, privando-os do lazer, acesso a centros de saúde, parques e até mesmo da convivência familiar. Então, as melhorias nessa área também dependem do conhecimento das necessidades dos idosos e portadores de necessidades (GHIDINI, 2011; CARVALHO, 2018; AGUIAR, 2003; ANDRADE, LINKE, 2017).

3 METODOLOGIA

Para a avaliação das vias selecionadas foi utilizada a versão do 2.0 do índice de caminhabilidade. Este método, desenvolvido pelo Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento, é composto por indicadores, agrupados em categorias diversas. Esta ferramenta de análise foi primeiramente desenvolvida no ano de 2015, com o iCam piloto e, mais tarde, revisada. Na revisão, foram alterados alguns indicadores, para melhor aplicabilidade do índice. O objetivo dessa ferramenta é apurar de maneira precisa a situação dos espaços urbanos sob o ponto de vista do pedestre (ITDP, 2019).

A ferramenta para calcular o índice de caminhabilidade (iCam 2.0) é composta por 15 indicadores agrupados em 6 categorias diferentes, utilizadas como parâmetros centrais na análise das vias, para que em seguida sejam definidas as pontuações de cada categoria.

As categorias que compõem a ferramenta são:

- Calçada: com os indicadores de largura e pavimentação;
- Mobilidade: com os indicadores de dimensão das quadras e distância a pé ao transporte;

- Atração: com os indicadores de fachadas fisicamente permeáveis, fachadas visualmente ativas, uso diurno e noturno e usos mistos;
- Segurança viária: com os indicadores de tipologia da rua e travessias;
- Segurança pública: com os indicadores de iluminação e fluxo de pedestres diurno e noturno;
- Ambiente: com os indicadores de sombra e abrigo, poluição sonora e coleta de lixo e limpeza.

A unidade essencial de coleta de dados e avaliação de indicadores para finalizar o cálculo do iCam 2.0 é o segmento de calçada. “Este se refere à parte da rua localizada entre cruzamentos adjacentes da rede de pedestres, inclusive cruzamentos não motorizados, levando em consideração somente um lado da calçada” (ITDP, 2019, p.17).

É atribuído aos segmentos de calçada (para cada indicador) uma pontuação de 0 (zero) a 3 (três), caracterizando uma análise qualitativa da vivência do pedestre em insuficiente (0), suficiente (1), bom (2) ou ótimo (3) (ITDP, 2019, p.19).

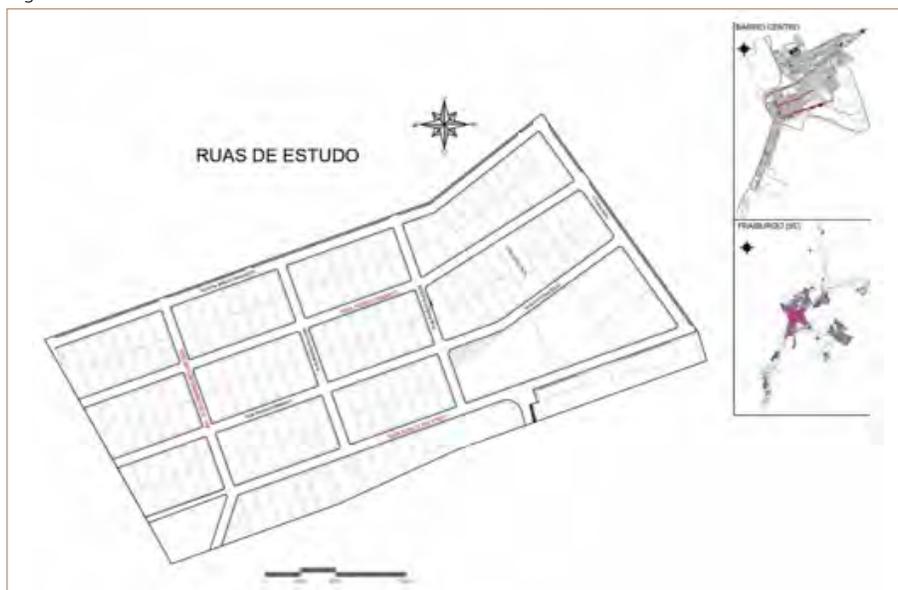
Para definir o resultado final em escalas que abrangem vários segmentos de calçada – por exemplo, rua, bairro ou outro recorte espacial –, é indispensável calcular primeiramente à proporção que cada segmento de calçada caracteriza na extensão total dos segmentos analisados. A título de exemplo, se uma certa rua é composta por 10 segmentos de calçada, com uma dimensão total de 1.000 m, um segmento com 150 m de dimensão representa 15% da totalidade, e sua pontuação também deve ser equivalente. Ou seja, quanto maior a extensão do segmento de calçada, maior será o seu peso na composição da pontuação final de cada categoria e do iCam 2.0.

O cálculo se dá diferentemente para cada segmento de calçada, através das etapas a seguir.

3.1 ÁREA DE ANÁLISE

A área de estudo fica no município de Fraiburgo, no estado de Santa Catarina, dentro da área central, com destaque às ruas de estudo Rua Nereu Ramos, Avenida João Marques Vieira e Avenida Arnoldo Frey (Figura 1).

Figura 1 - Trechos de estudo do bairro Centro



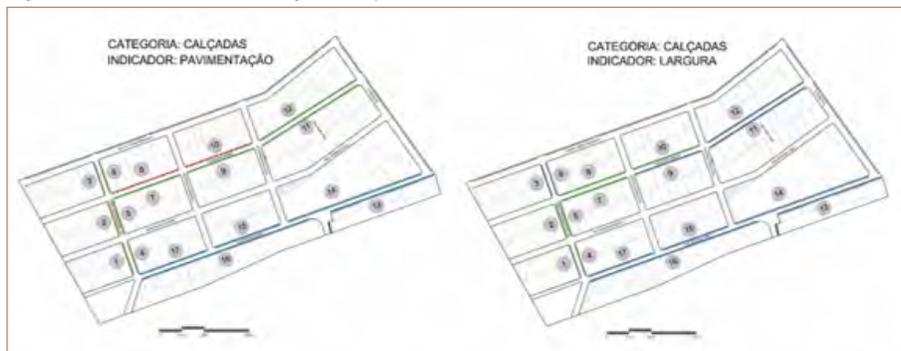
Fonte: Os autores (2020).

4 RESULTADOS

4.1 CATEGORIA: CALÇADAS

A Figura 2 demonstra os resultados obtidos nos indicadores pavimentação e largura dentro da categoria calçadas. Para que se chegasse a esse resultado, foram utilizados critérios de avaliação definidos pelo ITDP por meio da ferramenta iCam 2.0.

Figura 2 – Resultado final categoria calçadas



Fonte: Os autores (2020).

Os critérios para a avaliação do indicador pavimentação foram pontuação 3 (ótimo), em que todo o trecho é pavimentado, não há buracos ou desníveis; pontuação 2 (bom), todo trecho é pavimentado, mas tem ≤ 5 buracos ou desníveis a cada 100 m de extensão; pontuação 1 (suficiente), todo trecho é pavimentado, mas tem ≤ 10 buracos ou desníveis a cada 100 m de extensão; e pontuação 0 (insuficiente), inexistência de pavimentação em trecho ou > 10 buracos ou desníveis a cada 100 m de extensão. Já no indicador largura, os critérios foram pontuação 3 (ótimo), em que a largura mínima ≥ 2 m e comporta o fluxo de pedestres; pontuação 2 (bom), largura mínima $\geq 1,5$ m e comporta o fluxo de pedestres; pontuação 1 (suficiente), largura mínima 1,5 m e não comporta o fluxo de pedestres; e pontuação 0 (insuficiente), largura mínima $< 1,5$ m (INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO, 2019).

4.2 CATEGORIA: MOBILIDADE

A Figura 3 apresenta os resultados obtidos nos indicadores dimensão das quadras e distância a pé ao transporte, dentro da categoria mobilidade. Para que se chegasse a esse resultado, foram utilizados critérios de avaliação definidos pelo ITDP por meio da ferramenta iCam 2.0.

Figura 3 – Resultado final categoria mobilidade



Fonte: Os autores (2020).

Os critérios para a avaliação do indicador dimensão das quadras foram pontuação 3 (ótimo) para lateral da quadra ≤ 110 m de extensão; pontuação 2 (bom), lateral da quadra ≤ 150 m de extensão; pontuação 1 (suficiente), lateral da quadra ≤ 190 m de extensão; e pontuação 0 (insuficiente), lateral da quadra > 190 m de extensão. Para o indicador distância a pé ao transporte, os critérios foram pontuação 3 (ótimo) para, distância máxima a pé até um ponto de embarque/desembarque em corredores e faixas de ônibus com prioridade viária ≤ 200 m; pontuação 2 (bom), distância máxima a pé até um ponto de embarque/desembarque de linhas de ônibus convencional ≤ 200 m; pontuação 1 (suficiente), distância máxima a pé até um ponto de embarque/desembarque de linhas de ônibus convencional ≤ 300 m; e pontuação 0 (insuficiente), distância máxima a pé até um ponto de embarque/desembarque de linhas de ônibus convencional > 300 m (INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO, 2019).

4.3 CATEGORIA: ATRAÇÃO

A Figura 4 apresenta os resultados obtidos nos indicadores fachadas fisicamente permeáveis, fachadas visualmente ativas, uso público diurno e noturno e usos mistos, dentro da categoria atração. Para que se chegasse a esse resultado foram utilizados critérios de avaliação definidos pelo ITDP por meio da ferramenta iCam 2.0.

Figura 4 – Resultado final categoria atração



Fonte: Os autores (2020).

Os critérios para a avaliação do indicador fachadas fisicamente permeáveis foram pontuação 3 (ótimo) para ≥ 5 entradas por 100 m de extensão da face de quadra; pontuação 2 (bom), ≥ 3 entradas por 100 m de extensão da face de quadra; pontuação 1 (suficiente), ≥ 1 entrada por 100 m de extensão face de quadra; e pontuação 0 (insuficiente) < 1 entrada por

100 m de extensão face de quadra. Para o indicador fachadas visualmente permeáveis, a pontuação foi 3 (ótimo) para $\geq 60\%$ da extensão da face de quadra é visualmente ativa; 2 (bom), $\geq 40\%$ da extensão da face de quadra é visualmente ativa; 1 (suficiente), $\geq 20\%$ da extensão da face de quadra é visualmente ativa; e pontuação 0 (insuficiente), $< 20\%$ da extensão da face de quadra é visualmente ativa.

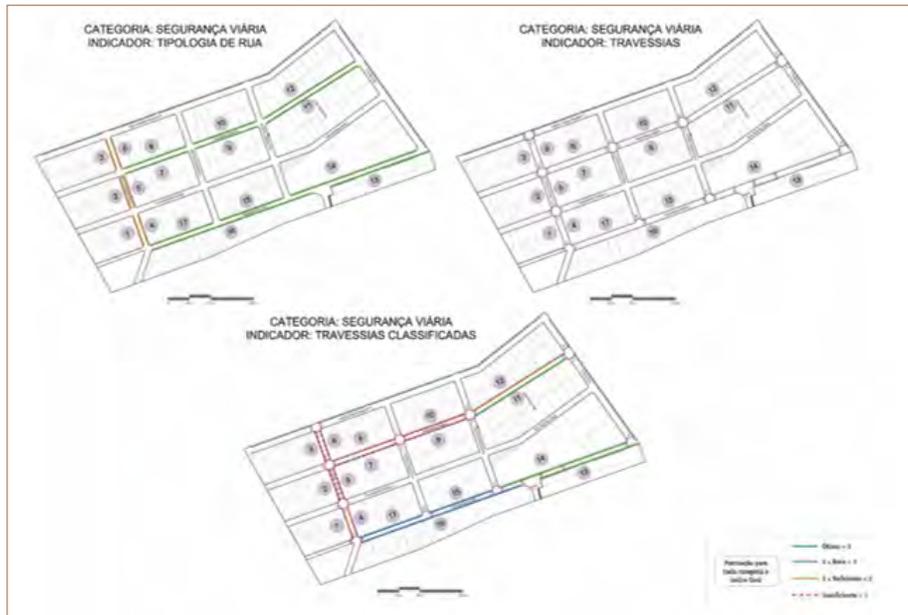
Já para o indicador uso diurno e noturno, os critérios de avaliação foram pontuação 3 (ótimo) para ≥ 3 estabelecimentos com uso público por 100 m de extensão da face de quadra para cada período do dia; pontuação 2 (bom), ≥ 2 estabelecimentos com uso público por 100 m de extensão da face de quadra para cada período do dia; pontuação 1 (suficiente), ≥ 1 estabelecimentos com uso público por 100 m de extensão da face de quadra para cada período noturno; e pontuação 0 (insuficiente) < 1 para estabelecimentos com uso público por 100 m de extensão da face de quadra para cada período noturno.

E, por fim, para o indicador usos mistos os critérios foram pontuação 3 (ótimo) para $\leq 50\%$ do total de pavimentos ocupados pelo uso predominante; pontuação 2 (bom), $\leq 70\%$ do total de pavimentos ocupados pelo uso predominante; pontuação 1 (suficiente), $\leq 85\%$ do total de pavimentos ocupados pelo uso predominante; e pontuação 0 (insuficiente), $> 85\%$ do total de pavimentos ocupados pelo uso predominante ou o segmento não cumpre dois requisitos (INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO, 2019).

4.4 CATEGORIA: SEGURANÇA VIÁRIA

A Figura 5 demonstra os resultados obtidos nos indicadores tipologia de rua e travessias, dentro da categoria segurança viária. Para que se chegasse a esse resultado foram utilizados critérios de avaliação definidos pelo ITDP, por meio da ferramenta iCam 2.0.

Figura 5 – Resultado final categoria segurança viária



Fonte: Os autores (2020).

Os critérios para a avaliação do indicador tipologia de rua foram pontuação 3 (ótimo) para designar vias exclusivas para pedestres (calçadões); pontuação 2 (bom), para vias com calçadas segregadas e circulação de veículos motorizados, velocidade regulamentada ≤ 30 km/h; pontuação 1 (suficiente), para vias com calçadas segregadas e circulação de veículos motorizados, velocidade regulamentada ≤ 50 km/h; e pontuação 0 (insuficiente), para as vias com calçadas segregadas e circulação de veículos motorizados, velocidade regulamentada > 50 km/h.

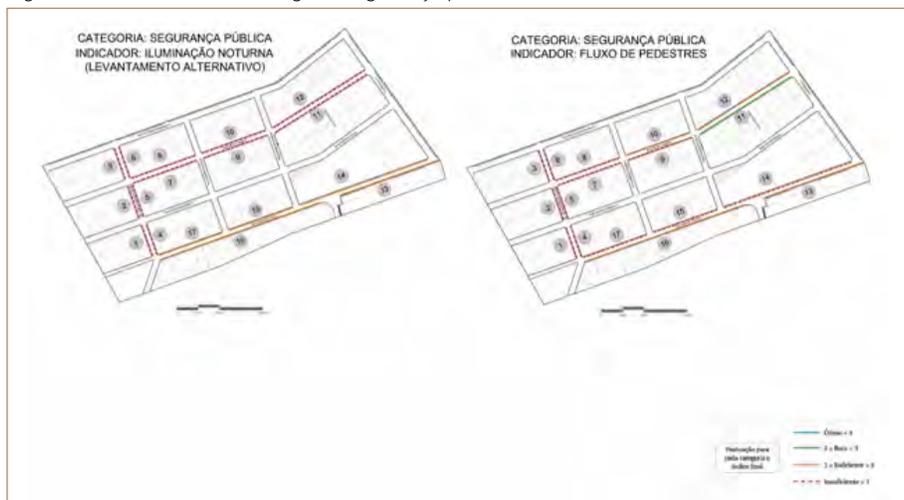
Para o indicador travessias foram utilizadas pontuação 3 (ótimo) para designar quando 100% das travessias, a partir do segmento da calçada, cumprem os requisitos de qualidade; pontuação 2 (bom), para $\geq 75\%$ das travessias, a partir do segmento da calçada, cumprem os requisitos de qualidade; pontuação 1 (suficiente), $\geq 50\%$ das travessias, a partir do segmento da calçada, cumprem os requisitos de qualidade; e pontuação 0 (insuficiente), para $< 50\%$ das travessias, a

partir do segmento da calçada, cumprem os requisitos de qualidade (INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO, 2019).

4.5 CATEGORIA: SEGURANÇA PÚBLICA

A Figura 6 demonstra os resultados obtidos nos indicadores iluminação e fluxo de pedestres, dentro da categoria segurança pública. Para que se chegasse a esse resultado foram utilizados critérios de avaliação definidos pelo ITDP, por meio da ferramenta iCam 2.0.

Figura 6 – Resultado final categoria segurança pública



Fonte: Os autores (2020).

Os critérios para a avaliação do indicador iluminação são pontuação 3 (ótimo), resultado da avaliação igual a 100, quando a iluminação atende totalmente aos requisitos mínimos para o pedestre; pontuação 2 (bom) para resultado da avaliação igual a 90; pontuação 1 (suficiente) para resultado da avaliação igual a 60; e pontuação 0 (insuficiente) para resultado da avaliação <

60 ou inexistência de iluminação noturna em determinados pontos (INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO, 2019).

4.6 CATEGORIA: AMBIENTE

A Figura 7 apresenta os resultados obtidos nos indicadores: sombra e abrigo, poluição sonora e coleta de lixo, e limpeza dentro da categoria ambiente. Para que se chegasse a esse resultado foram utilizados critérios de avaliação definidos pelo ITDP por meio da ferramenta iCam 2.0.

Figura 7 – Resultado final categoria ambiente



Fonte: Os autores (2020).

Os critérios para a avaliação do indicador sombra e abrigo foram pontuação 3 (ótimo) para quando $\geq 75\%$ da extensão do segmento da calçada apresentar elementos adequados de sombra/abrigo; pontuação 2 (bom), $\geq 50\%$ da extensão do segmento da calçada apresentar elementos adequados

de sombra/abrigo; pontuação 1 (suficiente), $\geq 25\%$ da extensão do segmento da calçada apresentar elementos adequados de sombra/abrigo; e pontuação 0 (insuficiente) se $< 25\%$ da extensão do segmento da calçada apresentar elementos adequados de sombra/abrigo.

Para o indicador poluição sonora, os critérios foram pontuação 3 (ótimo) para quando ≤ 55 dB(A) de nível de ruído do ambiente no segmento de calçada; pontuação 2 (bom), ≤ 70 dB(A) de nível de ruído do ambiente no segmento de calçada; pontuação 1 (suficiente), ≤ 80 dB(A) de nível de ruído do ambiente no segmento de calçada; e pontuação 0 (insuficiente), > 80 dB(A) de nível de ruído do ambiente no segmento de calçada.

E por fim, os critérios de avaliação para o indicador coleta de lixo e limpeza foram pontuação 3 (ótimo) para resultado da avaliação igual a 100, se a limpeza urbana estiver adequada ao pedestre; pontuação 2 (bom) para resultado da avaliação igual a 90; pontuação 1 (suficiente) resultado da avaliação igual a 80; e pontuação 0 (insuficiente), resultado da avaliação < 80 ou a limpeza urbana está inadequada ao pedestre (INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO, 2019).

A Tabela 1 apresenta os resultados após o levantamento dos dados e os cálculos proposto pela ferramenta do ITDP. Primeiro foi calculada a pontuação final de cada indicador depois de cada categoria e, por fim, a pontuação final do iCam 2.0. A tabela apresenta as três ruas, para que se chegasse ao resultado de cada rua em específico.

Tabela 1 – Índice de caminhabilidade das ruas analisadas

Indicadores e Categorias	Rua João Marques Vieira		Rua Nereu Ramos		Avenida Arnoldo Frey	
	Pontuação final (0 a 3)	Critério de avaliação e pontuação	Pontuação final (0 a 3)	Critério de avaliação e pontuação	Pontuação final (0 a 3)	Critério de avaliação e pontuação
Pavimentação	1,83	suficiente	1,45	suficiente	3,00	ótimo
Largura	2,16	bom	2,59	bom	3,00	ótimo

Indicadores e Categorias	Rua João Marques Vieira		Rua Nereu Ramos		Avenida Arnaldo Frey	
	Pontuação final (0 a 3)	Critério de avaliação e pontuação	Pontuação final (0 a 3)	Critério de avaliação e pontuação	Pontuação final (0 a 3)	Critério de avaliação e pontuação
Calçada	2,00	suficiente	2,02	bom	3,00	ótimo
Dimensão das quadras	3,00	ótimo	1,10	suficiente	0,49	insuficiente
Distância a pé ao transporte	0,00	insuficiente	1,72	suficiente	0,81	insuficiente
Mobilidade	1,50	suficiente	1,41	suficiente	0,65	insuficiente
Fachadas fisicamente permeáveis	2,00	bom	1,77	suficiente	1,81	suficiente
Fachadas visualmente ativas	0,00	insuficiente	0,00	insuficiente	0,00	insuficiente
Uso público diurno e noturno	0,33	insuficiente	0,14	insuficiente	0,00	insuficiente
Usos mistos	1,21	bom	1,86	suficiente	1,12	suficiente
Atração	1,21	suficiente	0,94	insuficiente	0,73	insuficiente
Tipologia da rua	1,00	suficiente	2,00	bom	2,00	bom
Travessias	0,33	insuficiente	0,68	insuficiente	2,56	bom
Segurança viária	0,66	insuficiente	1,34	suficiente	2,28	bom
Iluminação	0,00	insuficiente	0,00	insuficiente	1,00	suficiente
Fluxo de pedestres diurno e noturno	0,00	insuficiente	0,81	insuficiente	0,51	insuficiente
Segurança pública	0,00	insuficiente	0,41	insuficiente	0,76	insuficiente
Sombra e abrigo	0,00	insuficiente	0,00	insuficiente	0,00	insuficiente
Poluição sonora	2,17	bom	1,91	suficiente	2,12	bom
Coleta de lixo e limpeza	3,00	ótimo	2,59	bom	3,00	ótimo
Ambiente	1,72	suficiente	1,50	suficiente	1,71	suficiente
Índice de Caminhabilidade (iCam)	1,18	suficiente	1,27	suficiente	1,52	suficiente

Fonte: Os autores (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o estudo, com o auxílio da ferramenta iCam 2.0 do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento, pode-se observar os principais problemas encontrados em cada trecho e as suas potencialidades e qualidades.

Percebeu-se que os principais problemas se encontram dentro das categorias segurança pública, atração e ambiente. O indicador com menor pontuação na categoria segurança pública é a iluminação noturna, tendo 12 dos 17 trechos analisados com a iluminação insuficiente, o que torna insegura o trânsito de pedestres no período noturno nesses trechos.

Já na categoria atração, o indicador com pontuação mais baixa são as fachadas visualmente ativas, onde são coletados dados de uso público diurno e noturno, sendo insuficientes em todos os trechos, pois apresentam estabelecimentos de uso diurno e noturno insuficientes para o indicador.

A categoria ambiente tem seu indicador sombra e abrigo com os trechos em sua totalidade insuficientes. Por mais que estes apresentem marquises, ainda não é o bastante, pois há muitos lotes vazios, casas residenciais e pouca arborização ao longo da extensão verificada.

No quesito qualidade, destacam-se as categorias calçada, segurança viária e mobilidade. Por mais que estas apresentem problemas, alguns trechos conseguiram chegar a uma boa pontuação. O destaque da categoria calçada é o indicador largura, em que a pontuação dos trechos se dividiu em ótimo e bom, demonstrando que apresentam larguras seguras para os pedestres. Já a categoria segurança viária, tem como destaque o indicador tipologia da rua, apresentando 11 trechos com pontuação boa e somente os trechos da Avenida João Marques Vieira com a pontuação suficiente, pois apresentam trechos com maior velocidade do que os demais, por se tratar de uma via coletora. E na categoria mobilidade, destacou-se o indicador de

dimensão das quadras, que por mais que tenham trechos insuficientes, com a dimensão maior que a necessária, ainda assim apresentam muitos trechos com pontuação ótima e boa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, F. D. O. **Análise de métodos para avaliação da qualidade de calçadas**. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/4248/DissFOA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 mai. 2020.

ANDRADE, V.; LINKE, C. C. **Cidades de Pedestres**. 2017. Disponível em: http://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2018/12/Cidades-de-pedestres_FINAL_CCS.pdf. Acesso em: 03 abr. 2020.

ANTP, Associação Nacional de Transportes Públicos. Sistema de Informações da Mobilidade Urbana da Associação Nacional de Transportes Públicos – **Simob**, 2017. Disponível em: <http://files.antp.org.br/simob/sistema-de-informacao-de-mobilidade-urbana-da-antp--2017.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2020.

BATISTELA, T. S.; MARQUES, T.H.N. Percepção da Caminhabilidade no Entorno da Interseção das Avenidas Engenheiro Caetano Álvares e Imirim. **Revista Labverde**, nº 12, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revistalabverde/article/view/117585/118723>. Acesso em: 11 abr. 2020.

BRADSHAW, C. **A rating system for neighbourhood walkability**: towards na agenda for local heroes. Ottawa: Canada, 1993.

BRASIL. Decreto-Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o **Código de Trânsito Brasileiro**. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 21202, 29 set. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503.htm. Acesso em: 23 mai. 2020.

BRASIL. Decreto nº 4.567, de 1º de janeiro de 2003. Dispõe sobre o quantitativo de cargos em comissão e funções de confiança da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, estabelece metas e diretrizes relativas à revisão de estruturas dos Ministérios, autarquias e fundações federais, fixa os parâmetros a serem observados para a criação, por transformação, ou transferência de cargos em comissão ou funções gratificadas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, seção 1, p. 9, 1 jan. 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4567-1-janeiro-2003-493224-publicacaooriginal-1-pe.html>.

CARVALHO, I. R. V. D. **Caminhabilidade como instrumento de mobilidade urbana**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geotecnia e Transportes) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://posgrad.etg.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/07/diss-084-lzabela-Ribas.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2020.

GHIDINI, R. A caminhabilidade: medida urbana sustentável. **Revista dos Transportes Públicos**, 2011. Disponível em: http://files-server.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/01/10/CF0ED9C9-0025-4F55-8F7C-EDCB933E19C4.pdf. Acesso em: 23 mai. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010-2018**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 mai. 2020.

ITDP, Instituto de Políticas de Transporte & Desenvolvimento. **Índice de caminhabilidade versão 2.0 ferramenta**, 2019. Disponível em: http://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2019/05/Caminhabilidade_Volume-3_Ferramenta-ALTA.pdf. Acesso em: 01 mai. 2020.

NOBRE, M. D. P. P. *et al.* O pedestre, a cidadania e o novo Código de Trânsito Brasileiro. **Revista dos Transportes Públicos**, 2002. Disponível em: http://files-server.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/01/10/DFCA0065-C7C5-472F-ACD2-5CFC040CA7F9.pdf. Acesso em: 03 mai. 2020.

OLIVEIRA, A. S. D. **Mobilidade Urbana para Pedestres**. 2015. Disponível em: <https://adsomp.jusbrasil.com.br/artigos/159625750/mobilidade-urbana-para-pedestres>. Acesso em: 03 mai. 2020.

PENA, R. F. A. **Mobilidade urbana no Brasil**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/mobilidade-urbana-no-brasil.htm>. Acesso em: 11 abr. 2020.

SANTOS, P. M. D. *et al.* **8 Princípios da Calçada: Construindo Cidades Mais Ativas**. 2017. Disponível em: https://wribrasil.org.br/sites/default/files/8-Principios-Calcada_2019.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

ZABOT, C. D. M. **CrITÉrios de Avaliação da Caminhabilidade em Trechos de Vias Urbanas**: Considerações para Região Central de Florianópolis. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30400447.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

IMPLANTAÇÃO DE UM MERCADO PÚBLICO PARA A REVITALIZAÇÃO DO ANTIGO TERMINAL RODOVIÁRIO DE JOAÇABA (SC)

Maria Fernanda Dresch Beal¹
Juliana Aparecida Biasi²
Jeferson Eduardo Suckow³

Resumo: Este trabalho tem como objetivo realizar pesquisas e estudos que embasem o desenvolvimento de um projeto para a instalação de um mercado público na cidade de Joaçaba - SC, a partir da revitalização do antigo terminal rodoviário do município, que se encontra desativado. A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa tem caráter exploratório, realizado através da consulta e elaboração de um referencial teórico para embasar e nortear a elaboração do futuro projeto e a pesquisa e visitas in loco para a análise do terreno e edificação a ser revitalizada. O projeto para a instalação do mercado público em Joaçaba, revitalizando o antigo terminal rodoviário da cidade, busca a disponibilização de um espaço adequado e eficiente aos seus usos, unindo comércio, lazer, cultura, turismo e convivência social.

Palavras-chave: Arquitetura comercial. Espaços de lazer. Espaço público. Encontro.

1 INTRODUÇÃO

Mesmo com as mudanças de tempo, espaço, tecnologia e informação que as cidades foram submetidas ao passar dos anos, o conceito do mercado público sobreviveu ao desenvolvimento, e sua centralidade manteve a função social que desempenha: "... o local do mercado, na sua gênese, se configura como um ponto de encontro no centro das cidades, comandado pelo poder

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: mariafernandabeal@gmail.com.

² Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br.

³ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: jeferson.suckow@unoesc.edu.br.

público, organizando e, de certa forma, garantindo o abastecimento urbano.” (PINTAUDI, 2006, p. 97).

Conhecida por ser o centro comercial do meio oeste catarinense, o município de Joaçaba, apresenta comércio diversificado e desenvolvido, concentrado no centro da cidade, abrigando o conceito e a história que o mercado público carrega consigo.

O município dispõe, há mais de 50 anos, de uma feira de produtos orgânicos que ocorre uma vez na semana, possibilitando aos pequenos produtores rurais a venda de sua mercadoria. Este comércio proporciona o incremento da renda mensal desta parte da população. Além da feira, o município conta com artesões dispostos em três associações diferentes, com 46 integrantes no total. Esses artesões raramente encontram oportunidades para expor seus produtos, ou incentivos da administração municipal para a realização de seus trabalhos.

O local onde ocorre a feira não dispõe de infraestrutura adequada para abrigar estes comerciantes, pois não há instalações sanitárias, seja para higiene pessoal ou para higienização da mercadoria comercializada. Essa edificação está localizada ao lado do rio que corta a cidade de Joaçaba, e a área do lote é insuficiente para possíveis ampliações ou modificações que melhorariam a infraestrutura para os comerciantes.

Unido ao exposto está o fato de existir uma edificação de propriedade municipal que se encontra sem uso e que apresenta potencial para abrigar estes comerciantes, com possibilidades de dispor de melhor infraestrutura.

Este estudo tem por objetivo o embasamento teórico e de estudo das áreas para a futura proposição de inserção de um mercado público, que disponha de infraestrutura adequada ao funcionamento deste uso, implementado no antigo terminal rodoviário de Joaçaba.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITO DE MERCADO

Por definição, mercado seria “lugar público coberto ou ao ar livre onde se compram mercadorias postas à venda; reunião de comerciantes no mesmo local, para vender” (DICIONÁRIO DO AURÉLIO, 2018, *on-line*). Esse conceito também abrange o comércio realizado mediante troca de mercadorias, e carrega consigo uma cultura desenvolvida desde a antiguidade.

O ato de comercializar envolve uma sequência de funções e tarefas para que os bens ou serviços sejam transferidos, dos produtores ou prestadores, ao consumidor, e o mercado é o local que onde se operam a oferta e demanda, através de transações de compra e venda (EMATER, 2016).

De acordo com Pintaudi (2006, p. 86) “O mercado público foi, desde os primórdios do capitalismo, uma forma de centralizar o comércio num determinado lugar, o que facilitava o controle sobre as trocas de mercadorias que ali se efetuavam, como também sobre as fontes abastecedoras de produtos.”

O mercado público destaca-se, especialmente, por seu potencial cultural, econômico e democrático, e sua formulação vai além do simples espaço comercial, sendo palco da manifestação cultural, da diversidade, dos costumes, e do comportamento da comunidade onde está inserido, identificado através da venda, consumo e produção de artigos locais (BARATTO 2014).

2.2 A INTERFERÊNCIA DO MERCADO PÚBLICO NO MEIO URBANO

A partir do século XX, o local do mercado público nas cidades esteve ameaçado pela modernização dos meios comerciais, como supermercados e shoppings centers. Muitos estabelecimentos sentiram o peso da concorrência

com essa nova variedade e, desta forma, renovaram suas programações, incluindo principalmente espaços gourmets, varandas gastronômicas, eventos culturais e realização de cursos e palestras (BERNARDINO, 2011).

Para Pintaudi (2006), o que marcou a permanência do mercado público no meio urbano foi seu poder de metamorfose, sua configuração como ponto de encontro social e cultural.

De acordo com Bernardino, um estudo realizado pela *Project for Public Spaces*, em 2002, que pesquisou o impacto dos mercados sobre as sociedades onde estão inseridos, elencou seis objetivos principais dos mercados: "proporcionar oportunidade de economia, ligar as economias urbana e rural, promover a saúde pública, renovar bairros e centros urbanos, criar espaços públicos ativos e reunir pessoas diferentes" (BERNARDINO, 2011), concluindo que, em sua maioria, os mercados públicos são bem sucedidos, visto que além de fomentar a economia local, são espaços confortáveis para a reunião pública.

Para Marques (2014, p. 33):

O espaço mercado vai muito para além do seu significado estritamente utilitário e funcional, como espaço síntese destes conceitos, tem características plenamente sociais e urbanas. É um espaço urbano, pelo papel como espaço comercial estruturante nas cidades e pelo seu caráter de espaço público. O edifício mercado, mesmo depois de se tornar delimitado e coberto, nunca perdeu as características de espaço público e na linguagem comum é muitas vezes designado por praça, o que demonstra que na consciência social, a praça e o mercado também estão intimamente ligados.

Para Marques (2014), conclui-se que para a viabilização do mercado nas cidades contemporâneas é necessária a incorporação de novos usos além do comércio em si.

3 METODOLOGIA

Em um primeiro momento a presente pesquisa caracteriza-se como exploratória, que tem por objetivo o aprimoramento de ideias ou descobertas, dispondo de planejamento flexível e apresentando aspecto de pesquisa bibliográfica (GIL, 2002).

O caráter dessa pesquisa classifica-se essencialmente como qualitativa, que utiliza diferentes técnicas de interpretação para descrever, codificar, explicar e compreender um fenômeno ou problema de pesquisa (STRIEDER, 2009).

O Quadro 1 mostra as etapas de pesquisa para a realização das análises do terreno e da edificação a ser revitalizada quanto a suas potencialidades e deficiências.

Quadro 1 - Etapas de pesquisa e procedimentos realizados para análise do terreno e edificação

Etapas	Descrição	Objetivos	Procedimentos
1	Pesquisa de referencial teórico	Tomar maior conhecimento sobre o tema, métodos construtivos e das variáveis que influenciam no processo.	Realizar mineração de referenciais bibliográficos em plataformas de pesquisa de referenciais teórico-metodológicos.
2	Pesquisa da edificação da atual feira de orgânicos	Analisar a infraestrutura da edificação que abriga a atual feira de orgânicos.	Visitas in loco para levantamento e entrevistas com funcionários e atuais usuários da edificação. Levantamento fotográfico. Verificar em mapas e legislações municipais a viabilidade de expansão de área do local.
3	Análise do terreno e edificação a ser revitalizada	Levantamento de todo o terreno, edificação já existente, medição, análise das condicionantes.	Visita in loco, levantamento do terreno e edificação com auxílio de instrumentos de medida como trena, trena a laser e câmera para captura de imagens. Tratar as imagens com softwares como Corel e Photoshop.
		Analisar o entorno	Visita in loco com levantamento fotográfico para mapeamento dos usos da vizinhança, proximidades a rios, áreas verdes, áreas institucionais e equipamentos urbanos. Gerar mapas com o software AutoCad e tratá-lo com softwares como Corel e Photoshop.
		Analisar a infraestrutura urbana existente	Visita in loco com levantamento fotográfico para mapeamento da infraestrutura urbana existente. Gerar mapas com o software AutoCad e tratá-lo com softwares como Corel e Photoshop.

Etapa	Descrição	Objetivos	Procedimentos
4	Pesquisa histórica in loco	Agregar maior conhecimento sobre o histórico da edificação selecionada para revitalização.	Visitas in loco para levantamento e entrevistas com funcionários e antigos usuários da edificação.
5	Pesquisa de legislação	Verificar se o uso e ocupação propostos para o antigo terminal rodoviário estão de acordo com os previstos nos parâmetros de zoneamento, uso e ocupação do solo, das legislações municipais.	Realizar pesquisa das legislações pertinentes junto à Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Fonte: os autores, (2019).

4 RESULTADOS

Joaçaba (Figura 1), localiza-se no Meio Oeste catarinense e apresenta população estimada de 29.827 habitantes dentro dos 242,110 km² de extensão territorial do município (IBGE, 2018). Sua colonização deu-se, majoritariamente, por migrantes gaúchos de origem italiana e alemã que, atraídos pelas terras férteis do Rio do Peixe, instalaram-se para a produção agrícola e extração da madeira-de-lei. Tornou-se município após o fim da Guerra do Contestado, em 1917, onde as terras em questão foram divididas em quatro grandes municípios, e a atual Joaçaba tornou-se sede, pela passagem da estrada de ferro por suas terras (JOAÇABA, 2014).

Figura 1 - Localização da cidade de Joaçaba

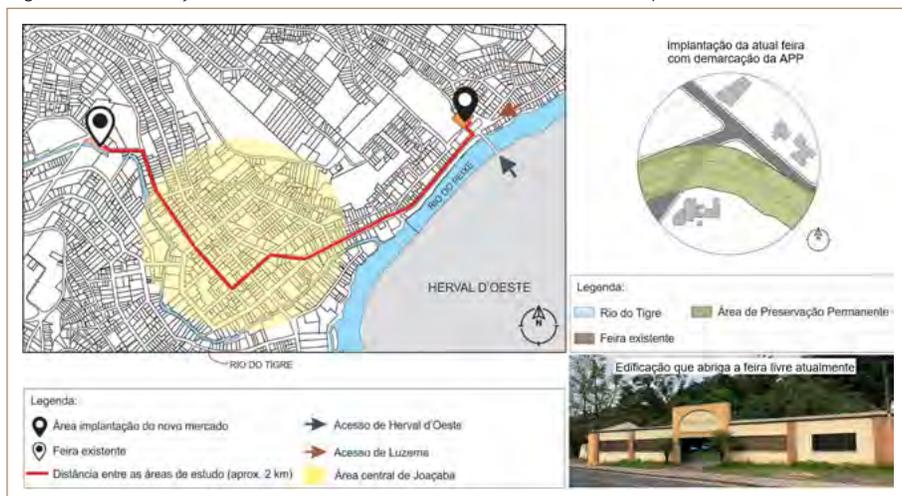


Fonte: os autores, (2019).

Em 2016 o IBGE divulgou que 18,18% do PIB municipal é referente a produção rural. Este dado aponta uma parcela populacional significativa que o projeto poderá atender ao disponibilizar um espaço com infraestrutura adequada para a comercialização de produtos provenientes de comunidades rurais.

A Figura 2 mostra as localizações da feira existente, que não apresenta infraestrutura adequada e já se encontra subdimensionada e sem possibilidades de ampliações por falta de área de lote e proximidade à Área de Preservação Permanente, e do antigo terminal rodoviário que dispõe de área construída superior e possibilidades de ampliações no terreno existente.

Figura 2 - Localização das áreas da feira existente e do mercado a implantar

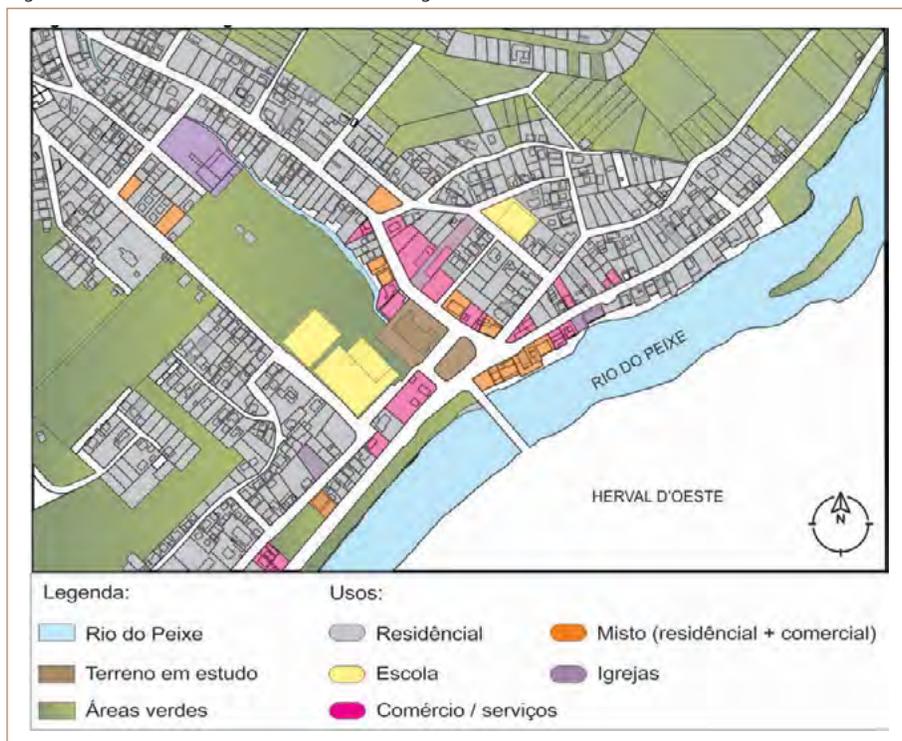


Fonte: os autores, (2019).

Ressalta-se que a localização do antigo terminal rodoviário é privilegiada, uma vez que está servida de vias arteriais, de rápido fluxo, que dão acesso direto às cidades vizinhas de Herval d'Oeste, localizada à outra margem do Rio do Peixe, com população estimada de 22.495 habitantes; e Luzerna, a apenas 7,7 Km de distância e com uma população estimada de 5.686 habitantes (IBGE, 2018).

O terreno está localizado na junção do Bairro Centro, predominantemente comercial, com o Bairro Santa Tereza, residencial em sua maioria. Em sua proximidade, o uso residencial é preponderante, porém apresenta infraestrutura variada, como duas escolas (particular e municipal), mercados, igrejas, restaurantes, e alguns espaços direcionados para comércio e serviços diversos (Figura 3).

Figura 3 - Estudo de usos do entorno do antigo terminal rodoviário

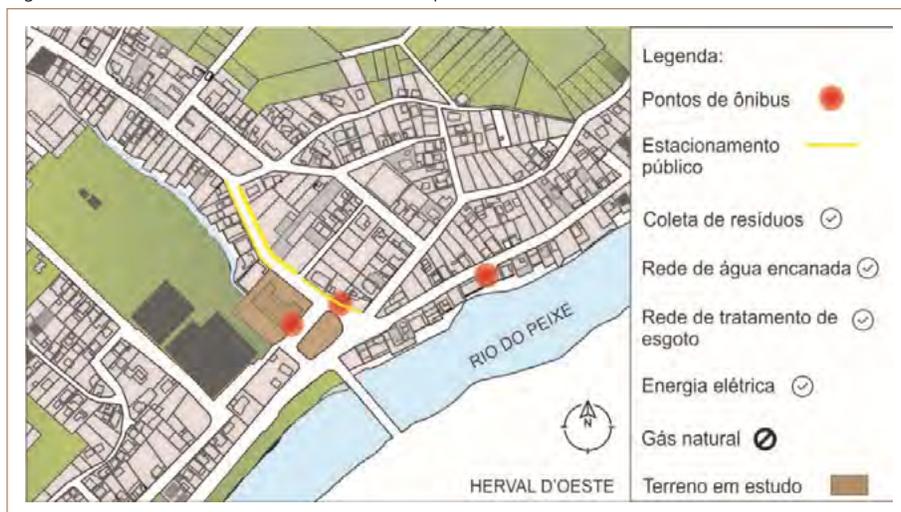


Fonte: os autores, (2019).

A área onde o terreno em estudo está localizado, apresenta boa infraestrutura urbana (Figura 4) com sistemas de água e esgoto encanados, luz elétrica e coleta seletiva de resíduos, sendo realizada a coleta orgânica 3 vezes por semana, e a coleta seletiva semanalmente. Os estacionamentos no perímetro do antigo terminal são restritos e, para atender a demanda do mercado, será necessária a implantação de uma área de estacionamentos no lote em questão.

Há dois pontos de ônibus nas mediações da edificação, a cerca de 250 m e 50 m. Apesar disso, não são todas as linhas que traçam essa rota, sendo apenas parada da viação que realiza o trecho Joaçaba-Luzerna, e alguns horários do transporte intramunicipal. O uso adequado dos pontos de ônibus e da estrutura urbana já existente junto a readequação de algumas rotas das linhas de transporte público se fazem necessárias para atender a demanda do mercado.

Figura 4 - Análise da infraestrutura urbana disponível



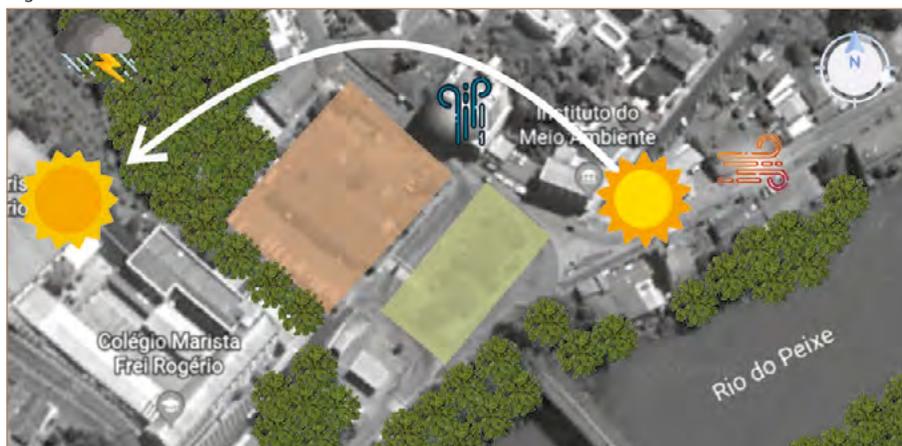
Fonte: os autores, (2019).

A cidade de Joaçaba está localizada em uma zona de clima temperado, apresenta clima com altas temperaturas e não passa por grandes períodos de seca ao longo do ano, com invernos frios.

Como demonstrado na Figura 5, o edifício em estudo recebe insolação direta no período da manhã na esquina entre as ruas Marcelinho Champagnat e Elizario de Carli, afetando assim ambas as fachadas. Na fachada posterior (norte) a edificação receberia, principalmente no inverno, insolação direta, porém a edificação vizinha provoca sombra em grande parte da fachada nesse período. A elevação com maior pico de radiação solar, localizada no limite do terreno com as áreas verdes, também terá o efeito solar neutralizado, desta vez pela presença de árvores de grande porte.

A direção predominante dos ventos para o município de Joaçaba varia durante o ano entre Norte e Leste, os ventos de chuva vêm do Noroeste.

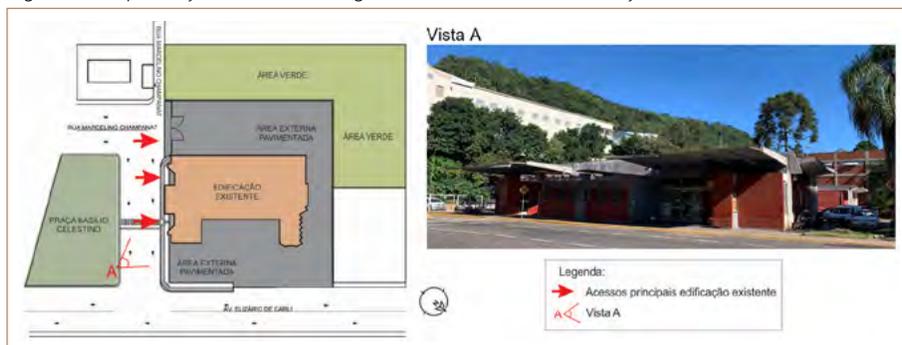
Figura 5 - Condicionantes climáticas



Fonte: os autores, (2019).

O antigo terminal rodoviário de Joaçaba (Figura 6) foi desocupado em janeiro de 2014 com a inauguração de um novo terminal, agora estabelecido em uma das saídas rodoviárias do município. Após a desocupação, o abandono do local atraiu moradores de rua, animais abandonados e acúmulo de lixo, e a prefeitura municipal acabou por ocupar parte do edifício como garagem e depósito.

Figura 6 - Implantação e vista do antigo terminal rodoviário de Joaçaba



Fonte: os autores, (2019).

O terreno onde está implantada a antiga rodoviária apresenta área total de 6.195,4 m². Dentro desses, 2.374,1 m² são compostos por áreas verdes e 1.155,5 m² pela edificação existente, e o restante são áreas livres, com paisagismos e pátios com pavimentação.

A partir do estudo do terreno em meio à malha urbana, faz-se necessária a confirmação da possibilidade de implantação do presente projeto na área escolhida. Essa confirmação é realizada com base nas leis municipais, como o Plano Diretor e a Lei de Zoneamento, e Uso e Ocupação do Solo.

O terreno do antigo terminal rodoviário está localizado na Zona de Desenvolvimento 1 – ZD1, que tem por objetivo “incentivar a instalação de comércio e prestação de serviço, aproveitando-se a infraestrutura existente, tendo condições de adensamento” (JOAÇABA, 2018, *on-line*).

A proposta do mercado público, conforme a legislação do município de Joaçaba, se encaixa no Uso 5.B – Comércio varejista e prestação de serviços 2, que para o terreno em questão aplica-se como uso permissível, ou seja, pode ser aceito, permitido, admissível.

Conforme a legislação municipal de Joaçaba, na Lei Complementar nº 137 de 12 de fevereiro de 2007 sobre as normas relativas ao zoneamento do município, que descreve os parâmetros definidos para a Zona de Desenvolvimento 1 – ZD1, a proposta de mercado público se encaixa no Uso 5.B – Comércio varejista e prestação de serviços 2, que para o terreno em questão aplica-se como uso permissível, ou seja, pode ser aceito, permitido, admissível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fomento comercial e a cultura de compra dos produtos alvo que estariam presentes em um mercado público já são presentes na cidade de Joaçaba, que une-se ao fator da necessidade de adaptação da feira de

produtos orgânicos já existente. Todos estes são fatores positivos para a implantação do mercado público, que aquecerá a economia em torno da venda de produtos agropecuários, de artesanato e outros itens pouco explorados na região. Sua implantação em um ponto central da cidade, que marca o encontro dos três municípios irmãos (Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna), além de revitalizar uma edificação de propriedade pública, hoje em desuso, garantirá que o mercado cumprirá sua função comercial, social, cultural e de lazer.

REFERÊNCIAS

BARATTO, R. Segundo Lugar no Concurso para a Requalificação do Mercado Público de Lages-SC. 2014. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/757310/segundo-lugar-no-concurso-para-a-requalificacao-do-mercado-publico-de-lages-sc-hiperstudio>. Acesso em: 29 abr. 2019.

BERNARDINO, F. Mercado Público Viver. 2011. 109 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Unesp - FCT, Presidente Prudente, 2011. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/118292/bernardino_f_tcc_prud.pdf?sequence=1. Acesso em: 5 mai. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Herval d' Oeste. Censo**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/herval-doeste/pesquisa/23/25207>. Acesso em: 28 mar. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Joaçaba. Censo**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joacaba/pesquisa/23/25207>. Acesso em: 28 mar. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Joaçaba. Panorama**. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joacaba/panorama>. Acesso em: 28 mar. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Joaçaba. Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2016. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joacaba/pesquisa/38/47001>. Acesso em: 28 mar. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Luzerna. **Censo. 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/luzerna/pesquisa/23/25207>. Acesso em: 28 mar. 2019.

JOAÇABA. (Ed.). **História de Joaçaba**. 2014. Disponível em: <https://www.joacaba.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/44699>. Acesso em: 28 mar. 2019.

MARQUES, M. V. C. F. **Ainda há lugar para os Mercados Municipais?** 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Técnico Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: [https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/844820067124001/Dissertacao%20\(ist%20167131\).pdf](https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/844820067124001/Dissertacao%20(ist%20167131).pdf). Acesso em: 29 abr. 2019.

MERCADOS. *In*: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio Século XXI: o **dicionário** da língua portuguesa. **Significado de mercados**. 2018. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/mercados>. Acesso em: 29 abr. 2019.

PINTAUDI, S. M. **Os Mercados Públicos**: metamorfose de um espaço na história urbana. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-81.htm>. Acesso em: 28 mar. 2019.

STRIEDER, R. **Diretrizes para elaboração de projetos de pesquisa**. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2009.

ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UM MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL NA CIDADE DE TREZE TÍLIAS – SC

Laismara Hofstatter Falchetti¹
Juliana Aparecida Biasi²
Jeferson Eduardo Suckow³

Resumo: O presente trabalho aborda pesquisas referenciais para desenvolver um anteprojeto arquitetônico para um Mercado Público Municipal na cidade de Treze Tílias/SC, a partir da revitalização do parque de exposições Johann Otto Küng, hoje utilizado como depósito, tem por objetivo fomentar o turismo e alavancar a comercialização de produtos coloniais e artesanais. A metodologia utilizada apresenta caráter exploratório, descritivo e quali-quantitativo, abordando três métodos principais para o desenvolvimento do estudos: primeiramente foi realizada a pesquisa de referenciais teóricos em livros, revistas, periódicos, legislações e *websites*, na qual buscou-se pela familiarização com o tema; em um segundo momento foram realizados estudos de caso afins com o tema proposto, que auxiliaram e guiaram parte do programa de necessidades, organograma e fluxograma; e, por fim, realizou-se as visitas *in loco* para análise do terreno e suas condicionantes. Com o desenvolvimento da pesquisa notou-se a falta de um local próprio para comercialização de produtos rurais e artesanais na cidade. Para isso definiu-se um programa de necessidades e um pré-dimensionamento para atender a demanda e as carências dos usuários; o organograma e fluxograma foram elaborados com a finalidade de organizar a funcionalidade e o fluxo do mercado público; e, por fim, a análise do terreno e da edificação existente no local, hoje em desuso. Adotou-se um conceito e partido arquitetônico para proporcionar um significado ao projeto, integrando as culturas brasileiras e austríacas, uma vez que o município é nacionalmente conhecido por seu turismo étnico. Palavras-chave: Arquitetura. Turismo. Mercado Público. Cultura.

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: laismarafalchetti1@gmail.com.

² Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br.

³ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: jeferson.suckow@unoesc.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Treze Tílias / SC foi fundada em 13 de outubro de 1933 pelo ex-ministro da agricultura da Áustria, Andreas Thaler, e um grupo de imigrantes que buscava uma nova vida depois da grave crise econômica na Europa. Este povo trouxe consigo suas tradições e costumes, que se encontram preservados até os dias atuais com a arquitetura, gastronomia, música e dança.⁴

A cidade se destaca nacionalmente pelo seu potencial turístico, que, segundo a Secretaria de Turismo Municipal, recebe em média 160.000 visitantes ao ano, com tempo médio de permanência de 2 a 3 dias na cidade (FALCHETTI, 2020). O turismo apresenta uma ampla rede hoteleira e gastronômica, recebendo visitantes o ano todo que buscam tranquilidade e conforto em um ambiente marcado pela etnia austríaca dos seus primeiros colonizadores e, atualmente, de seus descendentes.

A base da economia do município são as atividades industriais, agrícolas, de transporte, comerciais e turísticas. Apresenta o terceiro PIB per capita do estado de Santa Catarina, é a quinta cidade que mais cresce no Estado, sendo um diferencial na região, tendo em vista seu perfil econômico, principalmente por seu PIB per capita, que dentre os municípios de pequeno porte é um dos maiores (TREZE TÍLIAS, 2018). A indústria, principalmente as de laticínios, representou um montante de 59,9% do PIB no ano de 2009. Em seguida, o setor de serviços com 24,9%, devido ao turismo, característica do município, seguido de 8,1% de impostos e 7,1% da agricultura (IBGE, 2009)⁵.

A agricultura e produção leiteira demonstram grande importância para o município, que conta com 431 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2017), sendo assim, parte da população reside na zona rural, produzindo matéria-

⁴ Os principais atrativos turísticos são os restaurantes com comidas e bebidas típicas, a arquitetura alpina presente nas residências e em construções históricas, as danças e músicas típicas e as demais atividades que contam com passeios em pontos turísticos e rota turística rural.

⁵ Os dados encontrados não estavam disponíveis em uma data atualizada.

prima para uma das maiores indústrias de leite da região, a Laticínios Tirol Ltda, esta que é de grande importância no setor econômico, além de diversos outros produtos agrícolas; para fomentar a agricultura do município e das demais cidades da região acontece a Expo Tílias no mês de abril.

Embora a agricultura represente 7,1% do PIB do município e exista uma grande feira anual para destacar este setor, a cidade ainda conta com uma feira agrícola, realizada por pequenos produtores rurais⁶ locais, que comercializam produtos orgânicos e coloniais que não vem sendo devidamente valorizada e divulgada.

A feira (Figura 1) ocorre aos sábados no período matutino, porém ela não está em um local apropriado pelo seu tamanho reduzido. Atualmente conta com cinco produtores que expõem seus produtos em bancas de frutas, não dispondo de local para higienização dos produtos ou mesmo a climatização adequada. Além disso, a prefeitura e os organizadores não dispõem para a população e para os turistas informação dos dias de funcionamento, que poderia contribuir para a fomentação do movimento local, aumentando os ganhos destes pequenos produtores.

Somado ao fato exposto, Treze Tílias ainda conta com a Casa do Artesão (Figura 2), que comercializa artesanatos locais, abrindo todos os dias da semana durante a tarde, recebendo poucas visitas por não estar em um local projetado para este fim. Atualmente a Casa do Artesão conta com 25 integrantes e está locada no Centro de Eventos Maria Thaler Moser, um antigo clube, local que não promove iluminação, ergonomia ou mobiliário adequado à comercialização dos artesanatos e esculturas comercializadas.

⁶ O art. 3º da Lei 11.428, de 2006, conceitua o pequeno produtor rural como aquele que, residindo na zona rural, detenha a posse de gleba rural não superior a 50 (cinquenta) hectares, explorando-a mediante o trabalho pessoal e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, bem como as posses coletivas de terra considerando-se a fração individual não superior a 50 (cinquenta) hectares, cuja renda bruta seja proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais ou do extrativismo rural em 80% (oitenta por cento) no mínimo (BRASIL, 2006, *online*).

Figura 1 – Feira colonial



Fonte: os autores (2020).

Figura 2 – Casa do Artesão



Fonte: os autores (2020).

Sendo assim a proposta de um anteprojeto de mercado público municipal para a cidade poderá proporcionar uma melhora econômica nos setores agrícola de pequeno porte e turístico. Incrementando um ganho de renda extra para pequenos produtores rurais e artesãos, o que também vem a gerar lucro para a cidade, valorizando a visitação e comercialização de produtos locais e, ao mesmo tempo, preservando a cultura do município.

O caráter desta pesquisa classifica-se como quali-quantitativa, reunindo os dados de caráter qualitativo para o estudo e compreensão do tema; e quantitativa apresentando através de resultados numéricos os cálculos de pré-dimensionamento (GIL, 2002, 2008). Foram realizadas Buscas de referenciais teóricos, buscando a familiarização com o tema, posteriormente

foram analisados estudos de casos, que apresentassem semelhanças com o tema proposto e por fim foram feitas visitas in loco, para análise do terreno onde será desenvolvido o anteprojeto.

2 MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL

Os mercados públicos municipais são “como espaços que participam da vida comunitária de populações locais de forma mais complexa do que unicamente através das relações de produção, compra e venda neles encontradas” (SERVILHA; DOULA, 2009, p. 124). Um dos conceitos fundamentais para a compreensão de tais espaços é o conceito de lugar, de vivência e de construção de identidades culturais, como o mercado público (SERVILHA; DOULA, 2009).

2.1 HISTÓRIA DOS MERCADOS PÚBLICOS

O mercado público era uma forma de intercâmbio de produtos encontrada em cidades da antiguidade, todas as culturas adotavam essa forma de troca de produtos e dependiam das mercadorias que ali comercializavam (PINTAUDI, 2006).

Os comerciantes usavam as ruas para colocar seus produtos de troca, os artesãos suas bancadas de trabalho, dificultando a passagem, pelo fato de que suas atividades profissionais geralmente não se desenvolviam dentro das moradias que eram pequenas e sem iluminação. (PINTAUDI, 2006).

A maioria dos mercados tiveram origem nas feiras, porém conforme Pintaudi (2006): a partir do século XIX, momento em que as comunicações a maiores distâncias se tornam mais acessíveis, através de ferrovias, os locais de vendas sofreram alterações e passaram a se centralizar. Até então, nas cidades, os mercados eram importantes para o abastecimento de todos os tipos de produtos.

2.2 TIPOLOGIA DOS MERCADOS PÚBLICOS

Conforme Danielli e Mackmillan (2018) as tipologias dos mercados tiveram importante papel no desenvolvimento das estruturas construtivas, com destaque na incorporação do ferro fundido para a criação de ornamentos, esquadrias e grandes vãos.

De acordo com Murilha (2011), os tipos arquitetônicos são classificados em três categorias:

- a) O mercado fechado com pátio interno aberto;
- b) O mercado coberto em estrutura de ferro;
- c) O mercado coberto dotado de torreões 7laterais.

2.3 TURISMO

Turismo indica movimento de pessoas que não estão a trabalho. É uma visitação a lugares onde serão feitas variadas atividades. A amplitude do termo parece caber desde ao olhar visitante até em passeios em lugares desconhecidos de outros países (GRÜNEWALD, 2003).

As viagens de interesse cultural nasceram na Europa, quando as pessoas de maior poder aquisitivo passaram a se deslocar com o interesse de visitar sítios históricos e arqueológicos. Nascendo assim *grand tour*, sendo uma longa temporada em várias cidades europeias. O público-alvo era de aristocratas, nobres e burgueses da Europa e das Américas, pessoas que tinham disponibilidade, tempo e dinheiro para investir em viagens culturais. Um dos aspectos mais interessantes do *grand tour* era sua forma convencional e regular, considerada como uma experiência educacional (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

⁷ Espécie de torre, pavilhão ou eirado, no alto ou no ângulo de um edifício (2020, on-line).

Podemos analisar Turismo Cultural como “atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (BRASIL, 2010, p. 13).

Desde os primeiros registros de deslocamentos tendo a cultura como motivação principal, em meados do século XVIII. Foram incorporadas novas formas de ocupação do tempo livre e, especialmente, de relacionamento com a cultura dos visitados, levando à caracterização do segmento denominado Turismo Cultural (BRASIL, 2010). Assim podemos entender que “Turismo Cultural é marcado pela motivação do turista em se deslocar especialmente com a finalidade de vivenciar os aspectos e situações que são peculiares da nossa cultura.” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 11).

De acordo com o Ministério do Turismo (2010. P. 20) o “conceito clássico de etnia remete a noção de origem, cultura, práticas sociais e raça, onde se considera o patrimônio histórico e cultural como elemento de identidade e diferenciação de um determinado grupo, bem como as interações sociais que ocorrem entre este grupo e a sociedade em seu entorno.”

Podemos analisar turismo étnico como “atividades turísticas envolvendo a vivência de experiências autênticas e o contato direto com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 20).

Por fim é possível conceituar o turismo étnico como aquele relacionado as experiências turísticas cuja atrativo seja a cultura de uma comunidade que se construiu e se representa fora das culturas centrais ocidental (CARDOZO, 2004).

3 TURISMO EM TREZE TÍLIAS

A cidade de Treze Tílias tem como um forte fator econômico o turismo, contribuindo com o PIB municipal na geração de empregos e cada vez mais

visibilidade para a cidade. A cidade também é conhecida pelas suas músicas, esculturas, arquitetura, danças e tradições trazidas da região do Tirol, Áustria. Particularidades que a tornam atrativas no mercado de turismo.

De acordo com De Souza (2019) no ano de 1978, durante a da festa de 45 anos de imigração, com a vinda do governador do estado do Tirol, na Áustria, começou-se a pensar na cultura como atrativo turístico. Por iniciativa do mesmo se iniciou um intercâmbio, para que houvesse um resgate da cultura austríaca que estava se perdendo no município. A partir desta ação em conjunto com o governo austríaco, no ano de 1981 foi criada a Secretaria de Turismo, para que a cidade recuperasse sua identidade cultural, entrando no mercado turístico.

Para preservar a cultura austríaca, algumas medidas foram tomadas pelo poder municipal, conforme Lemos, Frega e Souza (2009) inicialmente houve muita resistência por parte dos proprietários em revitalizar a cultura austríaca em Treze Tílias, principalmente quando se tratava dos aspectos arquitetônicos das residências, pois as reformas implicavam gastos financeiros. Ao ser construída a primeira casa típica alpina, a comunidade realmente pôde fazer uma avaliação do que significava uma construção característica. O estilo alpino austríaco determina como principais características os telhados, sacadas e pinturas.

Conforme a Lei 1.312 (TREZE TÍLIAS, 1999) que institui em algumas ruas da cidade o estilo Típico Tirolês, determinando a largura mínima de beiral de acordo com o número de pavimentos e com inclinação mínima de 20% do telhado, assim como a cor das residências e o uso das pestanas molduradas.

O município é conhecido como a Capital Catarinense da Escultura em Madeira, no centro da cidade ficam localizados ateliês de artistas locais, que fazem a venda e exposição das peças, estas que podem ser de tamanhos variados (GUIMARÃES, 2008).

A dança e a música se fazem presentes em todas as festividades culturais, como a Banda dos Tiroleses, que surgiu durante a viagem de navio que trouxe o primeiro grupo de imigrantes austríacos, em 1933; a cidade conta também com vários grupos de danças folclóricas, que geralmente fazem apresentações em eventos da cidade e hotéis, porém em alguns casos para outros estados e países.

Os atrativos naturais, tais como, trilhas, lagos e parques com áreas verdes, além de monumentos e equipamentos culturais. O município conta ampla rede hoteleira, atualmente com 7 hotéis e 16 hospedarias, a cidade ainda se beneficia de 19 restaurantes que servem uma variedade diversa de comida, além de comida típica austríaca (TREZE TÍLIAS, *on-line*) as festividades também englobam milhares de visitantes anualmente como a *Tirolerfest*, *Winterbierfest*, *Bierbaumfest* e *Expotílias*.

Por fim “a gastronomia pode não ser o principal atrativo de uma localidade turística, mas está assumindo uma importância cada vez maior, diante de sua transformação em mais um produto aliado ao turismo cultural” (GUIMARÃES, 2008, p. 69). O atrativo gastronômico engloba muitas visitas a cidade, que dispõe de vários restaurantes servindo variados pratos, assim como as comidas típicas que podem ser encontradas facilmente em seus cardápios e o *chopp* local, reconhecido regionalmente e apreciado pelos visitantes.

Para implantação do tema proposto é importante que haja a pesquisa de normas e legislações, para garantir conforto, segurança e bem-estar dos usuários, obedecendo o plano diretor e o código de edificações pertinentes ao município.

3.1 MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS

O anteprojeto visa a revitalização do Parque de Exposições Johann Otto Küng, edificação de propriedade municipal utilizada apenas uma vez ao ano

para a *Tirolerfest*, servindo como depósito nos demais dias. Localizada em uma parte pouco conhecida da cidade, enfatizando o turismo em novas regiões, obtém uma área proporcionalmente grande, sendo possível concentrar diversas atividades em um mesmo local para que o usuário consiga conhecer um pouco da história, música, artesanato e gastronomia da cidade em sua visitação.

Sendo assim, o projeto poderá contribuir para a melhora nas questões de funcionalidade, estética e conforto, tanto para o produtor e o artesão, como para o turista e a população em geral, promovendo um ambiente que represente e valorize o seu povo.

3.2 PÚBLICO-ALVO

O mercado público tem como objetivo tornar-se um espaço de comércio e lazer para pessoas de todas as idades, gêneros, religiões e culturas, oferecendo atividades variadas para seus usuários como compra, arte e gastronomia, além de contar um pouco da cultura austríaca da cidade. O mercado apresentará a definição de usuários fixos e transitórios; o público fixo, serão as pessoas que irão trabalhar diariamente, como atendentes, recepcionistas, funcionários, setor de limpeza e administrativo; público transitório, pessoas que não irão frequentar o local diariamente, como visitantes, fornecedores e locatários.

3.3 DEMANDA

Para que o mercado público tenha capacidade de atender a cidade e visitantes, foi levado em consideração os dados de número populacional do IBGE (2019) e o número mensal de turistas que visitam Treze Tílias. A Tabela 1 apresenta a população do último censo realizado no ano de 2010 e a população estimada da cidade no ano de 2019. Levando em conta o crescimento

populacional do ano de 2010 para o ano de 2019, estimou-se o crescimento populacional da cidade de Treze Tílias para o ano de 2040, apresentado na quarta coluna do quadro; e uma média de 900 turistas mensais (FALCHETTI, 2019). O número final considerado foi de 12.237 pessoas para utilização do mercado, com estimativa de crescimento para 20 anos, representando um crescimento de aproximadamente 40% da população estimada atualmente (IBGE, 2019).

Tabela 1 – População estimada para a cidade e número mensal de turistas

Cidade	População último censo (2010)	População estimada (2019)	População estimada (2040)
Treze Tílias	6.341	7.840	11.337
Turistas	900	900	900
Total	7.241	8.740	12.237

Fonte: os autores (2020).

4 PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ-DIMENSIONAMENTO

O programa de necessidades foi desenvolvido baseado em estudos de caso, sendo analisadas as necessidades de espaços de lazer e convívio entre pessoas da cidade de Treze Tílias e sua região.

Para o cálculo e pré-dimensionamento de cada ambiente, as referências utilizadas foram de Buxton (2017) e Neufert (2006). Conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Programa de necessidades geral

SETOR	ÁREA TOTAL
Administrativo	300,67
Áreas de Convivência	1457,6
Comércio	572,09
Serviço	230,9
Estacionamento	781
Metragem total dos ambientes	2561,26
Paredes e Circulações (15%)	384,19
ÁREA TOTAL A SER CONSTRUÍDA	2945,45
ÁREA DE ESTACIONAMENTO DESCOBERTO	781

Fonte: os autores (2020).

4.1 ANÁLISE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

O terreno está localizado no parque de exposição Johann Otto Küng, na rua Domingos Perondi, Bairro Lindner, na cidade de Treze Tílias, próximo a saída para Salto Veloso. Abrange uma área total de 10.881,14 m², da qual 2.863,92m² fazem parte de uma área de preservação permanente, onde não é possível edificar. O local pertence à Prefeitura Municipal de Treze Tílias sendo utilizado apenas para uma festividade, servindo como depósito nos demais dias. Na Figura 3 é possível observar a localização do terreno.

Figura 3 – Localização do Terreno



Fonte: os autores (2020).

O terreno dispõe dos elementos necessários para a implantação do projeto, como água encanada, energia elétrica, postes de luz, sistema de tratamento de esgoto e galerias pluviais. O mesmo está localizado mais distante do centro da cidade e com poucos atrativos turísticos em seu entorno, sendo um ponto positivo pelo fato de que o objetivo do trabalho é implantar um novo ponto de visitação.

A Nordeste o terreno recebe o sol da manhã, onde dispõe de uma área de preservação permanente, setor de serviço, administrativo e restaurante. A fachada Noroeste, que recebe o maior período de insolação diário e durante o ano, está situado o estacionamento, lanchonetes e uma das entradas. A Sudoeste, o terreno fica voltado para a Rua Domingos Perondi onde a fachada principal recebe insolação da tarde, fazendo-se necessário o uso de artifícios que bloqueiem o pico de radiação solar que ocorre nesta fachada devido à localização da parte de frios e hortifrúti. A fachada Sudeste fica voltada para a rua Lucia Klotz, onde está situada a parte de artesanatos recebendo pouca insolação. O acesso principal do terreno está localizado a Sudoeste. Os ventos predominantes estão a Nordeste.

De acordo com a Lei Complementar 112/2018, o terreno está situado na Zona de Expansão Turística (ZET). O objetivo desta zona é incentivar a expansão turística no município e se adequar as características austríacas, já citadas acima. O uso 5 que se aplica a comércio varejista e prestação de serviços 2 (TREZE TÍLIAS, 2007), estes que se encaixam no projeto proposto.

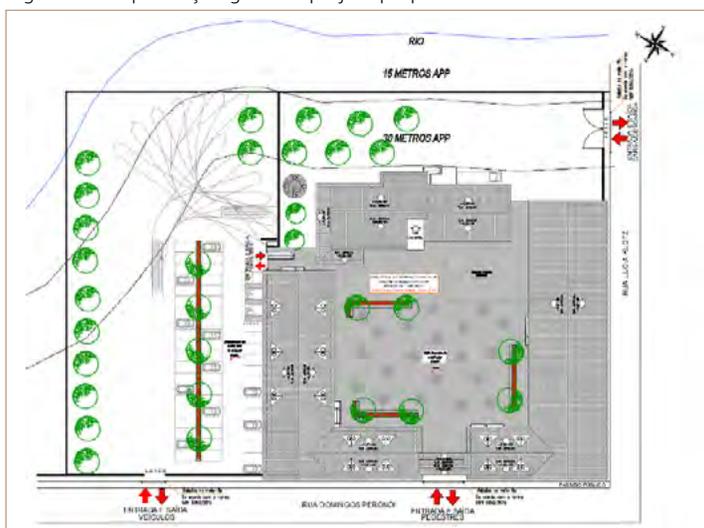
5 CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO

A proposta do presente trabalho parte do conceito de integração cultural, como já citado “Treze Tílias (*Dreizehnlinden*), encanta por manter viva a sua cultura, preservada na arquitetura, culinária, escultura, dança e música” (TREZE TÍLIAS, *on-line*), se encaixa no contexto de integração cultural sendo compreendida como uma ação, processo ou resultado, assimilando indivíduos de origem estrangeira ao da nação, tornando-se um único corpo social. Associando assim a cidade de Treze Tílias, localizada no Brasil, com a cultura e características austríacas.

Com base no conceito de integração cultural de Treze Tílias, o partido arquitetônico unirá duas culturas que juntas formam literalmente a história de Treze Tílias (Figura 4). Enriquecendo os traços típicos da cultura austríaca,

elucidando a história, civilização antiga e cultural, que será simbolizada pelo mercado público, e se integrando a área de Preservação Permanente presente no terreno, que simboliza o Brasil com suas áreas verdes, florestas e belezas naturais. Proporcionando experiências culturais, com exposições, apresentações e gastronomia; e também o lazer com espaços agradáveis de recreação ao ar livre com atividades externas, fazendo com que o turista e a população local tenham diversos entretenimentos em um único espaço.

Figura 4 – Implantação geral do projeto proposto



Fonte: os autores (2020).

5.1 ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UM MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL NA CIDADE DE TREZE TÍLIAS (SC)

O projeto visa a revitalização da área existente do parque de exposição Johann Otto Küng, sendo de 1.457,14 m² e uma ampliação de 1.487,89 m² para acomodar novos setores do mercado; totalizando uma área total construída de 2.945,03 m², na Figura 5 é possível observar as áreas revitalizadas, demolidas e ampliadas e Figura 6 a fachada da edificação existente.

Atualmente a fachada principal é pela rua Domingos Perondi, saída para Salto Veloso. Para a revitalização da edificação existente será alterado o layout interno, fachada principal e telhados.

Figura 5 e 6 – Mapa chave de área revitalizada, construída, demolida e fachada atual



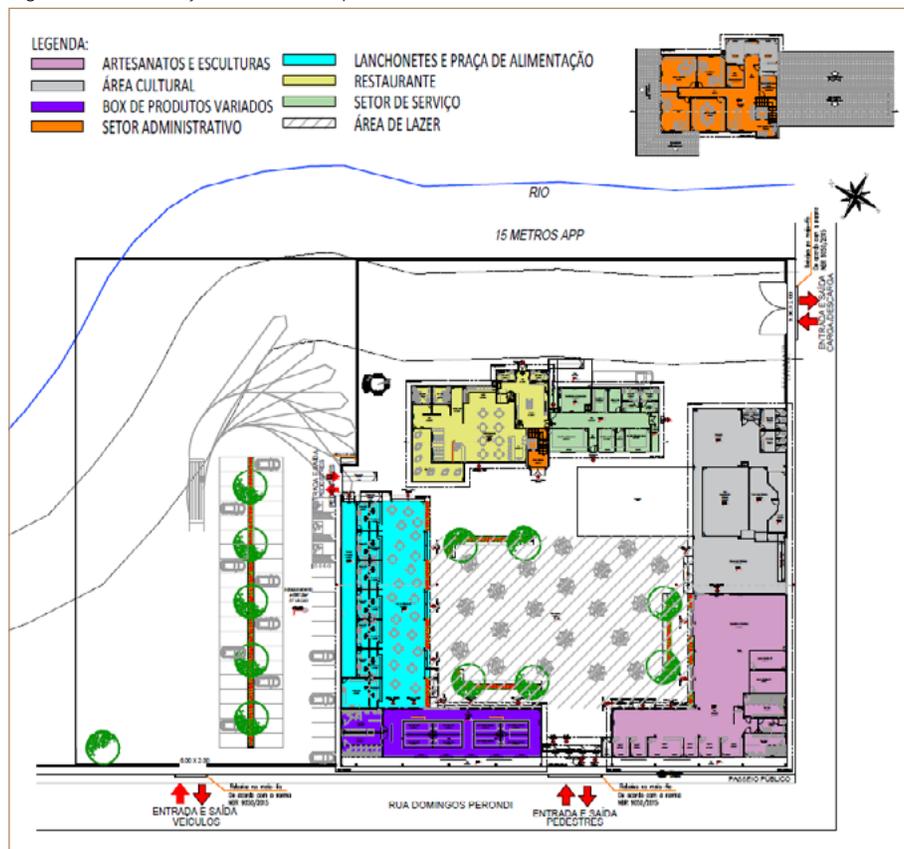
Fonte: os autores (2020).

O mercado público, dispõe da entrada principal, de pedestres feita pela rua Domingos Perondi, e por dois acessos secundários, sendo esses do público em geral e para carga/descarga, com entrada restrita.

A setorização do mercado está dividida em comercial, cultural, serviços e administrativo, conforme expresso na Figura 7. A edificação apresenta em sua totalidade pavimento térreo, onde estão dispostas as lanchonetes, comércio de produtos e artesanatos, área cultural para apresentações e áreas de lazer. No edifício 1 conforme a Figura 8 estão dispostos o restaurante e área de serviço no pavimento inferior e setor administrativo no pavimento superior.

Seguindo o partido do projeto, nas fachadas foram utilizadas características da arquitetura de Treze Tílias, como já citado, assim como a arborização em seu entorno e interior. Como é possível observar nas Figuras 9 e 10.

Figura 7 – Setorização do mercado público



Fonte: os autores (2020).

Figura 8 – Edifício 1



Fonte: os autores (2020).

Figura 9 – Fachada Principal do mercado público



Fonte: os autores (2020).

Figura 10 – Perspectiva do mercado público



Fonte: os autores (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos conclui-se que Treze Tílias recebe muitos turistas anualmente, que geralmente ficam na cidade entre 2 e 3 dias. A implantação do mercado público visa proporcionar para o município um local para visitação, exposição, cultura e lazer. Com a construção da edificação o visitante poderá passar mais dias na cidade, conseqüentemente aumentando o fluxo em setores como hotelaria e gastronomia.

Além de elucidar o valor histórico-cultural da cidade e preservando sua história, sendo transmitida através da arquitetura e atividades diversas que o local proporciona.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.424, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Marcos conceituais. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: **Ministério do Turismo**, 2006.

BRASIL. Turismo Cultural: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 3. ed. Brasília: **Ministério do Turismo**, 2010.

BUXTON, Pamela. **Manual do arquiteto**: planejamento, dimensionamento e projeto. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.

CARDOZO, Poliana Fabíula. **Possibilidades e limitações do turismo étnico: a presença árabe em Foz do Iguaçu**. Dissertação (mestrado) –Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2004.

DANIELLI, Leonardo; MACKMILLAN, Vanderli Machado. Mercado Público: Tipologias e Sociabilidades do Ambiente Urbano. *In*: I Simpósio Nacional de Geografia e Gestão Territorial e XXXIV Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, 2018. Anais eletrônicos [...] Disponível em: <http://anais.uel.br/portal/index.php/sinagget/article/view/478/417>.

DE SOUZA, Monica Carvalho. **Vila Típica Austríaca para Eventos e Exposições na Cidade de Treze Tílias (SC)**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação de Arquitetura e Urbanismo) - Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Videira, 2019.

FALCHETTI, Werydiana. **Secretária de turismo, indústria e comércio de Treze Tílias**. [Entrevista cedida a] Laismara Falchetti. Treze Tílias. 05 mar. 2020. Entrevista concedida para a elaboração do presente Trabalho de Conclusão de Curso.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 4 ed. 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas. 6 ed. 2008

GRÜNEWALD, R. A. **Turismo e etnicidade. Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, out. 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832003000200008>. Acesso em: 10 mai. 2020.

GUIMARÃES, Vivian Gertrudes Buchholtz. **Transformações socioeconômicas decorrentes da expansão do turismo cultural: O caso de Treze Tílias – SC**. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Turismo e da Hotelaria) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2008.

IBGE. **Treze Tílias**, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/treze-tilias/panorama>. Acesso em: 21 mar. 2020.

LEMOS, Iomara Scandelari; FREGA, José Roberto; SOUZA, Alceu. A cultura local como estratégia de desenvolvimento sustentável do turismo em Treze Tílias, SC. **Revista Brasileira de Estratégia**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 59-74, jan./abr. 2009.

MURILHA, Douglas. **O higienismo e a construção dos matadouros e mercados públicos**. 2011. 292 p. Monografia (Especialização em Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, 2011.

NEUFERT, Ernst. **Arte de projetar em arquitetura**: princípios, normas e prescrições sobre construção, instalações, distribuição e programa de necessidades, dimensões de edifícios, locais e utensílios. Tradução da 21. Ed. Alemã. 13 ed. São Paulo, Gustavo Gili do Brasil, 1998.

PINTAUDI, Silvana Maria. **Os Mercados Públicos: metamorfose de um espaço na história urbana**. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/505/537>. Acesso em: 21 mar. 2020.

SERVILHA, Mateus de Moraes; DOULA, Sheila Maria. O mercado como um lugar social: as contribuições de Braudel e Geertz para o estudo socioespacial de mercados municipais e feiras. **Revista Faz Ciência**, v.11, n.13 jan. /jun. 2009, pp. 123-142.

TREZE TÍLIAS. 2019. Disponível em: <https://www.trezetilias.com.br/>. Acesso: 09 mar. 2020.

TREZE TÍLIAS. Lei Complementar Nº 112, de 15 de maio de 2018. Altera Tabelas Zit e Zet da Lei Complementar 023/2007 que instituiu O Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal e dá outras providências. **Anexo I – Tabela ZIT e ZET**. Câmara Municipal de Vereadores: Treze Tílias, 2018.

TREZE TÍLIAS. Lei Complementar Nº 23, de 28 de dezembro de 2007. **Plano Diretor**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, dispõe sobre as normas, fixa objetivos e diretrizes urbanísticas do Município de Treze Tílias e dá outras providências. **Câmara Municipal de Vereadores**: Treze Tílias, 2007.

TREZE TÍLIAS. LEI Nº 1312, de 07 de Dezembro de 1999. Altera redação da Lei 931/93 de 24/08/93 que dispõe sobre os critérios das edificações em estilo típico tirolês e dá outras providências. Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias - Sc, 29 dez. 1999. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/t/treze-tilias/lei-ordinaria/1999/131/1312/lei-ordinaria-n-1312-1999-altera-redacao-da-lei-931-93-de-24-08-93-que-dispoe-sobre-os-criterios-das-edificacoes-em-estilo-tipico-tiroles-e-da-outras-providencias>.

CENTRO CULTURAL: UMA PROPOSTA PARA VIDEIRA – SC

Thailine Andrioni Sasso¹
Juliana Aparecida Biasi²
Jeferson Eduardo Suckow³

Resumo: O presente trabalho tem como principal objetivo buscar referências teóricas e legislações, para embasar a futura elaboração de um anteprojeto para um centro cultural na cidade de Videira (SC). É visível na cidade a necessidade de um local adequado para prestar serviços de lazer e educação para a sociedade, como forma de desencadear práticas sociais, e de convívio, assim como, incentivar em condutas culturais. O conhecimento para futura elaboração de anteprojeto foi adquirido por meio de pesquisa qualitativa, estudo de referenciais teóricos e estudos de caso com usos semelhantes ao proposto para o centro cultural. Com o estudo foi perceptível a fragilização dos meios de disseminação cultural, em decorrência foi analisada a ausência de um local adequado, que garanta uma arquitetura que abrigue os usos previstos, também é imprescindível que seja acessível aos usuários. Ao mesmo tempo em que fomente a integração entre municípios e visitantes agregando valor turístico à cidade.

Palavras-chave: Arquitetura. Centro Cultural. Anteprojeto. Turismo.

1 INTRODUÇÃO

Situada no vale do Rio do Peixe, Videira é a capital catarinense da Uva, do Espumante e o berço da Perdigão. Seu desenvolvimento se deu em torno da implantação da estrada de ferro, que cruza o Rio Grande do Sul até São Paulo. Em busca de melhores condições de vida, alemães e italianos colonizaram a região, disseminando seus costumes e tradições.

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: thailinesasso@hotmail.com.

² Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br.

³ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: jeferson.suckow@unoesc.edu.br.

Segundo Neves (2013) centros culturais têm o poder de acolher diversas expressões culturais de modo a disseminá-las com leveza. Apresentam de múltiplos usos, abrigando espaços onde pesquisas bibliográficas podem ser elaboradas, realização de atividades em oficinas, exposições, filmes, teatros, entre outras atividades. São locais para cultura viva, por meio da arte, das exposições, criatividade, críticas e vivências pessoais.

“Quem entra em um centro cultural deve viver experiências significativas e rever a si próprio e suas relações com os demais” (NEVES; 2013, p. 3).

Esses espaços ainda precisam criar vínculos com a sociedade, precisam estar envolvidos com as necessidades do mundo moderno, como uma importante fonte de disseminação cultural (NEVES; 2013).

Videira, mostra-se defasada quando o assunto é a divulgação e a preservação cultural, existindo hoje na cidade o Centro de Eventos Vitória (CEVI), localizado na região central da cidade, e que não apresenta estacionamento próprio, gerando acúmulo de veículos em uma das principais ruas comerciais, e também o Centro de eventos no Parque da Uva, sem estrutura adequada para receber eventos culturais.

Outro ponto agravante é o fato de o CEVI ter suas atividades voltadas principalmente para musicistas, deixando as demais áreas das artes desamparadas.

Com a visível fragilização dos meios de difusão cultural na cidade, se faz necessária a criação de novos espaços de preservação da cultura local, para que possa abrigar os movimentos inseridos no povo videirense desde a chegada de seus colonizadores.

Conforme o Ministério do Turismo (2010), a pluralidade cultural brasileira representa uma das mais ricas fontes de especulação turística, assim como patrimônio cultural. O turismo deve sempre ser estabelecido como meio de fortalecer uma cultura, dessa forma, a atividade turística vem como um

conservador do patrimônio cultural e promoção do seu valor econômico. Consoante ao exposto, surge o questionamento: Como projetar um Centro Cultural na cidade de Videira, que fomente a preservação cultural e agregue valor turístico à cidade?

Em concordância com as pautas levantadas, a justificativa da escolha do tema se dá como meio de preservação cultural e criação de um local adequado para exposições de artesões locais, debates acerca de outras culturas, exposições artísticas, teatros, danças, workshops, minicursos, entre outros.

A criação desses espaços se faz necessário como atrativo ao público videirense e aos turistas. Consequentemente a edificação passa a abrigar de maneira adequada raízes e histórias de uma cultura tão esplêndida quanto a brasileira, em conjunto com as vivências videirenses.

2 METODOLOGIA

A pesquisa adotada tem caráter exploratório, com a busca por referenciais teóricos, normativas e legislações municipais, estaduais e federais visando a maior familiaridade com o problema, seguida da construção de hipóteses para a obtenção de um resultado mais preciso.

Foi possível por meio da busca de referenciais teóricos o desenvolvimento de programa de necessidades e pré-dimensionamento, com o uso de literaturas como Neufert (1976) e Littlefield (2011). O programa de necessidades tem por encargo entender quais são os espaços necessários no projeto, visando o conforto, o bem-estar e a acessibilidade aos usuários. Com o programa de necessidades é possível descrever a função de cada setor, sendo eles:

Setor de Serviços: setor encarregado pelos elementos responsáveis pelo bom funcionamento do espaço cultural, cafeteria, limpeza, segurança, manutenção, etc.

Setor Administrativo: setor responsável por administrar os recursos financeiros, exposições, organizar os cursos, horários e gerenciar as atividades no geral;

Setor Público: espaço aberto para toda a população, com áreas para divertimento, aprendizado e lazer;

Setor Educacional: salas de aula e espaços destinados ao aprendizado e prática de marcenaria, pintura, artesanatos, entre outros.

Enquanto o pré-dimensionamento considera as metragens mínimas necessárias para cada ambiente a ser projetado, levando como fator crucial a ergonomia do usuário. Os ambientes precisam estar separados em setores: o público de livre acesso, contando com os ambientes para exposições, convivência, horta e pomar; o setor de serviços destinado aos servidores; o setor de administração, apenas para funcionários e o setor educacional, apresentando fluxo controlado.

Em seguida foi iniciada uma pesquisa qualitativa entre terrenos realizando a comparação de topografia, zoneamento, código de obras, sistema viário, leis e legislações pertinentes, normativas de segurança, morfologia e tipologia urbana constituindo um levantamento crucial para inserção da edificação no centro urbano com maior adequação para o uso. Verificação da infraestrutura urbana, essa engloba levantamentos acerca da iluminação pública, presença de passeios calçados, pavimentação asfáltica ou em pedra, facilidade de acesso, e coleta seletiva de lixo.

Parâmetros como condicionantes físicas e ambientais de cada terreno também foram levantados, para a pesquisa foram observados dados referentes as temperaturas médias da cidade, verificação no mapeamento do território brasileiro, em zonas bioclimáticas fornecido pela NBR 15220 - parte 3 de 2003. Verificação in loco do posicionamento do norte em cada terreno, como forma de garantir o máximo aproveitamento de luz e ventilação natural.

A partir da decisão do terreno foram desenvolvidos conceito e partido. O conceito é um mecanismo utilizado como norteador de ideias em um projeto, no centro cultural é adotado o conceito de preservar as raízes videirenses reforçando a identidade cultural. Enquanto o partido exprime na edificação por meio de métodos e materiais o conceito adotado, o centro cultural recebe tratamento em madeira, homenageando índios e colonizadores que moldavam o material seja para casas, seja para utensílios de caça e defesa. Também será presente a utilização da serralheria, remetendo à coragem daqueles que trouxeram o progresso a terras longínquas por meio da estrada de ferro.

A vitivinicultura fará parte do centro cultural, juntamente com a horta e pomar comunitários, que poderão ser contemplados e agraciados pela população.

Como último passo de desenvolvimento adotado se deu a elaboração de anteprojeto arquitetônico.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 CULTURA

Na visão de Botelho (2001, p. 74.) "A cultura é tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando".

Santos (1983), ao tratar e discutir cultura considera importante compreender a multiplicidade da existência humana, seus conflitos, costumes e relações. As suas particularidades são complexas e mutáveis, são essas características que unem e afastam agrupamentos humanos.

Botelho (2001) ainda se posiciona afirmando que o importante para a cultura é a interação social, à vista disso surgem os modos de pensar, agir, os posicionamentos sociais e de interação. É a reguladora das interações de uma população, repassa entre gerações questões de democracia e

identidade regional. Consequência da interação é a fusão das várias formas de conhecimentos, expressões, a perpetuação no avanço de culturas artísticas, assim como qualidade de vida.

Preservar uma cultura consiste na perpetuação de costumes e histórias, mantendo viva a existência de um povo. Em um mundo globalizado a preservação cultural é um ganho inexprimível.

Para Vygotsky (1929) o desenvolvimento cultural está pautado em três pilares importantes: em si, para os outros e para si. Assim o indivíduo sofre influência dos outros para que ocorra a definição de seu íntimo.

Nesse contexto, Vygotsky (1929) ainda defende que todo o cultural, é social. Com base nesse pensamento é perceptível que o impacto da cultura na sociedade afeta o modo com que o indivíduo se relaciona com o meio, resultando na sua formação social, postura e modo de agir.

3.2 FORMAÇÃO DA CULTURA VIDEIRENSE

Videira é uma cidade catarinense situada no Meio Oeste do estado, em específico no Vale do Rio do Peixe. Em 1918, iniciou o desenvolvimento da pequena Vila do Rio das Pedras. No ano de 1921, teve seu nome alterado para Perdizes. O nome Videira foi de fato consolidado em 1944, diante do grande centro vitivinicultor que estava em ascensão perante o estado (VIDEIRA, 2018).

Com o final da Guerra do Contestado e a ampla propaganda das companhias colonizadoras, a estação do Rio das Pedras passou a receber cada vez mais famílias que buscavam um pedaço de terra para criar raízes, resultado da volumosa instalação de pessoas a estação Rio das Pedras logo passou a ser chamada de Vila Perdizes (SCAPIN, 1997).

A intensificação da propaganda de terras férteis foi muito difundida no Rio Grande do Sul, resultando na migração dos italianos, alemães e um número

reduzido de poloneses. Dessa forma, não apenas os imigrantes diretos da Itália ou da Alemanha se instalaram em terras catarinenses, mas também a 2ª geração nascida no Brasil se instalou na região de Vila Perdizes (SCAPIN, 1997).

Outro atrativo além da terra fértil e muito produtiva, foi a facilidade de escoar a produção que a estrada de ferro oferecia, com a promessa de trabalho muitos colonos do Rio Grande do Sul vieram se instalar na região (LARA *et al.*, 1978).

Para Scapin (1997), o estopim da emancipação política da cidade foi de fato verificado em 1942 com a realização da Primeira Festa da Uva, evento que atraiu pessoas e prefeitos dos arredores. Durante a festa foi verificada a grandiosidade do povo e também o poder que esses teriam de conduzir suas próprias decisões.

Na década de 30 os distritos de Vitoria e Perdizes já eram detentores de todos os pré-requisitos para formação de um município. Em 1936 o primeiro movimento emancipacionista surge, com infelicidade o grupo que se movimentou em busca da emancipação não obteve grandes feitos. Entretanto em 1942 um novo memorial é entregue ao Dr. Nereu, ainda sob os holofotes e com grande repercussão estadual da Primeira Festa da Uva (SCAPIN, 1997).

Em novembro de 1943 Nereu Ramos faz uma visita à região, encontrando um povo unido, lutando com força e bravura, conduzido em prol de um único ideal, nesse momento era impossível restar qualquer dúvida sobre a capacidade desse povo conduzir e buscar sozinhos seus próprios caminhos. Com isso, em 04 de janeiro de 1944, o Decreto Estadual número 2.942 estabelece a emancipação política do município de Videira (SCAPIN, 1997).

4 CENTRO CULTURAL

O acesso à cultura é direito de todas as pessoas, ao tempo que esse direito não é abrangente em todas as classes sociais. Intervenções se fazem

necessárias. E com isso, os centros culturais permitem que seus usuários tenham acesso à informação, cultura, criatividade, etc (ESPOLADOR; BORGES, 2018).

Do ponto de vista de Neves (2013) os centros culturais além de agregar valor econômico, possibilitam mudanças, renovações e recuperações do ambiente inserido. São espaços onde todas as ramificações das artes, culturas, literaturas, pintura, esculturas e música podem conviver de igual maneira.

Esses espaços devem visar sempre pelas ligações com a sociedade, assim como integralizar diferentes grupos sociais por meio da arquitetura, abrangendo um bom dimensionamento de ambientes, qualidade de iluminação e ventilação, democratização de ambientes, locais para convívio, acessibilidade, etc. (NEVES, 2013).

Em função disso, eles podem ser multiuso. Os centros culturais são espaços desenvolvidos centralizando várias áreas do conhecimento em prol da propagação independente de todos os objetos culturais (NEVES, 2013).

5 ANÁLISE DOS USUÁRIOS

A população estimada pelo IBGE na cidade de Videira (2018) era de 53.610 pessoas, com predominância de jovens entre 20 a 29 anos (IBGE, 2017).

Com o levantamento dos dados etários é possível distinguir que o espaço cultural precisa ser adequado para receber diferentes intervalos de idades, todos os dias da semana com atividades específicas para cada público.

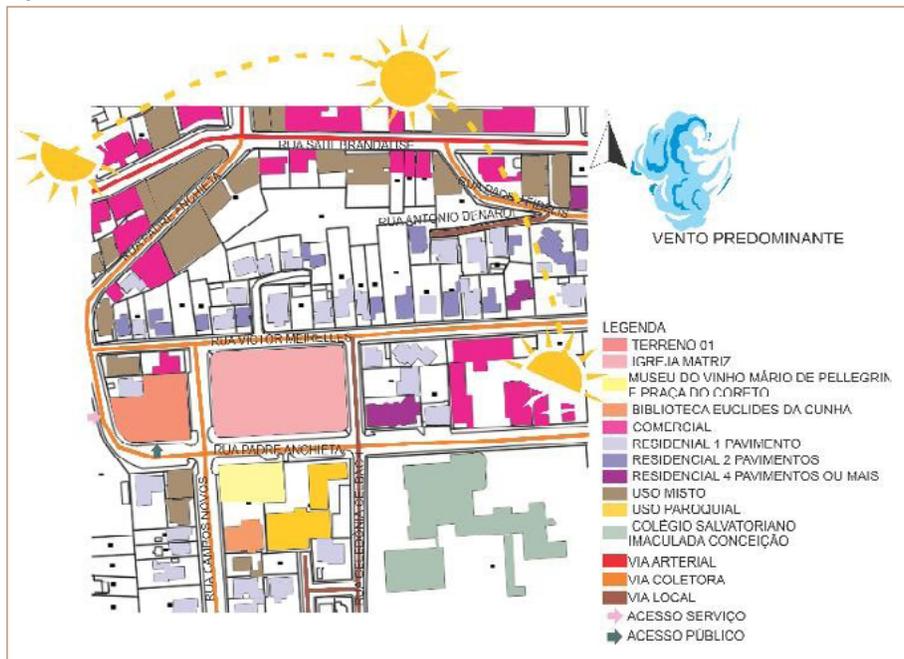
O ambiente também precisa abrigar de maneira adequada os servidores, sendo eles: limpeza, manutenção, administração, professores, etc. Com isso é clara a informação de que o ambiente terá dois fluxos; os contínuos constituídos pelos funcionários e os temporários constituído pelos visitantes e terceirizados.

6 RESULTADOS

A partir do levantamento de dados já listados é possível verificar as análises dos terrenos.

O terreno "a" está localizado no bairro Matriz, Rua Padre Anchieta, esquina com a Rua Campos Novos, a área pertence à Prefeitura Municipal, conta com aproximadamente 1.979 m² e encontra-se sem edificações. Situado em frente à Igreja Matriz. Devido a sua topografia é possível projetar uma edificação com grande aproveitamento em até 3 pavimentos, fazendo com que a cobertura abrigue horta e pomar comunitários, como mostra a Figura 01.

Figura 1 – Terreno A



Fonte: Os autores (2021).

O terreno está localizado em uma das regiões mais altas de Videira (SC), em suas proximidades está localizada uma das principais ruas comerciais

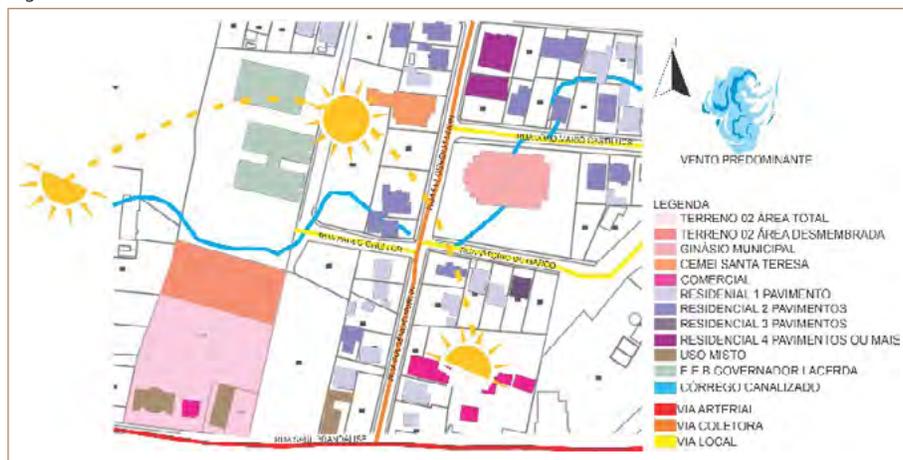
da cidade, a Rua Saul Brandalise. Próximas a esse ponto também estão locadas edificações importantes, como a Igreja Matriz, o Museu do Vinho Mario de Pellegrin, a Praça do coreto, a Biblioteca Euclides da Cunha, pontos que fazem parte do eixo cultural municipal. Os usos nas imediações são de predominância residencial em até 2 pavimentos. O terreno está localizado em uma via coletora, apresentando movimento predominante em horários de pico, 7:00-8:00, 11:30-13:30 e das 17:30-19:00 horas. Durante finais de semana, feriados e fora dos horários de grande circulação, o movimento na via é reduzido. As ruas exibem pavimentação asfáltica, os acessos são facilitados pela existência de acostamento. O terreno não apresenta ponto de ônibus nas proximidades. Os principais pontos de táxi e ônibus da cidade ficam locados na Praça Nereu Ramos, essa está distante 700 metros, o local ainda apresenta iluminação pública, abastecimento de água e coleta seletiva, vias de acesso asfaltadas contanto com a presença de passeios calçados.

Quanto a verificação de insolação do terreno é possível afirmar que a face voltada para a Rua Padre Anchieta é a que apresenta incidência solar majoritariamente no final da tarde, dispondo de parcelas voltadas ao sul sem incidência solar e menor influência dos ventos. Enquanto a Rua Campos Novos e a fachada confrontante com vizinhos, representam as faces do terreno com maiores horas de exposição solar e predominância de ventilação natural.

Enquanto o terreno "b", está localizado no bairro Santa Tereza, próximo às ruas Saul Brandalise uma das principais ruas comerciais da cidade, e Fulgêncio Furlin, em frente à Escola Básica Governador Lacerda, seu entorno é predominante residencial em até 2 pavimentos, apresenta comércios de bairro pontuais. O terreno é de propriedade privada, conta com aproximadamente 7.000 m², abrigando um prédio de 7 pavimentos e uma casa de 2 pavimentos, sendo a sua maior área em desuso. Para isso é proposto o desmembramento de cerca de 2.000 m², onde o novo acesso se daria pela via local, Rua Paulo Gheller, mesma via que permite o fluxo para a escola. O local de estudo ainda apresenta um córrego canalizado. De acordo com a IN 70, em caso de

canalização de cursos de água, se faz necessária a irrefutável e necessidade de uma faixa de no mínimo 15 metros de cada lado, para manutenção do trecho, assim como, a área de inundação sejam mantidas (IMA,2015). As informações apresentadas são facilmente verificadas na Figura 02.

Figura 2 – Terreno B



Fonte: Os autores (2021).

O terreno apresenta topografia predominante plana e sem a existência de qualquer impedimento da edificação ser desenvolvida em até 4 pavimentos. Suas vias apresentam baixo fluxo de veículos mesmo durante o horário de pico, sendo o maior fluxo em momentos de entrada e saída de alunos na escola, o acesso é facilitado devido à tranquilidade das vias, dispondo de espaço para chegada de ônibus e veículos de serviço. Existe ainda a possibilidade de divisão de fluxos de acesso, em fluxo de serviços e fluxo de visitantes. A área não dispõe de ponto de ônibus próximo, os principais pontos de ônibus e táxi ficam localizados na Praça Nereu Ramos, distante cerca de 2km do local, é visível ainda a presença de iluminação pública, coleta seletiva e abastecimento de água, a pavimentação asfáltica é inexistente em pontos específicos assim como os passeios calçados.

Com a verificação do posicionamento do norte no terreno, se faz visível que a testada localizada na rua Fulgêncio Furlin, recebe a influência do sol da manhã, da mesma forma que a face localizada na rua Paulo Gheller será o local com predominância de insolação e ventilação natural, essas duas fachadas caracterizam a localização ideal para ambientes de longa permanência, proporcionando melhores condições de conforto para o usuário. As faces voltadas para a rua Saul Brandalise e a face confrontante com o terreno vizinho, constituem as localidades com menor incidência solar e ventilação, para essas áreas é recomendada a instalação de ambientes de curta permanência.

Com o levantamento de pontos positivos e negativos em cada terreno foi possível fazer a escolha daquele que mais apresentava condições propícias para o recebimento e instalação do centro cultural, dessa forma o terreno "a" ainda que com maior necessidade de intervenções humanas devido à sua topografia em desnível, se torna mais atrativo em decorrência ao fato de estar mais próximo ao eixo cultural, a pontos de transporte e com facilidade de acesso a comércios variados. As ruas no entorno são tranquilas e não oferecem grande fluxo de veículos, facilitando o acesso aos visitantes. A predominância de residências no entorno resulta em um ambiente calmo, a posição estratégica junto à rua Saul Brandalise, potencializa o consumo em comércios locais, enquanto a sua disposição no alto proporciona uma vista singular da cidade. O seu posicionamento em uma esquina potencializa a setorização dos acessos. Devido à insolação e seu posicionamento em frente à Igreja Matriz, a cobertura do centro cultural é o local mais apropriado para a criação de uma horta e pomar comunitário, assim como um local para contemplação, tornando-se extensão da praça em frente à Igreja e não interferindo na vista da cidade para a Igreja.

O anteprojeto acontece em 3 pavimentos mais a cobertura. É possível verificar na Figura 03 a planta do pavimento térreo. Para a sua elaboração foi necessário respeitar as imposições legais prescritas no código de obras municipal, como afastamentos, número de vagas de garagem, arborização em

estacionamentos externos, entre outros. Para facilitar o acesso, duas entradas foram criadas: a principal locada, na fachada frontal, pode ser verificada na imagem pela seta roxa, localizada na rua Padre Anchieta; e uma entrada secundária, locada dentro da garagem, exemplificada pela seta amarela, essa medida foi adotada visando o melhor fluxo para os visitantes. Como forma de atender ambos os fluxos de entrada, é criada uma área de recepção central, que pode orientar os visitantes para os próximos pavimentos por meio de elevadores e uma escada caracol, como também existe a possibilidade de contemplação e visitação na área de exposições. Locado no pavimento térreo ainda estão as áreas técnicas, o setor de manutenção, o reparo e preparação das exposições, assim como banheiros para o público e funcionários.

Figura 3 - Térreo



Fonte: Os autores (2021).

A Figura 04 mostra a planta do primeiro pavimento. Nesse andar estão locados os setores administrativos e de serviços. A área frontal do edifício

abriga o setor administrativo, esse conta com área de espera e recepções próprias, sala administrativa, sala de reuniões, arquivo morto e almoxarifado e sala de gerência. Na parte posterior do edifício, estão locadas as áreas de serviço, essa escolha de separação foi adotada como forma de garantir o máximo conforto para ambos os setores. Locados nessa região estão a sala dos professores, banheiros, vestiários, lavanderia e sala multiuso. Ainda, voltado para o norte está locada a copa e área de descanso dos funcionários, com aberturas que garantem a máxima ventilação, e iluminação adequada para um ambiente de permanência curta, mas que precisa ser confortável e garantir a máxima de saúde e bem-estar. Ainda no pavimento é possível verificar o aproveitamento da cobertura da garagem como uma área verde de contemplação, descanso e esparecimento, nessa região é possível encontrar árvores frutíferas, bancos e espaços para relaxamento.

Figura 4 – 1º pavimento



Fonte: Os autores (2021).

Na Figura 05 está apresentado o segundo pavimento, nele estão locadas as áreas de oficinas e convivência. Na parte frontal está locada uma área verde com mesas, essa funciona como espaço externo para lazer e convivência. Já na área social do pavimento é possível encontrar uma cafeteria com espaço para mesas, na região posterior do pavimento ficam locadas as salas de pintura, costura, artesanato, marcenaria voltada majoritariamente para o norte, e salas de ioga voltadas para oeste e também para a área verde, fornecendo mais calor para salas onde os alongamentos musculares são trabalhados, proporcionando um ambiente atrativo e confortável, um espaço propício para relaxamento e bem-estar. Todos os ambientes contam com grandes aberturas fornecendo ventilação natural para os espaços.

Figura 5 – 2º Pavimento



Fonte: Os autores (2021).

A Figura 06 mostra a área de cobertura. Essa área fica no nível da rua em frente à Igreja Matriz, funcionando como uma extensão da praça, sem

encobrir a edificação marco religiosa da cidade e dos munícipes. Como forma de proporcionar a máxima acessibilidade, duas rampas em conformidade com a NBR 9050 (ABNT, 2020) foram criadas para os acessos, essas rampas acontecem no mesmo nível que a copa das árvores do 1º pavimento. Os caminhos recebem acabamento em pedras naturais. Os canteiros são posicionados ornando com a formato da edificação para que a população possa nesses locais plantar e desfrutar de vegetais e hortaliças, ainda existe o posicionamento em áreas específicas de árvores frutíferas, como a pérgola em serralheria que cria um portal com videiras. Ainda existe na cobertura área técnica de caixa de água e um domo em vidro de metal, que abriga a escada caracol, essa permite a circulação vertical por todo o centro cultural.

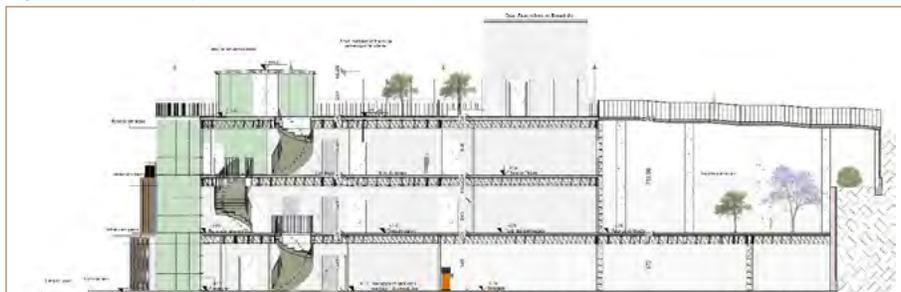
Figura 6 – Cobertura



Fonte: Os autores (2021).

O corte da edificação com a representação do corte de terra realizado no terreno é verificável na Figura 07.

Figura 7 – Corte esquemático



Fonte: Os autores (2021).

Com o corte é possível verificar os cortes de terra realizados no terreno para abrigar o centro cultural de maneira adequada. Pelo corte também é possível entender como a escada caracol acessa verticalmente toda a edificação. Foi adotado em projeto a estrutura metálica com lajes *steel deck*, como forma de proporcionar maior liberdade de criação projetual.

Com as soluções arquitetônicas empregadas em plantas e cortes se fez possível a criação das volumetrias externas e imagens 3D.

É possível verificar na Figura 08 a representação volumétrica em ênfase da fachada oeste, essa abriga principalmente as áreas de recepção, cafeteria, salas de ioga, e setor administrativo, como método aplicado para proporcionar aos usuários a melhor experiência possível essas regiões receberam tratamento com brise-soleil verticais, de forma a amenizar a radiação solar. Na fachada ainda estão abrigados os elementos mais característicos e visuais do conceito adotado, os brises empregados são estruturados em madeira e metal. Elementos ornamentais que marcam a entrada também são estruturados nesses mesmos materiais, a desconstrução com a retirada e adição de volumes proporcionam um movimento a fachada, enquanto a cobertura em vidro permite a integração entre ambientes externos e internos.

Figura 8 – Perspectiva externa



Fonte: Os autores (2021).

Representada na Figura 09 está a área de vegetação locada no primeiro pavimento, os caminhos em pedra criam um espaço orgânico, arborizado com pontos benéficos para contemplação e descanso, ainda proporcionam o alívio das ondas de calor, entregando ao centro cultural um ambiente interno com menor utilização de ventilação artificial.

Figura 9 – Área de contemplação 1º Pavimento



Fonte: Os autores (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento da pesquisa teórica e elaboração de anteprojeto arquitetônico, foi possível perceber a carência por espaços de cultura e lazer, principalmente em centros urbanos menores como é a cidade de Videira (SC).

De modo geral, a criação de um espaço de lazer e cultura é de grande valia, não apenas sendo benéfico para os munícipes, que poderão usar do lugar diariamente, mas também será um espaço que procura fomentar o turismo na região, e um meio de auxiliar na preservação da identidade cultural local

Com a constante fragilização dos meios de preservação cultural, é benéfica a implementação de um espaço que assista nas práticas culturais locais e defenda a valorização de suas raízes, para que esse espaço seja utilizado pela população. O espaço cultural pode assistir no ganho de valor turístico para a cidade, ao integrar o visitante com a história do local.

As soluções arquitetônicas empregadas têm por objetivo o melhor aproveitamento de terreno, em conjunto com a organização de fluxos e espaços. A utilização de áreas verdes, além dos usos para relaxamento e contemplação, tem ainda a função de filtrar as ondas de calor. O centro cultural surge como uma possibilidade de preservação cultural de maneira adequada.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos . 2020. Disponível em: https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15220** - PARTE 3: Desempenho térmico de edificações Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social. Rio de Janeiro: Abnt, 2003.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. **São Paulo Perspectiva**, v.15, n.2, abr 2001 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000200011>. Acesso em: 25 jan. 2023.

ESPOLADOR, Thais Cristina; BORGES, Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes. CENTRO CULTURAL: EVOLUÇÃO E IMPORTÂNCIA NO BRASIL. **Colloquium Socialis**, Presidente Prudente, v. 02, n. Especial 2, p.636-641, jul/dez, 2018. Disponível em: DOI: 10.5747/cs.2018.v02.nesp2.s0347. Acesso em: 25 jan. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Videira**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/videira/panorama>. Acesso em: 05 maio 2021.

IMA – Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina. Instrução **Normativa Nº 70**: retificação e canalização de cursos d'água. Retificação e canalização de cursos d'água. 2015. Disponível em: <https://www.ima.sc.gov.br/index.php/downloads/licenciamento-ambiental/instrucoes-normativas-1/in70>. Acesso em: 12 maio 2021.

LARA, A. A. *et al.* **Videira, Santa Catarina**. Videira: Gráfica Perdigão Ltda, 1978.

LITTLEFIELD, David. **Manual do Arquiteto**: planejamento, dimensionamento e projeto. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. 767 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 96p. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf . Acesso em: 25 jan. 2023.

NEUFERT, Ernst. **Arte de projetar em arquitetura**: princípios, normas e prescrições sobre construção, instalações, distribuição e programa de necessidades dimensões de edifício, locais e utensílios. Tradução: Gustavo Gili do Brasil. 21. ed. alemã. 5. ed. São Paulo: GG, 1976.431 p.

NEVES, Renata Ribeiro. Centro Cultural: a Cultura à promoção da Arquitetura. **Revista Especialize On-line IPOG**, Goiânia, n. 5, v. 2, jul. 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/11115918-Centro-cultural-a-cultura-a-promocao-da-arquitetura.html>. Acesso em: 1 mar. 2021.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.96 p.

SCAPIN, Alzira. **Videira nos caminhos de sua história**. Videira: Prefeitura Municipal de Videira, 1997.

VIDEIRA. **Histórico**. 2018. Disponível em: <https://www.videira.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/74782>. Acesso em: 14 abr. 2021.

VIGOTSKI, Lev S. Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 71, p. 21-44, jul. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000200002>. Acesso em: 25 jan. 2023.

CASA DA MÚSICA: A RELEVÂNCIA DE UM CENTRO DE CULTURA MUSICAL PARA CAÇADOR/SC

Diego Lemos¹
Inara Pagnussat Camara²
Jeferson Eduardo Suckow³
Tatiana Bruna Fabian⁴

Resumo: A música traz a história em si, e transfere a cultura através das gerações. Portanto, viabilizar projetos com as características deste estudo é tão fundamental. A falta de espaços adequados para a prática, estudo e apresentações musicais de forma gratuita e a demanda por vagas nas oficinas municipais são carências a serem supridas. Por isso, desenvolver um anteprojeto arquitetônico para um centro de cultura musical no município de Caçador (SC), que promova acesso a espaços culturais, estimulando a comunidade no reconhecimento da arte como veículo desenvolvimento humano se torna tão relevante. Foram realizados estudos qualitativos, através de materiais científicos e teóricos referentes a música, além da pesquisa de campo, através de questionário, contendo perguntas estruturadas sobre o tema e análise de estudos de caso, buscando a melhor compreensão do funcionamento dos espaços culturais e estudos de possíveis terrenos para a implantação do espaço. Durante o estudo tornou-se evidente a carência da comunidade por espaços adequados, assim como a carência de vagas nas oficinas culturais. Espera-se desenvolver um anteprojeto que promova a cultura, através da sua concepção, e que atenda as demandas espaciais da população. A inclusão social e cultural pode ser incorporada ao edifício. Como ferramenta de transformação e desenvolvimento humano, a arquitetura deve abraçar a cidade.

Palavras-chave: Arquitetura. Escola de Música. Cultura. Inclusão social.

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: doutorreparo@outlook.com.

² Universidade de Lisboa – Faculdade de Arquitetura de Lisboa. E-mail: inara@edu.ulisboa.pt.

³ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: jeferson.suckow@unoesc.edu.br.

⁴ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: arq.tatianafabian@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A cultura permeia toda formação humana e é através dela que estudamos o passado da civilização. Por meio da arte é possível desenvolver a percepção e a imaginação, conceituar o ambiente, analisando a realidade vivida. A arte é o meio mais acessível de entender a cultura de um povo (BARBOSA, 2002).

Etimologicamente a palavra cultura origina-se do latim e significa “cultivar” e está relacionada também às capacidades intelectuais e experiências humanas. Em sentido amplo, a cultura pode ser considerada como o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social (UNESCO, 2002).

A diversidade cultural é característica marcante do Brasil. O país possui muitos agentes semeadores de cultura, sendo os colonizadores portugueses e espanhóis, a população nativa (indígenas), os escravos e imigrantes de todas as partes do mundo, constituintes dessa pluralidade. Essas manifestações culturais encontram sentido nas produções artísticas, nas oficinas de música, dança e teatro iniciadas nas escolas.

Através da aprovação da Lei 11.769 em agosto de 2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas de educação básica, pretendia-se o acesso universal à cultura, desenvolvendo a percepção, a atenção, a concentração, o desenvolvimento de habilidades motoras e emocionais dos alunos.

Como instrumento de transformação social, a música tem o poder de tirar as crianças das telas, das ruas e da marginalidade através da aprendizagem e das relações interpessoais, trazendo uma nova perspectiva.

Nesse contexto, torna-se indispensável que o poder público e a iniciativa privada desenvolvam projetos que viabilizem à comunidade o acesso à cultura, preferencialmente de forma gratuita, proporcionando desenvolvimento

humano. Diante do tema abordado, indaga-se: Qual a importância de um centro de cultura musical que ofereça espaços convenientes ao estudo e prática da música na cidade estudada?

Em Caçador, meio oeste de Santa Catarina, a música se difunde através de vários grupos culturais, da viola caipira às guitarras distorcidas, implantando um cenário eclético na região. Esse multiverso artístico é desenvolvido sem apoio do poder público no sentido espacial e financeiro. Sem estrutura adequada para a realização de ensaios, troca de conhecimento e a armazenagem de equipamentos e periféricos, muitos acabam desistindo.

O interesse pelo assunto surgiu através da percepção que os espaços escolares não oferecem ensino de música para seus alunos, restringindo-se às aulas de artes de forma geral. A municipalidade oferta de forma escassa oficinas de música em apenas duas modalidades, violão e sopro, com vagas e horários muito restritivos, não garantindo o acesso para todos. Além disso, o espaço utilizado atualmente está degradado e não dispõe de condições técnicas para o desenvolvimento das atividades musicais.

Desde a infância houve interesse do autor pela música. Encontrou-se no canto a paixão. Essa habilidade permitiu o aprendizado de diversos instrumentos de forma autodidata. Várias foram as formações, e em 2016 tomou-se a iniciativa de criar um movimento, que além de fomentar o cenário musical através de apresentações, proporcionaria espaços de ensaio e recursos técnicos, além de desenvolver ações sociais relativas.

As associações e coletivos culturais não dispõem de espaços adequados para realizar suas atividades musicais no município. Por conta disso, esses grupos improvisam espaços sem tratamento acústico, reduzindo a qualidade do som produzido, prejudicando a própria saúde e perturbando os moradores nos arredores.

Com isso, entende-se que esta pesquisa é de grande importância para Caçador, possibilitando a compreensão da realidade atual, bem como,

o planejamento de estratégias na oferta de ensino da música e de espaço adequado para todos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A música faz parte do cotidiano do ser humano desde o ventre materno, através de cantigas e versos, para trazer conforto e bem-estar aos bebês, e acompanha o homem ao longo de toda a vida, facilitando o aprendizado da fala, escrita, leitura e aperfeiçoando a motricidade (JEANDOT, 1993).

Na juventude, a música permite a socialização, agrega e caracteriza determinados grupos, evocando um senso de pertencimento tão importante para essa faixa etária. Para Dayrell (2002, p. 133), "a experiência nos grupos musicais assume um valor em si, como exercício das potencialidades humanas".

O indivíduo quando adulto, através de suas experiências, traz consigo histórias e vivências atreladas a música. De forma mais reservada, utiliza a música para contrapor sentimentos e como regulador de humor.

2.1 HISTÓRIA DA MÚSICA

A música acompanha a humanidade desde sua essência e sua manifestação na antiguidade, embora desprovida de valor estético, possuía finalidade cultural e religiosa, afastando maus espíritos, afugentando animais e confeccionando instrumentos (ANDRADE, 1987).

Na antiguidade, todos os povos possuíam em maior ou menor grau, conceitos e práticas musicais. Utilizavam instrumentos de corda, sopro e percussão, além da voz e do próprio corpo. Utilizando a escrita como ponto de partida para o estudo, é razoável supor que foram os sumérios, hebreus,

assírios, egípcios e chineses os primeiros povos a cultivar a música, há mais de 6 mil anos (MONTANARI, 2001). A este respeito, Andrade (1987) atesta:

O que a gente pode afirmar, com força de certeza, é que os elementos formais da música, o Som e o Ritmo, são tão velhos como o homem. Este os possui em si mesmo, porque os movimentos do coração, o ato de respirar já são elementos rítmicos, o passo já organiza um ritmo, as mãos percutindo já podem determinar todos os elementos do ritmo. E a voz produz o som (ANDRADE, 1987).

Para Montanari (2001), na Grécia antiga do século XV a.C., berço da cultura ocidental, eram desenvolvidas competições musicais. A música era considerada remédio para corpo e mente e era utilizada no cotidiano das pessoas (Figura 1). A música estava ligada a todas as representações do povo grego e era fundamental na educação. É notório o desenvolvimento da música através dos gregos, pois era utilizada em vários momentos do seu cotidiano. Era explorada também no estudo das áreas exatas.

Figura 1 - Jovem Herácles atacando seu professor de música – 470 a.C.



Fonte: Ribeiro Jr., (2015).

Os intervalos harmônicos foram especificados no século VI a.C. por Pitágoras, que através de divisões proporcionais da corda vibrante, obteve as sinfonias e diafonias (ANDRADE, 1987). O matemático também desenvolveu a Lira de 8 cordas, derivando do sistema de quatro cordas que era utilizado.

Quando os romanos tomaram a Grécia em 146 a.C., absorveram sua cultura e adaptaram sua realidade utilizando os mesmos instrumentos. O processo de musicalização dos romanos ocorreu lentamente até a era cristã (MONTANARI, 2001).

2.2 A MÚSICA NO BRASIL

No Brasil, nos primeiros séculos da colonização portuguesa, o desenvolvimento musical era prioritariamente ligado à igreja católica. O cargo de mestre de capela era dado a franciscanos musicistas para ensinar o coro na igreja, os quais mantinham o monopólio do ensino na sua jurisdição. Os jesuítas, por sua vez, utilizavam a música como mecanismo de conversão dos indígenas, ensinando gaita, viola, tambor, canto e dança (MARIZ, 1981).

Fucci-Amato (2012, p. 22) cita a carta de Pero Vaz de Caminha a El Rey Dom Manuel: "depois de acabada a missa, quando os portugueses estavam sentados e atendiam a pregação, levantaram-se muitos índios e tangeram corno ou buzina e começaram a saltar e dançar um pedaço". A cultura musical era parte da cultura nativa dos indígenas recém encontrados. Assim, os jesuítas foram considerados os primeiros professores de música no Brasil, utilizando da facilidade de aprendizado da música pelos índios para então catequizá-los.

Já no século XVIII, por conta da estrutura imposta pelo colonizador europeu, o caboclo já catequizado tomava uma posição de esquecimento de sua cultura para mais rapidamente alcançar sua ascensão social (TINHORÃO, 1972). Esse processo de desculturação da música indígena brasileira

enfraqueceu sua influência em comparação com a contribuição africana. O choque ocasionado pelos grandes desembarques de escravos, ricos na manifestação artística, com a bagagem cultural europeia, trouxe grande influência ao que chamamos hoje de cultura brasileira (MARIZ, 1981).

Nesse período, era atribuído aos escravos músicos a atividade musical, formando bandas de música para atender aos seus senhores, que por vezes os vestiam luxuosamente como prova de abundância (TINHORÃO, 1972). A música religiosa perdura no Brasil até meados do Século XIX, mantendo, nessa época, características já abandonadas no continente europeu.

Para Andrade (1987, p. 191), "as manifestações de uma raça ainda muito variada como psicologia, a nossa música popular é variadíssima. Tão variada que às vezes desconcerta quem a estuda." Toda essa ebulição de culturas absorvidas dos portugueses, africanos, ameríndios e espanhóis serviu de base para a técnica tradicional empregada na música popular brasileira.

2.3 EDUCAÇÃO MUSICAL

Incentivar a educação musical desde os primeiros anos de vida interfere positivamente no desenvolvimento cognitivo e motor, estimulando habilidades da fala e dos sentidos, além de contribuir de forma integral para o bem-estar. Para Bréscia (2003), a construção do conhecimento através da musicalização propicia o desenvolvimento afetivo e aumenta a atividade cerebral, melhorando o desempenho, sensibilidade, criatividade, senso rítmico, imaginação, memória, concentração, atenção, autodisciplina, respeito ao próximo, socialização e apreciação musical.

Como ferramenta de ensino, a música faz parte do cotidiano no processo de aprendizagem, mesmo que informalmente, através de paródias, para melhor compreensão de temas propostos (Figura 2).

Figura 2 – Crianças aprendendo música



Fonte: Araújo, (2019).

A educação musical formal chegou às escolas por meio da igreja, através da Coroa Portuguesa, onde o ensino particular elitizado era concentrado na burguesia europeia. Décadas após a independência do Brasil, a disciplina passa a constar na escola regular (FUCCI-AMATO, 2012).

Nesse período, a música era tratada como disciplina separada, repassada por professor exclusivo, mesmo que sem formação acadêmica, o que era escasso na época. Mas havia um momento dedicado exclusivamente a música.

A educação musical permaneceu como disciplina curricular até o início da década de 1970, quando o Conselho Federal de Educação instituiu o curso de licenciatura em educação artística (FUCCI-AMATO, 2012). Desde então, uma lacuna na educação musical foi instalada. Nesses 50 anos em que a educação das artes se concentra em apenas uma disciplina, é notório o esvaziamento cultural nas escolas. A matriz curricular sobrecarrega o professor, que não consegue aprofundar o conteúdo musical.

Loureiro (2012, p. 149) destaca que a perda de identidade da música como disciplina se explica por vários fatores: “esse processo tem seu ponto alto em 1971, com sua transformação num dos componentes da disciplina educação artística”.

A aprovação da lei n. 11.769, de 18 de agosto de 2008, altera o texto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB n. 9.394/96), inserindo o parágrafo sexto no artigo 26: "A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o §2º deste artigo". Porém, o artigo 2º da lei n. 11.769 previa inserir na LDB: "O ensino da música será ministrado por professores com formação específica na área". O artigo foi vetado.

A falta de clareza na legislação brasileira sobre o tema, a falta de professores habilitados em música e as restrições orçamentárias nas escolas de educação básica repercutem na presença do professor polivalente em artes nas escolas brasileiras (SILVA, 2012).

O professor polivalente, sobrecarregado com o ensino das artes que já estavam no programa, recebeu a incumbência de ensinar também a música, conteúdo que exige repetição e tempo. Sendo assim, não consegue disseminar e produzir conteúdo cultural a ponto de envolver a comunidade, e a falta de interação gera distanciamento e falta de comprometimento.

Assim, embora a legislação atual determine a obrigatoriedade do ensino musical nas escolas de educação básica, na prática pouca coisa mudou. Não se trata da formação em música para o professor, mas uma disciplina específica para desenvolver tais habilidades.

2.4 A MÚSICA COMO TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

É evidente o potencial agregador que a participação em grupos formados por um ideal coletivo pode gerar. Vários são os aspectos para o sentimento de pertencimento: o civismo, o resgate cultural e antropológico, o contexto religioso, entre outros. O fator social da música age como liga nas relações interpessoais. Em estudo realizado em uma escola de Porto Alegre, Müller

(2004) observou uma coesão social na prática musical entre os jovens, que se reconheciam nos corredores como integrantes do mesmo grupo.

Para Koellreutter (1998), a educação musical como meio, tem a função de desenvolver a personalidade do jovem como um todo, especificamente:

(...) de despertar e desenvolver faculdades indispensáveis ao profissional de qualquer área de atividade, como, por exemplo, as faculdades de percepção, as faculdades de comunicação, as faculdades de concentração (autodisciplina), de trabalho em equipe, ou seja, a subordinação dos interesses pessoais aos do grupo, as faculdades de discernimento, análise e síntese, desembaraço e autoconfiança, a redução do medo e da inibição causados por preconceitos, o desenvolvimento da criatividade, do senso crítico, do senso de responsabilidade, da sensibilidade de valores qualitativos e da memória, principalmente, o desenvolvimento do processo de conscientização do todo, base essencial do raciocínio e da reflexão. (KOELLREUTTER, 1998, p. 43).

Diante disso, percebe-se que os valores desenvolvidos a partir da atividade musical são imprescindíveis para harmonizar o convívio em sociedade, criando empatia e desencadeando identidade cultural (Figura 3).

Figura 3 - Inclusão Social



Fonte: Andrade, (2015).

Para Chan (2001, p. 6), "cantar é uma prática que leva cada um a entrar em contato consigo mesmo, a vencer as dificuldades, e a desenvolver as qualidades". Nesse enredo, a música coletiva como ferramenta de desenvolvimento humano, possui potencial transformador.

Desse modo, o canto coletivo permite a socialização, deixando a individualidade e o egoísmo excessivos em segundo plano, promovendo a integração comunitária. Cria a necessidade de renúncia do ego, em detrimento da coletividade, onde a participação anônima atua no bem comum (VILLALOBOS, 1987).

Assim, além dos grupos de canto e coral, a participação na música instrumental, como orquestras por exemplo, desempenha o mesmo papel, criando no indivíduo a responsabilidade particular pelo resultado obtido. Como a tecnologia faz parte do cotidiano, torna-se indispensável que a arte, como ferramenta de desenvolvimento humano, seja empregada na educação, socialização e estímulo da criatividade (LOUREIRO, 2012).

As peculiaridades que cada instrumento musical possui, no timbre, tocabilidade, grau de dificuldade e suas características, funcionam como fomento para que a arte desperte o interesse no indivíduo, concorrendo diretamente com os estímulos tecnológicos da contemporaneidade.

2.5 A MÚSICA EM CAÇADOR

O ensino da música em caçador, oferecido de forma gratuita pela prefeitura, divide-se entre as secretarias de educação e de cultura.

A Secretaria Municipal de Educação estima que 7000 alunos frequentam o ensino fundamental e que são atendidas no contraturno aproximadamente 600 crianças (informação verbal). Já a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo atende em torno de 300 alunos, divididos entre as

oficinas de violão e sopro, e possuem vínculo escolar no ensino fundamental (informação verbal) .

3 MÉTODO

A ordem metodológica foi estruturada iniciando pelo estudo do tema através da coleta de dados qualitativos, como materiais científicos e teóricos referentes à música. As fontes utilizadas foram sites científicos (google acadêmico, Elsevier, entre outros), livros, autores referência na temática e entrevistas informais direcionadas a pessoas envolvidas no meio musical.

Para Manzini (2004), são 3 tipos de entrevistas: estruturada, semiestruturada, e não estruturada. A entrevista estruturada segue as perguntas pré-determinadas pelo autor. A entrevista semiestruturada possui um roteiro de perguntas, proporcionando maior liberdade ao entrevistador, enquanto a entrevista não estruturada pode ser chamada de aberta ou não diretiva, permitindo maior flexibilidade de respostas.

O presente estudo utilizou entrevistas estruturadas, com intuito de obter respostas sobre a importância de espaços de natureza cultural, sua localização e a frequência de presença da comunidade em eventos e apresentações no local escolhido.

As questões foram elaboradas pela plataforma gratuita Google Forms e disponibilizadas através de convites em aplicativos de mensagens como WhatsApp e Messenger, e seu conteúdo ficou disponível através do link a seguir: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeEv7GDAuB5czxQ8x1uUv6Klo61dOd5VMVC6z8u6EpUAp00Yg/viewform?usp=sf_link .

As entrevistas foram direcionadas para um público-alvo que, de alguma maneira, estão envolvidos com a cultura municipal através de grupos, associações ou instituições dos quais participam. Este público pode ser

selecionado através da experiência do autor, que atua no cenário musical da cidade e faz parte de associações ligadas à cultura.

Referências de projeto foram utilizadas como estudos de caso, sendo a Praça das Artes, na cidade de São Paulo, como referência nacional. A Escola de Música de Candelaria, na Colômbia, como parâmetro internacional. Estas serviram de base para verificação da volumetria, disposição dos ambientes, entorno, função social e materiais utilizados.

Esta etapa, de caráter qualitativo, foi desenvolvida com o suporte de sites especializados em arquitetura e através de sites dos escritórios idealizadores dos projetos.

A análise do terreno e entorno visa compreender o contexto do meio com a proposta e suas interações. Diversas áreas foram examinadas para uma visão mais objetiva do espaço, observando o atendimento da comunidade de forma igualitária, dos quais escolheram-se dois terrenos para análise mais detalhada.

Na etapa de seleção dos terrenos observaram-se características como dimensão, localização e zoneamento. A área deveria atender o programa de necessidades, evitando a verticalização em demasia da edificação.

No âmbito da localização, a análise considerou dois aspectos de relevância para a escolha, sendo a proximidade da área central, possibilitando o atendimento a toda a população e a implantação em região periférica pela importância social. Esta etapa foi realizada através da análise da Legislação Municipal de Caçador e visitas no local, contando com o levantamento fotográfico, para posterior análise.

O partido arquitetônico foi organizado através de croquis esquemáticos das necessidades do projeto, haja vista a complexidade em projetar espaços para acústica e reverberação. A compreensão da literatura estudada elucidou as questões técnicas e sociais, proporcionando uma ligação entre a teoria e a prática e a definição do conceito desenvolvido neste estudo.

4 ANÁLISE DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Nesta etapa foram selecionados e analisados dois estudos de caso, com intuito de colaborar na compreensão dos programas similares ao tema proposto para elaboração do projeto da Casa da Música. Foram selecionados um estudo de caso nacional e um internacional, e sua assimilação será de grande relevância para o desenvolvimento físico e social do objeto deste estudo.

4.1 ESTUDO DE CASO NACIONAL – PRAÇA DAS ARTES

A Praça das Artes é um espaço cultural com espaços para música, dança, teatro, exposições e manifestações culturais, e envolve a área do Theatro Municipal. Faz parte da revitalização cultural do centro histórico de São Paulo e conecta a cultura com a cidade. A concepção teve o objetivo de abraçar o edifício tombado do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e se estender até uma praça aberta ao público. A inauguração ocorreu em 2012 com área de 28.500 m², e seu projeto foi realizado pelo arquiteto Marcos Cartum (Núcleo de Projetos de Equipamentos Culturais da Secretaria da Cultura) e o escritório Brasil Arquitetura (COMPLEXO TMSP, 2019).

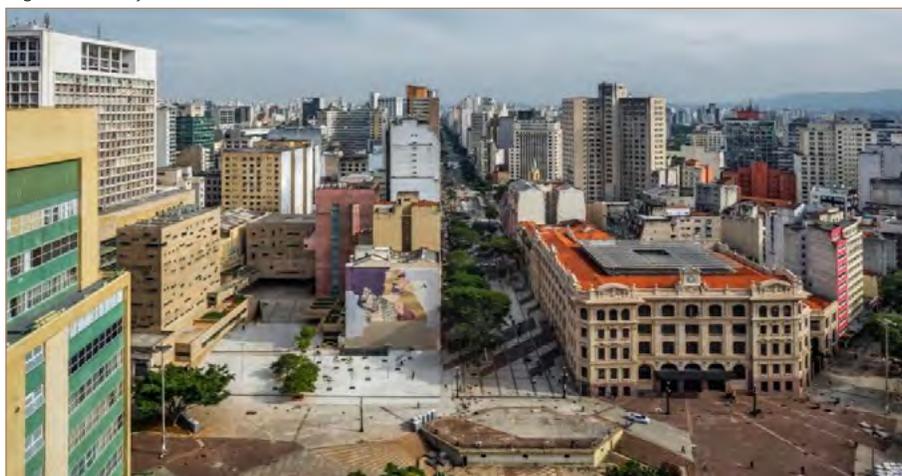
Localizada na zona central de São Paulo, a praça está cercada de edifícios históricos, comércios, hotéis, galerias e equipamentos urbanos como a prefeitura. Trata-se de uma área repleta de verde, que contrasta com a densidade demográfica do local.

Acrescentado a Praça das Artes, o Theatro Municipal foi construído em 1896, foi utilizado como loja de pianos e abrigou o Hotel Panorama. Em 1909 sediou o Conservatório Musical de São Paulo. Agregando valor histórico e cultural, o edifício foi totalmente restaurado tornando-se Sala do Conservatório e Sala de Exposições (COMPLEXO TMSP, 2019).

Excetuados os prédios tombados e desapropriados que foram mantidos, a implantação do edifício se deu em função de cheios e vazios, aumentando as áreas abertas em nível com a rua. Como deixa claro FANUCCI et al. (2006), “por isso mesmo, como denúncia, os vazios no rés do chão não foram ocupados, nem mesmo com colunas, criando uma grande passagem pública a céu aberto – um espaço de encontros, a praça que dá nome ao conjunto”.

Fica evidente a preocupação em deixar espaços livres criando uma passagem que atravessa a quadra e liga a Rua Formosa com a Rua Conselheiro Crispiniano, mantendo um grande espaço de convivência em ambos os lados (Figura 8).

Figura 8 - Praça das Artes



Fonte: Brasil Arquitetura, (2006).

As situações adversas com espaços mínimos, recortes de terrenos comprimidos por construções preexistentes, em que os parâmetros para seu desenvolvimento são ditados pelas dificuldades, foram as condições para a implantação da Praça das Artes. A definição conceitual não foi por decisão ou por opção entre esse ou aquele approach, por essa ou aquela direção a tomar, mas pela natureza do lugar. A compreensão do espaço resultante de fatores

sociopolíticos advindos da formação da cidade determinou sua concepção (ARCHDAILY BRASIL, 2013).

Partindo do centro da quadra, a nova edificação se conecta em três direções: Vale do Anhangabaú, Avenida São João e Rua Conselheiro Crispiniano. Constituído por um conjunto de edifícios em concreto aparente, suspenso sobre as passagens urbanas, sendo esse o elemento principal que dialoga com os edifícios do entorno (BRASIL ARQUITETURA, 2006).

A forma arquitetônica da Praça das Artes desenvolve-se a partir dos vazios das áreas degradadas, da agremiação dos edifícios tombados e das desapropriações que ocorreram. Sua forma se expande além de uma fachada, incorporando três faces da quadra em que está inserida, sendo moldada em função do entorno.

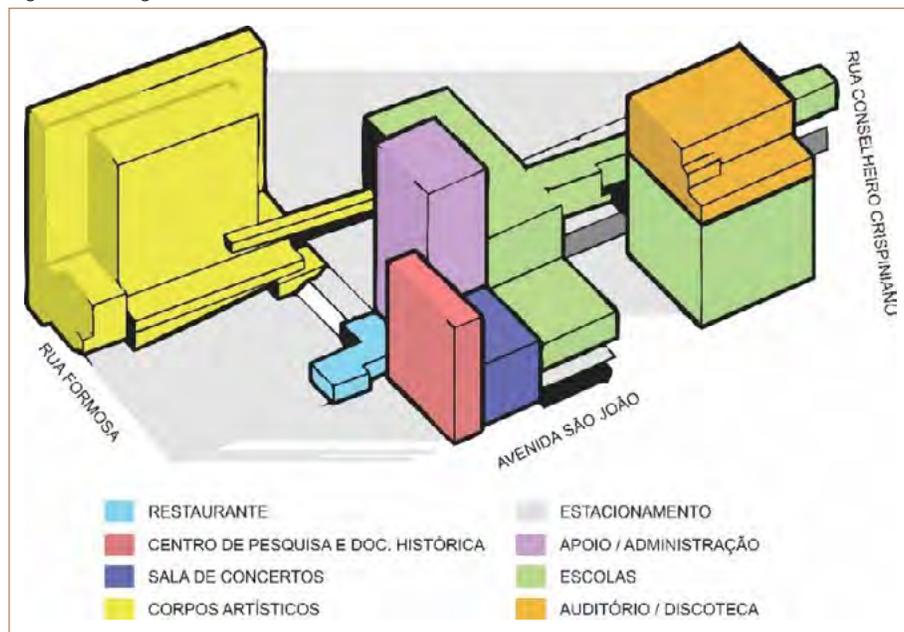
A nova estrutura integra as salas de concerto, orquestras, corais e balé, o museu do teatro, auditório, áreas administrativas, o CPDOC – Centro de pesquisa e documentação histórica, além de áreas de convivência, garagens subterrâneas e restaurante.

A tipologia é definida pela união entre as funções distintas de cada edifício, o acesso tríplice ligado ao edifício central, o edifício restaurado do Conservatório Dramático e Musical, uma praça coberta de vão livre utilizada como área de convivência e dois pavimentos de garagem no subsolo (FANUCCI, FERRAZ, et al., 2020).

Nos subsolos foram locados os estacionamentos que totalizam 372 vagas. No térreo, a primeira observação é a passarela criada, interligando os pontos de acesso à praça.

Ainda no térreo da edificação se encontram a praça central, o museu, a lanchonete, salas técnicas, direção do Teatro Municipal, arquivo, copa e sanitários. Neste pavimento estão os acessos de pedestres e veículos. O primeiro pavimento abriga restaurante e suas dependências, salas de reuniões, centro de documentação, sala de ensaios, concertos, palco, terraço e jardim. (Figura 9).

Figura 9 – Diagrama de usos



Fonte: Adaptado pelo autor de Archdaily, (2013).

A entrada pela Rua Conselheiro Crispiniano é ampla e sem cobertura e permite o acesso aos estacionamentos dos subsolos de forma controlada e uma doca de carga e descarga proporcional a grandes equipamentos e mobiliário. As pessoas que circulam pela praça, mesmo que para atravessar a quadra, tem afluência para o espaço de exposições ou as demais saídas.

No primeiro pavimento os edifícios seguem em verticalização nos corpos artísticos, escola de música e centro de documentação, e neste pavimento os blocos não estão interligados.

É no segundo pavimento que as escolas tomam corpo. Uma estrutura longilínea se estende em direção à Rua Conselheiro Crispiniano, possibilitando a distribuição das salas de aula, constituindo uma repetição de quadriláteros. É importante destacar que neste pavimento os blocos de música e dança são interligados por uma passarela.

A distribuição dos espaços repete-se nos pavimentos superiores, mantendo as circulações verticais individualmente em cada um dos blocos. Essa separação das circulações é fator importante para que os usuários possam acessar independentemente cada bloco, conforme seu uso.

Os fluxos e acessos foram definidos em função do entorno. As conexões com a Rua Formosa, no Vale do Anhangabaú, Avenida São João e Rua Conselheiro Crispiniano foram determinantes para as decisões de projeto.

4.2 ESTUDO DE CASO INTERNACIONAL – ESCOLA DE MÚSICA DE CANDELARIA

Para o estudo de caso internacional, foi selecionada a Escola de Música de Candelária, na Colômbia, devido ao apelo social relacionado ao proposto por este projeto. Este espaço foi construído com o intuito de promover o desenvolvimento da cultura musical onde está inserido, visando afastar as crianças dos conflitos armados.

O projeto foi pensado como um espaço colaborativo e participativo da comunidade, que gere pertencimento, promovendo a integração e inclusão social (ARCHDAILY, 2018). Utilizando a música como ferramenta de inclusão, o espaço oferece cultura e possui grande importância na integração social do município, sendo um edifício significativo na vida dos moradores.

Candelária é uma cidade localizada na Província de Valle del Cauca, Colômbia, e faz parte da área metropolitana da cidade de Cali, localizada à 481 km de distância da capital Bogotá. O município possui 303 km² de área e população estimada de 85.000 habitantes em 2018 (ALCALDÍA DE CANDELARIA, 2020).

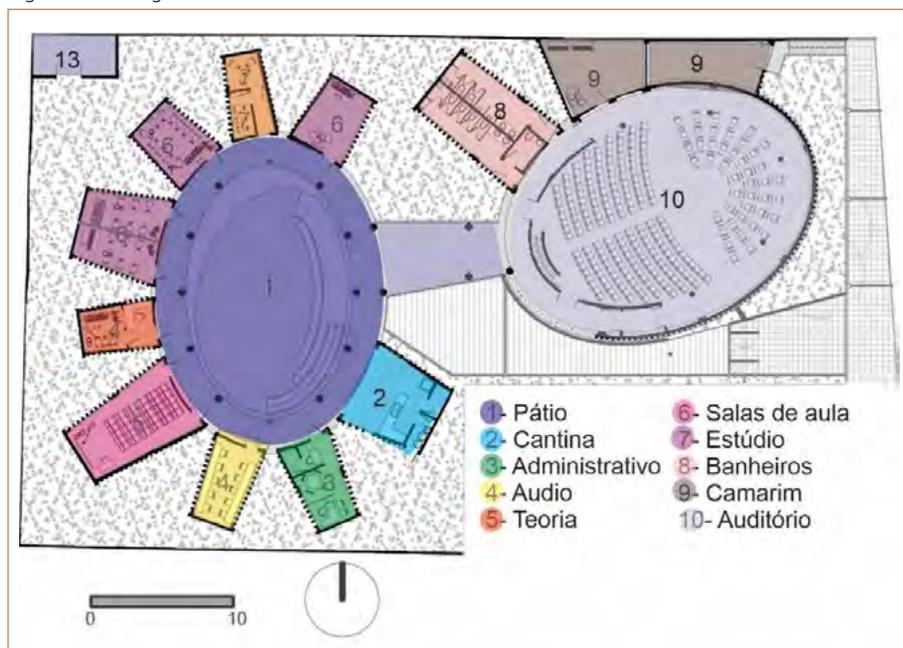
O entorno da área analisada pode ser considerado residencial de baixo gabarito, pois não possui edificações maiores de 4 pavimentos, sendo a sua

maioria de 1 ou 2 pavimentos. O local da implantação do projeto está situado em uma região pobre da cidade que é polo agrícola da região.

Com dois espaços ovais, o projeto se organiza entre áreas fechadas e abertas e sua conexão dá origem a um átrio e um auditório. Os espaços fechados e abertos, cheios e vazios, simbolizam música e silêncio, e os tempos musicais (ESPACIO COLECTIVO ARQUITECTOS, 2016).

Percebe-se que esses espaços fragmentados possuem representatividade arquitetônica além de grande valor estético. Além disso, sua função térmica e acústica garante ao projeto salas e espaços adequados ao uso do edifício. (Figura 10).

Figura 10 – Diagrama de Usos



Fonte: Adaptado pelo autor de Archdaily, (2018).

O resultado do programa é uma sucessão de espaços de ensino e socialização, orientados para a área central de convivência. O átrio simboliza

o espaço incorpóreo da música, presente na vida humana, e seu perímetro é constituído pelos módulos de ensino, prática e socialização para a comunidade (ARCHDAILY, 2018).

Com uma arquitetura circular, os espaços foram orientados para o centro do edifício, estimulando a convivência. A utilização desta forma permitiu a ventilação e insolação necessária para o projeto. Assim, a proposta consegue atender todos os espaços com luz natural.

Na utilização desse tipo de arquitetura, edifícios circulares não se encostam, precisam ficar separados, criando as condições necessárias de salubridade (FRAGA, 2020).

É possível perceber que a área do auditório é originária da subtração da forma do pátio aberto, mantendo na sua circunferência uma disposição semelhante de cômodos no aproveitamento do terreno.

Em relação aos fluxos, é certo dizer que a edificação serve à comunidade como ponto de encontro e, por essa razão, possui grandes espaços abertos e conectados. A continuidade torna acessível a fronteira entre o espaço público e o privado no interior da edificação (ESPACIO COLECTIVO ARQUITECTOS, 2016).

Para Ching (2008, p. 74), "a centralidade de uma forma circular possibilita que esta atue como um ponto central e unifique formas de geometria ou orientação contrastantes ao seu redor".

A forma e a função do edifício são características indissociáveis. A geometria curva garante movimento e incorpora ao projeto mais funcionalidade, pois cria na área central do átrio vazio, um núcleo que interliga as formas do entorno, torna o espaço acolhedor, com grandes espaços de acesso livre e entrada lateral, cumprindo a proposta de ser uma extensão das residências da região

É certo que a funcionalidade poderia ser alcançada em um edifício retilíneo, mas a organização do programa de acordo com princípios práticos dita experiências, além de tornar o prédio expressivo e escultural (UNWIN, 2013).

Também na arquitetura, a valorização do espaço, com a criação de um auditório, incentiva ainda mais a participação dos estudantes e demais coletivos culturais a se apresentarem, gerando um ciclo que se repete e repercute no interesse na comunidade em fazer parte, além de estimulá-la para a vivência cultural, gerando conhecimento e fomentando mudanças no estilo de vida.

4.3 PESQUISA E RESULTADOS

Após as análises realizadas anteriormente, nas referências bibliográficas e de projeto, faz-se necessário o levantamento de informações para elaboração do anteprojeto de um centro de cultura musical. Essas informações têm relação com o local, a comunidade, bem como as necessidades do programa.

Nesse contexto, serão expostos os resultados da pesquisa de campo que proporcionaram maior clareza na escolha das diretrizes para implantação do objeto desta pesquisa. Assim, com o terreno determinado, serão desenvolvidos conceito e partido e demais estudos, com a intenção de definir a locação do projeto no terreno escolhido.

A pesquisa foi realizada através de questionário eletrônico anexo (Apêndice 01), com público definido através da participação em grupos envolvidos com a cultura municipal. Em função da pandemia global do coronavírus, a coleta de informações foi efetuada de forma remota, através de link enviado por mensagem através de aplicativo de mensagens.

Ao todo foram coletados 61 questionários entre os meses de março e maio/2021. O gênero dos entrevistados se divide em 54,1% masculino e 45,9% feminino.

A faixa etária do público foi de 10 a 70 anos, com a concentração de 48,5% com idade entre 21 e 30 anos. Na faixa entre 31 e 40 anos o índice foi de 20,6%. De 41 a 50 anos corresponde a 17,6%, enquanto 11,8% estão na faixa

etária de 10 a 20 anos. O público abordado com 51 anos ou mais representa 1,5% do total. Perguntados sobre a importância da música no bem-estar e convívio, 96,7% responderam ser fundamental.

As atividades realizadas ao ar livre em espaços abertos requerem público para a troca de experiências, sendo importante tanto para os agentes culturais, quanto para o público. Dessa maneira, os entrevistados foram perguntados se frequentariam ensaios ou apresentações ao ar livre, sendo que 90,2% responderam que sim.

A região para implantação do centro de cultura musical é determinante para a função e abrangência. Sua localização em bairro carente ampliaria seu caráter social, porém sua abrangência seria menor, atendendo apenas o bairro que estaria inserido.

Em uma área historicamente determinada para eventos musicais no município, o Parque das Araucárias possui estrutura espacial e técnica, mas está distante dos bairros e do centro. Na área central da cidade, o espaço atende a todos os bairros, mas torna-se um ambiente gerador de ruído e não contempla diretamente no âmbito social.

Diante dessa dicotomia, questionou-se sobre o local ideal para atender as demandas propostas. A escolha por bairros periféricos foi escolha de 27,1% dos entrevistados. Já, 32,2% optaram pelo Parque de Exposições e a opção pela área central da cidade foi escolha de 40,7% dos indivíduos.

O Centro de Cultura Musical pode ser dividido em duas áreas de atuação, sendo as aulas de música e a cessão de uso gratuito de espaços para ensaios, gravações e apresentações culturais.

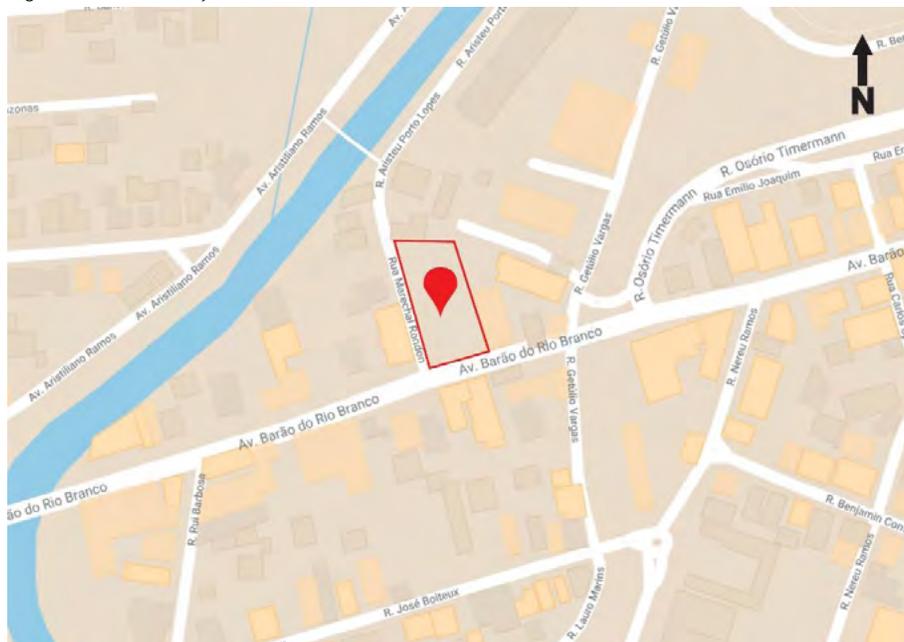
Para as aulas de música são propostas várias modalidades, podendo ser divididas entre instrumentos de corda, instrumentos de sopro, instrumentos de percussão e voz, e ministradas para crianças e adolescentes cursando o

ensino fundamental, enquanto a cedência dos espaços atenderá um público maior de 18 anos, que desenvolva atividades musicais no município.

4.4 ANÁLISE DA ÁREA ESCOLHIDA

O terreno está localizado na área central da cidade, na esquina com a Rua Marechal Cândido Rondon e Avenida Barão do Rio, no Centro de Caçador (SC), como pode ser visto na Figura 11.

Figura 11 – Localização do terreno 1



Fonte: Adaptado pelo autor do Google Maps, (2021).

O terreno possui 3.207,45 m² de área e era utilizado como área de estacionamento. Há anos sem uso, este terreno é próximo a outros espaços culturais como o Museu do Contestado e o Parque Central José Rossi Adami.

O terreno está na parte baixa da Avenida Barão do Rio Branco, e hoje está subutilizada. A face sul está voltada para a avenida, a face norte e leste com edificações confrontantes e a na face oeste está a Rua Marechal Cândido Rondon e os usos nas áreas próximas são majoritariamente comerciais ou misto.

No entorno, a área não possui edificações altas, sendo o máximo de 4 pavimentos. Mesmo assim, para o projeto arquitetônico deverá haver o cuidado com áreas de sombreamento. Já os edifícios são afastados entre si, garantindo a circulação de ar e ventilação.

Conforme o Plano Diretor do município de Caçador (SC), através do mapa de zoneamento, o terreno 1 pertence ao Setor Estruturante - SE, pois, possui testada para as principais vias e está conectada aos eixos de expansão urbana.

O terreno é de esquina, portanto existem duas vias de acesso. A Avenida Barão do Rio Branco é uma via arterial e corta a cidade de leste a oeste com estacionamento em ambos os lados da pista. Já a Rua Marechal Cândido Rondon é mão única com estacionamento em apenas um lado.

Embora o terreno possua duas vias de acesso, está localizado em uma área densa e movimentada da cidade, o que pode ser desafiador para um centro de cultura musical, sendo que sua atuação educacional se dá com crianças e jovens.

As vias são todas pavimentadas com asfalto, faixa de pedestres nas duas ruas e a drenagem pluvial é eficiente. Existe ainda no local, rede de abastecimento de água e a energia elétrica está disponível através de poste na face sul. No momento não dispõe de rede de tratamento de esgoto. Dessa forma o tratamento séptico é feito através de fossa, filtro e sumidouro.

Outra questão que deve ser mencionada é a mobilidade urbana. Na estrutura do transporte público existe um ponto de embarque de passageiros disponível a menos de 100 metros de distância. As ciclovias criadas a partir

do projeto do parque linear percorrem o entorno do Rio do Peixe e possibilitam outras formas de transporte.

As condicionantes são obtidas através da análise do terreno, como as condições topográficas e sua interação com os ventos, a insolação, chuvas e demais eventos que possam influenciar no conforto e segurança dos usuários.

O vento predominante é nordeste, podendo variar para leste ou norte dependendo da estação do ano. Sua ocorrência pode ser controlada através de vegetação.

O terreno possui um desnível total de 4 metros em relação a via mais elevada, entretanto havia uma construção e para tal foram realizados movimentos de corte e aterro, planificando a gleba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano é carente de cultura, e seu ensino e apreciação é há muito tempo negligenciado. Oferecer espaços culturais à população propicia desenvolvimento humano e torna as pessoas mais felizes. Por meio dos estudos realizados, contextualizados com a história do ser humano, evidencia-se a importância da arte na saúde e no bem-estar.

O formato escolar atual na educação básica não comporta o ensino da música de forma consistente para crianças e jovens. Dessa maneira, os espaços destinados ao ensino gratuito promovidos pela municipalidade são insuficientes e pouco abrangentes.

A música exige dedicação, repetição e preparo. Atualmente, com o adensamento das cidades, torna-se cada vez mais difícil a prática musical em casa, pois o barulho produzido gera incômodo para os entes não participantes.

Isso posto, revela-se primordial projetar um centro de cultura com oficinas de música, espaços de ensaio, palco de apresentações ao ar livre e auditório, a fim de atender as demandas da comunidade e trazer perspectiva e produção cultural para a região de Caçador.

Diante das necessidades alçadas através da pesquisa de campo, juntamente com a constatação da carência cultural da região do Contestado, ressaltadas pela reduzida formatação da educação musical brasileira, concluiu-se que a implantação de um centro cultural – A Casa da Música, pode viabilizar ao indivíduo em formação a melhoria da saúde mental, e, conseqüentemente seu crescimento pessoal.

A inclusão social pode ser alavancada por este espaço, gerando convívio social e ocupação de qualidade para crianças e jovens, quebrando ciclos de marginalidade e pobreza, reduzindo a vulnerabilidade social e proporcionando maior qualidade de vida.

Abrangendo toda a população de Caçador e região, esse espaço arquitetônico adquire também uma função de expressão artística, viabilizando aos usuários um local propício ao aprendizado e a prática musical, à contemplação e ao sonho de um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Normas Técnicas, **ABNT. NBR 13531**. 1995.
Disponível em: <http://apoiodidatico.iau.usp.br/projeto3/2013/nbr13531.pdf>.
Acesso em: 25 mai. 2021.

Associação Brasileira de Normas Técnicas, **ABNT. NBR 10151**. 2000.
Disponível em: <http://www.sema.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/09/NBR-10151-de-2000.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

Associação Brasileira de Normas Técnicas, **ABNT. NBR 9050**. 2020. Disponível em: https://www.causc.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf. Acesso em: 03 abr. 2021.

ADAM, R. S. **Princípios do Ecoedifício**: interação entre ecologia, consciência e edifício. São Paulo: Aquariana, 2001. 128 p.

ALCALDÍA DE CANDELARIA. **Governo da Colombia**. Gov.co, 2020. Disponível em: <https://www.candelaria-valle.gov.co/MiMunicipio/Paginas/Informacion-del-Municipio.aspx>. Acesso em: 21 mai. 2021.

ANDRADE, M. D. **Pequena História da Música**. 9ª. ed. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1987.

ANDRADE, R. **Faveladarocinha.com**. Música como Instrumento de Inclusão Social, 2015. Disponível em: <http://faveladarocinha.com/musica-como-instrumento-de-inclusao-social/>. Acesso em: 03 mai. 2021.

ARAÚJO, I. Escola Educação. **A Importância da Música na Educação Infantil**, 2019. Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/a-importancia-da-musica-na-educacao-infantil/>. Acesso em: 01 mai. 2021.

ARCHDAILY. Escola de Música de Candelaria / **Espacio Colectivo Arquitectos**, 2018. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/895313/escola-de-musica-de-candelaria-espacio-colectivo-arquitectos#:~:text=A%20Escola%20de%20M%C3%BAsica%20de,cidad%C3%A3os%20em%20torno%20da%20m%C3%BAsica>. Acesso em: 21 mai. 2021.

ARCHDAILY BRASIL. Praça das Artes / **Brasil Arquitetura**, 2013. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/626025/praca-das-artes-brasil-arquitetura>. Acesso em: 11 mai. 2021.

BARBOSA, A. M. **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2002.

BIANCHI, P. **Guia Acadêmico Arquitetura**. No miolo da quadra. Praça das Artes, 2014. Disponível em: <http://gaarq.blogspot.com/2014/01/no-miolo-da-quadra-praca-das-artes.html?view=sidebar>. Acesso em: 01 mai. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.769, de 18 de Agosto de 2008. Presidência da República, **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11769.htm. Acesso em: 22 abr. 2021.

BRASIL ARQUITETURA. **Praça das Artes**, 2006. Disponível em: <http://brasilarquitetura.com/#>. Acesso em: 11 mai. 2021.

BRÉSCIA, V. L. P. **Educação Musical: Bases Psicológicas e Ação Preventiva**. 2ª. ed. São Paulo: Átomo, 2003. 148 p.

CHAN, T. **Para Ganhar Beijo**: Almanaque de Canções Infantis. São Paulo: Via Cultura, 2001.

CHING, F. D. K. **Arquitetura, forma, espaço e ordem**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

CLIMATE-DATA. São Paulo Clima, 2020. Disponível em: <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/sao-paulo/sao-paulo-655/>. Acesso em: 21 maio 2021.

COMPLEXO TMSP. **Complexo Theatro Municipal São Paulo**. Praça das Artes: Abraçamos a Diversidade para Mostrar que o Encantamento é para Todos os Corações, 2019. Disponível em: <https://theatromunicipal.org.br/pt-br/praca-das-artes/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

COSTA, G. Live. **Praça das Artes: Que prédio é esse?** 2021. Disponível em: <https://live.apto.vc/praca-das-artes-que-predio-e-esse/amp/>. Acesso em: 17 mai. 2021.

CULLEN, G. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 2006. 202 p.

D'ANGOUR, A. BBC. **Como soava a música na Grécia antiga**, 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/business-24611454>. Acesso em: 30 mar. 2021.

DAYRELL, J. **O Rap e o Funk na Socialização da Juventude**, São Paulo, v. 28, p. 117-136, jun. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 abr. 2021.

DB-CITY. Candelaria. **DB-City.com**, 2021. Disponível em: <https://pt.db-city.com/Col%C3%B4mbia--Valle-Del-Cauca--Candelaria>. Acesso em: 24 mai. 2021.

DICIO. Significado de **Approach**, 2019. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/approach/>. Acesso em: 17 mai. 2021.

DICIO. Significado de **Foyer**, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/foyer/>. Acesso em: 17 mai. 2021.

DICIO. Significado de **Link**, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/link/>. Acesso em: 25 mai. 2021.

ESPACIO COLECTIVO ARQUITECTOS. Escola de Música de Candelaria. **Espacio Colectivo**, 2016. Disponível em: <https://www.tallerespaciocolectivo.com/escuela-de-musica-de-candelaria>. Acesso em: 20 mai. 2021.

FANUCCI, F. *et al.* **Brasil Arquitetura**. Praça das Artes, 2006. Disponível em: <http://brasilarquitetura.com/#>. Acesso em: 01 mai. 2021.

FANUCCI, F. *et al.* **Brasil Arquitetura**. 1ª. ed. São Paulo: Edições Sesc, 2020.

FERNANDES, T. **Ciência Hoje**. Homem moderno nasceu na África, 2001. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/acervo/homem-moderno-nasceu-na-africa/#:~:text=O%20Homo%20sapiens%20nasceu%20na,ainda%20n%C3%A3o%20identificadas%20pelos%20cientistas>. Acesso em: 22 mar. 2021.

FONTES JUNIOR, J.; CARVALHO, V. **As dimensões formativo-musicais na ONG Ilha de Música**: uma perspectiva sobre o ensino de música de um projeto social. Revista do ABEM, Porto Alegre, v. 28, p. 115-138, nov. 2020. Disponível em: <http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/891/572>. Acesso em: 22 abr. 2021.

FRAGA, E. F. Arquitetura Social: **O mal-entendido que levou Ruy Ohtake a Heliópolis**, em SP. Cau-BR, 2020. Disponível em: <https://caubr.org.br/author/emerson-fragacaubr-gov-br/#:~:text=%E2%80%9CNo%20redondo%2C%20primeiro%2C%20se,%2C%20uma%20luz%20bem%20boa%E2%80%9D>. Acesso em: 21 mai. 2021.

FRANCISCO, W. D. C. E. **Mundo educação**. Diversidade cultural no Brasil, 2010. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/diversidade-cultural-no-brasil.htm#:~:text=Os%20principais%20disseminadores%20da%20cultura,a%20pluralidade%20cultural%20do%20Brasil>. Acesso em: 30 mar. 2021.

FUCCI-AMATO, R. **Escola e Educação Musical**: (Des) Caminhos Históricos e Horizontes. Campinas: Papyrus, 2012.

GEOSAMPA., 2021. Disponível em: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#. Acesso em: 27 mai. 2021.

GOBBO, F.; FRANÇA, L. Comover. **Praça das Artes**: Em construção, 2012. Disponível em: <http://comover-arq.blogspot.com/2012/11/praca-das-artes-em-construcao-brasil.html>. Acesso em: 17 mai. 2021.

GOOGLE EARTH. **Aplicativo de mapas**, 2021. Disponível em: <https://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html>. Acesso em: 20 mai. 2021.

GOOGLE MAPS. **Google Maps**, 2021. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/>. Acesso em: 25 mai. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. São Paulo: **Panorama**, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>. Acesso em: 11 mai. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Caçador**, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/cacador/panorama>. Acesso em: 25 mai. 2021.

JEANDOT, N. **Explorando o Universo da Música**. São Paulo: Scipione, 1993.

KOELLREUTTER, H. Educação Musical: Hoje e, quiçá, amanhã. **In:** LIMA, S. A. D. **Educadores musicais de São Paulo**: Encontro e Reflexões. São Paulo: Nacional, 1998. p. 39-45.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 7ª. ed. Lisboa: Calouste, 2011. 592 p.

LOUREIRO, A. M. A. **O Ensino de Música na Escola Fundamental**. 8ª. ed. Campinas: Papirus, 2012.

MANZINI, E. J. **Entrevista Semi-estruturada**: análise de objetivos e de roteiros. A pesquisa Qualitativa em Debate, Bauru, 2004. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf. Acesso em: 01 abr. 2021.

MARIZ, V. **História da Música no Brasil**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MONTANARI, V. **História da Música**: Da idade da pedra à idade do rock. São Paulo: Ática, 2001.

MULLER, V. Ações Sociais em Educação Musical: Com que ética, para qual mundo? **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 10, p. 53-58, mar. 2004. Disponível em: <http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/362/291>. Acesso em: 04 fev. 2021.

PAMPANA, A. E. Arquitetura Contemporânea em Contextos Históricos, uma Relação Dialógica. **A Praça das Artes em São Paulo**, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/152633/pampana_ae_me_bauru.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 16 mai. 2021.

PORFIRIO, F. Brasil escola. **Cultura**, 2010. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/cultura>. Acesso em: 25 mar. 2021.

PROJETEEEE. **Estratégias Bioclimáticas**, 2021. Disponível em: <http://projeteee.mma.gov.br/estrategias-bioclimaticas/?estacao&horario>. Acesso em: 29 mai. 2021.

RIBEIRO JR., W. A. Portal Grécia Antiga. **Herácles Ataca Lino**, 2015. Disponível em: <https://greciantiga.org/img.asp?num=0246>. Acesso em: 8 mai. 2021.

SABRA. Sociedade Artística Brasileira. **Saiba a importância da música na inclusão social**, 2018. Disponível em: <https://www.sabra.org.br/site/importancia-da-musica-na-inclusao-social/>. Acesso em: 6 abr. 2021.

SÃO PAULO. Cidade de São Paulo. **Regiões e Bairros de São Paulo**, 2017. Disponível em: <https://cidadedesaopaulo.com/planeje/mapa-da-cidade/?lang=pt>. Acesso em: 11 mai. 2021.

SILVA, W. L. D. Música na Educação Básica. **Revista Eletrônica das Licenciaturas** - UEL, Londrina, v. 1, p. 1-8, dez. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope/pages/arquivos/WANDER%20-%20MUSICA.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2021.

SUN POSITION DEMO. **Aplicativo**. Londres: Stonekick, v. 3.7.1, 2020. Acesso em: 24 mai. 2021.

TINHORÃO, J. R. A deculturação da Música Indígena Brasileira. **Revista Brasileira de Cultura**, Rio de Janeiro, v. Ano IV, n. 13, p. 9-26, set. 1972.

TINHORÃO, R. **Música Popular de Índios, Negros e mestiços**. Petrópolis: Vozes, 1972. 204 p.

UNESCO. **DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL**. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura., 2002. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf. Acesso em: 2 abr. 2021.

UNWIN, S. **Vinte edifícios que todo arquiteto deve compreender**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 1ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013. 234 p.

VICTOR NOSEK (ORG.). **Praça das Artes**. Rio de Janeiro: Azougue, 2013. 108 p.

VIEIRA, M. **A música grega**. A música na Grécia antiga, 2014. Disponível em: <https://www.amusicagrega.com.br/noticias/a-musica-na-grecia-antiga/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

VILLA-LOBOS, H. "Villa-Lobos por ele mesmo". *In*: ORG, J. C. R. **O Pensamento Vivo de Villa-Lobos**. São Paulo: Martim Claret, 1987. p. 110.

WHEATHER SPARK. **Condições meteorológicas médias de Candelaria**, 2016. Disponível em: <https://pt.weatherspark.com/y/21490/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Candelaria-Col%C3%B4mbia-durante-o-ano>. Acesso em: 21 mai. 2021.

APENDICE 01 – QUESTIONÁRIO

Questionário para implantação de Centro de cultura musical para Caçador / SC

1. Qual a sua idade?

2. Qual o gênero?

Masculino Feminino

3. Qual a relevância de um espaço de ensino de música para crianças e adolescentes?

De 1 a 10

4. Na sua opinião, são necessários espaços adequados para ensaios de projetos musicais como bandas e grupos?

Sim Não

5. Pensando na mobilidade e área de abrangência, em qual área da cidade seria melhor aproveitado o espaço?

Centro Parque de Exposições Bairros Periféricos Outros

6. A música pode ser considerada indispensável para o bem estar e convivência?

Sim Não

7. Se houvessem ensaios musicais ao ar livre você prestigiaria?

Sim Não

8. Você acredita que a música auxilia no desenvolvimento humano?

Sim Não

9. Qual a sua familiaridade com instrumentos musicais?

De 1 a 10

10. Onde você ouve música?

Rádio Mídias Físicas Mídias Digitais Televisão Todas

PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS VITÓRIA EM VIDEIRA - SC

Marco Antonio Guzzi¹
Juliana Aparecida Biasi²
Tulainy Parisotto³
Jeferson Eduardo Suckow⁴

Resumo: Um centro de eventos é o local especializado para a realização das mais diversas atividades culturais e artísticas, proporcionando-as para toda a população. O Centro de Eventos Vitória (CEVI) é o principal local para o incentivo à cultura na cidade de Videira (SC). Neste espaço, ocorrem apresentações musicais e exposições artísticas, além de oferecer à população do município cursos de instrumentos musicais e de desenho. O presente trabalho tem como objetivo analisar a construção existente e seu entorno em busca de soluções que possam melhorar o funcionamento e o uso da edificação. O conhecimento necessário acerca deste tipo de edificação foi obtido por meio de pesquisas a referenciais teóricos, bem como estudos de caso de obras arquitetônicas que promovam atividades culturais. Em um segundo momento houve a pesquisa em campo, com visita e levantamento de potencialidades e deficiências da construção que atualmente abriga o CEVI. Verificou-se que o espaço não recebeu a manutenção adequada nos últimos anos, pois sua estrutura apresenta patologias e não oferece o conforto térmico e acústico adequados aos alunos e funcionários. Uma revitalização do espaço é fundamental para tornar o local mais atraente, de modo a se trazer mais usuários ao seu interior, além de proporcioná-los conforto e acessibilidade, perpetuando a cultura do município.

Palavras-chave: Cultura. Conforto. Apresentações. Eventos.

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: marcoantonioguzzi@gmail.com.

² Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br.

³ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: tulainy.parisotto@unoesc.edu.br.

⁴ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: jeferson.suckow@unoesc.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Localizada no Meio Oeste Catarinense, a cidade de Videira é a capital da uva e do espumante do estado. Sua formação decorreu da vinda da estrada de ferro que interligava o estado do Rio Grande do Sul ao de São Paulo. Buscando melhores condições de vida, imigrantes europeus, principalmente vindos da Itália e Alemanha, colonizaram a região, trazendo tradições e costumes de seus países.

No município de Videira, o local destinado a atividades culturais é o Centro de Eventos Vitória (CEVI). Localizado na região central da cidade, atende a aproximadamente 4.300 pessoas mensalmente. Oferece cursos de instrumentos musicais, como: violino, flauta, violão, violoncelo; além de aulas de desenho, teatro e atividades recreativas para o público da terceira idade.

Não existindo outros equipamentos urbanos designados a realização destas atividades, essa edificação é a peça principal para a preservação da cultura no município. Ainda assim, não recebeu melhorias desde a última década, apresentando uma estrutura aquém de sua importância. Por este motivo, a proposta de um projeto de revitalização é fundamental para as adequações de demanda, acessibilidade e conforto que a atual edificação necessita.

Uma revitalização se faz necessária para transformá-la em um ambiente mais atrativo, sobretudo para o público jovem, trazendo uma participação ativa dos alunos das escolas videirenses. O espaço não se encontra adequado com as normativas de acessibilidade, necessitando de readequação que permita o livre acesso de todos os cidadãos. Seus ambientes carecem de condicionamento acústico, com o propósito de alcançar o conforto acústico interno e externo.

2 DESENVOLVIMENTO

O referencial teórico da pesquisa abordou elementos que visam melhorar a elaboração de um anteprojeto de revitalização do Centro de Eventos Vitória. O referencial iniciou com os significados da cultura para a sociedade; seguiu com a exposição da importância do processo de desenvolvimento de projetos arquitetônicos; apresentou a definição de centro de eventos, objeto deste estudo; e finalizou com a exposição de estudos de caso.

2.1 CULTURA E IDENTIDADE CULTURAL

O ser humano é o único animal capaz de produzir cultura. Não é nato ao homem, desenvolve-se de acordo com o crescimento do indivíduo. De acordo com o professor de antropologia Edward Tylor (1871, p. 31), a cultura define-se como “aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, as artes, a moral, o direito, os costumes”.

Manter uma cultura viva é perpetuar esses costumes e crenças, que demonstram um forte laço com o povo a quem pertence. A particularidade resiste em meio a globalização, mantendo características e diferenciando localidades.

O conjunto de características de um determinado povo ou local torna-o particular, diferenciando-o. “Cada vez mais se reconhece a relevância fundamental que a conscientização do ser humano a respeito da preservação de valores e culturas possui para a caracterização de uma sociedade evoluída” (MATTOS, 2010, p. 9). Os habitantes muito têm a ganhar com essa valorização, interferindo em sua qualidade de vida.

Conforme o estudo de Feiber e Bahl (2011), a valorização de aspectos particulares, reforçando aspectos locais, sobretudo na arquitetura, tem

influência direta sobre o desenvolvimento da região. Esse processo gera resultados no turismo, trazendo benefícios para o município. As construções são um fator importante para identificar um contexto histórico. É possível saber por meio delas os materiais disponíveis na região, as condições socioeconômicas, assim como tradições locais.

Santa Catarina é um estado multicultural, contando com imigrantes de todos os cantos do mundo. Um dos fatores que moldou a cultura videirense foi a colonização dada pelos italianos. Vieram ao Brasil para substituir a mão de obra escrava nas lavouras. De sua terra natal, trouxeram costumes e tradições, ainda presentes em nosso cotidiano. "Na arquitetura, os imigrantes primeiro edificaram casas pioneiras, que guardavam grandes doses da técnica e da estética de suas terras de origem. Esses novos brasileiros logo aderiram ao eclético, quase sempre seguindo modelos dos países de sua procedência" (MATTOS, 2010, p. 13).

2.2 O PROCESSO DO PROJETO ARQUITETÔNICO

Conforme Rowe (1992), Lawson (1997), e Hearn (2003) (*apud* KOWALTOWSKI *et al*, 2006), encontram-se cinco grandes linhas que são tomadas de base para o desenvolvimento de um projeto, são elas:

(a) analogias antropométricas: baseiam-se no corpo humano e nos limites dimensionais; (b) analogias literais: uso de elementos da natureza como inspiração da forma; (c) relações ambientais: aplicação com maior rigor de princípios científicos ou empíricos da relação entre homem e ambiente, tais como clima da região, tecnologia e recursos disponíveis; (d) tipologias: aplicação de conhecimento de soluções anteriores a problemas relacionados, podendo-se dividir em modelos de tipos de construção, tipologias organizacionais e tipos de elementos ou protótipos; e (e) linguagens formais: estilos adotados por grupos ou escolas de projetistas. (KOWALTOWSKI *et al*, 2006, p. 8).

Todos os pontos citados são de grande importância ao desenvolvimento de um projeto arquitetônico. O item "a" aborda as analogias antropométricas que, conforme exposto, são fundamentais para o conforto dos espaços internos às edificações. Conforme Mülfarth (2018, p. 173), "um dos pontos mais essenciais no processo da avaliação do conforto ambiental e da percepção espacial é a compreensão de como os indivíduos percebem, assimilam e agem a partir de informações que captam a sua volta." Isso pode melhorar a qualidade do projeto de ambientes construídos, no que tange ao conforto e à segurança do usuário, uma vez que se compreendem as tarefas desenvolvidas em determinado ambiente. Neste sentido, durante a fase de estudo de um projeto, procura-se pesquisar quais são as atividades de cada cômodo, suas necessidades e as variáveis que podem impactar no seu desenvolvimento, tais como: conforto térmico, acústico, luminoso, ergonômico e padrões de segurança.

Como a edificação em estudo é existente, para a abordagem das analogias antropométricas, pode ser realizado a Avaliação Pós Ocupação (APO) do edifício, a fim de realizar avaliações de observação da ocupação e uso dos espaços que resulte em um projeto de revitalização com ambientes compatíveis com suas funções previstas, buscando melhorias de conforto e segurança.

Quando visto o item "c", relações ambientais, vale a pena salientar a preocupação que há na atualidade em busca de construções menos poluentes e com maior eficiência energética. Como comentado por Kowaltowski *et al* (2006, p.12) "A obrigatoriedade da avaliação da qualidade ambiental das construções de grande porte tem aumentado", e ainda comentado por Mülfarth (2018, p. 172) "A ensino do Conforto Ambiental, principalmente na última década do século XXI, obteve um expressivo impulso devido ao contexto mundial global de necessidade de redução dos impactos ambientais." Por conta disso, aconselha-se a realização de análises da interferência das condicionantes

ambientais em um edifício, tais como: insolação, chuva, ventos dominantes, luminosidade, fontes de ruído, mobiliário, normas regulamentadoras de acessibilidade e bombeiros, assim como as legislações municipais, estaduais e federais pertinentes. Estas variáveis podem prever um melhor uso, segurança e eficiência energética ao edifício.

Os itens "d" e "e" abordam tipologias e linguagens formais referenciadas em soluções previamente já propostas, o que é, de certa forma, corriqueiro em projetos arquitetônicos, pois costuma-se realizar pesquisas de estudos de caso similares para verificar resultados de sucesso propostos para uma mesma tipologia de edificação ou uma linguagem formal.

2.3 DEFINIÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS

De acordo com o dicionário Michaelis (2022), um evento significa um acontecimento, podendo ser uma festa, competição esportiva ou espetáculo, planejado com hora e local determinados, atraindo grande público e cobertura midiática. Um centro de eventos é o local com estrutura completa que permite a realização de eventos de diferentes portes e características. Deve dispor de um espaço adequado para receber exposições e apresentações, servindo de entretenimento para a população, ao mesmo tempo que possibilita a manutenção da cultura.

2.4 ESTUDOS DE CASO

A fim de criar maior familiaridade com o tema e suas respectivas soluções projetuais e linguagem formal, foram realizados dois estudos de caso, um internacional e outro nacional, com a mesma temática de revitalização de edificações pré-existentes.

A obra brasileira escolhida para análise foi o SESC Pompéia. Localizado na cidade de São Paulo, a edificação passou por uma readequação, adaptando uma antiga fábrica de tambores à um edifício multifuncional. Sua linguagem industrial foi mantida, deixando à mostra sua antiga realidade. Atualmente promove atividades culturais e esportivas a seus usuários. Devido a sua importância cultural e histórica, a edificação foi tombada pelo IPHAN, se tornando uma referência internacional.

Para estudo de caso internacional foi selecionado o Centro Cultural Singkawang, localizado no município de Singkawang, na Indonésia. Essa obra também passou por uma revitalização, adaptando um cinema para receber variadas atividades artísticas e culturais. A intervenção foi uma das alternativas para ajudar a reverter a situação financeira da cidade de Singkawang, como meio de atrair turistas, utilizando a cultura como protagonista. Esta obra apresenta uma grande importância a nível local, possibilitando a preservação e promoção das mais distintas culturas presentes na cidade.

3 METODOLOGIA

A pesquisa apresentou um caráter exploratório, procurando explorar os problemas, de modo a fornecer informações para uma investigação mais precisa. O método caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, pois está baseada em identificar e analisar dados. A sua finalidade é permitir conhecer mais sobre os diferentes públicos-alvo que frequentam o Centro de Eventos Vitória, assim como as deficiências que o espaço apresenta. De acordo com Maanen (1979), uma pesquisa qualitativa possui o objetivo de interpretar e decodificar elementos do espaço estudado. Deve reduzir a distância entre a teoria e seus dados, assim como o contexto histórico e cultural e a ação.

A Tabela 01 apresenta as etapas da pesquisa e o protocolo de análise adotado para cada uma delas.

Tabela 01 - Etapas de pesquisa e protocolo de análise

Nº	Descrição	Objetivos	Procedimentos
1	Pesquisa histórica sobre a edificação estudada (Centro de Eventos)	Entender melhor os usos dos ambientes para melhor elaboração de um anteprojeto de revitalização.	Realizar pesquisa teórica e visitas <i>in loco</i> para levantamento de dados.
2	Estudos de caso	Familiarizar-se com a tipologia de projeto, linguagens formais e soluções projetuais.	Realizar pesquisa teórica a respeito de projetos arquitetônicos já existentes.
3	Análise da Condicionantes Ambientais	Avaliar variáveis do entorno que podem ocasionar impacto no conforto e segurança da edificação.	Levantar dados pertinentes a área de estudo. Realizar visita <i>in loco</i> na vizinhança da área de intervenção e na edificação. Verificar: Uso e ocupação do solo; clima; insolação; ventos dominantes e fontes de ruído.
4	Análise do perfil do usuário	Compreender o perfil do usuário, seu papel dentro da edificação e as analogias relacionadas ao seu posto de trabalho ou uso da edificação.	APO - Realizar visita <i>in loco</i> para observação dos postos de trabalho e ocupação dos espaços pelos usuários.
5	Desenvolvimento de programa de necessidades arquitetônico e pré-dimensionamento	Melhoria das soluções projetuais conforme o que foi compreendido no item 4.	Aplicar o observado na APO – Seguindo o programa de necessidades existente, implementando melhorias para atender os usuários e usos do espaço.
6	Desenvolvimento de organograma e fluxograma	Compreender a organização atual e sugerir formas de melhorá-la.	Aplicar o observado na APO – A partir da configuração existente propor melhorias de fluxo e ordem dos ambientes.

Fonte: os autores (2019).

4 RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

A cidade de Videira localiza-se no estado de Santa Catarina (Figura 01), integra o Vale do Contestado, que inclui 45 municípios catarinenses. De acordo

com o IBGE (2018), apresenta população estimada de 52.510 pessoas (IBGE, 2018) e 384,127 km² de área territorial (IBGE, 2021).

Figura 01 – Localização de Videira em Santa Catarina

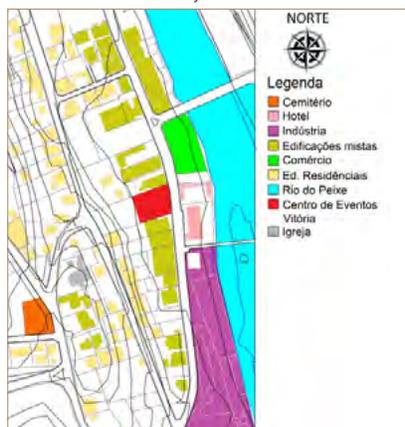


Fonte: Wikipédia (2006).

A edificação localiza-se no centro da cidade de Videira, implantada na Rua XV de Novembro (Figuras 02 e 03), região de grande fluxo de veículos e pedestres. Esta está a 80 metros da ponte que atravessa o Rio do Peixe e a aproximadamente 215 metros da *BR Foods* (grande indústria do setor alimentício).

Em um raio de um quilômetro da edificação em estudo, há uma das maiores concentrações urbanas da cidade de Videira. Dispõe em seu entorno de múltiplos edifícios comerciais. Como a edificação localiza-se em uma das principais ruas de Videira, apresenta um grande fluxo de veículos durante os horários de pico. Essa via classifica-se como arterial, pois interliga partes distintas do município.

Figura 1 – Mapa de localização e usos da vizinhança



Fonte: os autores (2019).

Figura 2 – Mapa de localização e usos da vizinhança



Fonte: os autores (2019).

4.2 CONDICIONANTES FÍSICAS E AMBIENTAIS

O clima de Videira é classificado como Cfa (Clima subtropical), caracterizando-se como subtropical úmido, com temperaturas variando de 11°C a 28°C (WEATHER SPARK, 2019). Conforme estudo solar (Figura 05),

nota-se que a fachada frontal (Figura 04) é a que recebe maior insolação, pois volta-se para o sentido nordeste e não apresenta outras edificações que proporcionem sombreamento. A edificação não dispõe de tratamento térmico, causando desconforto aos usuários em horários de pico de radiação, principalmente nas estações quentes. Na cidade de Videira os ventos predominantes são nordeste, e os ventos de chuva partem da direção noroeste, o que pode acarretar o maior desgaste e infiltrações em aberturas voltadas para a fachada principal da edificação.

Figura 04– Fachada frontal do CEVI



Fonte: os autores (2019).

Figura 05– Mapa de insolação



Fonte: os autores (2019).

4.3 PERFIL DO USUÁRIO

Foi possível averiguar, através de dados disponibilizados pela Secretaria de Turismo e Cultura Municipal, que o Centro de Eventos Vitória é frequentado por públicos de idades bem distintas. A maioria dos usuários semanais são jovens, inscritos nas aulas de música; já o segundo maior público é representado pelos idosos, que realizam atividades recreativas diárias no espaço.

Ainda foram identificados outros grupos de usuários: os não periódicos, que frequentam exposições e apresentações abertas a toda a população; os diversos funcionários, que trabalham de segunda a sexta-feira, realizando atividades distintas, são eles: professores, secretários, faxineiras, entre outros; e por fim os terceirizados, fornecedores de serviços ou produtos necessários para o funcionamento do local.

4.4 PREOCUPAÇÕES COM O PROGRAMA DE NECESSIDADES

Um programa de necessidades consiste na elaboração das exigências funcionais e sociais das edificações. Para a sua elaboração, foi realizada visita *in loco* para compreender os usos e funções de cada ambiente e ainda foram aplicados os estudos de Buxton (2017), sobretudo em áreas de exposições, auditórios e outros ambientes com concentração de pessoas.

Dividindo a edificação em setores de acordo com a sua utilização, tem-se: setor público; setor de serviço, com uso exclusivo para os funcionários; administração, com escritórios para os secretários; e por fim, salas de aula, utilizadas pelos professores e alunos, com cada sala especializada para um instrumento musical distinto.

O *Foyer*, espaço destinado à espera das apresentações, está localizado no setor público. Nota-se que, o espaço pode ser aproveitado para a implantação de uma área de exposições temporárias, com a implantação de mobiliário apropriado para a exibição de obras, assim como painéis informativos.

O atual salão do CEVI é utilizado para apresentações musicais e culturais, assim como atividades para idosos. Nota-se a carência de tratamento acústico e térmico apropriados ao uso, assim como o desenvolvimento da plateia em níveis para o conforto visual do público.

Na visita *in loco* também foi verificada a necessidade de adaptações do edifício para atender a requisitos de acessibilidade, garantindo pleno acesso a todos os cômodos da edificação. Os locais situados no pavimento superior não dispõem de meios de locomoção para pessoas com dificuldade de mobilidade, sendo necessário a locação de uma plataforma elevatória para possibilitar o acesso de todas as esferas da população videirense.

4.5 PRÉ-DIMENSIONAMENTO

Ao realizar visita ao edifício e levantar suas necessidades, nota-se que o espaço existente é suficiente para a atividades que abriga e que existem ambientes de pé-direito duplo que podem ser divididos em altura e aproveitados como área para abrigar novos ambientes.

Verificou-se também que o terreno localizado aos fundos pertence a Prefeitura Municipal de Videira e, caso necessário, podem ser realizadas ampliações futuras neste, ou mesmo a construção de um estacionamento, tendo em vista que o Centro de Eventos não dispõe de estrutura própria para estacionar e há poucas vagas de estacionamento nas vias da região, que está em zona central.

4.6 ORGANIZAÇÃO E FLUXO DOS ESPAÇOS

Para melhor organização se faz necessária a setorização dos usos da edificação com o agrupamento de cômodos próximos para um mesmo uso. O setor administrativo, que hoje encontra-se disperso em ambientes distantes entre si, pode ser realocado, permitindo uma fácil comunicação entre funcionários e criando uma região restrita da edificação, com fluxo controlado aos usuários.

Além disso, todas as salas de aula podem ser transferidas para o pavimento superior, garantindo melhor controle das atividades e possibilitando que os ruídos não interfiram nos ofícios do restante da edificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro de Eventos Vitória dispõe de uma grande importância social e cultural no município de Videira, participando no estímulo de atividades culturais à população. A promoção de práticas musicais e artísticas oferecem aos usuários o acesso ao conhecimento, juntamente com melhoria da qualidade de vida.

Na avaliação nota-se que a obra está deteriorando-se pela falta de manutenção, dando-lhe um aspecto de abandono e, até mesmo, impedindo a utilização de alguns espaços. Estes ambientes não apresentam tratamento adequado para as suas funções, causando desconforto térmico, acarretado pela insolação direta, e também, acústico aos seus usuários, carecendo de uma intervenção de modo a solucionar os problemas existentes. Além disso, a edificação não se encontra em conformidade com a NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO..., 2015), excluindo de suas práticas a população com deficiências, necessitando de adaptações e de uma plataforma elevatória para acesso ao pavimento superior.

A revitalização da edificação se faz necessária com atenção a soluções projetuais que solucionem as condicionantes ambientais de excesso de sol e ventos de chuva em sua fachada principal; e a ampliar os espaços para melhor promoção das atividades, possibilitando que essas atendam um número maior de usuários.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**.

Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

BUXTON, Pamela. **Manual do Arquiteto**: Planejamento, Dimensionamento e Projeto. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.

Evento. *In.*: Michaelis, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/evento/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

FEIBER, S. D.; BAHL, M. Patrimônio Arquitetônico: as atrações âncora que fomentam o turismo cultural. **Thêma et Scientia**, v. 1, jan/jun. 2011. p. 51-60.

FERRAZ, Marcelo. **Vitruvius**. Minha Cidade. Numa velha fábrica de tambores. SESC-Pompeia comemora 25 anos. 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/08.093/1897>. Acesso em: 12 maio 2019.

FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. **De tramas a Fios**: Um ensaio sobre música e educação. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2003.

GONZÁLEZ DE TOBIA, Ana M. **Lenguaje, discurso y civilización**: De Grecia a la modernidad. La Plata: UNLP. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/libros/pm.335/pm.335.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2019.

GOOGLE EARTH. 2019. **Videira**. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-27.01298518,51.15089094,746.61096671a,10451.3009546d,35y,8.52961398h,26.24384851t,0r>. Acesso em: 19 abr. 2019.

IBGE. 2018. **Videira**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/videira/panorama>. Acesso em: 28 abr. 2019.

IBGE. 2021. **Videira**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/videira.html>. Acesso em: 11 dez. 2022.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K. *et al.* Reflexão sobre metodologias de projeto arquitetônico. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 07-19, abr./jun. 2006.

LOCALIZAÇÃO de Videira em Santa Catarina. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Videira_\(Santa_Catarina\)#/media/Ficheiro:SantaCatarina_Municip_Videira.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Videira_(Santa_Catarina)#/media/Ficheiro:SantaCatarina_Municip_Videira.svg). Acesso em: 12 dez. 2022.

MAANEN, John, Van. **Reclaiming qualitative methods for organizational research**: a preface, in administrative Science quarterly, v. 24. n. 4, p. 1-526, dez. 1979. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2392358?seq=1/subjects>. Acesso em: 05 maio 2019.

MATTOS, Tarcísio. **Alicerces da memória**: 60 bens tombados pelo estado de Santa Catarina. 21 ed. Florianópolis: Tempo Editorial, 2010.

MÜLFARTH, Roberta Consentino Kronka. Ensino e Conforto Ambiental: discussão sobre a inserção da ergonomia no processo de projeto. **Oculum Ensaios**, Campinas, v. 15, n. 1, 2018.

SILVA, Elisangela Aparecida *et al.* Fazendo arte para aprender: A importância das artes visuais no ato educativo. **PUC Minas**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 1-117, nov. 2010. Disponível em: <http://seer.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/4850>. Acesso em: 10 mar. 2019.

TYLOR, Edward Burnett. **Primitive Culture**: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Art, and Custom. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 18711.

WEATHER SPARK. **Condições meteorológicas médias de Videira**. Disponível em: <https://pt.weatherspark.com/y/30268/Clima-caracter%C3%ADstico-em-S%C3%A3o-Paulo-Brasil-durante-o-ano>. Acesso em: 27 abr. 2019.

ANÁLISE DO ENTORNO E EDIFICAÇÃO PARA REVITALIZAÇÃO DA ANTIGA CASA DO ADMINISTRADO DA EPAGRI – VIDEIRA (SC)

Maurício Dos Santos Ozório¹
Juliana Aparecida Biasi²
Jeferson Eduardo Suckow³
Tulainy Parisotto⁴

Resumo: Este estudo tem o intuito de realizar pesquisas teóricas e analisar a antiga Casa do Administrador da sede da EPAGRI no município de Videira (SC) e seu entorno para futuro desenvolvimento de um projeto de revitalização com inserção de museu e área de degustação. A pesquisa utilizou-se de embasamento teórico, com pesquisas de referenciais bibliográficos na plataforma de pesquisa de referenciais teórico-metodológicos; e levantamento e análise da edificação e seu entorno com visitas realizadas in loco. Conclui-se que a edificação a ser revitalizada, assim como seu lote pode atender plenamente o projeto proposto, atendendo a uma demanda e uso carentes na cidade.

Palavras-chave: Revitalização. Condicionantes. Projeto arquitetônico.

1 INTRODUÇÃO

Na sede da EPAGRI no município de Videira encontra-se uma casa histórica, trata-se da casa do administrador, construída na época de criação e instalações da estação na região, destinada ao gerente e sua família. Com o tempo essa edificação ficou em desuso, com pouca manutenção e, atualmente se encontra degradada. Esta construção está bem localizada, próxima à uma

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: mauricio.s.ozorio@gmail.com.

² Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br.

³ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: jeferson.suckow@unoesc.edu.br.

⁴ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: tulainy.parisotto@unoesc.edu.br.

das principais entradas da cidade. Ela é de patrimônio estadual, e foi cedida à Secretaria Municipal de Turismo para uma possível revitalização, dando novo uso à uma edificação de patrimônio público que se encontra ociosa.

De acordo com o BRDE (2005) o Alto Vale do Rio do Peixe, onde Videira está inserida, apresenta um perfil de cultivo semelhante ao da Serra Gaúcha. Entretanto, de maneira geral, os produtores catarinenses de uva e vinho enfrentam diversos problemas que dificultam a produção e o aumento nas vendas. Dessa forma, com o objetivo de amenizar a situação distribui-se pelo estado Estações da EPAGRI, onde são difundidas tecnologias mais modernas para os vitivinicultores.

O objetivo deste estudo é realizar a pesquisa por referenciais teóricos, que norteiem os conceitos de revitalização; e a análise do terreno, da edificação e suas relações com o entorno de modo a aproveitar seus potenciais e amenizar suas deficiências propondo para esta edificação um novo uso de museu e área de degustação de vinhos.

2 DESENVOLVIMENTO

A história cria uma ligação atemporal entre um sujeito e uma estrutura, contribuindo assim, para a formação tanto do sujeito como do lugar em que ele vive, falar de patrimônio não é só contar e relembrar histórias de um homem ou povo, trata-se de falar da vida cotidiana e de sua identidade, ancorada nas crenças e hábitos, bem como nas edificações e objetos (FEIBER, 2008).

Toda e qualquer manifestação de conceito histórico, etnográfico ou arquitetônico que em alguma época contribuiu na formação da identidade cultural de um grupo social ou povo é elemento essencial na construção do patrimônio cultural, que não se forma apenas através de bens, móveis

ou imóveis, públicos ou privados. Ao proteger os bens culturais de uma sociedade, é possível manter viva no indivíduo sua identificação com o local em que vive.

O termo preservação deriva do latim e significa observar previamente. Nesse sentido trata-se de guardar ou conservar a história, a cultura, o patrimônio para as próximas gerações. Segundo Hosmer (1965) existem diferentes métodos de preservar, relacionados à postura diante do passado.

No método romântico as obras são revitalizadas considerando certa fidelidade e saudosismo, se reconstituindo sem documentos históricos, enquanto, o método arqueológico proíbe a reconstrução, quando na aplicação de materiais diferentes do original. Quanto ao método histórico, este é fundamentado em documentações, a intervenção na obra termina quando inicia-se a hipótese, na edificação não deve haver alterações de lugar ou volume. Por fim a preservação científica, assim como a anterior, é fundamentada em dados arqueológicos e documentação histórica, entretanto permite a intervenção e adoção de novas utilizações nas obras, desde que mantendo seu partido arquitetônico (CASTELNOU, 1992).

3 METODOLOGIA

Em um primeiro momento, o presente estudo apresenta caráter exploratório, pois visa a familiarização com o conteúdo e ampliação do conhecimento, uma vez que tendo mais domínio sobre o assunto é possível definir com mais clareza os problemas e estruturar melhor novas pesquisas (GIL, 2002). Também assume um caráter qualitativo, com dados predominantemente descritivos como forma de embasamento no assunto e análise de conteúdo. Em um segundo momento foi necessário as visitas e levantamentos realizados in loco como descritos no Quadro 1.

Quadro 1 - Etapas de pesquisa e procedimentos realizados para análise do terreno e edificação a ser revitalizada

Descrição	Objetivos	Procedimentos
Análise do terreno e edificação a ser revitalizada	Analisar da localização da sede da EPAGRI	- Visita <i>in loco</i> com levantamento fotográfico para mapeamento dos usos da vizinhança, proximidades a rios, áreas verdes, áreas institucionais e equipamentos urbanos.
	Analisar o entorno à casa do administrador	- Visita <i>in loco</i> , levantamento do terreno e edificação com auxílio de instrumentos de medida como trena, trena a laser e câmera para captura de imagens.
	Analisar a casa do administrador	- Visita <i>in loco</i> com levantamento fotográfico para mapeamento da infraestrutura urbana existente.
	Analisar o sistema viário do entorno	- Gerar mapas e plantas com o <i>software AutoCad</i> e tratá-lo com <i>softwares</i> como <i>Corel</i> e <i>Photoshop</i> que representem os levantamentos realizados no entorno e na edificação a ser revitalizada.
	Analisar a topografia do terreno	
	Analisar como as condicionantes climáticas influenciam na edificação existente	
	Elaborar estudo de manchas	Com base nas etapas anteriores, elaborar uma setorização de atividades que norteie o futuro projeto.

Fonte: os autores (2019).

4 RESULTADOS

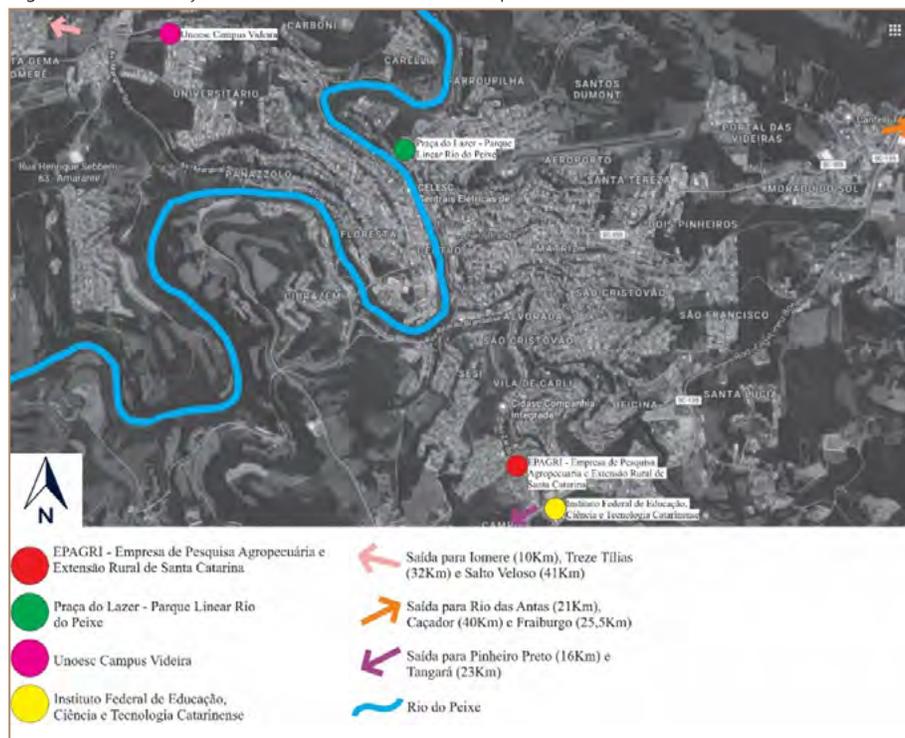
Este estudo trata das pesquisas para a proposição da revitalização da sede da EPAGRI no município de Videira, localizado no Meio Oeste do estado de Santa Catarina, região sul brasileira. A cidade apresenta uma população estimada de 52.510 habitantes (IBGE, 2018) e conta com uma área de 378,4 km² e distancia-se 450km da capital Florianópolis, localizada no litoral do estado (VIDEIRA, 2019).

A sede da EPAGRI (Figura 1), fica localizada próximo a uma das saídas da cidade, no bairro Campo Experimental, a cerca de 3 Km do centro da cidade. Nas proximidades também se encontra o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense.

A cidade de Videira é referência na região nos setores de educação e saúde, e é lembrada também quanto ao incentivo à cultura, todavia não possui projetos de turismo e tradição divulgados, desse modo seu turismo não é consolidado, o que está diretamente ligado ao setor receptivo da cidade, portanto o controle de visitantes no município é falho ou até mesmo

inexistente. O projeto de revitalização da sede da EPAGRI de Videira com inserção de museu e área de degustação busca suprir esta demanda.

Figura 1 – Localização da sede da EPAGRI no município de Videira



Fonte: Adaptado pelos autores de Google Earth (2019).

Essencialmente o acesso ao complexo da empresa EPAGRI, bem como a Casa do Administrador, é feito através da Rua João Zardo, sendo esta a vista da fachada principal da casa (Nordeste), compreendendo as vistas Leste e Sudeste, onde encontram-se, além dos muros e cercas de divisa da empresa, no outro lado da rua, apenas uma edificação de 4 pavimentos, sendo as demais edificações de no máximo dois pavimentos ou um único pavimento, com pé-direito elevado, utilizadas como mecânica, cooperativa agrícola, restaurante e posto de gasolina (Figura 2).

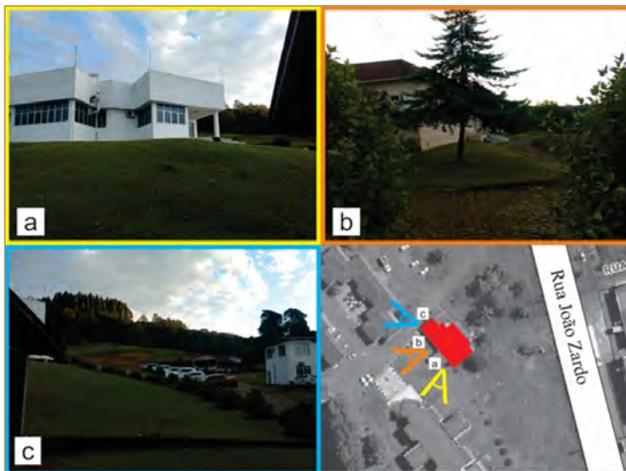
Figura 2 – Análise do entorno – vistas nordeste, leste e sudeste



Fonte: Adaptado pelos autores de Prefeitura Municipal de Videira (2019).

Quanto às vistas Noroeste e Sudoeste, ambas estão voltadas para as edificações da própria empresa, que, devido ao desnível no terreno, se sobressaem na altura em relação a casa. Além disso aos fundos do terreno encontra-se uma intensa vegetação conforme Figura 3.

Figura 3 – Análise do entorno – vistas noroeste e sudoeste



Fonte: Adaptado pelos autores de Prefeitura Municipal de Videira (2019).

Pode ser visto na Figura 4, que apresenta as fachadas da casa do administrador, tal como se encontram atualmente, a presença de uma garagem aos fundos, a qual não foi considerada no levantamento de informações, pois não é parte integrante da casa histórica, nota-se também, as deteriorações causadas pelo tempo e falta de manutenção, como pinturas descascadas, tábuas quebradas, entre outras.

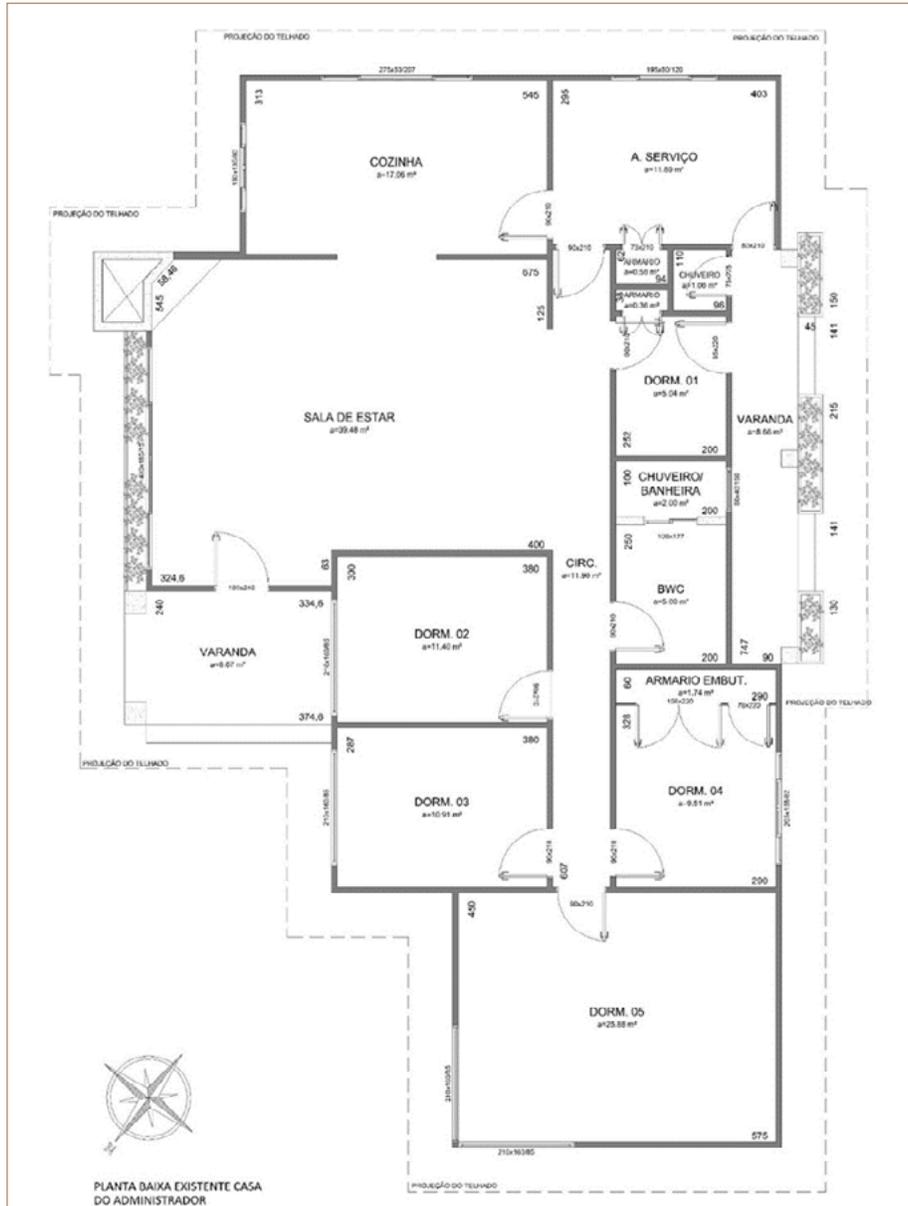
Figura 4– Mapa de insolação



Fonte: Adaptado pelos autores de Prefeitura Municipal de Videira (2019).

A Figura 5 apresenta a planta baixa da casa do administrador, tal como encontra-se hoje, de modo a inserir o leitor no contexto do projeto, proporcionando um entendimento e noção quanto ao espaço que a edificação dispõe.

Figura 5 – Planta baixa da Casa do Administrador



Fonte: os autores (2019).

A casa apresenta 3 setores: o social, composto pela sala de estar; o de serviços, composto pela cozinha, área de serviço, circulação e nicho para

armário; e o íntimo, composto por quatro dormitórios, uma instalação sanitária com banheira e mais uma instalação com chuveiro.

A sede da EPAGRI (Figura 6) é lindeira à Rua João Zardo, que dá acesso à empresa, e também é a via de acesso à Rodovia Estadual SC – 135, nesse trecho nomeada de Rodovia Eng. Lineu Bonato, a qual liga a cidade de Videira, por uma direção, aos municípios vizinhos de Pinheiro Preto (16 km), Tangará (23 km) e na outra direção à Rio das Antas (21 km), Caçador (40 km) e Fraiburgo (25,5 km). Ambas as vias citadas são de pavimentação asfáltica e apresentam passeios de aproximadamente 1,5 m de largura pavimentados em concreto, que prejudicam a permeabilidade do solo, devido a isso o escoamento das águas pluviais é feito através de um sistema de captação através de valetas e boca-de-lobo.

Figura 6 – Análise do sistema viário próximo à sede da EPAGRI

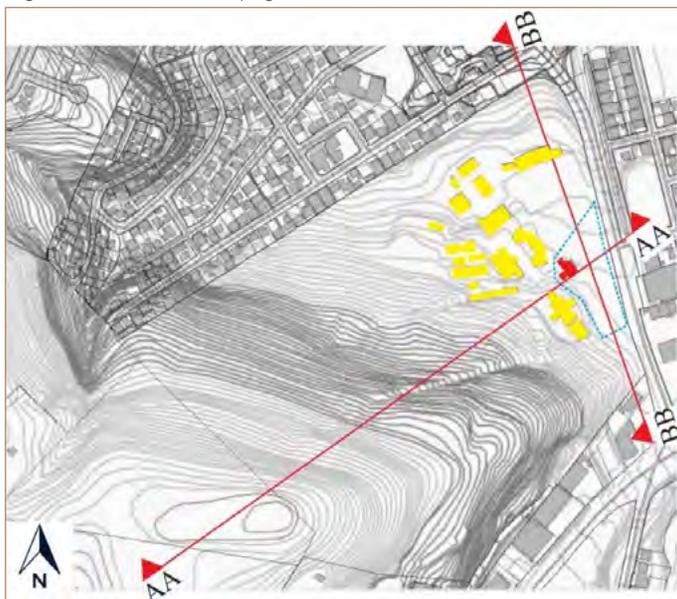


Fonte: Adaptado pelos autores de Google Earth (2019).

Através da utilização do *software Sketchup Pro*, conjuntamente à ferramenta *online*, de obtenção de dados cartográficos e curvas de nível, *Google Earth Pro*, foi possível a constatação da presença de um desnível ao longo dos 19 hectares referente à toda extensão do terreno pertencente à empresa EPAGRI, identifica-se um total de 74,50 metros de desnivelamento no terreno

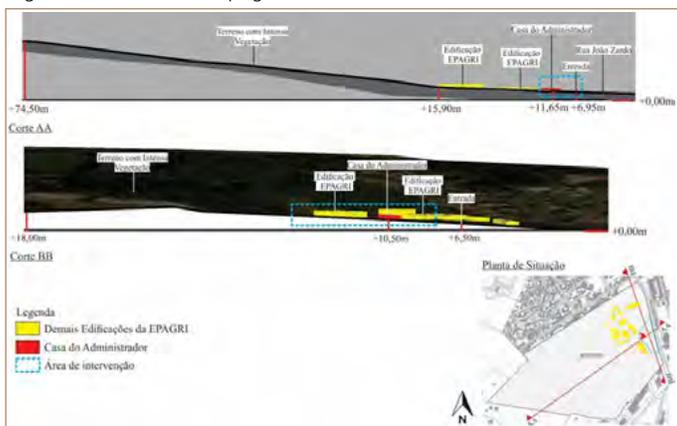
entre a fachada principal (Rua João Zardo) e os fundos do terreno, a Figura 7 apresenta as curvas de nível do local, indicadas a cada metro, nota-se que quantidade de curvas é mais intensa onde não há a presença de edificações, indicando um maior desnivelamento nesta área.

Figura 07 – Análise da topografia da sede da EPAGRI



Fonte: Adaptado pelos autores de Prefeitura Municipal de Videira (2019).

Figura 8 – Análise da topografia da sede da EPAGRI



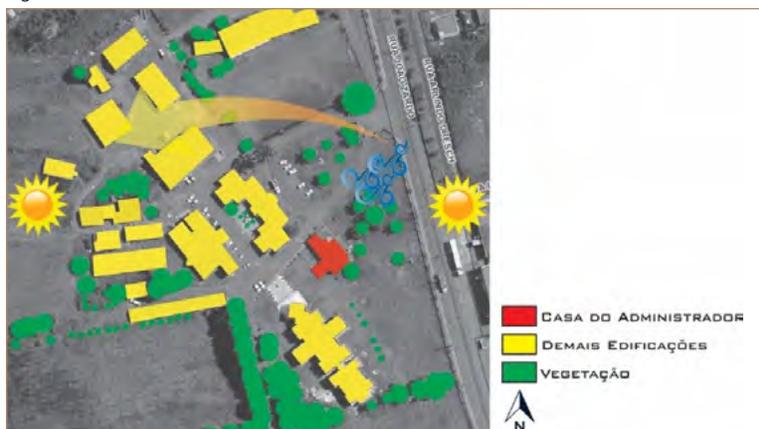
Fonte: Adaptado pelos autores de Prefeitura Municipal de Videira (2019).

Devido à grande extensão do terreno esse desnível torna-se irrelevante considerar por completo neste estudo. A Figura 8 apresenta dois cortes do terreno, nota-se que as edificações ficam concentradas em sua parte frontal, é possível identificar, no corte AA, que o desnível entre a entrada principal da empresa e as edificações localizadas mais ao fundo são de 8,95 m, em uma distância aproximada de 180,00 m, enquanto o desnível entre a entrada e a Casa do Administrador (objeto de estudo desta análise) é de 4,70 m, numa distância de aproximadamente 45,00 m. O corte BB é paralelo a Rua João Zardo, onde identifica-se, numa distância de aproximadamente 60,00 m, um desnível de 4,00 m entre a entrada principal e a construção a ser revitalizada.

Na etapa que segue analisou-se o ciclo solar do dia e sua incidência, identificando sua predominância no imóvel em estudo. No terreno em questão (Figura 9), há a insolação constante no período matutino na fachada da Rua João Zardo.

Assim observa-se que a Casa do Administrador na Figura 9, apresenta sua fachada principal na posição nordeste, isso implica dizer que incide uma insolação constante no período matutino, se mantendo nesta fachada no início da tarde também.

Figura 9 – Análise das condicionantes climáticas da Casa do Administrador



Fonte: Adaptado pelos autores de Prefeitura Municipal de Videira (2019).

É notório que as fachadas de uma edificação localizadas no lado norte recebem incidência de radiação solar o dia todo, devido à latitude que a região sul brasileira se encontra, essas fachadas contam com a variação na inclinação solar ao longo das estações do ano, ou seja, durante o inverno a inclinação é maior permitindo assim a entrada dos raios solares na edificação, entretanto, nas estações mais quentes, como o verão, que possuem uma inclinação menor, essa incidência de radiação nos ambientes internos não ocorre.

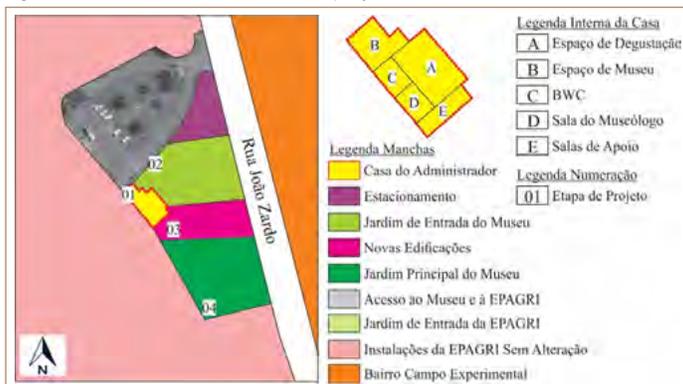
Devido a posição em que as edificações foram construídas, essa incidência solar norte é possível em duas fachadas, uma vez que uma localiza-se à nordeste e a outra a noroeste. Essa inclinação na implantação das obras no terreno, possivelmente planejada, garante maior luminosidade em duas fachadas, e assim garante também que nenhuma fachada fique completamente voltada ao lado sul, onde não haveria incidência solar direta em nenhum momento do dia, ao colocar-se as outras fachadas à sudeste e a sudoeste, garante que ambas recebam incidência solar no período da manhã e no período da tarde, respectivamente.

Os ventos predominantes, conforme o Clima Tempo (2019), são de origem NE (nordeste), bem como os ventos de chuva são provenientes da região NO (noroeste). Assim sendo, a fachada mais exposta é justamente a menos protegida atualmente, trata-se da fachada principal da Casa do Administrador, que não dispõe de qualquer barreira física próxima para auxiliar na diminuição das ações do ar em movimento

4.1 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Com base nos estudos e análises realizadas até o momento, buscou-se identificar através de estudo de manchas a melhor adequação e locação dos setores (Figura 10).

Figura 10 – Estudo de manchas do projeto



Fonte: Adaptado pelos autores de Google Earth (2019).

O projeto de revitalização da sede da EPAGRI foi dividido em 4 etapas (Figura 10):

- Etapa 1: compreende a Casa do Administrador, onde está previsto um espaço de degustação assistida, salas de exposições museológicas da empresa e da cultura italiana, além de espaços complementares como salas de apoio, sala do museólogo e banheiros;
- Etapa 2: trata a adequação e reestruturação paisagística frontal da casa com a instalação de um estacionamento adequado que comporte as necessidades do público visitante;
- Etapa 3: nova edificação para aumentar futuramente a capacidade de público atendido;
- Etapa 4: propõe um novo jardim complementar às edificações, trata-se de um local destinado a exposições e degustação ao ar livre além de reafirmar o conceito do projeto e enaltecer o local como um espaço cultural e de resgate de cultura do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo foi possível concluir que a revitalização da sede da EPAGRI com inserção de museu e área de degustação, é uma proposta apropriada

ao terreno em que se realizou a análise e partem da premissa, fortemente vinculada ao conceito adotado (memória), de reaver uma área abandonada e desgastada com o tempo, proporcionando não apenas um novo uso a edificação, que segundo o histórico é mais antiga que a própria cidade, mas também um novo espaço turístico-cultural ao município de Videira, um ambiente voltado a valorização dos produtores e vinícolas locais, bem como ao resgate da história de seus colonizadores, através de um espaço cultural de interação e lazer.

REFERÊNCIAS

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Agência de Florianópolis. Gerência de Planejamento. **Vitivinicultura em Santa Catarina: situação atual e perspectivas.** – Florianópolis: BRDE, 2005.

CASTELNOU NETO, A. M. A intervenção arquitetônica em obras existentes. *In: Semina: Ci. Exatas/Tecnol., Londrina*, v. 13, n. 4, p. 265-268, dez. 1992.

DE ABREU, R. L. **Map of Santa Catarina State.** 2006. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:SantaCatarina_MesoMicroMunicip.svg. Acesso em: 9 jun. 2019.

FEIBER, S. D. **O Lugar: Vivências e Significados.** Cascavel: ASSOESTE, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2002.

HOSMER, C. **Presence of the past.** New York: G. P. Putnam's Sons, 1965.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Santa Catarina: **Videira.** 2018. Disponível em: cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/videira. Acesso em: 24 mar. 2019.

VIDEIRA. **Perfil do Município.** Videira: PMV, 2016. Disponível em: www.videira.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/74188. Acesso em: 24 mar. 2019.

ANÁLISE DO PATRIMÔNIO CULTURAL VINCULADO AS PRAÇAS PÚBLICAS DE MAJOR VIEIRA (SC)

Merilena Alves de Lima Bueno¹
Juliana Aparecida Biasi²
Jeferson Eduardo Suckow³

Resumo: O presente artigo objetiva mostrar, por meio de uma análise, a relação entre o patrimônio cultural e as praças da cidade de Major Vieira (SC), considerando-se a importância dos espaços públicos para a valorização da identidade local. A cidade dispõe de três praças e em cada uma delas são realizadas manifestações culturais específicas, o que demonstra a apropriação do espaço pelos moradores. A pesquisa também aborda a importância do planejamento adequado tanto para a preservação, como para a implantação de novas praças, a fim de salvaguardar o patrimônio histórico-cultural da cidade. **Palavras-chave:** Patrimônio cultural. Espaços públicos. Praças. Identidade cultural.

1 INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural de cada povo surge por meio dos signos utilizados – as formas de se relacionar, socializar e manifestar os costumes, que são singulares a cada região (MENDES, 2012).

A formação cultural de uma cidade depende diretamente da sua história e de todos os aspectos que a formaram, sejam eles bens materiais ou imateriais. Desta maneira, a conscientização e a valorização do patrimônio cultural local permitem a adequada manutenção da identidade única a cada povo (MENDES, 2012).

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: merilenabalalv@gmail.com.

² Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br.

³ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: jeferson.suckow@unoesc.edu.br.

No caso das cidades de pequeno porte, apresentam desenvolvimento recente e a oportunidade de crescer de forma organizada, em busca de qualidade de vida para os habitantes, justiça social, preservação ambiental, infraestrutura adequada e, principalmente, valorização do patrimônio cultural (NÚCLEO DE ESTUDOS DO FUTURO PUC-SP).

Sendo assim, a cidade de Major Vieira, localizada no estado de Santa Catarina, teve a recente implantação de novas atividades que vão além da agricultura – base econômica do município (IBGE, 2020), está em processo de urbanização, dispõe de diversas manifestações culturais e por isso é o objeto de estudo.

A análise específica de uma cidade é influenciada pela sua configuração sociocultural única, principalmente por se tratar de uma área pequena, com maior relação pessoal entre moradores e a manutenção de tradições étnicas.

O patrimônio cultural de Major Vieira é formado principalmente pela herança histórica, marcada inicialmente pelos caboclos que habitavam a região e pelos imigrantes que a colonizaram. E então, a partir de 1940, a produção da indústria madeireira nas cidades vizinhas atraiu trabalhadores de diversas cidades do estado, muitos foram morar em Major Vieira e contribuíram também para a criação de novos costumes (NASCIMENTO, 2009).

A miscigenação étnica proporciona para a cidade diversas manifestações culturais, que são expressas por meio de apresentações e mostras, muitas delas realizadas nas praças.

Diante de diversas possibilidades para o planejamento sustentável em cidades de pequeno porte, os espaços públicos ganharam um novo caráter, além da socialização e do lazer, tornaram-se adequados para as manifestações culturais e práticas que valorizam a história local.

Portanto o objetivo desta pesquisa é vincular o patrimônio cultural de Major Vieira às suas praças públicas, devido justamente a importância de salvaguardar a memória e a tradição de um povo.

2 METODOLOGIA

Inicialmente a pesquisa se baseou em identificar os traços históricos da cidade de Major Vieira (SC) por meio de pesquisa in loco e de bibliografias sobre a região do planalto norte de Santa Catarina, com a intenção de entender quais aspectos são representativos para a comunidade nas paisagens naturais e construídas.

Em seguida, foi realizado um levantamento fotográfico das principais áreas públicas da cidade abordada e feito contato com a prefeitura municipal para entender quais manifestações históricas ocorrem nestes locais, e assim comprovar a importância para a população e o urbanismo.

Desta maneira, estas pesquisas permitiram a análise da urbanização e da relação que a população tem com o espaço público.

3 ASPECTOS DE URBANIZAÇÃO

A urbanização das cidades se inicia no século XIX, na Europa, principalmente pelo êxodo rural e aumento populacional. Este fenômeno trata-se de trocar aspectos rurais por urbanos, é um processo que necessita de planejamento para a adequada manutenção das características histórico-sociais e, simultaneamente, o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população (ROCHA, 2011).

Segundo o censo de 2020 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Brasil dispõe de 3.781 municípios com menos de 20.000 habitantes e 1.248 municípios com menos de 5.000 habitantes.

Sendo assim, no século XXI, muitas cidades do Brasil ainda estão iniciando seu processo de urbanização, como é o caso de Major Vieira – cidade

localizada no planalto norte de Santa Catarina (Figura 1), com população estimada de 8.156 pessoas e área territorial de 520,816 km².

Figura 1- Localização do município de Major Vieira (SC)



Fonte: os autores (2021).

Entretanto, em cidades pequenas, as ações de urbanismo são muitas vezes mantidas durante um curto período, relacionado a estratégias políticas que são interrompidas quando se trocam os governantes. Isso é prejudicial para os resultados a longo prazo (MICHEL; BRANDLI; LOPES, 2013).

As cidades pequenas apresentam dificuldade em criar planos de ação, estratégias, documentos de regras e fiscalização para o desenvolvimento urbano, usando modelos prontos de outros locais, sem considerar as peculiaridades de cada formação étnica (MICHEL; BRANDLI; LOPES, 2013).

E ainda, é comum que os parâmetros relacionados ao zoneamento – conjunto de normas para o adequado crescimento das áreas urbanas, sigam padrões que contribuem apenas para a especulação imobiliária e interesses particulares, sem priorizar a qualidade do espaço coletivo (BHERING, 2019).

4 ESPAÇOS PÚBLICOS

No contexto da preservação da história e cultura, da proteção do meio ambiente e do desenvolvimento do turismo, os espaços públicos surgem como uma alternativa para unir e fortalecer estes ideais.

Segundo Segawa (1996, p. 31) "a praça é um espaço ancestral que se confunde com a própria origem do conceito ocidental de urbano. O mesmo não se pode afirmar do jardim ou do parque públicos, criações efetivamente materializadas –enquanto espaços públicos urbanos – a partir do século XVII."

A modernização das cidades, a maior concentração de pessoas e o aumento de automóveis nos centros urbanos, a partir do século XX, mostraram que os espaços públicos necessitavam de modificação (MELO, 2013).

A nova realidade de vida urbana do último século também fez com que as pessoas permanecessem mais tempo em ambientes fechados em detrimento do espaço público, aumentando a insegurança nas ruas. Com isso, surge uma busca por reconfiguração urbana, por planejamento de calçadas, ruas mais bem distribuídas e arborizadas (DIAS, 2005).

Os espaços públicos não podem se confrontar com a paisagem urbana ou apenas preencher um vazio, pelo contrário, precisam dar significado e função ao local, devem ser integrados ao espaço onde estão sendo propostos e voltados à socialização e trocas culturais (BORJA, 2006).

Para Sauer (1998) existem dois tipos de paisagens - naturais e culturais. As paisagens naturais não sofrem interferência humana, enquanto as paisagens culturais surgem da forma como o ser humano usa e modifica a paisagem natural.

Segundo Jones (2014, p. 18), “as paisagens deixaram de ser apreciadas simplesmente em termos de design, custo e função, e foram cada vez mais pesquisadas como base de evidências para a interpretação de processos sociais e culturais complexos, como formação de identidade”.

Para Cullen (2010) o meio ambiente é capaz de gerar ao ser humano reações emocionais, por meio das percepções e da experimentação, da relação com o meio urbano e da qualidade da paisagem e dos elementos que a compõe. Sendo assim, para o ser se entender no espaço precisa se identificar com a paisagem.

Portanto, a função dos espaços públicos na paisagem urbana é unir a paisagem natural à produção cultural da cidade e dos usuários, criando espaços de socialização que fazem parte da identidade local.

A formação cultural da cidade se dá nos seus espaços físicos, na criação dos bens culturais através das experiências de quem a habita e sua devida socialização, conseqüentemente o planejamento urbano e a promoção de qualidade de vida dos moradores são essenciais (OHTAKE, 2017).

“Os espaços públicos [...] são caracterizados pelo livre acesso a qualquer indivíduo, permitindo sua utilização a usuários com as mais diversas características sociais, econômicas e culturais” (PERSON, 2006, p. 10).

Através do uso contínuo de um espaço público, o usuário passa a ter sentimentos por este lugar, tais como segurança, bem-estar ou satisfação quanto a seu cotidiano. Estes sentimentos refletem na vontade de frequentar ou não o espaço (ROMERO; SILVA, 2010).

Segundo a Project for Public Spaces (2019, on-line, tradução nossa),

Os espaços públicos considerados saudáveis compartilham quatro características elementares: eles são espaços acessíveis; lugares onde as pessoas desenvolvem uma atividade específica; são agradáveis e bonitos; e finalmente, são espaços de encontro e diversidade.

O espaço público acessível atrai mais usuários, para isso é necessário que se tenha mais de uma forma de acesso, que seja possível o uso de transporte público e que haja estacionamento com boa rotatividade. Isso inclui também calçadas adequadas, segurança aos pedestres e acessibilidade para pessoas com deficiência (FERNANDES, 2012).

As áreas verdes se tornaram um dos alicerces para a qualidade de vida nas cidades contemporâneas, pois apresentam diversas funções para a paisagem e para a população. Os usuários de praças têm maior contato com a natureza e com atividades de recreação, promovendo assim a saúde mental e física (FERNANDES, 2012).

O espaço público adequado influencia na saúde de seus usuários, pois é um local agradável para a prática de exercícios, melhora a saúde ambiental e ainda pode, por meio das feirinhas, proporcionar o acesso a alimentos frescos (PROJECT FOR PUBLIC SPACES, 2019).

Em 2016, a OMS⁴ publicou o documento “Espaços verdes urbanos e saúde – uma revisão de evidências”, que se trata de um relatório a respeito dos efeitos das áreas verdes na saúde pública, tais como: redução da obesidade, exposição otimizada a luz solar, melhoria da saúde mental, exposição reduzida à poluição e redução do efeito de calor de ilha urbana (OMS, 2016).

Os espaços públicos se adaptam as transformações da sociedade, isso proporciona a versatilidade de atividades que podem ser realizadas em uma praça. Por meio destas atividades ocorre a socialização, elemento importante para o senso de comunidade e para as trocas culturais (FERNANDES, 2012).

As trocas culturais também podem acontecer entre os moradores da cidade e as pessoas que visitam os locais públicos. A praça é um local democrático, que oferece um acesso natural à cultura local para todos que o visitam (FARR, 2013).

⁴ Organização Mundial da Saúde

5 PAISAGEM URBANA

Um dos principais aspectos que formam a paisagem urbana é a identificação do cidadão com o local em que se encontra, visível através da sensação psicológica que as cidades interioranas causam – as paisagens com predominância de elementos naturais e os baixos níveis de ruído, que remetem ao conforto e a sensação de segurança (BHERING, 2019).

É o caso da dimensão humana, abordada por Gehl (2013) e mais facilmente alcançada em pequenas cidades, devido à ausência de grandes edificações. Além disso, o ritmo da cidade é menos influenciado por veículos, ao contrário dos grandes centros, favorecendo o contato entre as pessoas e, conseqüentemente, a comunicação.

A forma como o ser humano modifica a natureza, convive na sociedade e se comporta no cotidiano cria a paisagem cultural e por isso este fator é muito variante (SAUER, 1998).

Desta maneira, a função dos espaços públicos neste contexto é unir a paisagem natural e cultural, gerando reações emocionais agradáveis e representatividade nos espaços construídos.

Em Major Vieira, esses aspectos estão ligados principalmente pelo esforço da comunidade em transformar o espaço respeitando os costumes, por isso o planejamento em espaços públicos de qualidade pode criar uma perspectiva melhor de urbanização para os próximos anos.

6 PATRIMÔNIO CULTURAL

Segundo Vaz (1994, p. 5) “a cultura é o lugar do nascimento dos hábitos e costumes que dão ao agir humano constância, direção e significação, e cuja

organização histórica e social constitui uma dimensão ética, o *ethos*, essa versão humana da natureza."

No contexto do desenvolvimento social a cultura e a educação são essenciais, pois transmitem os valores locais, estimulam o pensamento crítico e auxiliam no enfrentamento de questões como a violência, racismo e xenofobia (CANEDO, 2009).

No que diz respeito ao patrimônio cultural, segundo Mendes (2012), trata-se da herança, a história ou a identidade de um povo. Logo, a valorização do patrimônio é a consciência histórica que cada local dispõe.

A identidade cultural de um local é formada pelas suas crenças, festas, alimentação, música e diversas outras expressões; sejam elas manifestações, atividades ou símbolos, por isso cada região dispõe de uma identidade única, que deve ser mantida por meio da preservação histórica (SOUZA, 2004).

As manifestações culturais do estado de Santa Catarina demonstram as diversas influências que o formaram. Festas como a do pinhão, do Divino Espírito Santo e a Oktoberfest são tradições herdadas dos imigrantes vindos no século XIX (Governo do Estado de Santa Catarina, *on-line*).

Na capital Florianópolis, o incentivo cultural se dá principalmente por meio dos museus e teatros. O museu histórico de Santa Catarina funciona desde 1986 e atualmente, além de seu acervo fixo, conta com algumas exposições temporárias (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, *on-line*).

Segundo o governo de Santa Catarina (*on-line*), existem no estado dezenas de conjuntos arquitetônicos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ou pelo Estado e/ou pelos municípios. Na região serrana os casarões portugueses são a expressão dos primeiros colonizadores, enquanto na região Norte a maioria das edificações apresentam tradições italianas.

Ao chegarem no estado, os imigrantes formaram pequenas ilhas colonizadoras, onde mantinham as formas de expressão cultural, a culinária, o

dialeto e detalhes construtivos de sua arquitetura, que foram se difundindo ao longo dos anos (WEIZENMANN; SANTOS; MÜHLEN, 2017).

Dentre os legados mais significativos para Santa Catarina estão os italianos, austríacos, russos, portugueses, poloneses, ucranianos e germânicos. Para os imigrantes poloneses e ucranianos, a maior socialização acontecia na igreja, enquanto para os alemães e italianos, as formas de recreação eram o centro das atividades sociais, principalmente através da música e da dança (IPHAN, 2014).

A cultura catarinense também é marcada historicamente pelos cinemas. A região do planalto norte ainda abriga, na cidade de Três Barras, a edificação do antigo cinema que pertencia à *Lumber*, empresa importante para a formação da região e na Guerra do Contestado (IPHAN, 2014).

O planalto norte de Santa Catarina, era chamado de sertão de Curitiba quando recebeu as primeiras expedições. Mais tarde, o ciclo tropeiro e a chegada dos imigrantes europeus deixou marcas indeléveis na população local, incluindo diversos aspectos relacionados aos usos e costumes, à cultura, linguagem e até à culinária (INSTITUTO PURUNÃ, 2019).

6.1 A CIDADE DE MAJOR VIEIRA – HISTÓRIA E CULTURA

Em 1892, os primeiros imigrantes chegaram através de embarcações pelo Rio Canoinhas na região onde atualmente se encontra a cidade de Major Vieira, vieram em busca dos densos ervais que moviam a economia da região naquela época. A formação étnica do município é de caboclos, germânicos e libaneses, mas o maior contingente é de eslavos (NASCIMENTO, 2009).

No ano de 1910, o comerciante e colonizador Manoel Thomaz Vieira estabeleceu um núcleo de suas propriedades na área central desta região e a denominou Colônia Vieira, formando a partir de então um pequeno aglomerado urbano que atraiu outros colonizadores (TOKARSKI, 2002).

Nos anos finais da Guerra do Contestado, entre 1914 e 1916, Colônia Vieira serviu de acantonamento às forças militares envolvidas na Guerra do Contestado, com isso, os imigrantes eslavos e germânicos também participaram ativamente das disputas (TOMPOROSKI, 2005).

A Guerra do Contestado tornou a região muito violenta e abalou as condições econômicas da população, isso fortaleceu o misticismo religioso e a união da comunidade.

Em 1920 foi fundada a primeira escola na região, onde surgiram as apresentações culturais entre alunos, professores e a comunidade. Nesta época, igreja e escola eram o centro da produção cultural, algo que é mantido até os dias atuais (TOKARSKI, 2002).

Somente em 1924, Colônia Vieira se tornou um Distrito e, em 1961, foi emancipado de Canoinhas, se tornando um município. Diante deste contexto histórico a cidade teve uma formação cultural muito ampla (TOKARSKI, 2002).

Uma das expressões culturais mais antigas de Major Vieira é a festa do Divino Espírito Santo. As comemorações duram uma semana e a missa do domingo é rezada em polonês. Após o rito religioso se inicia a festa, onde pessoas de todas as religiões se reúnem e desfrutam de pratos típicos da região (SECRETARIA DE CULTURA, [2021]).

Segundo Certeau *et. al* (1997) a comida típica de um lugar e o seu modo de fazer são partes fundamentais da cultura imaterial. Os imigrantes usavam produtos locais, mas mantinham suas receitas, como forma de criar uma memória afetiva. Um prato muito comum da região de Major Vieira, com influência ucraniana é o *aluske*⁵.

A gastronomia também está ligada aos ritos festivos. Durante o ano as escolas e igrejas organizam jantares dançantes, onde há a venda de comidas

⁵ Charuto de repolho com recheio de arroz e carne.

típicas, como o *pierogi*⁶, de origem polonesa. Nestes eventos também são realizadas apresentações de dança e o concurso Miss Major Vieira (SECRETARIA DE CULTURA, [2021]).

Segundo o IPHAN (2018) a dança de fitas ou pau de fitas é uma coreografia onde há um mastro alto ao centro e casais seguram as fitas coloridas, formando desenhos, e é originária da colonização açoriana no Sul do Brasil. Esta dança foi uma tradição durante muitos anos nas escolas major vieirenses, mas nos últimos anos não está acontecendo, pela perda do costume de se realizar.

As escolas de Major Vieira são responsáveis por produções culturais que envolvem os alunos e suas famílias, tais como apresentações de teatro e dança. O passeio ciclístico também reúne a comunidade, percorrendo as paisagens naturais da cidade (SECRETARIA DE CULTURA, [2021]).

A cidade comemora o dia da Pátria com desfiles e mostras de trabalhos pedagógicos, atividades cívicas e culturais. As apresentações da fanfarra também são tradicionais. O primeiro registro da fanfarra é de 1958, quando era composta por cinco alunos da Escola Luiz Davet (SECRETARIA DE CULTURA, [2021]).

Major Vieira dispõe de dois grupos culturais que fazem encontros e apresentações como forma de manter seus costumes, sua língua e sua gastronomia típica. O grupo gaúcho organiza cursos de dança, bailes e a Semana Farroupilha, evento festivo que comemora a maior revolta civil brasileira. O grupo polonês preserva suas vestimentas e a sua língua por meio de danças, rezas e das músicas tocadas pelos integrantes em diversos instrumentos (SECRETARIA DE CULTURA, [2021]).

Eventos anuais – o encontro de jipeiros e trilheiros, o resgate de talentos da escola Luiz Davet, que é uma atividade pedagógica-cultural na qual os alunos apresentam danças, músicas teatros e performances; e as festas juninas – ocorrem no centro comunitário, em sítios particulares ou nos pavilhões das igrejas.

⁶ Massa recheada com requeijão ou batatas.

As cachoeiras e cavernas compõem as paisagens naturais de Major Vieira, principalmente nas comunidades do interior, fato que tem motivado turistas e moradores locais para trilhas ecológicas.

Major Vieira ainda preserva traços da arquitetura polonesa, evidenciados nos três casarões centenários mantidos nas comunidades rurais. Estas edificações são feitas em camada dupla de madeira e mantêm a decoração original, com pinturas artesanais nas paredes. Essas casas estão localizadas nas comunidades de Rio Novo de Cima e na localidade do Pulador, aproximadamente 20 km e 15 km do centro da cidade respectivamente (SECRETARIA DE CULTURA, [2021]).

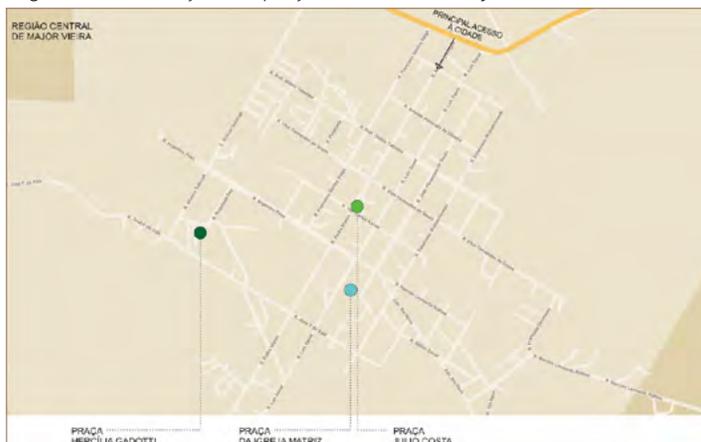
Segundo Tomporoski (on-line), a rota das capelas e a igreja do monge São João Maria são heranças do monge João Maria de Jesus, que vivia na região do planalto Norte catarinense entre os anos 1890 e 1908. Os moradores da região recebiam o apoio do monge contra as injustiças praticadas pelos governantes e pelas companhias estrangeiras, quando a região foi centro da Guerra do Contestado, isso criou uma forte devoção mantida atualmente nestas capelas localizadas em diversos pontos da cidade.

Todos estes aspectos formadores da cultura da cidade em questão demonstram a necessidade de espaços para as manifestações tradicionais, o encontro dos moradores e a perpetuação dos costumes locais. “A essência do espaço público está na forma como é utilizado pelos atores sociais, ou seja, das práticas que possa acolher, que torne possível ou até oportunize, podendo a sua forma, favorecer ou inibir essas práticas” (GERMANO; MARIA, p. 605, 2018).

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O patrimônio cultural de Major Vieira está vinculado a praça Júlio Costa, praça da Matriz e praça Hercília Gadotti (Figura 2), pois estas são palco para as manifestações culturais e a reunião dos moradores.

Figura 2 - Localização das praças no centro de Major Vieira



Fonte: os autores (2021).

A praça da igreja matriz (Figura 3) dispõe de pista de skate, parque infantil e áreas verdes, mas o ponto mais marcante é o coreto que é utilizado para diversas apresentações e como ponto de encontro e socialização, principalmente à noite e aos finais de semana.

Figura 3- Praça da igreja matriz de Major Vieira (SC)



Fonte: os autores (2021).

Ao lado desta praça está localizada a escola Luiz Davet, por isso muitos eventos realizados por alunos e professores acontecem no local, tais como o festival anual "Resgate de Talentos", que proporciona a interação dos alunos com a comunidade através de dança, música, teatro e mostra de trabalhos escolares.

Além disso, todos os anos acontece nesta praça a exposição de objetos antigos e fotos históricas. Deste modo, as pessoas que frequentam a praça têm contato com a história do município e dos moradores mais antigos.

Em cidades pequenas é comum que o entorno imediato das igrejas seja um ponto de referência, parte da identidade cultural. Estes espaços precisam de planejamento adequado, com respeito aos costumes da população e a história da cidade que, em muitos casos, teve o início da formação nestes locais (BRAGA, 2017).

Enquanto isso, na entrada da cidade, no ponto central, está a praça Júlio Costa (Figura 4) e em seu entorno encontra-se a prefeitura municipal, a casa da cultura e a maior concentração de edificações comerciais de Major Vieira.

Figura 4 - Praça Júlio Costa



Fonte: os autores. (2021).

A praça Júlio Costa cria relações sociais entre os moradores por meio de apresentações que são realizadas principalmente em época de Natal e relações políticas através das edificações em seu entorno e representa as crenças da população, homenageando a santa padroeira da cidade com um monumento visitado por muitos fiéis.

Nas comunidades rurais são cultivados diversos produtos que são vendidos, a céu aberto, em uma feirinha organizada nesta praça. Dentre estes produtos está a farinha de mandioca feita em uma atafona⁷ (SECRETARIA DE CULTURA, [2021]).

Quanto a praça Hercília Gadotti (Figura 5), está localizada em frente ao hospital da cidade, torna-se assim um espaço de encontro entre familiares e funcionários em horário de descanso.

Figura 5 - Praça Hercília Gadotti



Fonte: os autores (2021).

Nesta praça também são realizados cultos religiosos, que envolvem a população de todo o município, com a participação dos grupos culturais que fazem suas orações em língua polonesa, proporcionando assim a manutenção de um dos signos formadores do patrimônio cultural, a língua.

Outras manifestações culturais como a festa do colono, apresentações do dia da pátria, de teatro e dança, são realizadas em espaços particulares ou nos pavilhões de igrejas. Este fato demonstra a necessidade de valorização da cultura e a importância que os espaços públicos apresentam para a comunidade, pois podem ser a resposta para questões sociais, diminuir os índices de violência e também salvaguardar a história das cidades.

A pesquisa em questão demonstrou que algumas atitudes de planejamento urbano podem favorecer o crescimento cultural e também fomentar o turismo étnico para cidades de pequeno porte.

⁷ Sistema muito tradicional e artesanal de produção.

A criação de espaços públicos, como parques e praças no entorno de rios e outros bens naturais pode criar interesse de visitação nos moradores. Em Major Vieira a população tem o costume de realizar trilhas ecológicas em comunidades do interior, este fato demonstra a conexão que a comunidade busca com o meio ambiente.

Os rios que passam pelo centro de Major Vieira poderiam ser explorados de maneira diferente, constituindo a paisagem natural, entretanto, o rio Monjolo foi canalizado em 2019 e recebe resíduos não tratados na extensão não canalizada. De outro modo, as áreas próximas ao rio Bonito formam vazios urbanos, pois a legislação não permite as construções (Lei nº 12.651/2012) e não há incentivo para o turismo.

Outra questão pertinente é a ausência de espaços adequados para manifestações culturais. Na cidade abordada, quando não há um espaço que comporte os eventos tradicionais as ruas se tornam palco de apresentações, por exemplo, para o Natal-luz, evento que reúne apresentações artísticas de diversos grupos, parte da rua Argemiro Borges, em frente a prefeitura municipal é fechada, e são locadas cadeiras para o público (Figura 6).

Figura 6 - Apresentações de Natal realizadas na rua



Fonte: os autores (2017).

A preservação dos bens materiais também pode ser alcançada por meio da criação e manutenção de espaços públicos. Os objetos remanescentes dos imigrantes são preservados nas próprias residências de moradores

mais antigos da cidade. Um local adequado para exposição destes materiais poderia conectar as novas gerações com as raízes históricas.

Por fim, mostram-se indispensáveis a manutenção e as políticas públicas voltadas as praças já existentes na cidade de Major Vieira, como modo de cuidado com a cultura do município e da região. Afinal, o elo formado entre as tradições locais e a comunidade é refletido no ambiente construído e natural das praças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos espaços públicos de Major Vieira evidencia a rica produção histórica da cidade, através das manifestações culturais que acontecem nestes locais. As três praças apresentam potencialidades que podem ser desenvolvidas com o planejamento urbano adequado, para garantir que a população tenha acesso a esses locais de forma segura, proporcionando a qualidade de vida e o contato com os costumes no cotidiano.

Então a pesquisa mostrou a relevância das praças para o urbanismo, principalmente no que se trata da socialização, do encontro das pessoas nos espaços públicos e a valorização das áreas centrais da cidade.

Por fim, é importante ressaltar a importância do patrimônio cultural de Major Vieira e a necessidade de salvaguardar os costumes e tradições de cidades de pequeno porte, essencialmente no processo de urbanização.

REFERÊNCIAS

BHERING, Iracema Generoso de Abreu. **O urbanismo e a paisagem desejada**. Orientador: Prof. Dra. Fernanda Borges de Moraes. 2019. 363 p. Tese (Doutor em arquitetura e urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br>. Acesso em: 27 nov. 2021.

BORJA, Jordi. Espaço público, condição da cidade democrática. A criação de um lugar de intercâmbio. *Arquitextos*, São Paulo, ano 06, n. 072.03, **Vitruvius**, maio 2006. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/353>. Acesso em: 22 nov. 2021.

BRAGA, Mariana Viana. A PRAÇA COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL: UM ESTUDO SOBRE A TANCREDO NEVES EM VITÓRIA DA CONQUISTA–BA. **Colóquio do Museu Pedagógico**-ISSN 2175-5493, v. 12, n. 1, p. 1680-1685, 2017. .

BRASIL. Lei n. 12651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 maio 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651. Acesso em: 11 nov. 2021.

CANEDO, Daniele. **Cultura, democracia e participação social**: um estudo da II conferência estadual de cultura da Bahia. 2008. Dissertação (Pós-graduação em cultura e sociedade) – Faculdade de comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10590/1/disertacao%20Daniele%20Canedo.pdf> Acesso em: 9 nov. 2021.

CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Tradução: Ephraim Alves, Lucia Orth. São Paulo: Vozes, 1997. 249 p. Título original: L'invention du quotidien.

CULLEN, G. **Paisagem Urbana**. Lisboa, Edições 70, 2010.

DIAS, Fabiano. O desafio do espaço público nas cidades do século XXI. *Arquitextos*, São Paulo, ano 06, n. 061.05, **Vitruvius**, jun. 2005. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.061/453>. Acesso em: 21 nov. 2021.

FARR, Douglas. **Urbanismo Sustentável**: Desenho urbano com a natureza. Tradução de Alexandre Salvaterra. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. 348 p. ISBN 8582600798.

FERNANDES, Ana Cristina Teixeira Dias. 2012. Dissertação. (Especialização em planejamento) – Departamento de Engenharia Civil, Universidade do Porto, Portugal, 2012. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/68407/1/000154929>. Acesso em: 28 nov. 2021.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, **Museu Histórico de Santa Catarina**, [s.l.]. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/espacos/mhsc/o-museu/7454-7454-historico>. Acesso em: 17 nov. 2021.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. 2 ed. Tradução: Anita Di Marco. Perspectiva: São Paulo, 2013.

GERMANO, Stephanie Dias; MARIA, Yeda Ruiz. Apropriação dos espaços públicos pela sociedade: o contraste entre o balneário municipal de Rosana-SP e ambientes públicos planejados. **Colloquium Socialis**, Presidente Prudente, v. 02, n. Especial 2, Jul/Dez, 2018, p.605-612 DOI: 10.5747/cs.2018.v02.nesp2.s0343

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, **Cultura**, [s.l.]. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/governo/acoesdegoverno/cultura>. Acesso em: 17 nov. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, **Diversidade é a marca da cultura catarinense**, [s.l.]. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/conhecasc/cultura>. Acesso em: 18 nov. 2021.

GUIA GPS: Gestão Pública Sustentável. In: NÚCLEO DE ESTUDOS DO FUTURO. **Programa Cidades Sustentáveis**. 1. ed. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br>. Acesso em: 27 nov. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Major Vieira (SC)**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/major-vieira.html>? Acesso em: 10 nov. 2021.

INSTITUTO PURUNÃ, **Tropeirismo no Paraná: tradições e herança histórica**, [s.l.]. Disponível em: <http://www.institutopuruna.com.br/tradicoes-tropeiras-2/>. Acesso em: 18 nov. 2021.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Saberes, fazeres, gíngas e celebrações:** ações para a salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Brasil 2002-2018 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil); coordenação de edição Rívia Ryker Bandeira de Alencar. – Brasília-DF: IPHAN, 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sfgec>. Acesso em: 20 nov. 2021.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, **O Patrimônio do Imigrante:** Roteiros Nacionais de Imigração – Santa Catarina, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivImi_RoteirosNacionaisImigracao_SantaCatarina_v2_m. Acesso em: 18 nov. 2021.

JONES, Katy Laton. **National Review of Research Priorities For Urban Parks, Designed Landscapes.** 4. ed. Fort Cumberland: English Heritage, 2014. 134 p.

LOPES, I.; BRANDLI, L.; MICHEL, P. Proposta para gestão de infraestrutura urbana integrada em cidades de pequeno porte a partir de um estudo de caso. **Revista CIATEC-UPF**, v. 5, n. 2, p. 12-28, 3 dez. 2013. Acesso em: 27 nov. 2021.

MELO, Mariana Inocência Oliveira. **Parques urbanos, a natureza na cidade:** práticas de lazer e turismo cidadão. Dissertação. (Mestrado em profissional em turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14302>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MENDES, Antonio Rosa. **O Que É Patrimônio Cultural.** 1. ed. Olhão, Portugal: Gente Singular, 2012. 48 p.

NASCIMENTO, Cesar Duarte. **Desenvolvimento do setor madeireiro no município de Canoinhas (SC), período 1940 a 2007.** Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade do Contestado, Canoinhas, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/89358318-Desenvolvimento-do-setor-madeireiro-no-municipio-de-canoinhas-sc-periodo-1940-a-2007>. Acesso em: 20 nov. 2021.

OHTAKE, Ricardo. **A cultura na cidade**. Estud. av. , São Paulo, v. 31, n. 91, pág. 99-103, dezembro de 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000300099&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 nov. de 2021.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Espaços verdes urbanos e saúde mental**: uma revisão sistemática da literatura. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338925216_Espacos_verdes_urbanos_e_saude_mentalUma_revisao_sistematica_da_literatura. Acesso em: 05 nov. 2021.

PERSON, Elisangela. **Espaços de permanência e passagem**: contribuição para a elaboração de diretrizes ambientais e de acessibilidade para o desenho urbano. 2006. Dissertação. (Pós graduação da faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília), Brasília, 2006. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5147/1/elisangela_person. Acesso em: 23 nov. 2021.

PROJECT FOR PUBLIC SPACES. **What Makes a Successful Place?** 2019. Disponível em: <https://www.pps.org/article/grplacefeat>. Acesso em: 26 nov. 2021.

ROCHA, Ione dos Santos. **Produção e valorização do espaço urbano da cidade de Vitória da Conquista**: estratégias dos sujeitos do desenvolvimento urbano nas transformações do bairro Boa Vista. Orientador: Cristovão Brito. 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/17790>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SILVA, Geovany JA; ROMERO, Marta AB. Novos paradigmas do urbanismo sustentável no Brasil: a revisão de conceitos urbanos para o século XXI. Actas do Pluris, 2010.

SAUER, Carl O. A Morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; HOSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 12-74.

SECRETARIA DE CULTURA, PREFEITURA DE MAJOR VIEIRA. **Levantamento cultural**. Major Vieira, 2 nov. 2021. 1 mensagem eletrônica.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do Público**: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SOUZA, João Carlos. O caráter religioso e profano das festas populares: Corumbá, passagem do século XIX para o XX. **Revista Brasileira de História**, Corumbá, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/DdrtM9F8FNZKRPchwVMc3Yj/?lang=pt>. Acesso em: 8 nov. 2021.

TOKARSKI, Fernando. **Cronografia do Contestado**: apontamentos históricos da região do Contestado e do Sul do Paraná. Florianópolis: Secretaria de Estado do Governo, 2002.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **João Maria de Agostini: o monge santo na região do Contestado – Jmais**, 2005. Disponível em: <https://www.jmais.com.br/joao-maria-de-agostini-o-monge-santo-na-regiao-do-contestado/>. Acesso em: 28 nov. 2021.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O Polvo e seus tentáculos**: a Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. 2005. Tese. (Pós Graduação em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107414>. Acesso em: 25 nov. 2021.

VAZ, Henrique C. de Lima. Cultura e Filosofia. **Síntese, Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 67, p. 15, 8 mar. 1994.

WEIZENMANN, Tiago; SANTOS, Rodrigo Luis; MÜHLEN, Caroline. Migrações históricas e recentes. *In*: 13ª EDIÇÃO DO SEMINÁRIO UNIVATES, 2017, Lajeado. **Anais [...]**. Lajeado, 2017.

ANÁLISE DO PATRIMÔNIO CULTURAL VINCULADO AS PRAÇAS PÚBLICAS DE MAJOR VIEIRA (SC)

Merilena Alves de Lima Bueno¹
Juliana Aparecida Biasi²
Jeferson Eduardo Suckow³

RESUMO:

O presente artigo objetiva mostrar, por meio de uma análise, a relação entre o patrimônio cultural e as praças da cidade de Major Vieira (SC), considerando-se a importância dos espaços públicos para a valorização da identidade local. A cidade dispõe de três praças e em cada uma delas são realizadas manifestações culturais específicas, o que demonstra a apropriação do espaço pelos moradores. A pesquisa também aborda a importância do planejamento adequado tanto para a preservação, como para a implantação de novas praças, a fim de salvaguardar o patrimônio histórico-cultural da cidade.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Espaços públicos. Praças. Identidade cultural.

1 INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural de cada povo surge por meio dos signos utilizados – as formas de se relacionar, socializar e manifestar os costumes, que são singulares a cada região (MENDES, 2012).

A formação cultural de uma cidade depende diretamente da sua história e de todos os aspectos que a formaram, sejam eles bens materiais ou imateriais. Desta maneira, a conscientização e a valorização do patrimônio

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: merilenabalalv@gmail.com.

² Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br.

³ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: jeferson.suckow@unoesc.edu.br.

cultural local permitem a adequada manutenção da identidade única a cada povo (MENDES, 2012).

No caso das cidades de pequeno porte, apresentam desenvolvimento recente e a oportunidade de crescer de forma organizada, em busca de qualidade de vida para os habitantes, justiça social, preservação ambiental, infraestrutura adequada e, principalmente, valorização do patrimônio cultural (NÚCLEO DE ESTUDOS DO FUTURO PUC-SP).

Sendo assim, a cidade de Major Vieira, localizada no estado de Santa Catarina, teve a recente implantação de novas atividades que vão além da agricultura – base econômica do município (IBGE, 2020), está em processo de urbanização, dispõe de diversas manifestações culturais e por isso é o objeto de estudo.

A análise específica de uma cidade é influenciada pela sua configuração sociocultural única, principalmente por se tratar de uma área pequena, com maior relação pessoal entre moradores e a manutenção de tradições étnicas.

O patrimônio cultural de Major Vieira é formado principalmente pela herança histórica, marcada inicialmente pelos caboclos que habitavam a região e pelos imigrantes que a colonizaram. E então, a partir de 1940, a produção da indústria madeireira nas cidades vizinhas atraiu trabalhadores de diversas cidades do estado, muitos foram morar em Major Vieira e contribuíram também para a criação de novos costumes (NASCIMENTO, 2009).

A miscigenação étnica proporciona para a cidade diversas manifestações culturais, que são expressas por meio de apresentações e mostras, muitas delas realizadas nas praças.

Diante de diversas possibilidades para o planejamento sustentável em cidades de pequeno porte, os espaços públicos ganharam um novo caráter, além da socialização e do lazer, tornaram-se adequados para as manifestações culturais e práticas que valorizam a história local.

Portanto o objetivo desta pesquisa é vincular o patrimônio cultural de Major Vieira às suas praças públicas, devido justamente a importância de salvaguardar a memória e a tradição de um povo.

2 METODOLOGIA

Inicialmente a pesquisa se baseou em identificar os traços históricos da cidade de Major Vieira (SC) por meio de pesquisa in loco e de bibliografias sobre a região do planalto norte de Santa Catarina, com a intenção de entender quais aspectos são representativos para a comunidade nas paisagens naturais e construídas.

Em seguida, foi realizado um levantamento fotográfico das principais áreas públicas da cidade abordada e feito contato com a prefeitura municipal para entender quais manifestações históricas ocorrem nestes locais, e assim comprovar a importância para a população e o urbanismo.

Desta maneira, estas pesquisas permitiram a análise da urbanização e da relação que a população tem com o espaço público.

3 ASPECTOS DE URBANIZAÇÃO

A urbanização das cidades se inicia no século XIX, na Europa, principalmente pelo êxodo rural e aumento populacional. Este fenômeno trata-se de trocar aspectos rurais por urbanos, é um processo que necessita de planejamento para a adequada manutenção das características histórico-sociais e, simultaneamente, o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população (ROCHA, 2011).

Segundo o censo de 2020 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Brasil dispõe de 3.781 municípios com menos de 20.000 habitantes e 1.248 municípios com menos de 5.000 habitantes.

Sendo assim, no século XXI, muitas cidades do Brasil ainda estão iniciando seu processo de urbanização, como é o caso de Major Vieira – cidade localizada no planalto norte de Santa Catarina (Figura 1), com população estimada de 8.156 pessoas e área territorial de 520,816 km².

Figura 1- Localização do município de Major Vieira (SC)



Fonte: os autores (2021).

Entretanto, em cidades pequenas, as ações de urbanismo são muitas vezes mantidas durante um curto período, relacionado a estratégias políticas que são interrompidas quando se trocam os governantes. Isso é prejudicial para os resultados a longo prazo (MICHEL; BRANDLI; LOPES, 2013).

As cidades pequenas apresentam dificuldade em criar planos de ação, estratégias, documentos de regras e fiscalização para o desenvolvimento urbano, usando modelos prontos de outros locais, sem considerar as peculiaridades de cada formação étnica (MICHEL; BRANDLI; LOPES, 2013).

E ainda, é comum que os parâmetros relacionados ao zoneamento – conjunto de normas para o adequado crescimento das áreas urbanas,

sigam padrões que contribuem apenas para a especulação imobiliária e interesses particulares, sem priorizar a qualidade do espaço coletivo (BHERING, 2019).

4 ESPAÇOS PÚBLICOS

No contexto da preservação da história e cultura, da proteção do meio ambiente e do desenvolvimento do turismo, os espaços públicos surgem como uma alternativa para unir e fortalecer estes ideais.

Segundo Segawa (1996, p. 31) "a praça é um espaço ancestral que se confunde com a própria origem do conceito ocidental de urbano. O mesmo não se pode afirmar do jardim ou do parque públicos, criações efetivamente materializadas – enquanto espaços públicos urbanos – a partir do século XVII."

A modernização das cidades, a maior concentração de pessoas e o aumento de automóveis nos centros urbanos, a partir do século XX, mostraram que os espaços públicos necessitavam de modificação (MELO, 2013).

A nova realidade de vida urbana do último século também fez com que as pessoas permanecessem mais tempo em ambientes fechados em detrimento do espaço público, aumentando a insegurança nas ruas. Com isso, surge uma busca por reconfiguração urbana, por planejamento de calçadas, ruas mais bem distribuídas e arborizadas (DIAS, 2005).

Os espaços públicos não podem se confrontar com a paisagem urbana ou apenas preencher um vazio, pelo contrário, precisam dar significado e função ao local, devem ser integrados ao espaço onde estão sendo propostos e voltados à socialização e trocas culturais (BORJA, 2006).

Para Sauer (1998) existem dois tipos de paisagens - naturais e culturais. As paisagens naturais não sofrem interferência humana, enquanto as paisagens culturais surgem da forma como o ser humano usa e modifica a paisagem natural.

Segundo Jones (2014, p. 18), “as paisagens deixaram de ser apreciadas simplesmente em termos de design, custo e função, e foram cada vez mais pesquisadas como base de evidências para a interpretação de processos sociais e culturais complexos, como formação de identidade”.

Para Cullen (2010) o meio ambiente é capaz de gerar ao ser humano reações emocionais, por meio das percepções e da experimentação, da relação com o meio urbano e da qualidade da paisagem e dos elementos que a compõe. Sendo assim, para o ser se entender no espaço precisa se identificar com a paisagem.

Portanto, a função dos espaços públicos na paisagem urbana é unir a paisagem natural à produção cultural da cidade e dos usuários, criando espaços de socialização que fazem parte da identidade local.

A formação cultural da cidade se dá nos seus espaços físicos, na criação dos bens culturais através das experiências de quem a habita e sua devida socialização, conseqüentemente o planejamento urbano e a promoção de qualidade de vida dos moradores são essenciais (OHTAKE, 2017).

“Os espaços públicos [...] são caracterizados pelo livre acesso a qualquer indivíduo, permitindo sua utilização a usuários com as mais diversas características sociais, econômicas e culturais” (PERSON, 2006, p. 10).

Através do uso contínuo de um espaço público, o usuário passa a ter sentimentos por este lugar, tais como segurança, bem-estar ou satisfação quanto a seu cotidiano. Estes sentimentos refletem na vontade de frequentar ou não o espaço (ROMERO; SILVA, 2010).

Segundo a Project for Public Spaces (2019, on-line, tradução nossa),

Os espaços públicos considerados saudáveis compartilham quatro características elementares: eles são espaços acessíveis; lugares onde as pessoas desenvolvem uma

atividade específica; são agradáveis e bonitos; e finalmente, são espaços de encontro e diversidade.

O espaço público acessível atrai mais usuários, para isso é necessário que se tenha mais de uma forma de acesso, que seja possível o uso de transporte público e que haja estacionamento com boa rotatividade. Isso inclui também calçadas adequadas, segurança aos pedestres e acessibilidade para pessoas com deficiência (FERNANDES, 2012).

As áreas verdes se tornaram um dos alicerces para a qualidade de vida nas cidades contemporâneas, pois apresentam diversas funções para a paisagem e para a população. Os usuários de praças têm maior contato com a natureza e com atividades de recreação, promovendo assim a saúde mental e física (FERNANDES, 2012).

O espaço público adequado influencia na saúde de seus usuários, pois é um local agradável para a prática de exercícios, melhora a saúde ambiental e ainda pode, por meio das feirinhas, proporcionar o acesso a alimentos frescos (*PROJECT FOR PUBLIC SPACES*, 2019).

Em 2016, a OMS⁴ publicou o documento "Espaços verdes urbanos e saúde – uma revisão de evidências", que se trata de um relatório a respeito dos efeitos das áreas verdes na saúde pública, tais como: redução da obesidade, exposição otimizada a luz solar, melhoria da saúde mental, exposição reduzida à poluição e redução do efeito de calor de ilha urbana (OMS, 2016).

Os espaços públicos se adaptam as transformações da sociedade, isso proporciona a versatilidade de atividades que podem ser realizadas em uma praça. Por meio destas atividades ocorre a socialização, elemento importante para o senso de comunidade e para as trocas culturais (FERNANDES, 2012).

⁴ Organização Mundial da Saúde

As trocas culturais também podem acontecer entre os moradores da cidade e as pessoas que visitam os locais públicos. A praça é um local democrático, que oferece um acesso natural à cultura local para todos que o visitam (FARR, 2013).

5 PAISAGEM URBANA

Um dos principais aspectos que formam a paisagem urbana é a identificação do cidadão com o local em que se encontra, visível através da sensação psicológica que as cidades interioranas causam – as paisagens com predominância de elementos naturais e os baixos níveis de ruído, que remetem ao conforto e a sensação de segurança (BHERING, 2019).

É o caso da dimensão humana, abordada por Gehl (2013) e mais facilmente alcançada em pequenas cidades, devido à ausência de grandes edificações. Além disso, o ritmo da cidade é menos influenciado por veículos, ao contrário dos grandes centros, favorecendo o contato entre as pessoas e, conseqüentemente, a comunicação.

A forma como o ser humano modifica a natureza, convive na sociedade e se comporta no cotidiano cria a paisagem cultural e por isso este fator é muito variante (SAUER, 1998).

Desta maneira, a função dos espaços públicos neste contexto é unir a paisagem natural e cultural, gerando reações emocionais agradáveis e representatividade nos espaços construídos.

Em Major Vieira, esses aspectos estão ligados principalmente pelo esforço da comunidade em transformar o espaço respeitando os costumes, por isso o planejamento em espaços públicos de qualidade pode criar uma perspectiva melhor de urbanização para os próximos anos.

6 PATRIMÔNIO CULTURAL

Segundo Vaz (1994, p. 5) "a cultura é o lugar do nascimento dos hábitos e costumes que dão ao agir humano constância, direção e significação, e cuja organização histórica e social constitui uma dimensão ética, o *ethos*, essa versão humana da natureza."

No contexto do desenvolvimento social a cultura e a educação são essenciais, pois transmitem os valores locais, estimulam o pensamento crítico e auxiliam no enfrentamento de questões como a violência, racismo e xenofobia (CANEDO, 2009).

No que diz respeito ao patrimônio cultural, segundo Mendes (2012), trata-se da herança, a história ou a identidade de um povo. Logo, a valorização do patrimônio é a consciência histórica que cada local dispõe.

A identidade cultural de um local é formada pelas suas crenças, festas, alimentação, música e diversas outras expressões; sejam elas manifestações, atividades ou símbolos, por isso cada região dispõe de uma identidade única, que deve ser mantida por meio da preservação histórica (SOUZA, 2004).

As manifestações culturais do estado de Santa Catarina demonstram as diversas influências que o formaram. Festas como a do pinhão, do Divino Espírito Santo e a Oktoberfest são tradições herdadas dos imigrantes vindos no século XIX (Governo do Estado de Santa Catarina, *on-line*).

Na capital Florianópolis, o incentivo cultural se dá principalmente por meio dos museus e teatros. O museu histórico de Santa Catarina funciona desde 1986 e atualmente, além de seu acervo fixo, conta com algumas exposições temporárias (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, *on-line*).

Segundo o governo de Santa Catarina (*on-line*), existem no estado dezenas de conjuntos arquitetônicos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ou pelo Estado e/ou pelos municípios.

Na região serrana os casarões portugueses são a expressão dos primeiros colonizadores, enquanto na região Norte a maioria das edificações apresentam tradições italianas.

Ao chegarem no estado, os imigrantes formaram pequenas ilhas colonizadoras, onde mantinham as formas de expressão cultural, a culinária, o dialeto e detalhes construtivos de sua arquitetura, que foram se difundindo ao longo dos anos (WEIZENMANN; SANTOS; MÜHLEN, 2017).

Dentre os legados mais significativos para Santa Catarina estão os italianos, austríacos, russos, portugueses, poloneses, ucranianos e germânicos. Para os imigrantes poloneses e ucranianos, a maior socialização acontecia na igreja, enquanto para os alemães e italianos, as formas de recreação eram o centro das atividades sociais, principalmente através da música e da dança (IPHAN, 2014).

A cultura catarinense também é marcada historicamente pelos cinemas. A região do planalto norte ainda abriga, na cidade de Três Barras, a edificação do antigo cinema que pertencia à *Lumber*, empresa importante para a formação da região e na Guerra do Contestado (IPHAN, 2014).

O planalto norte de Santa Catarina, era chamado de sertão de Curitiba quando recebeu as primeiras expedições. Mais tarde, o ciclo tropeiro e a chegada dos imigrantes europeus deixou marcas indelévels na população local, incluindo diversos aspectos relacionados aos usos e costumes, à cultura, linguagem e até à culinária (INSTITUTO PURUNÃ, 2019).

6.1 A CIDADE DE MAJOR VIEIRA – HISTÓRIA E CULTURA

Em 1892, os primeiros imigrantes chegaram através de embarcações pelo Rio Canoinhas na região onde atualmente se encontra a cidade de Major Vieira, vieram em busca dos densos ervais que moviam a economia da região

naquela época. A formação étnica do município é de caboclos, germânicos e libaneses, mas o maior contingente é de eslavos (NASCIMENTO, 2009).

No ano de 1910, o comerciante e colonizador Manoel Thomaz Vieira estabeleceu um núcleo de suas propriedades na área central desta região e a denominou Colônia Vieira, formando a partir de então um pequeno aglomerado urbano que atraiu outros colonizadores (TOKARSKI, 2002).

Nos anos finais da Guerra do Contestado, entre 1914 e 1916, Colônia Vieira serviu de acantonamento às forças militares envolvidas na Guerra do Contestado, com isso, os imigrantes eslavos e germânicos também participaram ativamente das disputas (TOMPOROSKI, 2005).

A Guerra do Contestado tornou a região muito violenta e abalou as condições econômicas da população, isso fortaleceu o misticismo religioso e a união da comunidade.

Em 1920 foi fundada a primeira escola na região, onde surgiram as apresentações culturais entre alunos, professores e a comunidade. Nesta época, igreja e escola eram o centro da produção cultural, algo que é mantido até os dias atuais (TOKARSKI, 2002).

Somente em 1924, Colônia Vieira se tornou um Distrito e, em 1961, foi emancipado de Canoinhas, se tornando um município. Diante deste contexto histórico a cidade teve uma formação cultural muito ampla (TOKARSKI, 2002).

Uma das expressões culturais mais antigas de Major Vieira é a festa do Divino Espírito Santo. As comemorações duram uma semana e a missa do domingo é rezada em polonês. Após o rito religioso se inicia a festa, onde pessoas de todas as religiões se reúnem e desfrutam de pratos típicos da região (SECRETARIA DE CULTURA, [2021]).

Segundo Certeau *et. al* (1997) a comida típica de um lugar e o seu modo de fazer são partes fundamentais da cultura imaterial. Os imigrantes usavam produtos locais, mas mantinham suas receitas, como forma de criar

uma memória afetiva. Um prato muito comum da região de Major Vieira, com influência ucraniana é o *aluske*⁵.

A gastronomia também está ligada aos ritos festivos. Durante o ano as escolas e igrejas organizam jantares dançantes, onde há a venda de comidas típicas, como o *pierogi*⁶, de origem polonesa. Nestes eventos também são realizadas apresentações de dança e o concurso Miss Major Vieira (SECRETARIA DE CULTURA, [2021]).

Segundo o IPHAN (2018) a dança de fitas ou pau de fitas é uma coreografia onde há um mastro alto ao centro e casais seguram as fitas coloridas, formando desenhos, e é originária da colonização açoriana no Sul do Brasil. Esta dança foi uma tradição durante muitos anos nas escolas major vieirenses, mas nos últimos anos não está acontecendo, pela perda do costume de se realizar.

As escolas de Major Vieira são responsáveis por produções culturais que envolvem os alunos e suas famílias, tais como apresentações de teatro e dança. O passeio ciclístico também reúne a comunidade, percorrendo as paisagens naturais da cidade (SECRETARIA DE CULTURA, [2021]).

A cidade comemora o dia da Pátria com desfiles e mostras de trabalhos pedagógicos, atividades cívicas e culturais. As apresentações da fanfarra também são tradicionais. O primeiro registro da fanfarra é de 1958, quando era composta por cinco alunos da Escola Luiz Davet (SECRETARIA DE CULTURA, [2021]).

Major Vieira dispõe de dois grupos culturais que fazem encontros e apresentações como forma de manter seus costumes, sua língua e sua gastronomia típica. O grupo gaúcho organiza cursos de dança, bailes e a Semana Farroupilha, evento festivo que comemora a maior revolta civil brasileira. O grupo polonês preserva suas vestimentas e a sua língua por

⁵ Charuto de repolho com recheio de arroz e carne.

⁶ Massa recheada com requeijão ou batatas.

meio de danças, rezas e das músicas tocadas pelos integrantes em diversos instrumentos (SECRETARIA DE CULTURA, [2021]).

Eventos anuais – o encontro de jipeiros e trilheiros, o resgate de talentos da escola Luiz Davet, que é uma atividade pedagógica-cultural na qual os alunos apresentam danças, músicas teatros e performances; e as festas juninas – ocorrem no centro comunitário, em sítios particulares ou nos pavilhões das igrejas.

As cachoeiras e cavernas compõem as paisagens naturais de Major Vieira, principalmente nas comunidades do interior, fato que tem motivado turistas e moradores locais para trilhas ecológicas.

Major Vieira ainda preserva traços da arquitetura polonesa, evidenciados nos três casarões centenários mantidos nas comunidades rurais. Estas edificações são feitas em camada dupla de madeira e mantém a decoração original, com pinturas artesanais nas paredes. Essas casas estão localizadas nas comunidades de Rio Novo de Cima e na localidade do Pulador, aproximadamente 20 km e 15 km do centro da cidade respectivamente (SECRETARIA DE CULTURA, [2021]).

Segundo Tomporoski (on-line), a rota das capelas e a igreja do monge São João Maria são heranças do monge João Maria de Jesus, que vivia na região do planalto Norte catarinense entre os anos 1890 e 1908. Os moradores da região recebiam o apoio do monge contra as injustiças praticadas pelos governantes e pelas companhias estrangeiras, quando a região foi centro da Guerra do Contestado, isso criou uma forte devoção mantida atualmente nestas capelas localizadas em diversos pontos da cidade.

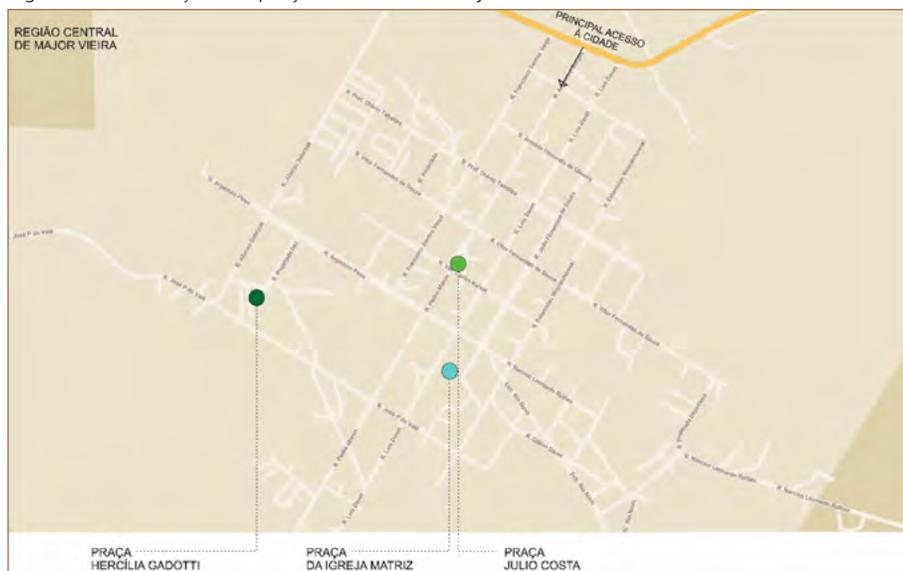
Todos estes aspectos formadores da cultura da cidade em questão demonstram a necessidade de espaços para as manifestações tradicionais, o encontro dos moradores e a perpetuação dos costumes locais. "A essência do espaço público está na forma como é utilizado pelos atores sociais, ou

seja, das práticas que possa acolher, que torne possível ou até oportunize, podendo a sua forma, favorecer ou inibir essas práticas" (GERMANO; MARIA, p. 605, 2018).

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O patrimônio cultural de Major Vieira está vinculado a praça Júlio Costa, praça da Matriz e praça Hercília Gadotti (Figura 2), pois estas são palco para as manifestações culturais e a reunião dos moradores.

Figura 2 - Localização das praças no centro de Major Vieira



Fonte: os autores (2021).

A praça da igreja matriz (Figura 3) dispõe de pista de skate, parque infantil e áreas verdes, mas o ponto mais marcante é o coreto que é utilizado para diversas apresentações e como ponto de encontro e socialização, principalmente à noite e aos finais de semana.

Figura 3- Praça da igreja matriz de Major Vieira (SC)



Fonte: os autores (2021).

Ao lado desta praça está localizada a escola Luiz Davet, por isso muitos eventos realizados por alunos e professores acontecem no local, tais como o festival anual "Resgate de Talentos", que proporciona a interação dos alunos com a comunidade através de dança, música, teatro e mostra de trabalhos escolares.

Além disso, todos os anos acontece nesta praça a exposição de objetos antigos e fotos históricas. Deste modo, as pessoas que frequentam a praça têm contato com a história do município e dos moradores mais antigos.

Em cidades pequenas é comum que o entorno imediato das igrejas seja um ponto de referência, parte da identidade cultural. Estes espaços precisam de planejamento adequado, com respeito aos costumes da população e a história da cidade que, em muitos casos, teve o início da formação nestes locais (BRAGA, 2017).

Enquanto isso, na entrada da cidade, no ponto central, está a praça Júlio Costa (Figura 4) e em seu entorno encontra-se a prefeitura municipal, a casa da cultura e a maior concentração de edificações comerciais de Major Vieira.

Figura 4 - Praça Júlio Costa



Fonte: os autores. (2021).

A praça Júlio Costa cria relações sociais entre os moradores por meio de apresentações que são realizadas principalmente em época de Natal e relações políticas através das edificações em seu entorno e representa as crenças da população, homenageando a santa padroeira da cidade com um monumento visitado por muitos fiéis.

Nas comunidades rurais são cultivados diversos produtos que são vendidos, a céu aberto, em uma feirinha organizada nesta praça. Dentre estes produtos está a farinha de mandioca feita em uma atafona⁷ (SECRETARIA DE CULTURA, [2021]).

Quanto a praça Hercília Gadotti (Figura 5), está localizada em frente ao hospital da cidade, torna-se assim um espaço de encontro entre familiares e funcionários em horário de descanso.

⁷ Sistema muito tradicional e artesanal de produção.

Figura 5 - Praça Hercília Gadotti



Fonte: os autores (2021).

Nesta praça também são realizados cultos religiosos, que envolvem a população de todo o município, com a participação dos grupos culturais que fazem suas orações em língua polonesa, proporcionando assim a manutenção de um dos signos formadores do patrimônio cultural, a língua.

Outras manifestações culturais como a festa do colono, apresentações do dia da pátria, de teatro e dança, são realizadas em espaços particulares ou nos pavilhões de igrejas. Este fato demonstra a necessidade de valorização da cultura e a importância que os espaços públicos apresentam para a comunidade, pois podem ser a resposta para questões sociais, diminuir os índices de violência e também salvaguardar a história das cidades.

A pesquisa em questão demonstrou que algumas atitudes de planejamento urbano podem favorecer o crescimento cultural e também fomentar o turismo étnico para cidades de pequeno porte.

A criação de espaços públicos, como parques e praças no entorno de rios e outros bens naturais pode criar interesse de visitação nos moradores. Em Major Vieira a população tem o costume de realizar trilhas ecológicas em comunidades do interior, este fato demonstra a conexão que a comunidade busca com o meio ambiente.

Os rios que passam pelo centro de Major Vieira poderiam ser explorados de maneira diferente, constituindo a paisagem natural, entretanto, o rio Monjolo foi canalizado em 2019 e recebe resíduos não tratados na extensão

não canalizada. De outro modo, as áreas próximas ao rio Bonito formam vazios urbanos, pois a legislação não permite as construções (Lei nº 12.651/2012) e não há incentivo para o turismo.

Outra questão pertinente é a ausência de espaços adequados para manifestações culturais. Na cidade abordada, quando não há um espaço que comporte os eventos tradicionais as ruas se tornam palco de apresentações, por exemplo, para o Natal-luz, evento que reúne apresentações artísticas de diversos grupos, parte da rua Argemiro Borges, em frente a prefeitura municipal é fechada, e são locadas cadeiras para o público (Figura 6).

Figura 6 - Apresentações de Natal realizadas na rua



Fonte: os autores (2017).

A preservação dos bens materiais também pode ser alcançada por meio da criação e manutenção de espaços públicos. Os objetos remanescentes dos imigrantes são preservados nas próprias residências de moradores mais antigos da cidade. Um local adequado para exposição destes materiais poderia conectar as novas gerações com as raízes históricas.

Por fim, mostram-se indispensáveis a manutenção e as políticas públicas voltadas as praças já existentes na cidade de Major Vieira, como modo de cuidado com a cultura do município e da região. Afinal, o elo formado entre as tradições locais e a comunidade é refletido no ambiente construído e natural das praças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos espaços públicos de Major Vieira evidencia a rica produção histórica da cidade, através das manifestações culturais que acontecem nestes locais. As três praças apresentam potencialidades que podem ser desenvolvidas com o planejamento urbano adequado, para garantir que a população tenha acesso a esses locais de forma segura, proporcionando a qualidade de vida e o contato com os costumes no cotidiano.

Então a pesquisa mostrou a relevância das praças para o urbanismo, principalmente no que se trata da socialização, do encontro das pessoas nos espaços públicos e a valorização das áreas centrais da cidade.

Por fim, é importante ressaltar a importância do patrimônio cultural de Major Vieira e a necessidade de salvaguardar os costumes e tradições de cidades de pequeno porte, essencialmente no processo de urbanização.

REFERÊNCIAS

- BHERING, Iracema Generoso de Abreu. **O urbanismo e a paisagem desejada**. Orientador: Prof. Dra. Fernanda Borges de Moraes. 2019. 363 p. Tese (Doutor em arquitetura e urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br>. Acesso em: 27 nov. 2021.
- BORJA, Jordi. Espaço público, condição da cidade democrática. A criação de um lugar de intercâmbio. *Arquitextos*, São Paulo, ano 06, n. 072.03, **Vitruvius**, maio 2006. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/353>. Acesso em: 22 nov. 2021.
- BRAGA, Mariana Viana. **A praça como patrimônio histórico-cultural**: um estudo sobre a Tancredo Neves em Vitória da conquista—BA. *Colóquio do Museu Pedagógico*-ISSN 2175-5493, v. 12, n. 1, p. 1680-1685, 2017. .

BRASIL. Lei n. 12651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 maio 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651. Acesso em: 11 nov. 2021.

CANEDO, Daniele. **Cultura, democracia e participação social**: um estudo da II conferência estadual de cultura da Bahia. 2008. Dissertação (Pós-graduação em cultura e sociedade) – Faculdade de comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10590/1/disertacao%20Daniele%20Canedo.pdf> Acesso em: 9 nov. 2021.

CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Tradução: Ephraim Alves, Lucia Orth. São Paulo: Vozes, 1997. 249 p. Título original: L'invention du quotidien.

CULLEN, G. **Paisagem Urbana**. Lisboa, Edições 70, 2010.

DIAS, Fabiano. O desafio do espaço público nas cidades do século XXI. Arqtextos, São Paulo, ano 06, n. 061.05, **Vitruvius**, jun. 2005. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/06.061/453>. Acesso em: 21 nov. 2021.

FARR, Douglas. **Urbanismo Sustentável**: Desenho urbano com a natureza. Tradução de Alexandre Salvaterra. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. 348 p. ISBN 8582600798.

FERNANDES, Ana Cristina Teixeira Dias. 2012. Dissertação. (Especialização em planejamento) – Departamento de Engenharia Civil, Universidade do Porto, Portugal, 2012. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/68407/1/000154929>. Acesso em: 28 nov. 2021.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, **Museu Histórico de Santa Catarina**, [s.l.]. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/espacos/mhsc/o-museu/7454-7454-historico>. Acesso em: 17 nov. 2021.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. 2 ed. Tradução: Anita Di Marco. Perspectiva: São Paulo, 2013.

GERMANO, Stephanie Dias; MARIA, Yeda Ruiz. Apropriação dos espaços públicos pela sociedade: o contraste entre o balneário municipal de Rosana-SP e ambientes públicos planejados. **Colloquium Socialis**, Presidente Prudente, v. 02, n. Especial 2, Jul/Dez, 2018, p.605-612 DOI: 10.5747/cs.2018.v02.nesp2.s0343

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, **Cultura**, [s.l.]. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/governo/acoesdegoverno/cultura>. Acesso em: 17 nov. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, **Diversidade é a marca da cultura catarinense**, [s.l.]. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/conhecasc/cultura>. Acesso em: 18 nov. 2021.

GUIA GPS: Gestão Pública Sustentável. In: NÚCLEO DE ESTUDOS DO FUTURO. **Programa Cidades Sustentáveis**. 1. ed. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br>. Acesso em: 27 nov. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Major Vieira (SC)**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/major-vieira.html?>. Acesso em: 10 nov. 2021.

INSTITUTO PURUNÃ, **Tropeirismo no Paraná: tradições e herança histórica**, [s.l.]. Disponível em: <http://www.institutopuruna.com.br/tradicoes-tropeiras-2/>. Acesso em: 18 nov. 2021.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Saberes, fazeres, gíngas e celebrações**: ações para a salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Brasil 2002-2018 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil); coordenação de edição Rívia Ryker Bandeira de Alencar. – Brasília-DF: IPHAN, 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sfgec>. Acesso em: 20 nov. 2021.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, **O Patrimônio do Imigrante**. Roteiros Nacionais de Imigração – Santa Catarina, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivImi_RoteirosNacionaisImigracao_SantaCatarina_v2_m. Acesso em: 18 nov. 2021.

JONES, Katy Laton. **National Review of Research Priorities For Urban Parks, Designed Landscapes**. 4. ed. Fort Cumberland: English Heritage, 2014. 134 p.

LOPES, I.; BRANDLI, L.; MICHEL, P. Proposta para gestão de infraestrutura urbana integrada em cidades de pequeno porte a partir de um estudo de caso. **Revista CIATEC-UPF**, v. 5, n. 2, p. 12-28, 3 dez. 2013. Acesso em: 27 nov. 2021.

MELO, Mariana Inocência Oliveira. **Parques urbanos, a natureza na cidade: práticas de lazer e turismo cidadão**. Dissertação. (Mestrado em profissional em turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14302>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MENDES, Antonio Rosa. **O Que É Patrimônio Cultural**. 1. ed. Olhão, Portugal: Gente Singular, 2012. 48 p.

NASCIMENTO, Cesar Duarte. **Desenvolvimento do setor madeireiro no município de Canoinhas (SC), período 1940 a 2007**. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade do Contestado, Canoinhas, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/89358318-Desenvolvimento-do-setor-madeireiro-no-municipio-de-canoinhas-sc-periodo-1940-a-2007>. Acesso em: 20 nov. 2021.

OHTAKE, Ricardo. **A cultura na cidade**. Estud. av., São Paulo, v. 31, n. 91, pág. 99-103, dezembro de 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000300099&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 nov. de 2021.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Espaços verdes urbanos e saúde mental**: uma revisão sistemática da literatura. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338925216_Espacos_verdes_urbanos_e_saude_mental_uma_revisao_sistematica_da_literatura. Acesso em: 05 nov. 2021.

PERSON, Elisangela. **Espaços de permanência e passagem**: contribuição para a elaboração de diretrizes ambientais e de acessibilidade para o desenho urbano. 2006. Dissertação. (Pós graduação da faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília), Brasília, 2006. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5147/1/elisangela_person. Acesso em: 23 nov. 2021.

PROJECT FOR PUBLIC SPACES. **What Makes a Successful Place?** 2019. Disponível em: <https://www.pps.org/article/grplacefeat>. Acesso em: 26 nov. 2021.

ROCHA, Ione dos Santos. **Produção e valorização do espaço urbano da cidade de Vitória da Conquista**: estratégias dos sujeitos do desenvolvimento urbano nas transformações do bairro Boa Vista. Orientador: Cristovão Brito. 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/17790>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SILVA, Geovany JA; ROMERO, Marta AB. Novos paradigmas do urbanismo sustentável no Brasil: a revisão de conceitos urbanos para o século XXI. Actas do Pluris, 2010.

SAUER, Carl O. A Morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; HOSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 12-74.

SECRETARIA DE CULTURA, PREFEITURA DE MAJOR VIEIRA. **Levantamento cultural**. Major Vieira, 2 nov. 2021. 1 mensagem eletrônica.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do Público**: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SOUZA, João Carlos. O caráter religioso e profano das festas populares: Corumbá, passagem do século XIX para o XX. **Revista Brasileira de História**, Corumbá, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/DdrtM9F8FNZKRPchwVMc3Yj/?lang=pt>. Acesso em: 8 nov. 2021.

TOKARSKI, Fernando. **Cronografia do Contestado**: apontamentos históricos da região do Contestado e do Sul do Paraná. Florianópolis: Secretaria de Estado do Governo, 2002.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **João Maria de Agostini: o monge santo na região do Contestado – Jmais**, 2005. Disponível em: <https://www.jmais.com.br/joao-maria-de-agostini-o-monge-santo-na-regiao-do-contestado/>. Acesso em: 28 nov. 2021.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O Polvo e seus tentáculos**: a Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. 2005. Tese. (Pós Graduação em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107414>. Acesso em: 25 nov. 2021.

VAZ, Henrique C. de Lima. Cultura e Filosofia. **Síntese, Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 67, p. 15, 8 mar. 1994.

WEIZENMANN, Tiago; SANTOS, Rodrigo Luis; MÜHLEN, Caroline. Migrações históricas e recentes. *In*: 13ª EDIÇÃO DO SEMINÁRIO UNIVATES, 2017, Lajeado. **Anais [...]**. Lajeado, 2017.

PRESEVAR A MEMÓRIA CULTURAL ATRAVÉS DA RECREAÇÃO: PROPOSTA PARA NOVA SEDE DO MUSEU COMUNITÁRIO DE IOMERÊ/SC

Stéfani Amanda Ansiliero¹
Tulainy Parisotto²
Tatiana Bruna Fabian³
Jeferson Eduardo Suckow⁴

Resumo: A carência de espaços confortáveis para exposição museal, a falta de incentivos ao meio cultural e a ausência de atrativos que aproximem a comunidade de suas raízes culturais, fez com que o Museu do Resgate Histórico, presente na comunidade de Bom Sucesso, interior do município de Iomerê/SC, perdesse seu valor e fosse de certa forma abandonado. Portanto o presente artigo compreende um estudo teórico para auxiliar na elaboração do anteprojeto arquitetônico de um museu comunitário no município de Iomerê/SC, visto que o atual acervo presente na Escola Municipal (CEMI-Polo II) encontra-se em situação de depreciação e em conflito com a instituição de ensino que o abriga. Para elaboração da pesquisa utilizou-se o método exploratório de dados, resultando na explanação do referencial teórico, apresentando embasamento para o referido estudo, vinculados a estudos de caso pertinentes, fomentando futuras soluções e decisões projetuais. Além disso, o levantamento de dados realizado, através de registros fotográficos, livros e visitas a campo, buscou compreender a história e a cultura local, a fim de fundamentar a escolha do terreno para implantação e decisões futuras de projeto. Perante a conjecturação desses dados estabeleceu-se o programa de necessidades, o pré-dimensionamento, organograma e fluxograma, além da definição do conceito e partido arquitetônico, resultando em um setor expositivo, bem como sua integração com a comunidade através do setor de oficinas, destinados ao uso pelas associações e grupos, visando

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: amandaansiliero@gmail.com.

² Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: tulainy.parisotto@unoesc.edu.br.

³ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: arq.tatianafabian@gmail.com.

⁴ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: jeferson.suckow@unoesc.edu.br.

a transparecer o sentimento social. Por fim, conclui-se a importância de aproximar a comunidade de sua cultura, para que as instituições como os museus se tornem ativas e sejam capazes de auxiliar no desenvolvimento da sociedade. Assim, o presente trabalho visa a aliar memórias culturais e recreação em um espaço convidativo, dando ênfase a cultura e ao acervo que atualmente encontram-se esquecidos, exercendo a função social de atender aos anseios da comunidade.

Palavras-chave: Arquitetura. Museu Comunitário. Cultura.

1 INTRODUÇÃO

Concebida desde o berço, a cultura acompanha o homem durante toda a sua vida, e com base no desenvolvimento de seus costumes, na maneira de organização e valores, reage diante das diversas situações fundamentado nos ensinamentos que carrega consigo. Dessa maneira, entende-se por cultura a ação humana sobre a natureza, e suas resultantes que culminam em padrões, valores e normas. A cultura é fundamental no que tange a caracterização e identidade do povo, tratando-se de um instrumento capaz de reconstruir o patrimônio de uma localidade (BARROS, 1999).

Ao longo dos séculos o instrumento que garantiu a preservação e a exposição das diversas culturas, foi o museu, com sua capacidade de recriar o mundo por meio da memória, teve seu conceito amplificado no decorrer dos anos, principalmente no século XX, quando seu foco passa a compreender as questões comunitárias, diante da necessidade de integrar a sociedade na preservação de seu patrimônio, tornando o museu um espaço difusor de conhecimentos, tendo por objetivo servir a comunidade e ao seu desenvolvimento (SCHEINER, 1999; STUART, 2019).

Em contrapartida, com a falta de investimentos e atrativos no setor cultural, a sua desvalorização acarreta a depreciação da cultura local e conseqüentemente os laços de identidade são esvaídos. E para que se

mantenha ativa, assim como pela importância das informações que os museus armazenam, as cidades organizam singelos museus, voltados a contar a história para as gerações futuras, realidade que se repete em Iomerê/SC, município localizado no Meio oeste de Santa Catarina.

Colonizada por imigrantes italianos e alemães, a cidade inaugurou o Museu do Resgate Histórico em abril de 2003, com intuito de preservar tal herança, nas dependências da Escola municipal (CEMI –Polo II) na comunidade de Bom Sucesso, interior do município. E apesar de toda sua significação, atualmente encontra-se em estado de abandono, desvalorizado pela população, a qual não se sente atraída em frequentá-lo. Além disso, a falta de investimentos no setor e ações que visem a preservação da cultura local, inibem o contato das pessoas com esse meio provedor de cultura e história.

A presença do acervo na escola acarreta incomodo e distração aos estudantes quando há visitaçãõ, assim esse compartilhamento de espaço torna-se inconveniente. A necessidade de um local que proteja e preserve o acervo; seja passível de convivência, troca de memórias e experiências; que se integre na comunidade; e promova o seu desenvolvimento, justifica a importância do presente artigo, uma vez que o museu comunitário é mais que uma instituição, trata-se de um ser vivo, como a comunidade, que está sempre em movimento e se adapta às constantes mudanças.

Objetivando fomentar e desenvolver a cultura local, a proposta tem como intuito a elaboração de um anteprojeto arquitetônico para um museu comunitário no município de Iomerê/SC. Elaborado através de abordagem teórica e estudos de caso, buscando compreender a temática proposta e embasar o desenvolvimento de um programa de necessidades. Com o levantamento de dados a partir de documentações e visitas in loco, a fim de relatar a formação do município e a influência da colonização, englobando análise do acervo do Museu do Resgate Histórico e do terreno escolhido para a implantação dessa infraestrutura. A pesquisa realizada foi de caráter

exploratório, desenvolvendo uma visão geral do tema. Por utilizar-se de levantamento de dados e conjecturação das eventuais causas dos resultados, possui abordagem quali-quantitativa⁵ (SILVA, 2004).

Dessa forma, espera-se que o museu comunitário idealizado seja capaz de aliar memórias culturais e recreação, em um espaço que valorize a lembrança dos cidadãos lomerenses, fazendo da comunidade a verdadeira obra de arte, oferecendo atrativos a população, promovendo experiências únicas e desenvolvendo a cultura local.

2 MUSEU COMUNITÁRIO: CULTURA EM PROL DA COMUNIDADE E VICE-VERSA

A humanidade desenvolve sua cultura desde a antiguidade, abrangendo conhecimentos, artes, crenças, costumes e hábitos de uma sociedade, sendo em toda sua diversidade um processo de evolução constante e variável, fundamental na caracterização e identidade de um período ou sociedade. A cultura é a resposta para a diversidade de povos, tendo sua história desenvolvida com base nos preceitos mantidos principalmente por meio do repasse através das gerações, e a ideia de preservação só vem à tona quando se tem noção de pertencimento, o que demonstra a importância dos meios que aproximam a cultura da população e da sua história.

Dessa maneira, um dos meios mais antigo, capaz de aproximar o povo de suas heranças culturais, é o museu, que no decorrer dos séculos passou por várias transformações. A palavra museu teve origem na Grécia Antiga, com o termo *Mouseion*, o qual se refere ao “Templo das Musas”, filhas de

⁵ O método misto, denominado de quali-quantitativo abrange os pontos fortes das duas abordagens, propiciando maior compreensão, onde ao mesmo tempo o pesquisador pode explicar os passos da pesquisa e prevenir a interferência de subjetividades nos resultados conjecturados (PASCHOARELI; MEDOLA; BONFIM, 2015).

Zeus e *Mnemosine*, deusa da memória. Porém, não possuía a função de reunir coleções, mas, era voltado ao desenvolvimento de estudos artísticos e científicos (JULIÃO, 2006).

A partir do século XV, com o Iluminismo e o Renascimento, os museus assumem outra forma, onde as coleções desses movimentos estavam vinculadas ao poderio econômico e político, sendo uma instituição de acesso restrito. Esse cenário modificou-se somente no século XVIII com a Revolução Francesa onde buscou-se construir a identidade da nação, difundindo sua história e instruindo a sociedade. O marco significativo desse período foi o Museu do Louvre, em Paris, construído no ano de 1793 (CHOAY, 2014).

Esse espaço cultural voltado as massas, teve seu conceito modificado e efetivado na década de 1980, diante do surgimento de novas tipologias museológicas, com seu papel cultural e preservação da memória (HAZBOUN, 2014). Sendo capaz de se modificar no decorrer dos anos, perante as transformações sociais e as condições econômicas, estando em constante evolução (FALLETTI; MAGGI, 2012). O museu vem se reinventando e aderindo amplo sentido, apresentando modificações no programa e no papel do edifício valorizando não somente o acervo, mas a ligação com a história do meio em que se insere.

Em meados do século XX, as discussões correlatas ao conceito de museu obtiveram visibilidade com a criação do ICOM⁶ (*International Council of Museums*), realizando debates a acerca da função do museu perante as mudanças que ocorriam na sociedade em determinado período. O tradicionalismo desta instituição confrontou as novas visões do ramo museal, retirando o museu da zona de conforto, encaminhando-o para uma evolução teórica de sua concepção (VEIGA, 2013).

⁶ O Conselho Internacional de Museus-ICOM, foi criado em 1946, trata-se de uma instituição sem fins lucrativos, que mantém relações formais com a UNESCO, executando parte de seu programa para museus. Promove oficinas, publicações, programa de formação, intercâmbio e a promoção de museus (ICOM).

Nesse contexto, realizou-se uma Mesa Redonda em Santiago no Chile no ano de 1972, com o objetivo de debater a função do museu na América Latina, onde os participantes do evento compreenderam, que a situação vivenciada pelos museus eram condições essenciais para integrá-los à vida da comunidade. Dessa forma, “consideraram que os museus podem e devem desempenhar papel decisivo na educação da comunidade”, cunhando o movimento que afirma a função social deste espaço, assim essa nova museologia busca ser ativa, contraria a atividade dos museus distantes e passivos de antigamente (VEIGA, 2013).

Nesse mesmo século, no período pós-guerra, os museus locais assumem papel importante em todo o mundo, com o propósito de reerguer as sociedades afetadas. Desse modo, os museus de pequeno porte com base nas pequenas comunidades, visando a preservação de um território limitado, aderem suma importância frente a essas localidades (SOARES; SCHEINER, 2011).

Com o entendimento de que as pessoas ao invés de serem meros receptores passivos, deveriam participar do conteúdo ofertado pelo museu a sociedade, os novas ideias do campo museológico direcionaram-se a enfatizar seu papel e sua repercussão no meio social. Baseado em uma trajetória respaldada em coleções, sede física e público visitante, os museus tiveram que se reinventar e traçar novos rumos em direção a um espaço territorial, ambiente físico relacionado as tradições culturais locais e os habitantes, “[...] apoiado na noção de um patrimônio comum, a imagem de pertencimento, o que se associa e permite-se indicar como questão de identidade cultural” (LIMA, 2012).

Perante a essa nova premissa, o museu passa a atender demandas socioculturais e a participação do público, culminando em um movimento de reafirmação do papel social dos museus, onde a história dos diversos grupos são inseridas como protagonistas para elaboração de espaços museológicos reforçando a luta pela preservação, delineando-se o museu comunitário, entendido pelo processo de criação e gestão emanarem da comunidade, para

que represente significativamente a identidade da comunidade na qual se insere (LIMA, 2012).

Os museus comunitários ganharam ênfase na 8ª Conferência Geral de Museus, na assembleia geral realizada em Munique, na Alemanha, em 9 de agosto de 1968. Neste evento ficou definida a responsabilidade do ICOM diante dos museus e das comunidades regionais. Já, na 9ª Conferência realizada na França, há o entendimento de que os museus deveriam estar a serviço da humanidade, além disso, teve o tradicional conceito de museu questionado, por estar vinculado a preservação do patrimônio natural e cultural por meio da posse de objetos (SCHEINER, 2012).

Essa conferência definiu ainda que “cada museu deve aceitar que seu dever junto à sociedade envolve ações especificamente desenvolvidas para servir ao ambiente social específico dentro do qual opera”, visto que a sociedade se encontra em constante mutação, exige novos atrativos, aprimorando sua organização funcional e os bens culturais expostos (VEIGA, 2013).

Dessa forma, o museu comunitário pode ser entendido como um processo e não um edifício acabado. Assim, como um ser vivo, ele se adapta às mudanças que ocorrem no ambiente, sendo construído no decorrer dos anos pelo povo. Não se restringe a uma coleção ou exposição, sem conexão ou relação com a comunidade. Ou seja, o museu comunitário trata-se de uma ferramenta para a sociedade construir um autoconhecimento coletivo. Neste espaço, o objeto não tem valor, é a memória que possui destaque e por meio dela, as pessoas recordam quem são, os membros da comunidade se utilizam do museu para recriar as coisas como eram, além de ser um instrumento para analisar a memória, reinterpretar o passado e discernir o aprendizado das experiências anteriores (VARINE, 2014; LERSCH; OCAMPO, 2008).

Perante essa conceituação, no Brasil encontra-se alguns exemplos dessa iniciativa museal de engajar a comunidade na elucidação de sua cultura. No Rio Grande do Sul, há o Museu do Pão, que resgata a tradição

dos colonizadores da moagem de cereais para fabricação do pão, através do restauro do antigo moinho Colognesse, da exposição de peças doadas pela população referentes a essa cultura, presente em uma edificação destinada ao museu, o papel social do conjunto se desenvolve na ala de oficina, onde há oferta de cursos de panificação, aproximando a população de suas raízes culturais através de capacitação (OLIVEIRA, 2019).

No âmbito internacional, cabe citar o Museu de Agricultura de Fermentões, localizado em Portugal, que visa valorizar a atividade agrícola em um edifício de dois pavimentos dividido em salas temáticas referentes a algumas atividades desenvolvidas no local, tendo todo seu acervo doado pela comunidade. A Associação, responsável por sua manutenção, fomenta a função social do museu através do repasse de auxílios e incentivos provenientes do governo aos agricultores associados ao mesmo. Assim, o museu preserva a cultura local e exerce sua função social contribuindo com os agricultores (MUSEU, 2021).

Além das novas demandas do século XXI, os museus fortalecem sua importância e papel social, uma ferramenta importante na construção da relação entre museu e comunidade. Se no passado o seu acesso era restrito, com as mudanças sociais, culturais e econômicas, tornou-se fundamental integrar a comunidade ao museu, com o objetivo de criar lembranças e manter ativa a cultura local, ampliando a conceituação e atratividade dos museus.

3 ÁREA DE ESTUDO

O município de Iomerê situa-se no Meio Oeste catarinense, suas raízes culturais estão vinculadas a imigração italiana oriunda das colônias gaúchas e a construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul. A leva de imigrantes italianos chegando no Brasil instalaram-se inicialmente no norte do Rio Grande do Sul, e com a saturação desta área, dá-se início ao processo de imigração

em busca de novas terras, tendo como novo destino o Oeste catarinense (PERRETI; ZAGO; ABATI, 2007).

Assim, a colonização de Iomerê deu-se basicamente desse deslocamento, na busca por terras planas e férteis. Com a finalização da estrada de ferro, a Companhia responsável recebeu do Governo Federal uma faixa de 15km de ambos os lados, que marcou a colonização inicial do Vale do Rio do Peixe. Mas, diante de sua saturação, os imigrantes foram em busca de outras terras para realizar o sonho de liberdade e conquista de uma vida melhor. E a ação da Companhia Colonizadora, a Selbach & Kroeff, foi de lotear e vender a área pertencente ao atual município, tendo sua planta desenhada por um dos sócios proprietários, motivou a chegada dos pioneiros da colonização, iniciando o desenvolvimento de Iomerê (PERRETI; ZAGO; ABATI, 2007).

A principal atividade herdada dos pioneiros foi o cultivo da uva, para a fabricação do vinho e a criação de porcos, atividades econômicas que ainda permanecem no município, além de sua arquitetura presente em algumas residências que preservaram as características, tendo seu porão em pedra, a casa em madeira com sótão amplo, varanda e telhado aparente. Politicamente, Iomerê e Bom Sucesso pertenciam ao distrito de Videira/SC até o ano de 1995, quando foi realizada a emancipação político-administrativa, tornando Iomerê um município, e Bom Sucesso seu distrito, o qual teve sua colonização semelhante à do município, mas sem qualquer ligação com ela. A comunidade prosperou social e economicamente, tornando-se uma das localidades mais desenvolvidas da região. (PERRETI; ZAGO; ABATI, 2007).

Com o engajamento da comunidade na realização de alguns projetos culturais como a implantação de corais, festas folclóricas, grupo de teatro, clube de mães e a construção do Parque Santa Paulina e do Museu do Resgate Histórico para manter viva a cultura pioneira, Bom Sucesso se tornou celeiro da cultura comunitária (ANSILIERO; MANENTI, 2003).

O museu situado nas dependências da Escola municipal (CEMI-Polo II) (Figura 1) foi um projeto elaborado pela antiga Escola de Ensino Fundamental Laércio Caldeira de Andrade, envolvendo a comunidade com o objetivo de resgatar a cultura oriunda dos pioneiros. Os moradores contribuíram doando utensílios e maquinários ociosos em suas propriedades, desta maneira, com as doações restauradas e catalogadas, em abril de 2003 concretizou-se o projeto com a inauguração do Museu do Resgate Histórico, tendo mais de 750 peças expostas, sendo considerado o maior

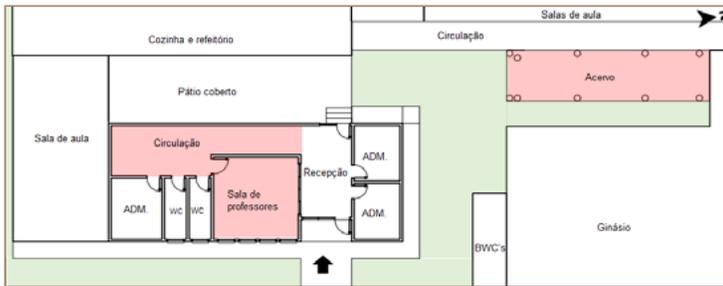
Figura 1 - Localização do CEMI-Polo II; Museu em diversidade e qualidade do Alto Vale do Rio do Peixe



Fonte: Ansiliero e Manenti, (2003).

Porém, decorridos 19 anos de sua inauguração, o museu encontra-se em estado de abandono, fato constatado perante o levantamento feito, realizado em visita in loco, atestando que o acervo está dentro da escola, em parte onde concentra-se a administração e sala de professores, e as peças consideradas maiores foram dispostas sob uma estrutura de madeira com cobertura de fibrocimento próxima as salas de aula. Ao todo, o acervo ocupa aproximadamente 86,66m², dispostos conforme planta baixa esquemática representada na figura 2.

Figura 2 - Planta baixa esquemática do CEMI-Polo II



Fonte: os autores.

Outro empecilho talvez não previsto, é o fato de as visitas ocorrerem em conformidade com o horário de funcionamento da instituição de ensino, e esta movimentação atrapalha os alunos, visto que parcela do acervo se encontra separada das salas de aula apenas por uma circulação aberta. Destaca-se também a fragilidade das peças, que estão expostas sem os devidos cuidados, recebendo insolação e condições climáticas adversas (Figura 3). Diante dos fatos explanados, fica nítida a necessidade de um espaço destinado prioritariamente a função de preservar a história local, através de um novo ambiente para exposição do acervo.

Figura 3 - Localização do terreno



Fonte: Google Maps (2021), adaptado pelos autores.

Com as mudanças que a sociedade enfrenta, os museus também tiveram que se adaptar e aderir novas formas de apresentar seu acervo tendo seu foco voltado a função social, integrando a instituição com a comunidade no qual se insere. Desse modo, a proposta de um museu comunitário para Iomerê edifica-se na ideia de manter viva as raízes culturais através da arquitetura, das salas expositivas, do setor de oficinas e a participação da comunidade em suas atividades, visando sua manutenção e desenvolvimento.

O museu comunitário necessita de um território de atuação, patrimônio cultural, e o engajamento da comunidade. Assim, para implantação da proposta fez-se a adoção de um terreno presente na comunidade de Bom Sucesso (Figura 4) em função da localização do acervo existente, fortalecendo a ideia de pertencimento, já que o mesmo tem seu berço na comunidade. Outra condicionante é o fato de inserir-se na zona rural do município, buscando reforçar a importância que esse setor tem na economia municipal, onde mais de 65% da população reside no meio rural (IBGE, 2010). E com a implantação do empreendimento, o setor passaria a ter maior visibilidade e investimentos, auxiliando no desenvolvimento local.

Figura 4 – Localização do terreno de estudo



Fonte: Google Maps (2021), adaptado pelos autores.

O terreno esta as margens da SC-355, importante ligação entre Iomerê e Treze Tílias, dispõe de uma área de aproximadamente 10.900 m², e na década passada, serviu de palco para um Centro de Tradições Gaúchas, que fora desativado, sendo atualmente o local destinado a lavoura. Seu entorno é marcado pela presença de consideráveis áreas de mata e de pequenas propriedades agrícolas, distante 830 m do centro da comunidade e 9.9 Km da malha urbana de Iomerê.

Dentre suas principais condicionantes, cabe salientar que conforme Lei Complementar n.º 32, de 16 de maio de 2012, que instituiu o parcelamento de uso e ocupação do solo municipal, a área de intervenção pertence ao macrozoneamento rural, onde a legislação visa o incentivo ao desenvolvimento do turismo rural, permitindo a integração e convivência entre área urbana e rural, incentivando a melhoria da infraestrutura. O fato de o terreno apresentar testada confrontante com a rodovia, exige, conforme com a Lei Estadual n. 6.063/82, uma faixa de domínio de 15m contida entre o eixo da rodovia até a distância perpendicular determinada, sendo considerada faixa *non aedificandi* (SIE, 2019).

Outra condicionante diz respeito ao córrego que contorna sua face nordeste, visando preservar o recurso hídrico o Código Florestal Brasileiro, Lei n. 12.651/2012 estabelece uma faixa marginal de Área de Preservação Permanente, nesse caso o córrego possui menos de dez metros de largura, ficando estabelecida uma APP de trinta metros, sendo uma possível potencial área verde destinada ao lazer, permitindo pequenas caminhadas para aumentar a interação dos usuários com o local, e demais atividades que não apresentam riscos a integridade do meio ambiente.

O fato de o terreno dispor de uma área considerável, faz com que essas condicionantes não comprometam a edificação do museu comunitário, mas potencializem a sua construção, diante da proximidade com esses recursos naturais, evidenciando sua colonização a qual buscava construir suas residências próximas aos rios.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante das explanações e tendo compreendido a importância do envolvimento da comunidade, traz-se a proposta de um museu comunitário para o município de Iomerê, objetivando fomentar a cultura local através de um novo e adequado espaço destinado a exposição do acervo pertencente ao Museu do Resgate Histórico, presente na escola, aliado a recreação com o setor de oficinas destinado as atividades e eventos das associações, clubes e grupos do município, buscando manter a instituição ativa, transcendendo seus limites físicos, alcançando um território.

Visando atender o público em geral, propôs-se uma estrutura baseada nessa premissa e nas atividades a serem contempladas pelo museu, assim para suprir tal demanda o programa de necessidades dispõe de 5 setores que são: o setor de atendimento/recepção, o setor administrativo, o setor expositivo, o setor de oficinas e o setor de serviços, além de uma área de lazer.

A exposição divide-se em salas temáticas, destinadas a retratar a história e cultura local através das peças, relatos e registros fotográficos, além de uma sala audiovisual complementando o acervo com vídeos acerca do município. O espaço de oficinas, objetivando atender algumas necessidades das entidades locais, conta com sala de reuniões, salas multiuso, sala de aula integrada a uma cozinha, para que possam usufruir. O atendimento visa recepcionar e direcionar as pessoas, assim como a administração desfruta de estrutura para coordenar e dar suporte a instituição, e o setor de serviços prevê espaços básicos e essências para o bom funcionamento do museu e o conforto de seus funcionários.

Externo ao museu, além dos estacionamentos concebidos em conformidade com a legislação municipal, prevê-se que a área de APP constituirá um espaço para lazer, desfrutando da abundante natureza que cerca o terreno, sem representar risco algum ao recurso hídrico.

Dessa maneira, estabelecido o programa de necessidades, fez-se um pré-dimensionamento de cada ambiente, baseado na quantificação de pessoas que o espaço atenderá, no mobiliário e circulação necessária, diante disso obteve-se uma estimativa de áreas que na sua totalidade expressam as dimensões mínimas necessárias para formar o museu comunitário. Nesse prévio estudo, a área total do edifício, necessária para abrigar o programa de necessidades corresponde a 958,60 m², em *layout* básico, mediante critérios ergonômicos e funcionais.

Para o desenvolvimento do posterior anteprojeto arquitetônico, entende-se que o sentimento de pertencimento faz com que as pessoas valorizem a instituição, a comunidade ganhou espaço dentro dos museus perante o entendimento de que a população deveria participar do conteúdo ofertado, sendo o museu comunitário um espaço que transcende suas paredes e alcança um território, tem seu foco na própria sociedade.

Diante disso, o conceito da proposta se baseia na função do museu, caracterizado por ser comunitário, tendo em si a função social, implementada pela compreensão das questões que envolvem a sociedade, abrangendo um território, tendo sua atenção voltada as memórias e ao público, configurando uma imagem participativa aos museus. Assim, o presente estudo parte da premissa do conceito de comunitário, entendido como comum a um grupo de indivíduos, que associa diversas pessoas que geralmente vivem ou compartilham do mesmo espaço, território e sociedade. Compreendendo o sentimento social, estando vinculado com o patrimônio comum de bens.

Para que o resultado proposto obtenha êxito, prevê-se uma edificação de pavimento único aliando exposição e a recreação em uma experiência única de preservação do memorial cultural. Os espaços que compõem o setor de oficinas atendendo a necessidade das entidades municipais, colabora no que diz respeito a função social e aproximação da comunidade com o seu patrimônio comum. A exposição subdividida em salas temáticas apresenta a

história e cultura materializada, onde o visitante percorre todos os espaços que se acomodam circundando a recepção, local onde a comunidade e visitantes são acolhidos, tendo pé direito duplo, destacando perante os demais volumes da edificação.

Os materiais e seres utilizados, remetem a cultura da colonização, bem como a tipologia construtiva, através do emprego da madeira no fechamento e estruturação do museu, a pedra como base e sua cobertura aparente com telha colonial. Por fim, resultando em uma edificação comum a comunidade, com uma arquitetura voltada a sua essência. Junto a recreação presente nas oficinas, a área de APP constituirá um extenso espaço de lazer e descanso para a população, prezando pela preservação do recurso natural, com presença de vegetação e mobiliários que não sejam nocivos ao córrego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente artigo propiciou entendimento sobre a temática a ser implantada, além de ressaltar a importância de fomentar a cultura municipal para que ela não apresente depreciação frente a sociedade, como ocorreu com o Museu do Resgate Histórico existente no município de Iomerê. Diante deste fato, o museu comunitário responde a premissa de aliar memórias culturais com recreação visando desenvolver a cultura local, tornando-o um espaço ativo.

O envolvimento comunitário, na proposta, se faz presente no setor de oficinas, tendo contato direto com a cultura local, promovendo eventos que atraia a comunidade até o museu, rememorando suas raízes através dos objetos expostos e dos relatos, além de suprir uma necessidade das entidades locais por espaços que acomodem suas atividades. O setor de lazer dispõe de considerável área, próxima ao córrego, objetivando atividades ao ar livre e sua preservação.

Todo embasamento pertinente para tal estudo, foi obtido através do levantamento teórico, estudos de casos, elaboração de programa de necessidades, pré-dimensionamento e demais processos necessários para sua realização, embasando a etapa subsequente que envolve o desenvolvimento do anteprojeto arquitetônico.

Por fim, conclui-se que todas as etapas desenvolvidas, que foram brevemente descritas no artigo foram de suma importância e oportunizaram conhecimento acerca do tema proposto, com contribuições que irão auxiliar na elaboração da proposta arquitetônica. Onde a implantação do museu comunitário propiciará desenvolvimento a comunidade na qual se insere, dando ênfase a cultura e ao acervo que atualmente encontram-se esquecidos, exercendo a sua função social de atender aos anseios da comunidade.

REFERÊNCIAS

ANSILIERO, Eliane; MANENTI, Juliar Luis. **Rio dos cochos a Bom Sucesso:** Uma História viva entre nós, 2003.

BARROS, José Márcio. Cultura, memória e identidade – contribuição ao debate. **Cadernos de História**, v. 4, n. 5, p. 31-36, 18 nov., 1999.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis no 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis no 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, p. 1, 28 mai. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12651compilado.htm. Acesso em: 01 mai..2021.

BRASIL. Lei n.º 6.063, de 1982. Dispõe sobre o parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**: nº 11.975, Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 25 mai. 1982. Disponível em: <https://www.sie.sc.gov.br/fxd/documentos/606382.pdf>. Acesso em: 26 mai..2021.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2014. 306 p. Tradução: Teresa Castro.

FALLETTI, Vittorio; MAGGI, Maurizio. **I musei**. Bologna: Il Mulino, 2012.

HAZBOUN, Viviane Diniz. **Murb**: anteprojeto de um museu e espaço cultural para Natal/RN. 2014. 132f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

IBGE. **Iomerê**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/iomere>. Acesso em: 20 mai. 2021.

ICOM. Mesa - Redonda de Santiago do Chile: **ICOM**,1972.

IOMERÊ. Lei complementar n.º 32, de 2012. Intitui a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo do município de Iomerê e dá outras providências. **IOMERÊ**, SC, 2012. N.32. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-iomere-sc>. Acesso em: 26 mar.2021.

JULIÃO, Leticia. **Apontamentos sobre a história do museu**. 2006. Disponível em: <https://silo.tips/download/apontamentos-sobre-a-historia-do-museu>. Acesso em: 23 mar. 2021.

LERSCH, Teresa Morales; OCAMPO, Cuauhtémoc Camarena. O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história? Kansas City: **Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas**, 2004. (Tradução: OM Priosti – Maio de 2008). Disponível em: <http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=5>. Acesso em: 28 mar. 2021.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e patrimônio, patrimonialização e musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012.

MUSEU de agricultura de Fermentões. **O museu**, 2021. Disponível em: <https://museudeagriculturadefermentos.wordpress.com/visita-virtual/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

OLIVEIRA, Mylena Brasileiro de Lima. **Arquitetura de museus na obra do escritório Brasil Arquitetura**: Os casos do Museu do pão, do Palacete das artes Rodin Bahia e do Museu Cais do Sertão. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.

PASCHOARELI, Luis Carlos; MEDOLA, Fausto Orsi; BONFIM, Gabriel Henrique Cruz. Características qualitativas, quantitativas de Abordagens Científicas: estudos de caso na subárea do Design Ergonômico. **Revista de design, tecnologia e sociedade**. v. 2, n.1, p. 65-78, 10 agos.2015.

PERRETI, Cloci; ZAGO, Denise; ABATI, Iolanda Canal. **Iomerê**: da memória de seu povo, o registro de uma história. Iomerê: ed.do autor., 2007. 209. p.

SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012.

SCHEINER, Teresa Cristina. As bases ontológicas do museu e da museologia. In: VIEREGG, Hildegard (Ed.). **Museology and philosophy**. München: International Committee for Museology: Museums-Pädagogisches Zentrum, 1999. p. 126-173. (ICOFOM Study Series, 31).

SILVA, Cassandra Ribeiro de Oliveira. **Metodologia e organização do projeto de pesquisa**: guia prático. Fortaleza, CE: Editora da UFC, 2004.

SOARES, Bruno C. Brulon; SCHEINER, Tereza Cristina. A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios "comuns": um ensaio sobre a casa. *In*: Encontro nacional de pesquisa e ciência da informação, em João Pessoa. **Anais** [...] João Pessoa: UFPB, 2009. Disponível em: <http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/696>. Acesso em: 20 mar. 2021.

STUDART, Denise C. As diversas facetas dos museus: entre tradição e função social. **Revista museu**, 2019. Disponível em: https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2019/6485-as-diversas-facetas-dos-museus-entre-tradicao-e-funcao-social.html#nota_i. Acesso em: 05 mar. 2021.

VARINE, Hugues. O museu comunitário como processo continuado. **Cadernos do CEOM**, v.27, n.41: Museologia social. p. 25-35. dez. 2014.

VEIGA, Ana Cecília Rocha. **Gestão de projetos de museus e exposições**. Belo Horizonte: C/Arte, p. 291, 2013.

CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ESPAÇO DE REFERÊNCIA AO ENSINO, LAZER E CONSCIENTIZAÇÃO EM VIDEIRA/SC

Tatiana Bruna Fabian¹
Tulainy Parisotto²
Jeferson Eduardo Suckow³
Juliana Aparecida Biasi⁴

Resumo: A destruição do meio natural proveniente da incessável exploração humana culminou em um estado de alerta mundial na era contemporânea, impulsionando discussões em prol de medidas para alavancar a Educação Ambiental como uma estratégia para formar indivíduos conscientes e minimizar os impactos ambientais. No município de Videira/SC, estas questões ainda são discutidas de maneira insuficiente perante a população. Mesmo diante do atual panorama de alterações climáticas que o planeta vem sofrendo, ainda são evidentes, tanto na cidade em questão quanto no Vale do Rio do Peixe, práticas danosas à natureza, que acabam prejudicando de maneira direta a saúde pública. O presente trabalho, diante deste contexto, busca propor a implantação de um Centro de Educação Ambiental (CEA) que ofereça lazer e conscientização aos moradores do Vale do Rio do Peixe, promovendo o contato interativo entre homem e natureza. Sua implantação é prevista em um terreno de propriedade privada com aproximadamente 96.000 m², para atender a um programa de necessidades que abrange inicialmente uma área de 4.511,44m² para compor este edifício que busca abrigar um setor educacional com infraestrutura de laboratórios, salas de aula e ateliês, bem como, áreas públicas compostas por café, loja de *souvenirs*, área de exposições e auditório. Além destes, a ala administrativa e de funcionários são previstas para complementar o funcionamento do CEA. No seu entorno, a instalação de um horto florestal, horta e trilhas ecoturísticas serão propostas de forma anexa a estrutura como parte do conjunto. Estas informações agregadas servirão como ferramentas para a posterior realização do anteprojeto proposto, criando

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: arq.tatianafabian@gmail.com.

² Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: tulainy.parisotto@unoesc.edu.br.

³ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: jeferson.suckow@unoesc.edu.br.

⁴ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br.

uma área que demonstre aos seus frequentadores o quão valioso é o meio natural.

Palavras-chave: Arquitetura. Projeto Integrado. Meio Ambiente. Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

As dimensões do aquecimento global e seus impactos são a maior ameaça ambiental do século XXI, com consequências profundas a várias áreas da sociedade, seja da esfera econômica, social ou ambiental. Os resultados dos desequilíbrios ambientais vêm sendo sentidos em todos os lugares do planeta. Esta problemática possui ligação direta com a exploração incessável dos recursos naturais existentes e a intensa produção de resíduos gerados pelo ser humano que vêm acarretando uma crise ecológica sem precedentes.

O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), evidência esta problemática (MARCO; TREVISOL, 2007) ao descrever que a temperatura média do planeta subirá de 1,8 °C a 4 °C até 2100, provocando um aumento do nível dos oceanos de 18 cm a 59 cm, acarretando inundações, furacões e ondas de calor cada vez mais frequentes, uma vez que, 80% do calor excedente gerado nos últimos anos é absorvido pelos oceanos. Outro dado relevante se refere a temperatura média na região Ártica que dobrou nos últimos 100 anos (IPCC, 2007 apud MARCO; TREVISOL, 2007).

Sob este aspecto percebe-se que o Brasil também possui parâmetros preocupantes. O desmatamento no país continua sendo praticado em uma quantidade significativa, sendo que, a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica e o Cerrado são os mais castigados. A Floresta Amazônica, por exemplo, apresentou um aumento médio de desmatamento de 57% após a Rio-92 (MARCO, TREVISOL, 2007).

Estes problemas são evidenciados a nível regional da mesma forma. Em Santa Catarina, por exemplo, de acordo com dados do IBGE do ano de 2002, dentre uma ampla lista, as alterações ambientais que mais vêm afetando a população são: o desmatamento, a poluição do ar, o esgoto a céu aberto e a escassez de água oriunda da contaminação de rios e baías, sendo que, 54,9% dos municípios catarinenses vêm sofrendo algum tipo de poluição em suas águas (IBGE, 2002, apud MARCO; TREVISOL, 2007).

A bacia hidrográfica do Rio do Peixe, importante rio que percorre as cidades da região meio oeste, é uma das mais afetadas por estas problemáticas. Desde o início da colonização dessa região catarinense, as margens do rio serviram de berço para o surgimento de várias cidades, uma vez que, o mesmo facilitava o transporte, propiciava terras mais férteis e a prática da pesca. Desta maneira, suas águas acabaram absorvendo por décadas os resíduos provenientes do processo de urbanização que ocorria em torno do seu leito.

Outro dilema evidente na região é a exploração madeireira, uma vez que, desde o início do século XX, com a disseminação da ideologia que o progresso é sinônimo de desmatamento, o corte de madeiras nobres vem gerando lucros aos madeireiros ao mesmo tempo que vêm ameaçando diversas espécies nativas. Além desta pontualidade, a ferrovia, implantada para impulsionar a colonização deste trecho do território brasileiro, facilitou o escoamento de produtos e o transporte de mercadorias, além de contribuir para o crescimento econômico e populacional da região incentivando desenvolvimento da agricultura familiar (SCAPIN, 1996).

Com o surgimento da infraestrutura ferroviária, povoados começaram a surgir inicialmente nas proximidades das estações ferroviárias, de onde diversos imigrantes desembarcavam todos os dias em busca de uma vida próspera em novas terras. A cidade de Videira/SC foi um dos locais do vale que iniciou o abrigo destes primeiros colonizadores, sendo que posteriormente

acabou se tornando um dos polos agroindustriais mais importantes da região, sendo o berço da empresa Perdigão, atual *BRF - Brazil Foods*, em meados da década de 30 (TASSARA; SCAPIN, 1996).

O setor agroindustrial impulsionou o desenvolvimento da cidade que foi crescendo abraçando o rio em seu centro. Em um curto espaço de tempo o município aumentou consideravelmente seu contingente populacional, e, como consequência, gerou diversos impactos para vida urbana. Além disso, é nítido o descaso com a saúde ambiental da cidade por parte de seus habitantes, uma vez que, já não é mais novidade no noticiário local denúncias relacionadas ao descarte irregular de resíduos. Periodicamente lixo de diversos gêneros são despejados em áreas marginais ao perímetro urbano sem qualquer cuidado, fato este resultante da falta de conscientização das pessoas (FRANCESCON, 2018). Esta negligência com o meio ambiente acabou trazendo à tona diversas problemáticas como a diminuição da qualidade do ar, a poluição dos recursos hídricos e o despejo irregular de lixo em pontos impróprios do município.

Levando em consideração essa necessidade de preservação e conscientização pública, maneiras de se intensificar o contato entre homem e natureza, focando no convívio harmônico entre ambos são, atualmente, ferramentas imprescindíveis para a manutenção sadia dos recursos naturais do nosso planeta.

Desta forma, um dos mecanismos que podem contribuir para que esses ideais sejam alcançados é a arquitetura, uma vez que, a mesma pode gerar projetos autossuficientes que minimizem possíveis impactos danosos ao meio ambiente, transmitindo ao mesmo tempo, um conceito ecológico que auxilie na compreensão da importância da causa, zelando por um projeto integrado que preze pelo convívio saudável do ser humano com o meio natural, baseado nos preceitos da educação ambiental.

Diante destas premissas a pesquisa em questão visa embasar o desenvolvimento do anteprojeto de uma edificação voltada a educação ambiental e lazer no município de Videira/SC. Elaborada a partir de referenciais teóricos e análises de estudos de caso, oferece embasamento para o desenvolvimento de um programa de necessidades adequado às condicionantes locais do terreno escolhido como propício para implantação desta infraestrutura, composta por edifício, trilhas ecológicas, horta e horto florestal. A pesquisa em questão compreende um caráter exploratório, uma vez que tem como meta proporcionar maior familiaridade com o problema, visando torná-lo explícito e/ou possibilitando a construção de hipóteses. Pela utilização de técnicas interpretativas, a pesquisa além disso, é qualitativa por considerar o ambiente natural como fonte de dados, tendo o pesquisador como instrumento fundamental (STRIEDER, 2009).

Contudo, espera-se que o edifício idealizado transmita um ideal ecológico em sua estrutura, fomentado nos pilares da sustentabilidade e de acordo com as legislações vigentes. Desta forma, a arquitetura será explorada como uma ferramenta em prol de uma relação mais equilibrada entre ser humano e natureza. Ou seja, que ela permita desenvolver práticas de lazer e educação aproveitando uma área verde, atualmente ociosa, do município de Videira/SC.

2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA RELAÇÃO COM A ARQUITETURA

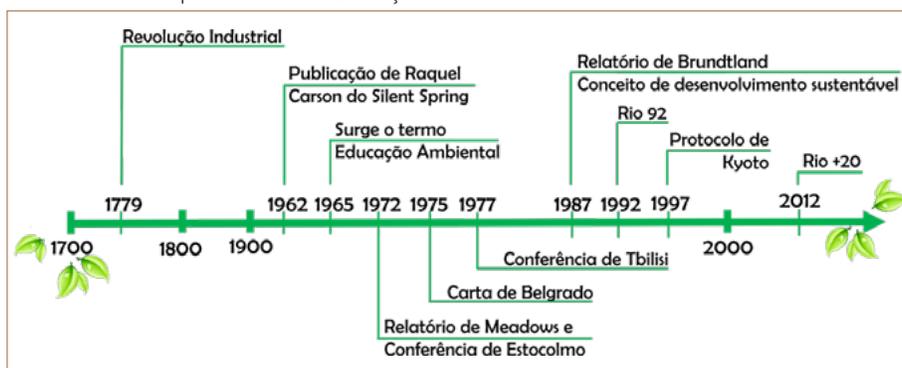
O termo que se refere a educação ambiental é relativamente novo. Indícios de sua importância a nível global só começaram a surgir quando o escocês Patrick Geddes, pai da educação ambiental, começou a relatar preocupação mediante os efeitos resultantes do surgimento da revolução industrial inglesa em 1779, observando que a urbanização quando não

planejada gerava prejuízos incalculáveis ao meio ambiente natural (DIAS, 2004). Porém, o assunto continuou possuindo pouca relevância em meio a sociedade. Foram necessários desastres naturais de grandes proporções para realmente exaltar a causa.

A primeira grande catástrofe ambiental ocorreu em 1952, quando o ar extremamente poluído de Londres provocou 1600 mortes. Este fato desencadeou um processo de sensibilização sobre a qualidade ambiental na Inglaterra e originou, posteriormente, a lei do ar puro pelo parlamento inglês em 1956. Além disso, resultou também em uma série de discussões em outros países, catalisando o surgimento do ambientalismo nos Estados Unidos nos anos 60 (DIAS, 2004).

A partir disso diversas conferências e movimentos começaram a ser idealizados a nível global em prol da causa. Conforme evidencia o gráfico 01, até a atualidade o tema vem sendo discutido em busca de soluções para os impactos ambientais que continuam se agravando.

Gráfico 1 – Fatos que marcaram a Educação Ambiental no mundo



Fonte: as autoras (2018).

Foi a partir da conferência de Estocolmo em 1972, que se fomentou um novo entendimento a respeito da relação entre homem e meio ambiente, sendo que na ocasião foram instituídos instrumentos que idealizaram

medidas de conscientização e preservação do meio natural em equilíbrio com o desenvolvimento industrial e tecnológico. A carta de Belgrado, três anos depois, consagrou as premissas discutidas na conferência de Estocolmo fomentando o termo “Educação Ambiental”, e estabelecendo seus princípios fundamentais como sendo:

Tomada de consciência: Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir maior sensibilidade e consciência do meio ambiente em geral e de seus problemas.

Conhecimento: Proporcionar uma compreensão básica do meio ambiente em sua totalidade, dos problemas associados e da presença e função da humanidade neles, o que necessita uma responsabilidade crítica.

Atitude: Ajudar às pessoas a adquirir valores sociais e um profundo interesse pelo meio ambiente que os impulse a participar ativamente na sua proteção e melhoria.

Aptidões: Instigar os grupos sociais a adquirir as aptidões necessárias para resolver os problemas ambientais.

Capacidade de avaliação: Ajudar a sociedade a avaliar as medidas e os programas de educação ambiental em função dos fatores ecológicos, políticos, sociais, estéticos e educativos.

Participação: auxiliar os cidadãos a desenvolver seu sentimento de responsabilidade e a tomar consciência da urgente necessidade de prestar atenção aos problemas ambientais, para assegurar que sejam adotadas medidas adequadas (UNESCO, 1975).

Com isso, a educação ambiental acabou sendo definida como um processo de aprendizagem e comunicação de problemas relacionados à interação dos homens com o meio natural, sendo um instrumento de formação, gerando consciência por meio do conhecimento sobre a atual realidade ambiental (MARCOS; TREVISOL, 2007).

Esta reflexão acerca do futuro do planeta acabou impulsionando o surgimento de estruturas arquitetônicas voltadas a disseminar os conhecimentos estabelecidos na carta de Belgrado. Denominadas como Centros de Educação Ambiental, estas edificações buscam promover a educação ambiental em todos os âmbitos de maneira integrada a comunidade,

promovendo a interação entre cidadão e natureza de forma a exaltar a importância da preservação natural.

Um destes centros que exemplifica de maneira concreta estes ideais é o centro *Slunakov* para atividades ecológicas concebido na cidade de Olomouc na República Tcheca. Em uma área edificada de 1.586,00 m² a estrutura abriga laboratórios de pesquisas científicas, salas multiuso, biblioteca, restaurante e alojamento para os visitantes, sendo que, em seu entorno, é possível contemplar uma trilha ecoturística que explora vários conteúdos lúdicos em prol da preservação da natureza. Além de promover o contato do visitante com as premissas da educação ambiental, o edifício possui embutido em sua arquitetura técnicas de autossuficiência energética e mecanismos de conforto térmico naturais que valorizam o seu potencial ecológico.

A geração de edifícios baseados nestes preceitos, acabam exaltando uma nova tipologia arquitetônica, que explora o aproveitamento da água da chuva, materiais recicláveis e técnicas de conforto ambiental que se alicerçam nos conceitos da sustentabilidade, exaltando um modo da arquitetura atuar como aliada na preservação da natureza, uma vez que, os resíduos de construção civil representam "50% a 70% da massa dos resíduos sólidos urbanos (IPEA, 2012, p. 11)".

Desta forma, é importante enfatizar que todas as técnicas construtivas adotadas, no conceito de projeto integrado, devem ser avaliadas, tanto seu impacto quanto desempenho, de forma a atender a demanda questionada de maneira coerente e responsável, diminuindo desperdícios e implementando um planejamento de forma sustentável. O arquiteto inglês Norman Foster, conhecido mundialmente por seu estilo ousado e sua preocupação com o meio ambiente, já exaltava essas premissas no início da década de 90, revelando uma análise crítica acerca dos impactos da arquitetura e engenharia sobre a natureza. O mesmo levantou diversos questionamentos como por exemplo, porque

(...) ocupar novas áreas, quando podemos recuperar áreas? Porque demolir edifícios que poderiam ser utilizados para novos usos? Porque utilizar intensa iluminação artificial onde podemos aproveitar a luz do dia? E porque utilizar sistemas de ar condicionado em locais onde podemos simplesmente abrir uma janela? (FOSTER, 2003, p. 11-12 apud, NETO; ALCÂNTARA, 2015, p. 580).

Este modo de edificar, acaba exigindo projetos eficientes energeticamente que levem em consideração os resultantes globais da obra, em aspectos relacionados ao conforto do usuário, tanto ambiental quanto referente a acessibilidade, além das técnicas construtivas utilizadas, seu impacto ao entorno de implantação e na cadeia produtiva da matéria prima empregada. Além disso, a durabilidade e flexibilidade da edificação deve atender as necessidades das presentes e futuras gerações. Estas estratégias são de impacto positivo, tanto que são avaliadas por sistemas de certificação ecológica que observam a real eficiência dos projetos de arquitetura, exemplos conhecidos destes selos são o LEED e o AQUA.

Um símbolo deste novo conceito de projeto é o edifício Sta@rt, concebido pelo arquiteto holandês Thomas Rau na cidade de Apeldoorn na Holanda. Projetado com base nos 3 pilares da sustentabilidade, o mesmo demonstra de uma maneira enfática todas as premissas exaltadas pela Educação Ambiental em conjunto com os preceitos da arquitetura sustentável, não denegrindo o espaço de implantação e prezando por mão de obra e materiais locais. Além de ir ao encontro das premissas da pegada de carbono, este edifício exemplifica as diretrizes projetuais da arquitetura sustentável de maneira integrada levantadas por Keeler e Burke de:

- Fazer um planejamento de construção a longo prazo;
- Promover conforto e qualidade interna dos ambientes;
- Uso de mão-de-obra e materiais da região para a construção, porque é uma forma de incentivar a economia da região e minimizar a necessidade de transporte, reduzindo o custo da construção e a emissão de poluentes;

- Uso de técnicas de iluminação e ventilação naturais;
- Uso de equipamentos de energia renovável e de eficiência energética, como painéis solares;
- Aproveitamento da água das chuvas;
- Uso de tecnologia de baixo impacto ambiental;
- Gestão dos resíduos sólidos usando o conceito dos 3R's; reciclar, reutilizar e reduzir (KEELER E BURKE, 2010 apud DRUMMOND, 2013, *online*).

A nível nacional, por sua vez, são escassas as estruturas que prezam um projeto integrado em prol da sustentabilidade e da educação ambiental, uma vez que o Brasil passou a se engajar nas temáticas referentes a degradação ambiental no mundo apenas por volta da década de 90 com a idealização da Rio-92. Ou seja, foi a partir deste evento que a Educação Ambiental passou a ser disseminada em solo brasileiro, instigando a busca por respostas para os problemas ambientais.

Algumas leis publicadas no decorrer das últimas décadas foram cruciais para impulsionar as questões ambientais como a Lei nº 4.771 (BRASIL, 1965) que instituiu o novo código florestal, descrevendo dentre outras determinações, a implantação da Semana Florestal como um evento a ser comemorado em escolas e estabelecimentos públicos, através de programas que exaltam o valor das florestas, face aos seus produtos e utilidades, bem como sobre a forma correta de conduzi-las e perpetuá-las. E, a Lei Federal nº 9795 (BRASIL, 1999) que definiu o que seria a educação ambiental em território brasileiro, estabelecendo seus princípios básicos e objetivos, uma vez que não havia nenhuma regulamentação legal, até então, que constatasse sua relevância. Assim, tal Decreto descreve que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, tanto em práticas escolares quanto recreativas.

Na região meio oeste catarinense, por sua vez, constata-se uma carência de práticas voltadas a estas questões. Os movimentos mais evidentes se referem ao programa protetores ambientais da polícia militar ambiental que atua na nível estadual, além do comitê da bacia hidrográfica do Rio do Peixe que atua no vale em prol da preservação dos seus recursos hídricos realizando eventos e atividades visando a conscientização social. Na cidade de Videira, município foco para implantação da estrutura proposta, a única prática existente voltada ao relacionamento consciente entre homem e natureza se refere ao grupo de escoteiros Sentinelas do Rio que Peixe, que atua realizando atividades voltadas ao convívio em meio a vegetação.

Elenca-se assim, a busca por enaltecer os princípios da Educação Ambiental no Vale do Rio do Peixe, buscando conscientizar crianças em período escolar e convocando os adultos em atividades que envolvam a socialização e a conscientização destas problemáticas. Os centros de educação ambiental diante do exposto, se tornaram uma ferramenta eficaz na missão de conscientizar as pessoas sobre as problemáticas ambientais. Aliados ao conceito de sustentabilidade enaltecido por Brundtland, estas edificações guardam em sua arquitetura a esperança de que o planeta possa seguir saudável para abrigar as futuras gerações.

2.1 O PÚBLICO-ALVO E A ESTRUTURA DO CEA

O anteprojeto do Centro de Educação Ambiental visa abranger tanto a área educacional quanto cultural e recreativa da região do Vale do Rio do Peixe. Para tanto, se destina a visitação de estudantes do ensino fundamental, médio e universitário, além de ONG's, empresas públicas e privadas. De caráter recreativo o espaço contemplará ainda a visitação de moradores e turistas a fim de promover o pleno contato com a natureza.

O Centro de Educação Ambiental (CEA) possui como essência a necessidade de promover o desenvolvimento do uso controlado dos recursos naturais da região, permitindo que cidades vizinhas possam ter acesso a informações e dados desenvolvidos através de pesquisas científicas sobre os recursos naturais do vale e sua necessidade de conservação, bem como, o papel de promover palestras e eventos temáticos para os visitantes que frequentam o CEA, promovendo campanhas com órgãos públicos e privados sobre o meio ambiente e sua importância.

Além disso, visa a conscientização da comunidade em geral para a importância da reutilização, instigando a prática de reciclagem e educando a população a preservar o entorno que a circunda, não despejando lixo de maneira irregular e aprendendo a cuidar do meio natural que a cerca. O anteprojeto abrange assim, o público em geral, proporcionando a oportunidade de geração de novos conhecimentos em prol do meio natural a nível regional.

Desta maneira, a estrutura proposta é fomentada de acordo com o público de abrangência e nas pesquisas resultantes a serem desenvolvidas no local. Para suprir esta demanda, o programa de necessidades foi elaborado fragmentado em 4 setores, que em conjunto formarão a infraestrutura do CEA, os mesmos são: o setor de Educação Ambiental, o setor público, setor administrativo e a área exclusiva para funcionários.

O mais importante deles, o setor de Educação Ambiental, se caracteriza por abrigar espaços essenciais para a disseminação dos conhecimentos em prol do meio ambiente. O mesmo acabou sendo subdividido em duas alas, a laboratorial e pedagógica, em função do fluxo diferenciado que cada uma das delas demanda. A primeira se refere a um bloco de laboratórios voltados a análises de diversas tipologias, desde poluentes, solo, água e ar, até práticas voltadas a Taxidermia e Botânica, incluindo ainda um espaço com equipamentos adequados para o estudo de energias renováveis.

A segunda ala, por sua vez, abriga salas de aula, ateliês, sala multiuso, biblioteca, sala de informática e multimídia para transmissão de material audiovisual enaltecendo as problemáticas ambientais e a necessidade de sua preservação.

Além deste, para complementar a estrutura, será previsto ainda um setor público composto por loja de *souvenirs*, café com praça de alimentação, auditório e central de informações com serviços de apoio de trilha, além da área administrativa com as atividades de contabilidade, administração e diretorias essenciais para o funcionamento coordenado da instituição. O setor de funcionários por fim, prevê todos espaços básicos essenciais para o conforto dos funcionários, com vestiários, convivência, copa, além de alojamentos para os instrutores, uma vez que práticas noturnas em meio as trilhas são previstas. Anexo ao edifício, além do estacionamento concebido de acordo com o plano diretor municipal, prevê-se ainda um horto florestal com a produção de mudas de espécimes nativas da região, uma horta para prática de atividades e suprir ao mesmo tempo a demanda exigida pelo café, e as trilhas ecológicas propostas em meio a reserva legal que compõe o terreno escolhido.

Estabelecido o programa de necessidades, realizou-se a quantificação das áreas necessárias de acordo com os equipamentos, população e circulações que cada espaço necessita. Diante deste levantamento, foi estudado o *layout* básico para cada ambiente, obedecendo critérios normativos, ergonômicos e funcionais, gerando uma quantificação de áreas que em sua totalidade demonstra previamente as dimensões necessárias para formar o Centro de Educação Ambiental.

Neste estudo preliminar o somatório total do edifício necessário para abrigar todo o programa corresponde a 4.511,44m² sendo que deste, aproximadamente 42% do edifício corresponderia exclusivamente ao setor voltado as práticas da educação ambiental.

3 A ANÁLISE DO ÁREA PARA IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA

A área escolhida para acolher o Centro de Educação Ambiental proposto está disposta nas proximidades do centro urbano de Videira, em Santa Catarina. Com pouco mais de 52 mil habitantes (IBGE, 2017), o município, além de ser nomeado como a Capital Catarinense da Uva e do Espumante pela assembleia legislativa do estado, possui seu desenvolvimento econômico fomentado às margens do Rio do Peixe.

Como outras cidades pertencentes a esta bacia hidrográfica, Videira também é vítima de questões relacionadas a poluição ambiental e ao desmatamento. Além do setor industrial, que vem sendo fiscalizado pela FATMA, a exploração madeireira e a poluição dos recursos hídricos, são problemáticas frequentemente denunciadas nos noticiários locais. Uma das questões mais críticas se nota em algumas regiões da cidade, onde vêm sendo flagrado o despejo irregular de quantidades de lixo não perecível. Mesmo a prefeitura oferecendo serviço de coleta de lixo em praticamente todos os bairros do município, além da área rural, alguns municípios não se conscientizam da importância da destinação correta destes resíduos.

Como a proposta para o anteprojeto do Centro de Educação Ambiental visa proporcionar aos seus usuários um contato duradouro com a natureza, foram diagnosticadas áreas com uma vegetação considerável no município de Videira, a fim de serem estudadas para determinar suas potencialidades para implantação do anteprojeto.

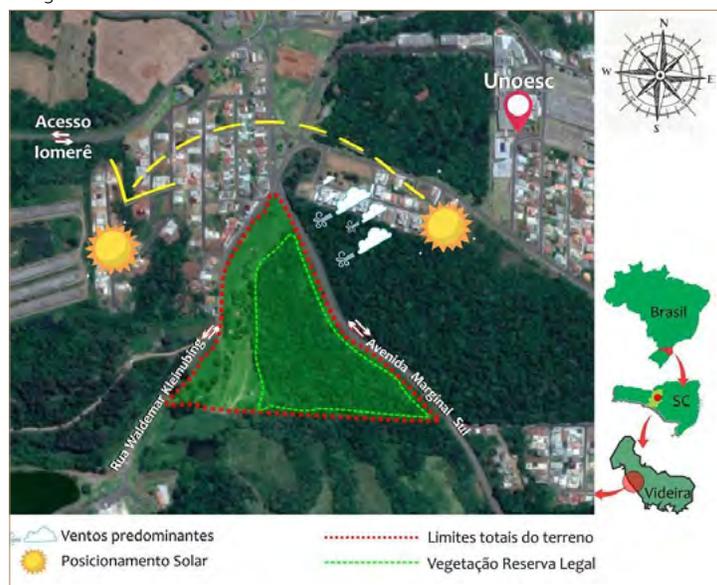
A área escolhida para implantação encontra-se situada na porção oeste do município, nas proximidades da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) e ao trevo de acesso a SC-355 sentido ao município de Iomerê/SC.

Análises criteriosas foram idealizadas deste terreno, fomentadas em levantamentos referentes a sua topografia, insolação, ventilação, sistema

viário, vegetação existente, legislações pertinentes e o entorno urbano que compõem sua localização conforme é demonstrado na Imagem 01.

O terreno por abrigar em seu interior um quantitativo de vegetação pertencente à Reserva Legal possibilita a implantação das trilhas ecológicas propostas pela estrutura do CEA, além de uma área de lote urbano anexa a ele que, além de possuir uma metragem quadrada considerável e uma topografia adequada, encontra-se enquadrado no zoneamento municipal em uma zona residencial de baixa densidade, a qual permite a implantação de um empreendimento desta tipologia.

Imagem 1 – Análises básicas do terreno



Fonte: Google Earth (2017) adaptado pelas autoras (2018).

Desta forma, com todos os dados levantados foi possível aplicar tanto o pré-dimensionamento quanto os organogramas e fluxogramas gerados sobre a área escolhida, gerando uma setorização em manchas da locação de cada setor previsto dentro do terreno, comprovando sua potencialidade para abrigar o empreendimento proposto para este trabalho.

Imagem 2 – Diagrama de manchas



Fonte: Google Earth (2017) adaptado pelas autoras (2018).

3.1 PARTIDO E CONCEITO ARQUITETÔNICO

As premissas básicas de projeto adotadas para a realização do CEA, se referem a menor interferência possível gerada ao terreno, sendo que a vegetação que compõe o seu entorno é um dos aspectos principais a ser explorado, tirando proveito de quesitos como a permeabilidade e transparência, com intuito de priorizar o contato visual do visitante com a natureza que o circunda. Além disso, questões relacionadas ao conforto ambiental também serão consideradas a fim de possibilitar um edifício eficiente energeticamente que assuma os três pilares da sustentabilidade e que seja acessível a todos os tipos de públicos, respeitando a NBR 9050/2015 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Desta forma, o projeto busca criar um espaço dinâmico e atrativo, que faça analogias com formas geométricas básicas existentes na natureza e

desta forma permita abraçar o ideal ecológico de uma maneira concreta. Ou seja, a ideia é impulsionar as pessoas a explorar e conviver com o meio natural de uma forma mais harmônica, remetendo em sua essência a importância de se preservar a flora e fauna, além do nosso solo, água e ar.

O partido arquitetônico, diante destas asserções, possui seu embasamento principal fomentado no significado que a edificação irá transmitir aos seus usuários. Para tanto, o conceito escolhido refere-se aos 4 elementos da natureza: terra, água, fogo e ar. A terra, símbolo da vitalidade e da estrutura que fomenta o planeta Terra seria referenciada pelo horto florestal e seu cultivo, a água, e sua necessidade de preservação para manutenção da vida do planeta, explorada pela nascente que se encontra inserida no interior da Reserva Legal, o fogo, símbolo do sol e da energia, seria homenageado com um ponto de fogueira agregado as trilhas ecológicas e pôr fim ao ar, símbolo do conhecimento seria exaltado pelo próprio edifício.

Tais itens unidos são vitais para a sobrevivência da vida no planeta, mantendo o ciclo de existência de todos os seres vivos. O conjunto destas premissas e significados simbolizam a importância de se prezar por um desenvolvimento sustentável em prol da manutenção do meio natural, sendo este o conceito adotado para o conjunto da obra.

Em relação ao edifício, por sua vez, a forma arquitetônica inicial explora a união destes conceitos. A proposta é partir da estrutura de uma árvore, símbolo da vida formada pelo vínculo dos 4 elementos. Esta forma norteará a distribuição dos espaços, sendo que, nesta analogia, o tronco define-se como o eixo que se ramifica aos setores e demais atividades do Centro de Educação Ambiental.

Aliado a esta simbologia, a proposta ainda agrega em si mecanismos de referência a arquitetura sustentável como formas de se gerar um edifício auto suficiente energeticamente explorando itens como placas fotovoltaicas, para aproveitamento de energias renováveis, armazenamento e aproveitamento

da água a pluvial e a escolha dos materiais adequados para minimizar os impactos gerados ao terreno, intensificando o aproveitamento de material, diminuindo o entulho de construção civil e criando um edifício adaptável para as necessidades das gerações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho finda diante do conhecimento agregado sobre a importância de ressaltar na sociedade contemporânea a relevância das temáticas ambientais, sua preservação e conservação em prol da sustentabilidade, diante de uma realidade que vem exigindo cada vez mais consciência por parte da população em prol de práticas mais ecológicas que não agridam o meio ambiente. Desta maneira todo o embasamento pertinente foi obtido através do levantamento teórico, dos estudos de caso e da pesquisa de campo para compreender o entorno do terreno propício para implantação da proposta.

A partir destes apontamentos, foi possível trazer à tona o conceito de Educação Ambiental e métodos interativos para introduzir seus princípios na região do Vale do Rio do Peixe. Para tanto, a proposta visa, acima de tudo, criar uma infraestrutura que crie um espaço lúdico para promover a interação entre homem e natureza, através de uma arquitetura que exalte o meio natural que a acerca.

Desta maneira foi possível demonstrar como é importante para a região do município de Videira/SC, a criação de um espaço que instigue o contato com a natureza, propiciando a realização de pesquisas científicas, onde estudantes de todos os níveis de ensino possam usufruir na prática dos ensinamentos agregados em prol de um futuro melhor para o planeta, e que os adultos possam passar mais tempo de lazer em meio a um espaço verde,

melhorando a saúde pública e impulsionando práticas de conscientização ambiental e da reutilização dos materiais.

Por fim, exalta-se que todas as ferramentas essenciais para impulsionar a posterior realização do anteprojeto foram agregadas com propriedade, resultando em uma noção geral de todos os itens necessários para compor o CEA, além da tipologia e da essência que ele irá explorar. Além do mais, com o programa de necessidades e fluxogramas definido, já é possível iniciar o planejamento em projeto.

REFERÊNCIAS

ASBEA. **Guia Sustentabilidade na Arquitetura**: Diretrizes de escopo para projetistas e contratantes. São Paulo: Prata Design, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificação, espaço mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BRASIL. Lei 12651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 28 mai. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/L12651compilado.htm. Acesso em: 01 jun. 2018.

BRASIL. Lei 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 28 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 20 mar. 2018.

DIAS, G.F. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2004.

DRUMOUND, Rejane. **Bioarquitetura para todos, como utilizar esses conceitos na sua construção**. Disponível em: <http://www.arquitetaresponde.com.br/bioarquitetura/>. Acesso em: 12 jul. 2018.

FRANCESCON, Endrio. **Denúncia**: Novamente população deposita lixo no Contorno Sul. Disponível em: <https://www.radiovitoriaam.com.br/noticias/geral/8941/denuncianovamente-populacao-deposita-lixo-no-contorno-sul.html>. Acesso em: 13 mar. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Diagnóstico dos Resíduos Sólidos da Construção Civil**: Relatório de pesquisa. Brasília, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2018.

KEELER, M. BURKE, B. **Fundamentos de projeto de edificações sustentáveis**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

MARCO, B. H.; TREVISOL, J. V. **O meio ambiente nos municípios de Santa Catarina**: Panorama das condições ambientais locais e dos instrumentos de gestão. Joaçaba: Unoesc, 2007.

NETO, Plácido Gondim de Sena; ALCÂNTARA, Roselene de Lucena. **Ferramentas de Sustentabilidade em Edificações**. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/18616>. Acesso em: 12 jul. 2018.

SCAPIN, A. **Videira**: nos caminhos de sua história. Videira: Prefeitura Municipal, 1996.

STRIEDER, Roque. **Diretrizes para elaboração de projetos de pesquisa**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2009.

TASSARA, H., SCAPIN, A. **Perdigão uma trajetória para o futuro**. Videira: Empresa das Artes, 1996.

O HOTEL FAZENDA AS POTENCIALIDADES ARQUITETÔNICAS COMO FORMA DE VALORIZAR O TURISMO EM ARROIO TRINTA – SC

Larissa Correa¹
Tulainy Parisotto²
Juliana Aparecida Biasi³
Jeferson Eduardo Suckow⁴

Resumo: Os hotéis fazenda são a união de hospedagem e natureza. Sendo assim, o sistema de gestão sustentável entre arquitetura hoteleira e comunidade local é o que norteia o presente trabalho, que tem sua proposta voltada ao município de Arroio Trinta – SC, por meio de um projeto arquitetônico de um hotel fazenda. O intuito é preencher as lacunas do setor turístico e econômico do município, através de um empreendimento que promova interação entre os usuários, meio ambiente e a arquitetura. O texto desenvolve-se através de pesquisas bibliográficas, estudo de caso, além de visitas realizadas em propriedades rurais com potencial turístico, para, contudo, oferecer embasamento técnico para a elaboração do projeto arquitetônico. Em contrapartida ao êxodo rural, em Santa Catarina a busca por lugares alternativos em meio às montanhas, ao invés do badalado litoral, tem atraído turistas e fortalecido a indústria hoteleira. Arroio Trinta, embora seja um município com uma estimativa de 3.564 habitantes (IBGE, 2010, on-line), possui um território com importantes pontos turísticos, naturais ou edificados, que se relacionam com a cultura de colonização italiana, entretanto a oferta de hospedagem é escassa. A área do Mirante da Aparecida, na área rural do município é o foco potencial do presente artigo, pois oferece vantagens de turismo e lazer, em uma modalidade pouco explorada no município. Logo, a inserção de um equipamento hoteleiro como um hotel fazenda, além de garantir que seja suprida a falta de recursos para tais atividades turísticas, estimula uma fonte de renda extra, oferecendo serviços e vivências exclusivas.

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: laricorrea96@hotmail.com.

² Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: tulainy.parisotto@unoesc.edu.br.

³ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br.

⁴ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: jeferson.suckow@unoesc.edu.br.

Como consequência obteve-se uma proposta que deixará transparecer a importância que o empreendimento hoteleiro terá na região, respeitando o ecossistema local e se apropriando das vistas para as montanhas, explorando diferentes sensações variadas dos usuários, conectando-os a essência dos materiais naturais revelados com a variação da luz natural durante o dia a dia. Palavras-chave: Arquitetura. Vernacular. Turismo Rural. Lazer.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa acontece de forma a embasar teoricamente o desenvolvimento de uma proposta arquitetônica de um hotel fazenda em Arroio Trinta, conciliando arquitetura, turismo, desenvolvimento sustentável e agronegócio para impulsionar a valorização da área do Mirante da Aparecida como instrumento potencial para o setor turístico do município.

Os espaços nus e pouco povoados são áreas geralmente ignoradas pelos profissionais do ramo da construção civil a décadas, que concentram seus conhecimentos nas cidades, esquecendo que estas representam 2% da superfície do planeta. Contudo, profissionais como Rem Koolhaas tem chamado atenção para o meio rural, pois nota-se a necessidade de aproximar-se para conhecer as comunidades como forma de introduzir uma perspectiva contemporânea, aliando arquitetura vernácula com técnicas e materiais inovadores, respeitando o ambiente natural e social, assim, abordando arquitetura e contexto rural, aponta Amaro (2018).

Alvo de muitas mudanças desde o crescimento da indústria e da vida urbana no país na segunda metade do século XX, o meio rural tem sofrido com o êxodo e descaracterizando-se. Em contrapartida, a busca por uma melhor qualidade de vida e resgate às origens e autenticidades culturais, levou mais tarde, ao desencadeamento do turismo rural no Brasil.

Conforme Azeredo (2015), para entender o que é turismo rural, é preciso destacar os aspectos do meio rural, como propriedades de médio e

pequeno porte, produção de subsistência com certos excedentes, técnicas agrícolas relativamente rudimentares, maior contato entre homem e natureza, características do campesinato (pouco ou sem mecanização), entre outras.

Em Santa Catarina, a busca por lugares alternativos em meio às montanhas do interior do Estado, ao invés das badaladas praias de seu famoso litoral, tem atraído turistas e fortificado sua indústria hoteleira. O hotel fazenda segundo o Ministério do Turismo (MTur), está localizado em ambiente rural, dotado de exploração agropecuária, que oferece entretenimento e vivência de campo.

Em Santa Catarina, o desenvolvimento do agronegócio e da agroindústria teve crescimento significativo nos últimos anos, mesmo com a crise econômica que o país vem enfrentando. De acordo com o Diário Catarinense (2017), a economia de Santa Catarina terá um crescimento acima da média nacional. Enquanto o país deve terminar o ciclo recessivo com uma alta anual do Produto Interno Bruto (PIB) de apenas 0,5%, no Estado o valor chegará à casa dos 2%.

O município de Arroio Trinta, situado no meio oeste catarinense, possui uma estimativa de 3.564 habitantes de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Conhecido como a capital catarinense da cultura italiana, título proveniente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) através da Lei N° 16.722, de 8 de outubro de 2015, a cidade tem a sua economia fortemente ligada a agricultura e a pequenas indústrias. Situado na região turística do Vale do Contestado, tem o seu turismo movimentado por eventos culturais como a *Festività All'italiana*⁵ e pela famosa culinária típica proveniente da colonização de imigrantes italianos, mais especificamente das regiões de províncias italianas de Treviso⁶ e Bergamo⁷.

Irá se realizar métodos de pesquisas qualitativas, buscando o conhecimento de realidades múltiplas para interpretar os problemas e solucionar-los da melhor

⁵ *Festività All'italiana* – Eventos culturais típicos italianos no município de Arroio Trinta.

⁶ Treviso - província italiana da região do Vêneto com cerca de 703.625 habitantes.

⁷ Bêrgamo - província italiana da região de Lombardia com cerca de 1.098.740 habitantes.

forma com estudos ligados ao tema. Para melhor entendimento do conteúdo abordado, o artigo foi constituído por duas partes, a primeira baseada na fundamentação teórica, com embasamento bibliográfico em livros, artigos, teses e legislação para definir as principais necessidades e, a segunda parte, se dá sobre a apresentação dos levantamentos e resultados obtidos no anteprojeto arquitetônico, visitas técnicas ao terreno de implantação para melhor aproveitá-lo topograficamente com zoneamento e realizar um programa de necessidades adequado e este será seguido da conclusão da pesquisa.

2 ARQUITETURA HOTELEIRA COMO PROPOSTA PARA VALORIZAÇÃO DA CULTURA E DO TURISMO RURAL

O turismo está interligado a sociedade e ao meio ambiente, por isso toda forma de relação humana com a natureza deve ser cuidadosa, em se tratando de turismo não seria diferente, de acordo com Lemos (2000, p. 48-49), o turismo predador, em pouco tempo destrói justamente aquilo que lhe chamara atenção como atrativo maior, ou seja, [...] a invasão de uma área por uma população advéncia em busca de lazer.

Em termos históricos, o turismo teve início, de acordo com Ingarra, (2013) quando o homem deixou de ser sedentário e passou a viajar, principalmente motivado pela necessidade do comércio com outros povos. Os greco-romanos foram os grandes precursores no desenvolvimento de viagens.

Já a história da hospedagem, começa na antiguidade com os nobres romanos que desenvolveram um extenso sistema de estradas para ligar Roma a todos os lugares, e para tornar a viagem mais rápida, com um trajeto maior construíram postos de troca de cavalos. Foram nesses pontos que apareceram as primeiras hospedarias. Ou seja, surge nessa época a hotelaria como um elemento fundamental na viabilização do turismo.

O turismo no Brasil começa com o próprio descobrimento. De acordo com Ingarra (2013), através das primeiras expedições marítimas que chegaram ao território brasileiro com Américo Vespúcio, Gaspar Lemos, Fernando de Noronha e outros. Somente no século XIX, quando a corte portuguesa se instala no Brasil é que acontece um desenvolvimento urbano, aumentando o sistema de hospedagem principalmente no Rio de Janeiro. Contudo, as evoluções dos meios de transportes trouxeram grande prosperidade para o século XX com o advento das rodovias.

Em 1966, é criada a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), atual Instituto Brasileiro de Turismo, e, com ela, o Fundo Geral de Turismo (Fungetur), que atua, de acordo com Andrade, Brito e Jorge (2013), por meio de incentivos fiscais para a implantação de hotéis, promovendo uma nova fase na hotelaria brasileira, principalmente no segmento de hotéis de luxo. Ou seja, este incentivo estimulou um mercado que se abriu para a entrada de grandes cadeias estrangeiras no país.

A necessidade de organizar a atividade turística de modo a preservar o meio ambiente e o patrimônio cultural da região, não pode ser feito sem a participação da sociedade, por isso busca-se o compartilhamento e a integração, como aponta o Ministério do Turismo (BRASIL, 2007).

O turismo rural faz parte da regionalização da atividade de lazer que preza por dois fatores principais: identidade própria e autenticidade. Essa atividade não convencional se desenvolveu atenuando as diferenças e distanciamentos entre a cidade e o meio rural, que por conta do êxodo rural, contribuiu para a diversificação das atividades agrícolas.

Para tornar o setor de hospedagem mais competitivo, como forma de estimular também o turismo, o Ministério do Turismo (2010, p. 6-7) desenvolveu um sistema de classificação de meios de hospedagem (SBClass), expedido pela Portaria nº 100 em 16 de junho de 2011, para fortalecer o setor

e atrair mais turistas para o país. Abaixo, conforme lista Brasil (2011), destaca-se esta classificação:

I - HOTEL: estabelecimento com serviço de recepção, alojamento temporário, com ou sem alimentação, ofertados em unidades individuais e de uso exclusivo dos hóspedes, mediante cobrança de diária;

II - RESORT: hotel com infraestrutura de lazer e entretenimento que disponha de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento;

III - HOTEL FAZENDA: localizado em ambiente rural, dotado de exploração agropecuária, que ofereça entretenimento e vivência do campo;

IV - CAMA E CAFÉ: hospedagem em residência com no máximo três unidades habitacionais para uso turístico, com serviços de café da manhã e limpeza, na qual o possuidor do estabelecimento resida;

V - HOTEL HISTÓRICO: instalado em edificação preservada em sua forma original ou restaurada, ou ainda que tenha sido palco de fatos histórico-culturais de importância reconhecida;

VI - POUSSADA: empreendimento de característica horizontal, composto de no máximo 30 unidades habitacionais e 90 leitos, com serviços de recepção, alimentação e alojamento temporário, podendo ser em um prédio único com até três pavimentos, ou contar com chalés ou bangalôs;

VII - FLAT/APART-HOTEL: constituído por unidades habitacionais que disponham de dormitório, banheiro, sala e cozinha equipada, em edifício com administração e comercialização integradas, que possua serviço de recepção, limpeza e arrumação.

O pioneiro no turismo rural e hotéis fazenda no Brasil, conforme Carvalho (2009), foi o município de Lages em Santa Catarina que tinha na base de sua economia a pecuária e a extração de madeira em 1986. No entanto, com a redução dessas atividades, o turismo rural posteriormente se espalhou pelo Rio Grande do Sul (com a quarta colônia de imigrantes italianos) e posteriormente para Minas Gerais (rota da cachaça, do queijo e das flores), Rio de Janeiro (em Vassouras com a rota do café), São Paulo, Espírito Santo, Mato Grosso em 1996, Ilhéus na Bahia (rota do cacau) e para os demais Estados da federação.

Os hotéis fazenda estão diretamente ligados ao turismo rural e conforme Tulik (2003) *apud* Filippim, Hoffmann e Alberton (2006), o município de Lages, situado no planalto serrano catarinense, foi o pioneiro na exploração do turismo rural no Brasil. O objetivo para valorização desta modalidade de turismo era a busca por alternativas de novas fontes de renda alternativa para as fazendas de gado da região, que além do clima e paisagens típicas do planalto serrano, as sedes das fazendas também apresentavam atrativo especial em função da sua história e da cultura dos colonizadores preservada.

Santa Catarina é um dos Estados brasileiros que mais tem diversidade turística. De acordo com Colombo (2002) a região oeste catarinense é conhecida por suas estâncias termais e por abrigar na mesma região culturas com características campeira e europeia. Extensas fazendas no estilo colonial dão o tom bucólico do turismo na região, onde os campos abertos pedem longos passeios a cavalo ou charrete, além de matas que preservam muito verde ainda presentes na paisagem.

2.1 A INFLUÊNCIA DA COLONIZAÇÃO ITALIANA PARA ARQUITETURA

A presença italiana no Brasil surge desde o descobrimento e o próprio Américo Vespúcio⁸, foi um deles. Na época colonial era comum encontrar refugiados políticos. Mas, foi somente no fim dos anos de 1870 que a imigração italiana começa a assumir um aspecto mais preciso, com dimensões apreciáveis, até transformar-se em fenômeno de massa entre 1887 e 1902, contribuindo para o aumento demográfico do país, conforme relata Trento (1989).

Gomes (2007, p. 161) destaca que

⁸ Américo Vespúcio: Navegador italiano naturalizado espanhol (1454-1512). Responsável pela logística das embarcações de Colombo e pioneiro da navegação na costa americana. Disponível em: <http://www.sohistoria.com.br/biografias/americo/>. Acesso em: 19 mar. 2018.

[...] o italiano respondia adequadamente a uma outra condição fundamental de atração de imigrantes no período, e que consistia em uma política de branqueamento de nossa população, não só acreditada como possível de ser implementada, como igualmente desejável e auspiciosa para que nos tornássemos mais "civilizados" diante de nossos próprios olhos e aos olhos do mundo.

Com a chegada destes imigrantes, o conhecimento arquitetônico trazido teve de se adaptar aos materiais (madeira e pedras dos próprios locais) e topografia da nova terra. Suas habitações faziam parte de um pequeno complexo de edificações para diversos usos coloniais. Destaca-se aqui que as cozinhas eram separadas da residência, os moinhos e detalhes como cantina no porão construída em pedra, telhado em duas águas com aproveitamento do sótão, este geralmente de pouca altura, para guardar e secar grãos e cereais, pequenas janelas alinhadas e cimalthas em pedra, conforme descreve Santiago e Luca (2007) *apud* Baldessar (1991).

O principal ponto de encontro nas casas de famílias descendentes italianas desde a época da imigração no Brasil, é a cozinha. Esta, se caracteriza por ser muito funcional e farta. Diferente do período colonial, quando eram separadas do corpo da casa, as cozinhas se tornaram o centro da casa integrando-se a sala de jantar e estar. A referência de mesas grandes e fartas vêm dos centros comunitários, onde geralmente aconteciam festas ligadas a religiosidade católica, com muita comida e bebida, que eram servidas em mesas de tábuas de madeira grandes e contínuas, como aponta Alves (2015).

Não há como falar em cultura italiana sem mencionar a simplicidade e o requinte da sua gastronomia. A cozinha italiana tem uma grande diversidade de temperos e isto só foi possível em função da presença da miscigenação de vários povos, sejam eles árabes, franceses, espanhóis, entre outros, que se juntaram na península Itálica ao longo dos séculos, agregando vários temperos, especiarias, ingredientes e técnicas de produção que foram se aprimorando ao

longo dos tempos, aponta Barcellos (2011). No entanto, a gastronomia italiana é famosa principalmente por suas massas e vinhos que acompanham os pratos e pelas especiarias que servem de entrada.

A gastronomia e a arquitetura são duas artes que se complementam, e o conhecimento é atrelado a história e a cultura nos dois aspectos, conforme destaca Alves (2015, p.15):

Sentimento, cultura e sensações... tudo isso envolve um prato, como envolve um projeto arquitetônico. O chefe de cozinha precisa escolher a textura e as cores do prato para compor a comida, criando uma verdadeira arte. Arquitetos, também precisam escolher cores, texturas e mobiliários certos para compor um ambiente que está sendo projetado. Atualmente, muitos arquitetos estão se especializando em arquitetura gastronômica. Eles se dedicam a projetar restaurantes e são convictos do quanto o ambiente influencia na experiência gastronômica que o cliente vai ter. Acreditam também que tudo começa no ambiente, já que luz, cor, textura vão, com certeza, acrescentar um gosto a mais ao paladar. Ou seja, a arquitetura complementa as sensações de uma experiência gastronômica e vice-versa.

2.2 CONFORTO AMBIENTAL COMO ALIADO NA ARQUITETURA HOTELEIRA

Atualmente, não há como se falar em construção civil sem mencionar os impactos ambientais causados por ela. Assim, a arquitetura contemporânea está associando cada vez mais a materiais locais e naturais para compor soluções arquitetônicas proporcionam ao ser humano conforto, com intuito de oferecer melhores condições para sua saúde.

Conforme Frota e Schifferr (2007), o conhecimento do clima, aliado aos mecanismos de trocas de calor e do comportamento térmico dos materiais, permite uma consciente intervenção da arquitetura, incorporando os dados

relativos ao meio ambiente externo de modo a aproveitar o que o clima apresenta de agradável, a fim de amenizar seus aspectos negativos. Porém, vale salientar que nenhuma das considerações atreladas a conforto térmico é relativamente nova, muito pelo contrário, ela acompanha a arquitetura ao longo dos tempos.

A ventilação natural é um dos caminhos mais fáceis para a troca de calor entre ambientes internos com o meio externo, isso ocorre a partir de soluções arquitetônicas adotadas na fase projetual como a adoção da melhor orientação do edifício no terreno. Porém, ao se falar em ventilação no edifício, a mesma pode ocorrer de forma mecanizada, com o emprego de ventiladores, exaustores e ar-condicionado. Entretanto, ao considerar os preceitos do condicionamento térmico, a forma mais indicada é a natural.

Bittencourt e Cândido (2010) destacam que a ventilação natural pode ser usada com três finalidades complementares como a de manter a qualidade do ar nos ambientes internos, remover a carga térmica adquirida pela edificação em decorrência dos ganhos de calor externos e internos, e promover o resfriamento fisiológico dos usuários.

Quanto a estrutura do edifício empregada no hotel, mas especificamente nas paredes, estas não devem assumir somente o papel de divisão, mas também prezar pela privacidade de seus hóspedes. Conforme Emarket (2017), é preciso que as paredes sejam construídas ou adaptadas de forma que se tornem barreiras contra o som. Paredes duplas forradas com material adequado para isolamento acústico como a lã de vidro ou a espuma acústica. Mesmo revestimentos de *drywall*⁹ são soluções fundamentais nesse sentido. O tratamento acústico também pode se realizar nas aberturas com esquadrias em Policloreto de Vinila (PVC), por exemplo, além dos pisos e forros.

⁹ É uma tecnologia que substitui as vedações internas convencionais (paredes, tetos e revestimentos) de edifícios de quaisquer tipos, consistindo em chapas de gesso aparafusadas em estruturas de perfis de aço galvanizado. Disponível em: <https://creativeartdrywall.com.br/o-que-e-drywall/>. Acesso em: 21 ago. 2018.

O conceito de sustentabilidade está atrelado a três aspectos importantes: sociedade, economia e ecologia, definidos pela Declaração de Política de 2002 da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Relacionado com o desenvolvimento sustentável, o termo sustentabilidade é formado por um conjunto de ideias, estratégias e demais atitudes ecologicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente diversas, afirma Feil e Schreiber (2015).

Muito em evidência na construção civil, o emprego da sustentabilidade relaciona-se com atividades que buscam um sistema de gestão sustentável, para atenuar os efeitos de um empreendimento sobre o meio ambiente. A AsBEA, o CBCS10 e outras instituições apresentam diversos princípios básicos da construção sustentável, dentre os quais destacam-se: o aproveitamento de condições naturais locais, a descaracterização mínima do terreno permitindo que o edifício se integre ao ambiente natural, a implantação e análise do entorno, com intuito de não gerar impactos na paisagem, a relação da temperatura e a concentração de calor, visando sensação de bem-estar e a qualidade ambiental interna e externa, uma gestão sustentável da implantação da obra, adaptando-a às necessidades atuais e futuras, o emprego de matéria-prima que contribua com a eco-eficiência do processo, a redução do consumo energético, bem como de água, a disposição correta dos resíduos sólidos, a introdução de inovações tecnológicas sempre que possível e é claro, a educação ambiental como aliada para conscientização dos envolvidos.

Ao relacionar as construções a inserção de materiais utilizados em arquiteturas vernaculares, temos a reinvenção e reuso de materiais como as fibras vegetais, óleos vegetais, pedras, solo cimento, concreto reciclado, madeiras de reflorestamento certificadas, o tijolo de adobe, tintas naturais, telhas ecológicas, piso intertravado, equipamentos sanitários de baixo

¹⁰ Conselho Brasileiro de Construção Sustentável.

consumo e automáticos e lâmpadas de alta eficiência energética como o LED, conforme aponta o Portal Metálica (*on line*).

A sustentabilidade na hotelaria é mais do que uma tendência ou ação de *marketing*. De acordo com Gazin Atacado (2017), é uma questão importante para a perenidade de um negócio, para a preservação do meio ambiente local e também uma demanda cada vez mais comum dos hóspedes. A hotelaria abre caminhos para ações sustentáveis como parcerias com produtores rurais por exemplo, a prática da boa vizinhança traz benefícios para os dois lados, renda extra ao produtor rural que fornece alimentos de boa procedência e qualidade na oferta gastronômica do hotel. Além disso, os sistemas de captação de água da chuva, o uso de energia fotovoltaica, resíduos orgânicos e a reciclagem, inspiram e motivam os clientes, funcionários e a comunidade a praticarem ações voltadas para a preservação do meio ambiente.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Para contribuir na inspiração para elaboração da proposta arquitetônica e organizacional do hotel fazenda em Arroio Trinta, o estudo de caso mais relevante analisado foi o Botanique Hotel e Spa, localizado em Campos do Jordão – SP. O empreendimento está situado em um terreno com 80.000m² junto a mata atlântica preservada, no Triângulo das Serras, a mais de 1.600m de altura do nível do mar entre os municípios de Campos do Jordão, Santo Antônio do Pinhal e São Bento do Sapucaí, pertencentes ao Estado de São Paulo, e, Sapucaí Mirim, situado ao sul do Estado de Minas Gerais, próximo à divisa com o Estado do Rio de Janeiro.

A topografia da região de Campos do Jordão é essencialmente montanhosa de altitude e com vales onde geralmente instalaram-se as comunidades colonizadoras. Conforme Victoriano (2015), implantado em um local alto, o projeto arquitetônico do Hotel & Spa Botanique tirou proveito dos

desníveis e declives do terreno, uma vez que ele encontra-se perfeitamente 'acomodado', respeitando a topografia. O escritório responsável pelo projeto foi o Candida Tabet Arquitetura, o qual estabeleceu o conceito do empreendimento, um estreito vínculo da arquitetura contemporânea com a paisagem local, ou seja, o verde reina do início ao fim, sendo a única cor que justaposta na pedra amarelada natural e nos tons de madeira que envolve o edifício.

O complexo do hotel (Figura 1) traduz-se em uma edificação, com seis quartos, restaurante, spa e onze vilas independentes, projetadas com uma série de vistas conectadas, quartos, lareiras e banheiros charmosos, providenciando uma fluidez de experiências, revela a arquiteta Candida Tabet (2012).

Figura 1 – Vista do Botanique Hotel e Spa e chalés

a) Fachada principal hotel



Fonte: ARCHDAILY, (2015).

b) Vista do hotel e chalés abaixo



Fonte: ARCHDAILY, (2015).

O partido arquitetônico evidencia grandes volumes e coberturas bem inclinadas assimétricas que se assentam sobre fachadas prismáticas e envidraçadas. O projeto atemporal tem como foco principal uma arquitetura fluida, através de seus materiais, principalmente o vidro, que permite que o verde da mata atlântica invada os ambientes internos.

De acordo com Victoriano (2015), toda a estrutura do projeto é exposta e utiliza madeira de demolição de um acervo de 300m³ de madeiras raras e centenárias, bem como a ardósia com marcas em evidência, que foram garimpadas durante anos pelo proprietário.

O entorno ao empreendimento recebe investimentos e atenção também. O Bairro do Mellos é a comunidade mais próxima e lá residem cerca de 60 famílias, das quais o hotel buscou para qualificar como funcionários, criando uma interdependência entre o empreendimento e a comunidade, segundo o Botanique Hotel e Spa (*on line*).

3.1 POTENCIALIDADES DE ARROIO TRINTA PARA O TURISMO HOTELEIRO

O município de Arroio Trinta localiza-se no sul do Brasil, mais precisamente no meio-oeste catarinense, segundo o IBGE (2017) o território possui 94,301 km² e uma população de 3.564 pessoas, totalizando uma densidade demográfica de 37,14 hab/km². O PIB do município em 2015 foi de R\$ 22.687,57 e sua principal fonte de renda gira em torno de atividades agrícolas, como retratado no brasão da bandeira do município.

Arroio Trinta tem sua história bastante marcada pela colonização italiana e está é evidente na sua cultura, comunidades e arquitetura. As edificações da cidade remetem a obras italianas, contudo, o que também ganha destaque é a paisagem natural no interior do município, especialmente o Mirante da Aparecida, local que está diretamente interligado com a proposta disposta neste artigo.

A região apresenta vários pontos turísticos e estes norteiam a atividade no entorno do empreendimento hoteleiro. Como forma de reconhecimento dos locais com potencialidades para turismo rural, gastronômico e de lazer foi realizada visita técnica aos lugares já existentes e outros favoráveis nas

localidades de Linha Aparecida, Linha São Valentim e Linha Gramado, em Arroio Trinta – SC, e nas Linhas São Domingos e São Caetano, pertencente ao município de Macieira – SC.

Pôde-se observar, a partir desta vivência a disposição espacial das propriedades, volumetria e seus usos, bem como a arquitetura de madeira antiga, exemplares dos colonizadores, que vem dando lugar às edificações em concreto armado nas sedes administrativas. Algumas pontes também foram levadas em consideração, assim como as paisagens naturais com interferência humana. Os centros comunitários também são marcos importantes em cada localidade e são usados com mais frequência nos finais de semana de forma religiosa ou de lazer.

O perfil dos hóspedes e clientes do hotel fazenda será de pessoas de classe média e alta, à procura de novas experiências inexistentes nos grandes centros urbanos, além, da comunidade local. Tendo em vista que a faixa média etária será de 30 anos até a melhor idade, sendo casais e famílias. Entretanto, o hotel buscará criar também atrativos com suas atividades voltadas ao ecoturismo e esportes radicais a fim de atrair jovens e adolescentes.

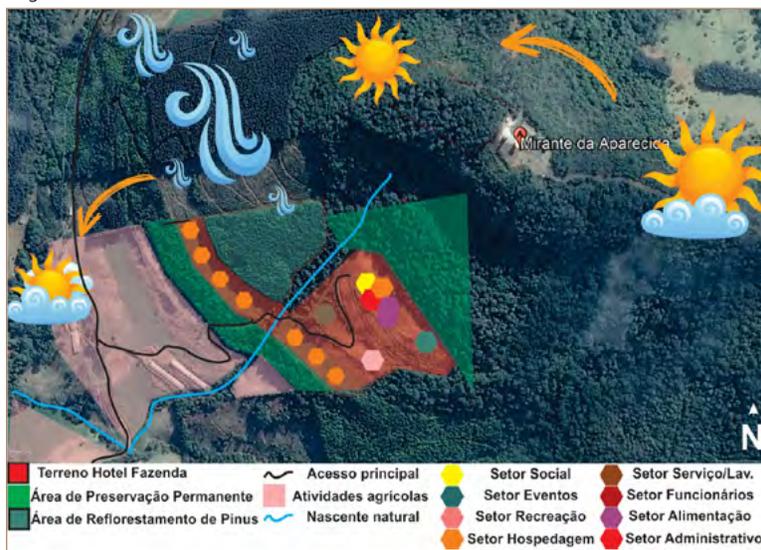
A gastronomia desse empreendimento também será bastante convidativa, pois irá contar com a valorização da qualidade, procedência da matéria prima e a originalidade dos itens disponibilizados pelas comunidades locais.

O hotel não venderá somente diárias, mas sim experiências, com acomodações anexas a edificação principal que terão valor diferenciado e casas de campo privativas, dimensionadas para a acomodar famílias e grupos de amigos.

Assim, pôde-se estruturar um programa de necessidades baseado na realidade das comunidades locais e atrelado ao conhecimento das necessidades múltiplas dos estudos de caso, bem como a pesquisa bibliográfica, elaborou-se um pré-dimensionamento, organograma, fluxogramas e o estudo de manchas

dispondo os espaços pela área do terreno, como ilustrado na Figura 2, que resultaram em aproximadamente 8.000m² de área a ser edificada, distribuída em uma área de 61.283m², na Linha Aparecida.

Figura 2 – Estudo de condicionantes e manchas



Fonte: GOOGLE EARTH, 2018. Adaptado pela autora.

3.2 CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO

A fim de nortear a explicação do projeto arquitetônico também foram elaborados o conceito e partido que levaram em conta a biodiversidade local, materiais vernaculares e uma linguagem contemporânea, as quais agregadas irão explorar linhas retas e formas primárias integradas a paisagem local.

A linha de pensamento do hotel fazenda introduz a essência mais primordial, real e simples da concepção de todos os seres vivos, as células. Estas, sempre conectadas em prol de um objetivo em comum, cada qual, com sua individualidade e espaço para crescer e se multiplicar, unindo-se para originar vidas. Assim como uma família que irá originar outra família, criando

um ciclo que depende de cada indivíduo exercendo sua função, ordenando um maior e mais eficiente sistema, sempre partindo de um princípio que se renova de tempos em tempos.

O sistema formado por células representa o empreendimento e seu entorno, este por sua vez, tem suas particularidades e características imprimida por seus usuários, arquitetura e materiais vernaculares, que traduzem as origens da cultura de herança italiana. Tudo isso vincula-se ao conceito da obra mais característica de Frank Lloyd Wright, a Casa da Cascata, revelando a intenção de que os edifícios são como organismos vivos otimizados em formas adaptadas à topografia e a biodiversidade local.

O partido foi definido após a pesquisa de vários parâmetros que influenciam de forma direta a construção, como a topografia do terreno, condicionantes climáticas, legais e do entorno da área rural, para então realizar-se um programa de necessidades e atender ergonomicamente e confortavelmente cada indivíduo, tornando tangível a conceitualização do projeto, na intenção de torná-lo um novo ponto de referência turística da região.

O objetivo é criar uma linguagem contemporânea, explorando linhas retas e formas primárias simples, com espaços dinâmicos integrando-se a área externa, ressaltando a ideia de organismo vivo e dos materiais vernaculares empregados, como as pedras e madeira de demolição, tudo isso unindo tecnologias construtivas recentes, por meio de grandes aberturas de perfis metálicos e vidro temperado translúcido reflexivo. O concreto aparente também será utilizado na edificação, mostrando além de sua característica construtiva.

Assim, o hotel fazenda busca garantir o conforto e a comodidade de seus usuários, tendo em vista a harmonia das edificações com a natureza e não se impondo a ela, causando o mínimo de impacto possível, distribuindo horizontalmente formas e funções pelo terreno proposto, ou seja, para tornar e contribuir os espaços mais agradáveis serão necessárias milhões

de células se organizando e trabalhando juntas a favor do organismo que elas mesmas ocupam.

O projeto irá possuir ambientes para os setores social, eventos, administrativo, alimentação, serviços, técnico, recreação, hospedagem, estacionamento e garagem, com ambientes que garantem acessibilidade para todas as pessoas que acessarem os edifícios dispostos horizontalmente por uma grande área em meio à natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta etapa do trabalho, obteve-se o conhecimento fundamental sobre o tema, proporcionado pelo: embasamento do referencial teórico, análises dos estudos de casos, levantamentos realizados à campo e pré-dimensionamento. De modo geral, conclui-se que a construção da nova edificação hoteleira propõe valorizar a identidade do entorno onde irá local-se, oferecendo aos hóspedes e visitantes resgatar a visão naturalista e conhecer a origem de muitos alimentos e produtos artesanais, provenientes da cultura italiana que o município de Arroio Trinta – SC exala, sendo como um antídoto contra o *stress* dos grandes centros urbanos.

A ampliação da escala turística do município de Arroio Trinta e região tem âmbito microrregional e posteriormente regional. Para isso, foram abordados temas referentes a aspectos da cultura dos descendentes imigrantes italianos e gastronomia local, aplicando seus conceitos no terreno próximo ao Mirante da Aparecida.

Ao observar o entorno do terreno proposto para o hotel fazenda evidencia-se a necessidade de ligação do empreendimento hoteleiro com o turismo rural, turismo regional e a comunidade local. Assim, o hotel fazenda estará diretamente interligado com as atividades realizadas pela população local e

depende dos serviços e produtos a serem fornecidos para seu funcionamento. Enfatizando a relação do ser humano e os sentidos revelados pela conexão com a paisagem.

Por fim, o trabalho desenvolvido resulta no estudo para a elaboração de um projeto arquitetônico que atenda as demandas da região.

REFERÊNCIAS.

ALVES, Diandra. **Arquitetura e gastronomia**. 2015. Disponível em: <https://www.ideiasdiferentes.com.br/arquitetura-e-gastronomia/>. Acesso em: 21 ago. 2018.

AMARO, Fernanda. **Os 9 temas de arquitetura que você deve conhecer em 2018**: O desafio da atual arquitetura em abordar o contexto rural. 2018. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/886754/os-9-temas-de-arquitetura-que-voce-deve-conhecer-em-2018?ad_medium=widget&ad_name=recommendation. Acesso em: 26 Ago. 2018.

ANDRADE, Nelson; BRITO, Paulo Lucio de; JORGE, Wilson Edson. **Hotel**: planejamento e projeto. 10 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

AsBEA. Guia **Sustentabilidade na arquitetura**: diretrizes de escopo para projetistas e contratantes. São Paulo; Prata Desing, 2012. Disponível em: <http://www.asbea.org.br/userfiles/manuais/d9b83e8c0c8967c0bfc18c3e4b7a16cf.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.

AZEREDO, Thiago. **Turismo rural**: Turismo no interior aumenta a circulação de capital no comércio, contribui para melhoria da infraestrutura no campo e pode atenuar êxodo rural, 2015. Disponível em: <http://educacao.globo.com/artigo/turismo-rural.html>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BARCELLOS, Luiz Octavio. **A culinária italiana**. Blog: Wordpress. 2011. Disponível em: <https://luizoctaviobarcellos.wordpress.com/2011/10/20/a-culinaria-italiana/>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BITTENCOURT, Leonardo e CÂNDIDO, Chsithina. **Ventilação natural em edificações**. Rio de Janeiro, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.399, de 15 de dezembro de 1999. Regulamenta a NOB SUS 01/96 no que se refere às competências da União, estados, municípios e Distrito Federal, na área de epidemiologia e controle de doenças, define a sistemática de financiamento e dá providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 dez. 1999. p. 30.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria MTUR nº 95, de 19 de junho de 2017. Aprova o Regimento Interno do Ministério do Turismo, revoga a Portaria nº 51, de 13 de abril de 2017, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/atos-normativos-2/2017/portaria-no-95-de-19-de-junho-de-2017>. Acesso em: 13 ago. 2018.

BOTANIQUE HOTEL & SPA. **O Botanique**. Disponível em: <http://www.botanique.com.br/hotel.html>. Acesso em: 26 ago. 2018.

CANDIDA TABET ARQUITETURA. **Sobre nós**. Disponível em: <http://www.candidatabet.com/about>. Acesso em: 26 ago. 2018.

CARVALHO, Marina Barroso de. **Trabalho final de graduação análise de mercado e projeto de hospedagem hotel fazenda**. Bauru – SP. 2009. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/118578/carvalho_mb_tcc_bauru.pdf?sequence=1. Acesso em: 19 ago. 2018.

COLOMBO, Daniela Burigo. **Turismo rural: os hotéis-fazenda em Lages (SC)**. 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/108533/CNM0172-M.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 ago. 2018.

EMARKET. **A importância do conforto acústico em hotel**. 2017. Disponível em: <http://www.amplitudeacustica.com.br/blog/importancia-tratamento-acustico-em-um-hotel/>. Acesso em: 21 ago. 2018.

FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável**: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v15n3/1679-3951-cebape-15-03-00667.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.

FILIPPIM, Marcos Luiz; HOFFMANN, Valmir Emil; ALBERTON, Anete. **Turismo rural em fazendas-hotel**: um estudo das características da demanda e fatores de influência no Planalto Serrano e Meio-Oeste de Santa Catarina. Turismo - Visão e Ação, vol. 8, núm. 1, janeiro-abril, 2006, pp. 31-46.

FROTA, Anesia Barros; SCHIFFER, Sueli Ramos. **Manual de Conforto Térmico**. 8 ed. São Paulo: Studio Sobel, 2003.

GAZIN ATACADO. **Sustentabilidade na hotelaria**: o exemplo que vem do Cambará Eco Hotel. 2017. Disponível em: <http://blog.gazinatacado.com.br/case-de-sustentabilidade-na-hotelaria/>. Acesso em: 21 ago. 2018.

GOMES, Angela de Castro. **Brasil**: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE). Censo Brasileiro de 2010. **Arroio Trinta – SC. Rio de Janeiro: IBGE, 2018**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/arroio-trinta/panorama>. Acesso em: 16 ago. 2018.

INGARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Cengage Learning, Senac. 2013. p. 16.

LEMONS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 5 ed. Tatuapé: Editora brasiliense S. A., 2000.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Cartilha de orientação básica**: Sistema brasileiro de classificação de meios de hospedagem. 2 ed. Brasília – DF. 2010. p. 6-7. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/programas_acoes/Arquivos/Cartilha_4__HOTEL_FAZENDA.pdf. Acesso em: 19 ago. 2018.

PORTAL METÁLICA. **Materiais sustentáveis**. Disponível em: <http://www.metalica.com.br/artigos-tecnicos/materiais-sustentaveis>. Acesso em: 21 ago. 2018.

SANTIAGO, Alina G.; LUCA, Virgínia Gomes de. *apud* BALDESSAR. **Paisagem natural e construída da região de imigração do sul do Estado de Santa Catarina. 2007**. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/download/86243/88895>. Acesso em: 20 ago. 2018.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: 1989. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&id=ncc7WLAXImQC&q=P%C3%A1gina+0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 20 ago. 2018.

VICTORIANO, Gabrielle. **Hotel & Spa Bonatigue**. Galeria da Arquitetura: 2011. Disponível em: https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/candida-tabet-arquitetura_/hotel-spa-botanique/2086. Acesso em: 14 ago. 2018.

ANÁLISE DE PATRIMÔNIO CULTURAL E INDUSTRIAL COM POTENCIAL TURÍSTICO NA CIDADE DE VIDEIRA (SC)

Lara Lima Felisberto¹
Juliana Aparecida Biasi²

Resumo: Videira é um município brasileiro localizado no meio oeste do estado de Santa Catarina que apresenta uma série de artefatos de potencial turístico relacionados a sua memória cultural e industrial. O objetivo do presente artigo é analisar os equipamentos de potencial turístico da cidade de Videira com atenção aos de interesse cultural e industrial. Para isso, utilizou-se de metodologia exploratória e descritiva e concluiu-se que apesar de deter relevantes pontos de valor patrimonial e turístico, o município ainda necessita de maior atenção e políticas públicas ligadas à preservação e visibilidade de sua cultura. Palavras-chave: Turismo Cultural. Patrimônio Cultural. Patrimônio Industrial.

1 INTRODUÇÃO

O turismo brasileiro apresenta grande potencial de expansão devido à sua rica biodiversidade, patrimônios naturais, culturais e notável acervo de exemplares arquitetônicos e históricos. Dentre as categorias de turismo em ascensão no país, destaca-se o turismo cultural, que consiste na atividade turística com dedicação exclusiva à contemplação da cultura e o aprendizado dos costumes locais.

Videira é um município do estado de Santa Catarina localizado a aproximadamente 381 km da capital do estado, Florianópolis, e integra a região denominada de Vale do Rio do Peixe. A cidade apresenta o seu desenvolvimento urbano em torno da chegada dos imigrantes italianos e alemães devido à construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG).

¹ Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: larialimafelisberto@gmail.com.

² Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br.

Ambos os acontecimentos citados – a chegada dos imigrantes e a construção da ferrovia – contribuíram para a formação da cidade e geraram em consequência uma série de artefatos patrimoniais de caráter cultural e industrial. Entretanto, poucos são os incentivos públicos municipais para tornar esses equipamentos visíveis ao público de turismo cultural. Desta maneira, o presente artigo pretende analisar os equipamentos de potencial turístico na cidade de Videira, levando o foco para os relacionados ao patrimônio cultural e industrial e compreender como a memória dos mesmos pode ser conservada.

2 O TURISMO CULTURAL

Theobald (2002) define turismo como um domínio dinâmico envolvendo a migração temporária de indivíduos e grupos por prazer e/ou negócios. Por sua vez, Ledhesma (2018), divide a atividade turística em categorias, uma delas denominado “turismo intelectual”. Na categoria denominada “turismo intelectual” pode-se evidenciar o turismo cultural. Para iniciar a reflexão desse termo é preciso expor a perspectiva de turismo e cultura.

A natureza cultural do turismo é vista desde os tempos remotos. Por volta do século XVI, iniciou-se em meio à realeza europeia, a realização de exposições de artes do acervo pessoal dos reis em seus palácios. Esses eventos começaram a atrair públicos de lugares diversos, ainda reservados somente às classes superiores (KIEFER, 2020).

Do ponto de vista antropológico, a cultura é entendida como modo de vida, é a maneira que os seres humanos pensam, dizem, fazem e fabricam. A cultura diz respeito ao todo da humanidade e a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos (SANTOS, 2017).

Conforme declaração da Organização Mundial do Turismo (OMT) (2015):

[...] a definição de cultura é quase tão vasta quanto a do próprio turismo. Junto com o patrimônio arquitetônico e das artes, alguns países incluem em sua definição, por exemplo, a gastronomia, o esporte, a educação, as peregrinações, o artesanato, a contação de estórias, e a vida na cidade.

O turismo por si só pode ser entendido como um ato cultural, visto que a prática de visitar lugares distintos é uma expressão cultural. Do ponto de vista filosófico, toda a prática turística é cultural, pois proporciona o contato intercultural entre pessoas, povos e grupos. Entretanto, para não classificar todo tipo de turismo como cultural, é necessário levar em conta alguns aspectos. O conceito poderia ser simplificado apenas como uma viagem por motivos unicamente culturais e educativos. Mas também não é uma definição consensual (PEREIRO, 2009).

Como reconhecimento de que a concepção deste conceito é ampla, a OMT (2015), propôs uma definição que sugere que o turismo cultural abrange:

[...] movimentos de pessoas em busca de motivações essencialmente culturais, tais como excursões de estudo, teatralizações e excursões culturais, viagens para festivais e outros eventos culturais, visitas a localidades e monumentos, viagens para estudar a natureza, folclore e ou arte e peregrinações. O aspecto central nessa definição é que o turismo cultural envolve "essencialmente motivações culturais.

Portanto, o conceito de turismo cultural pode ser definido como aquele no qual o visitante procura conhecimento acerca da história do local visitado, dos hábitos e costumes da sua população, da história das suas obras de arte e seus patrimônios. Considera-se visitante, inclusive, os moradores da localidade, os quais também podem demonstrar interesse em conhecer o local que habitam (RICHARDS, 2009).

O Ministério do Turismo, por sua vez, define turismo cultural como [...] as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos

eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais de cultura (BRASIL, 2006, p.15).

Entretanto, ainda é vasta a discussão acerca do conceito do tema, nem todo o consumo cultural realizado em uma viagem pode ter estímulos culturais, como por exemplo a perspectiva de que o turista pode ter realizado uma viagem com o objetivo de visitar a praia e como choveu acabou realizando uma visita a um museu. Esse tipo de turista cultural, “por acidente”, apresenta motivação distinta dos turistas “aficionados por cultura” que realizam a viagem apenas com a intenção de estar em contato com manifestações culturais específicas (RICHARDS, 2009).

O foco inicial do turismo cultural brasileiro está no ano de 1960, quando Michel Parent, perito da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), facilitou as relações de cooperação entre esta e o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), na época DPHAN (CORREA, 2015).

Com a visita de Parent, a UNESCO elaborou um “plano de incentivo ao chamado turismo cultural”, o qual visava estabelecer a força da atividade turística como importante possibilidade de planejamento e desenvolvimento global (LEAL, 2008).

Parent destacava a noção de patrimônio brasileiro não somente como patrimônio edificado ou natural, mas também levava em conta as tradições, manifestações culturais, assunto que era muito tratado por ele. Michael Parent foi responsável por desenvolver um processo de intercâmbio cultural de “compreensão mútua entre os povos e o desenvolvimento e salvaguarda de suas culturas específicas”, salientando ao Brasil a diversidade patrimonial, amenidade climática e “disposição inata do brasileiro de ser um anfitrião” (CORREA, 2015).

Sendo assim, esse relatório inicial foi o que trouxe maior visibilidade para a cultura brasileira aos olhos dos outros países, fator que também permitiu

um desenvolvimento considerável da atividade turística cultural brasileira, com ênfase na diversidade de sua população e acervo de patrimônio histórico.

2.1 O PATRIMÔNIO CULTURAL E INDUSTRIAL

O conceito de patrimônio está relacionado à palavra latim *patrimonium*, que se tratava do conjunto de bens pertencentes ao pai da família e que eram transmitidos aos seus sucessores. A partir dessa ideia surge o conceito de herança, que sugere a responsabilidade de carregar continuidade, entrega e recebimento de uma tradição ou cultura (MENDES, 2012).

Refere-se ao patrimônio cultural o “conjunto de bens culturais referente às identidades coletivas.” (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p.1). Considerando o fato de que a memória histórica presente nos equipamentos patrimoniais deve ser preservada, a carta patrimonial de Atenas (1933), elaborada pela assembleia do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) elucida que as edificações patrimoniais:

[..] São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual de incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros sobre essa nobre herança.

A elaboração do conceito de patrimônio industrial teve origem na Carta de Nizhny Tagil (2003) por autoria do Comitê Internacional de Preservação do Patrimônio Industrial (TICCIH, 2003), o qual esclarece que o patrimônio industrial diz respeito aos vestígios da cultura industrial com valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Dentre os equipamentos que se enquadram

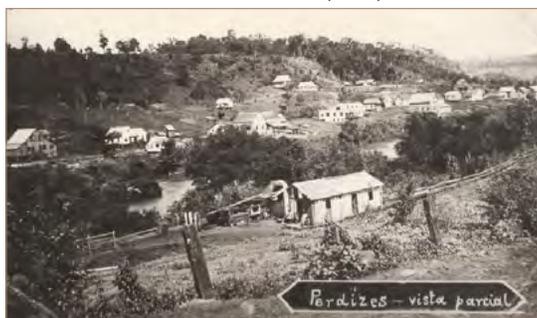
nessa definição estão: maquinários, fábricas, oficinas, meios de transporte e diversas outras estruturas ligadas ao meio industrial (BIASI *et al.*, 2019).

Conforme Kühn (2006), o conceito de patrimônios cultural e industrial estão diretamente ligados, pois a preservação dos bens industriais vai muito além de apenas conservá-las, mas também de interpretar o contexto social que foi atingido por sua construção, assim como as memórias que a mesma transmite. Essas memórias e testemunhos fazem parte da cultura local.

2.2 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE VIDEIRA

O desenvolvimento do turismo na cidade de Videira acontece em torno de suas raízes colonizadoras, tendo como ponto de partida o ano de 1918, na época denominada de Vila Rio das Pedras. A chegada dos imigrantes italianos e alemães aconteceu devido à construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG), a qual atraiu os trabalhadores e resultou no crescimento populacional do local. Em 1921, a cidade teve o seu nome alterado, sendo dividida entre os dois lados do Rio do Peixe – o lado da margem esquerda era denominado Vitória e o lado direito, Perdizes (Figura 1). Mais tarde, em 1943, o nome do município foi alterado para Videira, pela sua significativa produção vitivinicultora (SCAPIN, 1997).

Figura 1 - Vista parcial: Ângulo de Perdizes, destacando-se o Rio do Peixe ao centro (1927)



Fonte: Acervo Museu do Vinho (1927).

Nos dias de hoje, Videira é considerada a capital do vinho, da uva e do espumante, além de ser o berço da empresa Perdigão, atual BRF. Dentre as principais atividades econômicas do município destacam-se os setores industrial, agrícola e comercial. No campo da fruticultura apresentam relevância o pêssego, a ameixa e as uvas, e no setor pecuário os suínos, aves e bovinos do leite. Do ponto de vista comercial, os pontos significativos são as indústrias de suco e as cantinas de vinho (VIDEIRA, 2016).

3 MÉTODO

A análise apresentada a seguir assume caráter exploratório e descritivo, o qual consiste em realizar revisão bibliográfica e compreensão do tema pesquisado para posteriormente produzir descrição da análise.

Como objeto de estudo foi utilizada a cidade de Videira e seus equipamentos com potencial turístico, realizando análise histórica dos mesmos e a compreensão de sua memória para preservação. Para a realização da pesquisa foram seguidas as seguintes etapas:

- a) Revisão bibliográfica: compreensão do tema, da formação histórica da cidade e dos conceitos de patrimônio e turismo para embasamento do tema.
- b) Estudo e relação dos principais pontos turísticos da cidade: realização de lista de equipamentos presentes na cidade que reflitam a memória cultural e/ou industrial.
- c) Análise dos aspectos culturais e históricos apresentados pelos equipamentos e listagem dos edifícios tombados como patrimônio ou que estão em processo de tombamento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os principais pontos da cidade de Videira estão localizados nos arredores dos bairros Centro e Matriz, onde está o Eixo Cultural – Área Turística formada pelos equipamentos: Igreja Matriz, Museu do Vinho Mário de Pellegrin, Centro Histórico das Irmãs Salvatorianas (Localizado no Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição), Coleção de Carros Antigos Rubi Nelson Skalee e a Praça do Coreto – também é possível observar destaques próximos ao bairro Universitário, conforme Figura 2.

Figura 2 - Mapa de pontos turísticos da cidade de Videira



Fonte: Elaborado pelas autoras adaptado de Google Earth (2021).

A área de interesse turístico denominada Eixo Cultural abriga os seguintes pontos: Museu do Vinho Mário de Pellegrin, Igreja Matriz Imaculada Conceição, Praça do Coreto, Coleção Rubi Nelson Skalee e Centro Histórico das Irmãs Salvatorianas. Os equipamentos turísticos do eixo cultural apresentam relevante

potencial para o turismo do patrimônio cultural na cidade, por conta disso, seus pontos foram descritos a seguir:

O Museu do Vinho (Figura 3 – a) foi fundado no ano de 1931 para abrigar os primeiros padres salvatorianos da cidade, o objetivo era utilizar a edificação como primeira sede da paróquia da cidade. No ano de 1983, a prefeitura adquiriu o local, realizou a restauração e o tombou como patrimônio de nível estadual (Decreto nº 5.911 de 21/11/2002. O museu é responsável por abrigar acervo da história da cidade de Videira e aspectos relacionados ao vinho e sua fabricação,

A Igreja Matriz Imaculada Conceição (Figura 3 – b) foi idealizada pelo pároco Clemente Pinto e teve sua escavação iniciada no ano de 1940. Seu nome é dado devido à padroeira da Cidade. A primeira missa na igreja foi realizada no ano de 1942 em homenagem às vitmas da segunda guerra mundial. A igreja representa um símbolo da arquitetura romântica na cidade de Videira e passou por processos de completa restauração entre os anos de 2011 e 2013, encontrando-se hoje restaurada.

A praça do coreto (Figura 3 – c) abriga o símbolo histórico da cidade de Videira: o coreto. Sua construção ocorreu no ano de 1994 e representa uma réplica de um antigo exemplar que se encontrava onde hoje está a Igreja Matriz. Sua função é receber apresentações de concertos e bandas locais.

A Coleção Rubi Nelson Skalee (RNS) (Figura 3 – d) apresenta um acervo de veículos fabricados a partir do ano de 1925, contendo automóveis, tratores e motocicletas. A coleção mostra a paixão do colecionador Rubi Nelson Skalee por veículos. O espaço é privado e sem fins lucrativos, inaugurado em 15 de abril de 2006 (VIDEIRA, 2016).

O Centro Histórico das Irmãs Salvatorianas (Figura 3 – e) está localizado próximo ao Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição. O centro conta com exposição de peças históricas que mostram o início da vida salvatoriana em terras brasileiras, iniciada em 1936, quando cinco Irmãs Salvatorianas

chegaram a cidade e iniciaram a sua atuação no campo educacional. O acervo foi inaugurado em 27 de novembro de 2017.

Figura 3 - Pontos turísticos do Eixo Cultural. (a) Museu do Vinho Mário de Pellegrin. (b) Igreja Matriz Imaculada Conceição. (c) Praça do Coreto. (d) Coleção RNS. (e) Centro Histórico Irmãs Salvatorianas



Fonte: (a), (b), (c): as autoras (2021). (d) (e) Videira, *on-line*.

O Quadro 1 mostra a situação e processo de tombamento dos pontos turísticos da área do eixo cultural.

Quadro 1 - Pontos de interesse cultural – Eixo Cultural

Ponto turístico	Tombamento
Museu do Vinho Mário de Pellegrin	Tombado como patrimônio a nível estadual (Decreto nº 5.911 de 21/11/2002)
Igreja Matriz Imaculada Conceição	Tombado a nível municipal
Praça do Coreto	Sem tombamento
Coleção RNS	Sem tombamento
Centro Histórico Irmãs Salvatorianas	Sem tombamento

Fonte: os autores (2021).

Com relação à memória de cunho industrial, são descritos dois pontos importantes presentes na cidade: a estação ferroviária e a antiga réplica do telégrafo (atual Centro de Atendimento ao Turista).

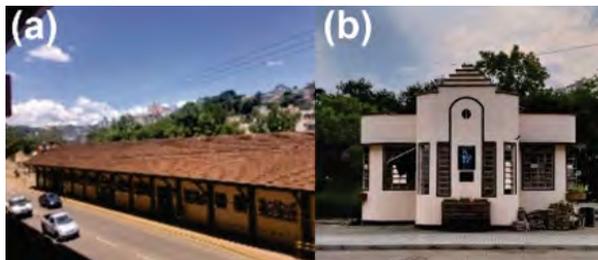
A Figura 4 (a) – mostra a estação ferroviária, a qual teve a sua construção iniciada no ano de 1940 e que possibilitou a vinda dos imigrantes italianos e alemães a cidade, dando início a sua colonização. Por conta disso a memória ferroviária presente na estação, representa um ponto de relevância para a história da cidade de Videira. Nos dias de hoje, o edifício abriga estabelecimentos de atividades de lazer e comércio.

A Figura 4 (b) mostra a réplica do antigo telégrafo, o qual costumava estar localizado no terreno em frente à atual réplica. O telégrafo original servia como principal meio de comunicação entre as estações ferroviárias, principalmente no período da Segunda Guerra Mundial. Com o desenvolvimento dos automóveis e a ferrovia caindo em desuso, o telégrafo foi demolido. Somente no ano de 2004 uma réplica do antigo telégrafo foi construída, sendo hoje a base do Centro de Atendimento ao Turista (CAT).

A Casa de Pernoite (Figura 4 – c) se trata da residência que era utilizada pelos trabalhadores da ferrovia para descanso. Em sua parte inferior, encontra-se um muro esculpido com ilustrações dos trilhos ferroviários e outros símbolos marcantes da história da cidade de Videira.

A Residência Ferroviária (Figura 4 – d) era utilizada para moradia de funcionários com cargos mais altos na estação ferroviária. Suas aberturas foram modificadas da edificação original e atualmente a edificação abriga uma loja de roupas.

Figura 4 - (a) Estação Ferroviária. (b) Réplica do antigo telégrafo.
(c) Casa de Pernoite. (d) Residência Ferroviária





Fonte: os autores, (2021).

O Quadro 2 mostra a situação de tombamento dos pontos turísticos de interesse industrial.

Quadro 2 - Pontos de interesse industrial

Ponto turístico	Tombamento
Estação Ferroviária	Sem tombamento
Réplica do Antigo Telégrafo	Sem tombamento
Casa de Pernoite	Tombado a nível municipal
Residência Ferroviária	Sem Tombamento

Fonte: os autores (2021).

É possível notar um relevante acervo de exemplares arquitetônicos e históricos presentes na cidade de Videira que representam a memória da cidade, sua formação e de seu povo. Entretanto, apenas duas das edificações são tombadas. Conforme o artigo 1º da Carta de Veneza (1964):

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se

não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

E por sua vez, o artigo 3º salienta que: "A conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico." (IPHAN, 1964).

Sendo assim, é conveniente ressaltar a importância do tombamento para os artefatos históricos presentes na cidade.

Levando em consideração a importância histórica dos pontos apresentados, é visível o potencial turístico apresentado pelos mesmos. Entretanto, a infraestrutura disponibilizada pelo município para esses pontos é escassa, especialmente quando se trata da visibilidade turística levadas a eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da análise apresentada é possível concluir que a cidade de Videira (SC) apresenta relevantes pontos de interesse turístico e patrimonial que não apresentam devido investimento e atenção do poder público.

Com relação ao ponto de vista patrimonial, o tombamento das edificações e espaços permitiria a maior segurança quanto à preservação das obras apresentadas, não deixando que sua memória se perca no tempo, como é o exemplo da réplica do telégrafo apresentada no texto. Seu original foi demolido e a réplica foi construída, entretanto, não foi possível manter todas as características do exemplar original.

Do ponto de vista turístico, a história e cultura apresentada pelos pontos principais de patrimônio cultural e industrial da cidade é importante fator para a potencialização do turismo local de Videira. Contudo, ainda são escassos os investimentos para a infraestrutura e visibilidade do mesmo.

Sendo assim, a melhoria da atenção do poder público voltada para ambos os fatores: turismo e patrimônio, poderia alavancar a atividade turística na cidade de Videira e trazer mais visão quanto à sua cultura e história.

REFERÊNCIAS

BIASI, J. A., RECHIA, A. C., PERETTI, J.; KAVISKI, F. Resgate histórico: a arquitetura ferroviária em Videira – SC. **Revista de Arquitetura IMED**, 7(2), 161-180, 2019. doi: <https://doi.org/10.18256/2318-1109.2018.v7i2.3170>.

BRASIL, Ministério do Turismo. Orientações básicas: **turismo cultural**, 2006. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/tu000019.pdf>.

CORREA, R. M. Turismo Cultural no Brasil: Uma Abordagem Histórica à Luz de Michel Parent (1966-1967). [Apresentação de Trabalho]. **XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, SC, Brasil, 2015.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (1933) **Carta de Atenas**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (1964) **Carta de Veneza**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>.

KIEFER, F. Arquitetura de Museus. **Revista ARQTexto** UFRGS, 1(1), 12-25, 2000.

KÜHL, B. M. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. **Patrimônio Revista Eletrônica do IPHAN**, 4, 2006. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=165>.

LEAL, C. F. B. As Missões da Unesco no Brasil: Michael Parent (1ª ed). Editora do Iphan, 2008.

LEDHESMA, M. **Tipos de Turismo**: Nueva Classificación (1ª ed). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: OMPT, 2018.

MENDES, A. R. **O Que É Patrimônio Cultural** (1ª ed). Gente Singular, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Panorama OMT del Turismo Internacional**, 2015. <https://www.e-unwto.org/>.

PEREIRO, X. **Turismo Cultural**: Uma Visão Antropológica (2ª ed.) Editora Passos, 2009.

RICHARDS, G. Turismo Cultural: Padrões e Implicações. **Turismo Cultural**: Estratégias, sustentabilidade e tendências. [Tradução de Élide Ferreira, UESC], 2009.

SANTOS, J. L. **O Que É Cultura** (16ª ed) Editora e Livraria Brasiliense, 2017.

SCAPIN, A. Videira Nos Caminhos de Sua História (Vol 1). **Videira**: Prefeitura, 1997.

THEOBALD, W. **Turismo Global** (2ª ed). Senac, 2002.

VIDEIRA, Prefeitura Municipal de. (2016). **Perfil**. <https://www.videira.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/74188>. Acesso: 30 mar. 2021.

VIDEIRA, Prefeitura Municipal de. **Pontos Turísticos**, 2016. Disponível em: <https://www.videira.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/79062>. Acesso: 30 mar. 2021.

ZANIRATO, S. H. RIBEIRO, W. C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasil História** 26(51), 251-262, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882006000100012>.

ADOÇÃO DE TIPOLOGIAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL COM MODULAÇÃO FLEXÍVEL PARA O MUNICÍPIO DE VIDEIRA – SC

Robson Rodrigues da Conceição¹
Tulainy Parisotto²
Jeferson Eduardo Suckow³
Juliana Aparecida Biasi⁴
Inara Pagnussat Camara⁵
Alysson Luiz Del Re⁶

Resumo: A produção habitacional de interesse social no Brasil é caracterizada pela baixa qualidade arquitetônica, empregando tipologias rígidas e padronizadas, as quais não suprem todas as necessidades dos variados perfis de usuários, além de dificultar a apropriação e adaptação desses moradores, limitando sua forma de habitar. Mediante esta situação, o presente trabalho objetiva sintetizar o estudo desenvolvido para adoção de novos modelos habitacionais através do emprego de estratégias para a flexibilização, proporcionando tipologias adaptáveis a diferentes perfis de famílias e necessidades dos usuários. Para a realização da pesquisa, foram adotados métodos de caráter exploratório com abordagem qualitativa dos dados, onde realizou-se a análise dos conjuntos habitacionais populares do município de Videira, permitindo a identificação de características das suas construções e a definição dos perfis de terrenos a serem utilizados no anteprojeto. Baseado em todo o material pesquisado, foram realizados os estudos de manchas, além da definição do conceito e partido arquitetônico, servindo de referência para posterior elaboração de anteprojeto arquitetônico. Por fim, pode-se concluir sobre a necessidade da produção habitacional popular com a aplicação de estratégias de flexibilidade, a qual além de combater o grande

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: robrc1997@hotmail.com.

² Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: tulainy.parisotto@unoesc.edu.br.

³ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: jeferson.suckow@unoesc.edu.br.

⁴ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br.

⁵ Universidade de Lisboa – Faculdade de Arquitetura de Lisboa. E-mail: inara@edu.ulisboa.pt.

⁶ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: tecnicad@hotmail.com.

déficit habitacional municipal e nacional, proporciona melhoria na qualidade de vida para os moradores desses espaços, permitindo maior liberdade de apropriação dos mesmos e facilitando futuras ampliações e modificações.

Palavras-chave: Arquitetura. Habitação de interesse social. Tipologias flexíveis.

1 INTRODUÇÃO

A habitação é uma necessidade básica do ser humano, caracterizando-se como um direito fundamental de todo cidadão e sendo defendida pela Constituição Federal de 1988, que atribui como responsabilidade do poder público a produção de unidades habitacionais de interesse social a fim de possibilitar acesso à moradia digna para a população de baixa renda.

Mesmo com esse direito garantido pela Constituição, o déficit habitacional brasileiro é grande, sendo estimado em 6.355 milhões de domicílios, segundo dados da Fundação João Pinheiro (2015), o que demonstra certo descaso do poder público com a situação, a qual acaba agravada pela especulação imobiliária e a segregação da população de baixa renda. O déficit habitacional se reflete de maneira direta nos municípios brasileiros, fato que podemos observar no município de Videira/SC onde a carência é de 1.052 unidades residenciais, de acordo com dados atualizados de cadastramento do departamento de ação social municipal.

Esta situação acaba sendo agravada pela baixa qualidade das habitações populares disponibilizadas pelo mercado imobiliário brasileiro, as quais desconsideram condicionantes de projeto, pois, além de não preverem, em muitos casos, as necessidades de ampliações e flexibilização de suas tipologias por parte dos moradores, ainda são edificadas em áreas afastadas do perímetro urbano, impossibilitando um acesso digno da população a infraestrutura e equipamentos urbanos básicos.

A produção habitacional de interesse social no município de Videira/SC ainda segue o padrão tradicional disponibilizado pelo mercado imobiliário e difundido

pelas políticas habitacionais, caracterizado pela padronização das habitações, limitando a maneira de habitar desses moradores. Dessa forma, o presente artigo busca apresentar os resultados obtidos no estudo desenvolvido durante o Trabalho de Conclusão de Curso, os quais embasam o posterior desenvolvimento de anteprojeto arquitetônico de tipologias habitacionais de interesse social com modulação flexível para o município de Videira/SC.

A flexibilização habitacional se apresenta como um importante conceito quando voltado para a realidade das habitações sociais, permitindo maior qualidade e vida útil dessas moradias. Assim, pode-se prever espaços funcionais e que se adequem aos variados perfis de usuários, comportando diferentes distribuições de ambientes além de proporcionar a possibilidade de expansões futuras sem perder a qualidade dos espaços e a funcionalidade da moradia.

Brandão (2002) destaca a ampliação habitacional como a forma mais utilizada pela população de baixa renda para atender a demanda por polivalência nos espaços habitacionais. Assim, faz-se necessário o desenvolvimento de habitações sociais flexíveis, de maneira que se possa proporcionar a possibilidade da apropriação desses espaços por essas famílias, permitindo que as mesmas adaptem às habitações de acordo com suas necessidades específicas.

Mediante isso, destaca-se a importância da produção de habitação popular com qualidade, aplicando conceitos de flexibilidade e construção evolutiva, levando em conta os diversos fatores arquitetônicos presentes, com intuito de proporcionar espaços integrados com o meio urbano e que apresentem uma identidade própria, fugindo dos modelos de tipologias padrão repetitivos do mercado.

2 A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL

O advento da Revolução Industrial no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, intensificou o êxodo rural, mudando o cenário das cidades

brasileiras frente ao súbito aumento populacional do meio urbano, o qual desencadeou o problema da habitação como questão social (VILLAÇA, 1986).

De acordo com Motta (1894, apud BONDUKI, 2017, p. 31) a elevada demanda por moradias nas cidades possibilitou edificar “diferentes tipos de estalagens, cortiços e habitações operárias, quase todas elas de construção apressada e precária”. Dentre estas construções, Villaça (1986) destaca a produção dos cortiços, os quais tornaram-se os principais meios de habitação, sendo um produto de iniciativa privada.

A produção habitacional, de iniciativa privada, predominou até a era Vargas (1930-1945), quando ocorreu, segundo Rubin e Bolfe (2014, p. 204) “um surto urbano e industrial que acabou modificando a estrutura de muitas cidades brasileiras”, dando início a produção Estatal de habitações. É nessa época que surgem os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), os quais sob influência da vanguarda moderna, passam a adotar uma nova abordagem para a concepção e produção de habitação social.

Logo após o golpe militar de 1964, é instaurado o Banco Nacional da Habitação (BNH), o qual passa a controlar os serviços de saneamento e desenvolvimento urbano, além da produção e financiamento habitacional, através do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Centralizando praticamente todos os recursos disponíveis para o investimento em habitação e grande parte dos destinados ao saneamento urbano, o BNH difundiu um tipo de intervenção que foi adotado em quase todas as cidades do país, independentemente de suas especificidades urbanas, sociais e culturais, caracterizando-se pela gestão centralizada, ausência da participação comunitária, ênfase na produção de casas prontas por empreiteiras, localização periférica e projetos medíocres (BONDUKI, 2017, p. 327).

A crise econômica mundial de 1979 influenciou profundamente a economia brasileira, atingindo de maneira direta o SFH/BNH diante do

endividamento da classe média, a qual tem seu poder de compra drasticamente reduzido e não consegue arcar com o financiamento da casa própria. Os efeitos da crise levaram o SFH/BNH ao colapso, tornando o sistema insustentável, o que culminou com a sua extinção de maneira definitiva durante o Governo do Presidente José Sarney (RUBIN; BOLFE, 2014).

Após o fim do BNH, novos programas governamentais de incentivo e financiamento habitacional foram implementados, por parte de diferentes governos. Dentre eles, cabe-se destacar o programa Pró-moradia e o Minha Casa, Minha Vida, ambos de maior destaque. Atualmente, o programa Minha Casa, Minha Vida apresenta maior abrangência, sendo o principal programa habitacional do Governo Federal, responsável pelo incentivo e estímulo à construção de milhões de moradias populares.

Apesar de sua abrangência, o programa Minha Casa, Minha Vida não supre o déficit habitacional, sendo que as classes que mais necessitam de seu financiamento, não possuem acesso ao mesmo, encontrando-se em situação de vulnerabilidade. Outro ponto negativo do programa é a baixa qualidade das habitações oferecidas, onde segundo Rubin e Bolfe (2014), às críticas à atuação do Minha Casa Minha Vida assemelham-se às do BNH, sendo a maior preocupação sanar o déficit habitacional de maneira quantitativa, deixando de lado a qualidade e desprezando as reais necessidades dos moradores.

A baixa qualidade das habitações populares ofertadas pelos programas habitacionais juntamente com diversos fatores, como o surgimento de novos modelos familiares e as diferentes formas de utilização do espaço, tornam necessário o desenvolvimento de novas estratégias para a produção de habitações populares, visando a atender à enorme pluralidade de contextos que a sociedade moderna possui. Assim, a flexibilidade se apresenta como um conceito capaz de suprir essas variadas realidades e demandas sociais.

A flexibilização dos espaços habitacionais acaba sendo difundida com o advento da arquitetura moderna, sendo empregada e estudada em

diversas formas e contextos por Le Corbusier, Frank Lloyd Wright e Mies van der Rohe. Um dos principais conceitos difundidos nesse período é a planta livre. Segundo Caetano (2013), esse modelo de projeto apresenta uma nova forma de entendimento do espaço, possuindo suas raízes fundamentadas no passado, onde a casa tradicional japonesa apresenta as soluções precursoras para o desenvolvimento do seu conceito e do início da exploração sobre a flexibilidade. Nesse contexto, a flexibilidade acaba tornando-se um conceito amplamente difundido, passando a ser estudada por diversos profissionais e teóricos, recebendo dessa forma, diversas definições, abordagens e terminologias para sua explicação.

Mesmo diante da variedade de definições a respeito da flexibilidade, dois conceitos são considerados como referência pela maioria dos teóricos, os quais configuram como as principais categorias a flexibilidade inicial (de projeto) e a flexibilidade permanente (contínua) (SEBESTYEN, 1978 apud BRANDÃO, 2002). Dessa forma, os tipos de flexibilidade adotados por Sebestyen, são definidos por Digiacomio (2004) da seguinte maneira:

- Flexibilidade inicial: acontece a partir do momento da criação do projeto arquitetônico e vai até a ocupação definitiva da edificação. Ela é elaborada em conjunto com os futuros moradores, permitindo a personalização da habitação pelos mesmos;
- Flexibilidade permanente: possibilita a flexibilização e adaptação da edificação durante o seu uso.
- De acordo com Brandão (2002), há cinco estratégias para aplicação da flexibilidade arquitetônica, que são elas:
 - *Diversidade tipológica*: variedade de unidades tipo no mesmo edifício, apresentando maior possibilidade de escolha para os grupos familiares;
 - *Flexibilidade propriamente dita*: liberdade de alteração e organização dos espaços internos, definido pela delimitação perimetral;

- *Adaptabilidade*: possibilita a polivalência dos ambientes, seja através da neutralidade do espaço ou da troca de função através da utilização de divisórias móveis ou mobiliários versáteis;
- *Ampliabilidade*: consiste na possibilidade de ampliação interna ou externa da casa mínima ou da habitação-embrião através da adição de novos ambientes e/ou cômodos a edificação. É a forma mais comum de atender a necessidade de polivalência das classes menos favorecidas.
- *Junção/desmembramento*: referente à agregação de duas ou mais unidades residenciais para formar uma maior. E também o inverso, quando uma unidade é dividida em duas ou mais.

Outras estratégias para o desenvolvimento de habitações sociais flexíveis são a formação de eixos fixos compostos por paredes que não são alteradas em caso de ampliação e onde posicionam-se as instalações elétricas e sanitárias, além do posicionamento planejado das aberturas e ambientes que comportam múltiplas funções (SZÜCS *et al.* 2000 apud DIGIACOMO, 2004).

A aplicação de estratégias de flexibilidade em habitações populares requerer um planejamento adicional na fase de projeto, visando a máxima eficiência e a racionalização dos recursos e materiais empregados. Dentro deste contexto, a modulação apresenta-se como um facilitador do processo construtivo, proporcionando padronização e aumento da produtividade além do grau de flexibilidade das construções, facilitando alterações posteriores da edificação (JORGE, 2012).

O projeto da Quinta Monroy (Figura 1), localizado em Iquique, no Chile, desenvolvido pelo escritório Elemental de Alejandro Aravena, exemplifica muitas destas estratégias de flexibilidade. Projetado a partir do princípio de flexibilidade inicial, contou com a participação e inclusão dos próprios moradores no processo de projeto e posteriormente, na construção das edificações.

Figura 1 – Quinta Monroy, Chile



Fonte: *ArchDaily* (2012).

Aplicando um conceito de “meia casa”, os moradores recebem uma habitação embrião com o essencial para viver, delegando para os próprios a ampliação das residências. Dessa forma, conseguem atender as demandas exigidas no projeto, como o baixo valor disponibilizado para construção.

A nível nacional, também encontramos boas soluções de habitações populares com tipologias flexíveis, como é o caso do Condomínio Residencial Cotia, localizado em Cotia – SP e projetado pelos arquitetos Joan Villà e Sílvia Chile. O condomínio foi implantado de maneira escalonada em três blocos de unidades habitacionais, respeitando o acíve do terreno e proporcionando iluminação e ventilação natural para todas as residências. Os arquitetos buscaram inspiração na arquitetura popular das próprias favelas para a elaboração do projeto, assim foram propostas unidades habitacionais de três pavimentos com uma laje coberta no último andar, a qual serve como um espaço de lazer e convívio, além de comportar futuras ampliações.

Com base no exposto, observa-se que a produção de habitações populares no município de Videira – SC ainda não apresenta alternativas

diferenciadas, como a flexibilização habitacional, resumindo-se apenas aos modelos tradicionais e padronizados distribuídos pelo mercado e oferecidos pelas políticas habitacionais. Desta forma, destaca-se a importância de se repensar sobre os conceitos aplicados para o desenvolvimento de habitações sociais no município e região, utilizando a arquitetura para a melhoria da qualidade habitacional.

3 METODOLOGIA

O estudo desenvolvido contemplou o público-alvo formado por famílias e pessoas de baixa renda, as quais não apresentam condições de arcar com o financiamento habitacional nos moldes tradicionais do mercado imobiliário. Essas famílias possuem diversas configurações, com diferentes números de integrantes e faixas etárias variadas, o que torna necessário o desenvolvimento de tipologias polivalentes e acessíveis.

A configuração final das habitações-embriões propostas compreende a subdivisão das mesmas em um setor social contemplando salas de estar e jantar, um setor de serviço com cozinha, área de serviço e banheiro, e um setor privativo com no mínimo um dormitório. Todas as habitações apresentam ainda a previsão de cômodos para ampliações, os quais podem comportar futuramente espaços como novos dormitórios, pequenas salas comerciais, extensões das salas de estar e jantar ou garagens cobertas.

Considerando essas características, a quantificação total mínima das áreas necessárias para as habitações embriões foi definida em 31,62 m², sendo disponibilizados no mínimo mais 17,6 m² destinados para ampliações, configurando residências com áreas totais mínimas de 49,22 m². Todas as metragens e medidas foram desenvolvidas de acordo com Quadro II do Anexo I do Código de Edificações de Videira (VIDEIRA, 2008), que estabelece as

dimensões mínimas para a produção de edificações residenciais unifamiliares de interesse social.

Nesse sentido, visando a melhor compreensão da realidade habitacional local, foram realizados estudos de caso dos loteamentos populares existentes no município de Videira, os quais permitiram um embasamento mais aprofundado para a definição do programa de necessidades, pré-dimensionamento e perfis de terrenos.

Como exemplo, a Figura 2 apresenta algumas residências populares visitadas nos loteamentos. Nelas pode-se identificar as principais características e formas de ampliações, sendo as mais comuns a criação de espaços cobertos para garagens e a ampliação de novos cômodos.

Figura 2 – Residências populares no município de Videira - SC



Fonte: os autores (2019).

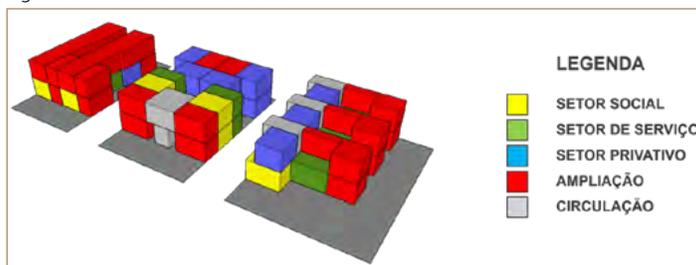
Considerando essas particularidades, foram escolhidos para o desenvolvimento do projeto terrenos com testadas de 10, 12 e 15 metros, os quais são predominantes nos Loteamentos populares municipais. Dessa forma, as medidas totais dos padrões de terrenos considerados para a posterior elaboração do anteprojeto são:

- Terreno I: 10 x 20 metros, com área total de 200 m²;
- Terreno II: 12 x 20 metros, com área total de 240 m²;
- Terreno III: 15 x 20 metros, com área total de 300 m².

Destaca-se também a importância da localização na implantação destes terrenos, de maneira que os mesmos se encontrem em proximidade com equipamentos urbanos essenciais, como escolas, creches, postos de saúde e áreas de recreação e lazer. Assim, mediante a adoção de medidas padrões de terrenos, os modelos habitacionais a serem propostos apresentaram a possibilidade de implantação em diversos locais da região, desde que estes possuam condições climáticas semelhantes, bem como, terrenos com as mesmas características.

Definidos os perfis de terrenos, pré-dimensionamentos, organogramas e fluxogramas, realizou-se os estudos de manchas, aplicando a setorização espacial de cada modelo de tipologia habitacional proposta em seus respectivos terrenos, conforme a Figura 3. Cada terreno apresentou um modelo habitacional diferente, onde foram exploradas variadas soluções de maneira a se propor um adensamento eficiente de cada lote. As soluções variam entre habitação em um único pavimento, sobrado e habitação com possibilidade de ampliação para sobrado. Assim, foram propostas 2 habitações no terreno de 10 metros, 4 habitações no terreno de 12 metros e 3 habitações no terreno de 15 metros.

Figura 3 – Estudo de manchas



Fonte: os autores (2019).

O desenvolvimento desse projeto visa uma contraproposta ao modelo padrão de habitação social oferecido para a população mais carente, o qual se destaca pela falta de consideração em relação às reais necessidades de seus usuários. Mais do que entregar uma habitação, o projeto objetiva proporcionar moradia digna à essas pessoas.

Assim, o conceito adotado para o desenvolvimento desses modelos habitacionais baseia-se na ideia de identidade, desenvolvendo uma arquitetura que permita a total apropriação por parte dos moradores, elevando a sensação de pertencimento desses espaços pelos mesmos. Diante da estigmatização sofrida pelas habitações sociais, onde as mesmas acabam taxadas como arquitetura de baixa qualidade, essa proposta busca uma quebra de paradigmas, proporcionando uma arquitetura adaptável e valorizando seu usuário. Esse conceito de identidade visa a humanização dessas habitações, desconstruindo a ideia da padronização em série e pré-definida através da facilitação do processo para a realização das modificações nesses espaços, marcando-os pelas características da personalidade de cada morador.

Para atingir o conceito proposto, o partido arquitetônico se baseia nas estratégias de flexibilidade habitacional, proporcionando diferentes meios de modulação das residências. Essas estratégias serão empregadas de maneira a possibilitar a alteração desses espaços tanto na parte interna, através da polivalência dos ambientes, quanto na parte externa, por meio de ampliações.

Visando facilitar o emprego dessas estratégias no projeto, propõe-se a utilização de sistemas construtivos alternativos como a alvenaria estrutural e o *wood frame*, os quais também possibilitam uma redução de custos e tempo de construção, requisitos muito importantes na realidade de habitações sociais.

Como forma de combate ao preconceito existente em relação a arquitetura popular, o qual trata estes espaços muitas vezes como favelas,

serão propostos diretrizes estabelecendo limites de expansão para as edificações, de maneira que permita controlar as intervenções realizadas pelos moradores, impedindo adensamentos e descaracterizações excessivas do projeto original.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo revelou ser de grande importância mediante a situação habitacional brasileira, a qual sofre com grande déficit e ainda é marcada pela produção de baixa qualidade. A habitação de interesse social consiste em um grande campo ainda pouco explorado no Brasil, carecendo de maior atenção por parte dos arquitetos e do poder público, de maneira a se propor soluções alternativas como a flexibilização habitacional, possibilitando maior qualidade arquitetônica desses espaços e atendendo às necessidades dos seus moradores de forma mais ampla e eficiente.

Todas as informações coletadas e analisadas nas etapas da pesquisa contribuíram para a elucidação do problema levantado no início do trabalho, possibilitando o posterior desenvolvimento do anteprojeto. Mediante os resultados obtidos na pesquisa, fica claro a necessidade da aplicação de novos conceitos na produção de habitação popular, visando não só suprir a necessidade de moradia dessa população, mas também garantir maior qualidade de vida e habitacional, proporcionando o desenvolvimento dessas famílias nos variados aspectos econômicos e sociais.

A pesquisa apresenta algumas limitações em relação a coleta de dados junto aos órgãos públicos, não tendo sido possível obter-se as plantas das residências dos conjuntos populares estudados. Assim, sugere-se a análise das avaliações pós-ocupação das residências populares como uma possibilidade para futuros estudos relacionados ao tema.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil:** arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 7. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017. 352 p.

BRANDÃO, D. Q. **Diversidade e potencial de flexibilidade de arranjos espaciais de apartamentos:** Uma análise do produto imobiliário no Brasil. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. 429 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106529>. Acesso em: 14 abr. 2019.

CAETANO, D. A. **Solução de habitação evolutiva/adaptável:** Proposta de sistema modular flexível. Covilhã: [s.n.], 2013. 85 p. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/3135/1/Solu%C3%A7%C3%A3o%20de%20habita%C3%A7%C3%A3o%20evolutiva.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

DELAQUA, V. Quinta Monroy / ELEMENTAL. **ArchDaily**, 6 fevereiro 2012. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-28605/quinta-monroy-elemental>. Acesso em: 23 abr. 2019.

DIGIACOMO, M. C. **Estratégias de Projeto para a Habitação Social Flexível.** Florianópolis: [s.n.], 2004. 163 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit Habitacional no Brasil, 2015. **Fundação João Pinheiro**, 2018. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/871-6-serie-estatistica-e-informacoes-deficit-habitacional-no-brasil-2015291118/file>. Acesso em: 4 mar. 2019.

JORGE, L. D. O. **Estratégias de Flexibilidade na Arquitetura Residencial Multifamiliar.** São Paulo: Universidade de São Paulo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2012. 511 p. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/366087222/Estrategias-de-Flexibilidade-Na-Arquitetura-Residencial-Multifamiliar>. Acesso em: 16 abr. 2019.

RUBIN, G. R.; BOLFE, S. A. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 36, p. 201-213, mai-ago 2014. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2017/1602-1487076445.pdf>. Acesso em: 02 Aabr. 2019.

VILLAÇA, F. J. M. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986. 122 p. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/27003255/o-que-todo-cidadao-precisa-saber-sobre-habitacao-flavio-villaca>. Acesso em: 02 abr. 2019.

VIDEIRA. Lei Complementar nº 059/08, de 4 de março de 2008. **Código de Edificações**. Videira: 2008. 96 p.

NOVA EDIFICAÇÃO DO CAPS II PARA A CIDADE DE CAÇADOR SC

Pauline Zanotti Pares¹
Jeferson Eduardo Suckow²
Tulainy Parisotto³
Juliana Aparecida Biasi⁴
Inara Pagnussat Camara⁵

Resumo: Os centros de atenção psicossocial (CAPS) surgiram no Brasil como resultado da reforma psiquiátrica que se iniciou na década de 70 com o objetivo de que pacientes com transtornos mentais tivessem direitos a tratamentos e condições de vida dignas, além de denunciar os maus tratos que ocorriam em instituições manicomiais. Neste cenário os CAPS se transformam em uma rede de tratamento extra-hospitalar, que busca técnicas humanizadas para reintegrar à sociedade pacientes que sofrem por conta de algum tipo de transtorno mental. O presente trabalho se refere ao desenvolvimento de um anteprojeto para uma nova edificação destinada ao CAPS de tipo II de Caçador SC, já que a edificação atual possui uma estrutura deficiente para o atendimento dos pacientes e familiares. Através de estudos de caso realizados em instituições de fins similares e visitas informais a atual estrutura do CAPS, foi gerado um programa de necessidades mínimo, assim como organograma e fluxogramas, divididos nos setores: social, saúde, serviço, funcionários e administrativo. O programa de necessidades foi consolidado em um pré-dimensionamento com um total de 1.153,98 metros quadrados de áreas internas, ainda devendo ser considerada uma área externa para convívio. O terreno escolhido possui uma área de aproximadamente 2.580m², com acesso por três ruas, localizado em um loteamento novo, com entorno caracterizado por escolas, posto de saúde, comércios locais, praças e residências unifamiliares. Todo esse estudo

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: paulinezanotti@hotmail.com.

² Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: jeferson.suckow@unoesc.edu.br.

³ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: tulainy.parisotto@unoesc.edu.br.

⁴ Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: juliana.biasi@unoesc.edu.br.

⁵ Universidade de Lisboa – Faculdade de Arquitetura de Lisboa. E-mail: inara@edu.ulisboa.pt.

servirá como base para realização da próxima etapa: o desenvolvimento do anteprojeto arquitetônico do Centro de Atenção Psicossocial de tipo II da cidade de Caçador SC.

Palavras-chave: Caçador. CAPS. Transtornos mentais. Arquitetura.

1 INTRODUÇÃO

O centro de atenção Psicossocial (CAPS), é um dos serviços abertos e comunitários prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que se tornou uma rede extra-hospitalar destinada a atendimentos diários e técnicas humanizadas, no objetivo de tratar e reintegrar indivíduos adultos com transtornos mentais a sociedade. (MINISTERIO DA SAÚDE, 2004).

Segundo a pesquisa do IBGE realizada em 2010 na cidade de Caçador, a população estimada para o ano de 2018 seria 77.863 mil habitantes, o que justifica o CAPS ser de tipo II, já que o mesmo é indicado para cidades com população entre 70 e 200 mil habitantes, enquanto o de tipo I é destinado a cidades com população entre 20 e 70 mil Habitantes.

As criações dos centros de atenção psicossocial tiveram como principal motivação a busca por um ambiente de tratamento em que as pessoas com transtornos mentais não fossem desassociadas da sociedade, mesmo em fase de tratamento que elas pudessem interagir e conviver com suas famílias, a sociedade e o meio ao seu redor.

A mudança na forma de ver um indivíduo com transtornos psiquiátricos começou a ocorrer no Brasil na década de 70, com o início da reforma psiquiátrica. Um intenso movimento social, iniciado por trabalhadores de saúde mental, que buscavam a melhoria da assistência no Brasil e denunciavam a situação precária dos hospitais psiquiátricos iniciou a criação desses CAPS (MINISTERIO DA SAÚDE, 2004).

Também fruto da reforma psiquiátrica o primeiro CAPS surge em São Paulo, no ano de 1986. Desde então em demonstrando efetividade na substituição de longas internações por um tratamento que envolve os pacientes suas famílias e a comunidade com a devida atenção necessária, recuperando e reintegrando socialmente o indivíduo com sofrimento psíquico (SCHRANK, 2006).

Anos após o surgimento do primeiro CAPS é criada, em 2001, a lei 10216/01, (Lei da Reforma Psiquiátrica), sendo outro importante passo desse processo responsável por garantir a dignidade e respeito para as pessoas com transtornos mentais.

Em 19 de fevereiro de 2002 surge a portaria nº 336, responsável pelas diretrizes de funcionamento dos CAPS, considerando que seja 45 o número máximo de pacientes a serem atendidos por dia em uma unidade de CAPS II. Esse valor é extrapolado pelo CAPS II de Caçador, segundo dados obtidos pela instituição (FAVARÃO, 2019, entrevista). Portanto a estrutura existente não garantiria um atendimento adequado nem mesmo a esses 45 pacientes.

Atualmente o CAPS II de Caçador funciona em um edifício alugado pela prefeitura municipal, que possui três pavimentos, sendo um deles subsolo, não possui espaço adequado para atividades físicas, e nem tem uma área destinada a convívio social ou áreas de lazer, os consultórios são improvisados, e os vestiários foram adaptados em banheiros já existentes. O edifício não apresenta um espaço adequado ao uso como cozinha, e nem mesmo como lavanderia.

O local destinado às oficinas é precário, sendo que algumas destas não são realizadas por falta de profissionais. O setor administrativo está localizado no último pavimento, ao lado da cozinha, em salas divididas sem acústica necessária, mesma situação dos consultórios médicos. A circulação que une os três pavimentos se faz por uma escada em madeira, sem segurança ou acessibilidade adequada. Nenhum dos espaços atende

as exigências propostas pelo Ministério da Saúde no manual ⁶ para elaboração de projetos dos CAPS.

Nesse espaço, o CAPS II tem cadastrados cerca de 380 pacientes atualmente (FAVARÃO, 2019, entrevista), essas pessoas precisam de um ambiente acolhedor, que possibilite circulação facilitada, que supram todas as suas necessidades, desde consultórios médicos, vestiários a oficinas e locais de lazer e descanso. Além de ser um local que possibilite integrar elas ao restante da sociedade e não isolar ainda mais.

Diante disto, objetiva-se com esse trabalho desenvolver um estudo para elaboração de anteprojeto de uma edificação destinada ao CAPS II de Caçador/SC. Desta forma o trabalho irá abordar em um primeiro momento o histórico das instituições de tratamento psiquiátrico no Brasil, desde os hospitais psiquiátricos, o processo da reforma psiquiátrica, seguindo até o momento de surgimento dos primeiros CAPS. Após a etapa de entendimento histórico, é feito um estudo sobre funcionamento da instituição, como quais são os profissionais envolvidos, as atividades são desenvolvidas e necessárias, quantos e quais são os tipos de ambientes que possibilitem atender todas as necessidades do local.

Em seguida são apresentados estudos de caso pertinentes ao projeto, utilizados como bases referenciais para entendimento e criação do espaço a ser projetado, a partir dos estudos de caso e das informações antes apresentadas sobre o funcionamento do CAPS foram realizados o organograma, fluxograma e programa de necessidades do projeto. Por fim é elaborado um estudo preliminar de possíveis terrenos para implantação do projeto, analisando condicionantes climáticas, legislações pertinentes, o programa de necessidades e considerando também que o CAPS deve

⁶ MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Centros de atenção psicossocial e unidades de acolhimento como lugares da Atenção Psicossocial nos Territórios**. Brasília, 2015.

preferencialmente estar em uma região central de fácil acesso permitindo a integração do edifício e dos pacientes com a sociedade.

2 O QUE É O CAPS E CAPS DE TIPO II

O Centro de Atenção Psicossocial é um serviço de saúde aberto e comunitário do Sistema Único de Saúde, sendo referência no tratamento de pessoas que sofrem de transtornos mentais como psicoses, neuroses graves e outras doenças que justifiquem a permanência em um dispositivo de cuidado intensivo, comunitário e personalizado (MINISTERIO DA SAÚDE, 2004).

Como visto anteriormente estes centros nasceram da busca por tratamentos dignos, sendo seus principais objetivos a inclusão do indivíduo com transtornos a sociedade, tratamento que integre a família, busca por dignidade e respeito a essas pessoas e principalmente evitando internações. Partindo desses princípios, os CAPS visam: Atendimento em regime diário, gerenciar projetos terapêuticos, promover inserção social através de projetos de integração, dar suporte e supervisionar a rede básica de saúde mental, regular a entrada dos pacientes a rede de saúde mental, supervisionar unidades hospitalares psiquiátricas e atualizar a lista de pacientes (MINISTERIO DA SAÚDE, 2004).

Existem várias modalidades de CAPS, como CAPS de tipo I, II e III, CAPSi e CAPSad. Como o estudo aos centros de atenção psicossocial de tipo II, eles são destinados a pessoas em intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes, que impossibilitem estabelecer laços sociais e realizar projetos de vida. São indicados para cidades em que a população seja de 70.000 a 200.000 habitantes (MINISTERIO DA SAÚDE, 2015).

A portaria nº 336 de 19 de fevereiro de 2002 considera como número máximo de pacientes a serem atendidos por dia em uma unidade de CAPS II é de 45 pacientes. A equipe de profissionais deve ser formada por: 1 médico

psiquiatra, 1 enfermeiro com formação em saúde mental, 4 profissionais de nível superior como: psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, pedagogo, professor de educação física ou outro profissional necessário ao projeto e 6 profissionais de nível médio, sendo: técnico ou auxiliar de enfermagem, técnico administrativo, técnico educacional e artesão (MINISTERIO DA SAÚDE, 2004).

3 PÚBLICO-ALVO E AMBIENTES DO CAPS II

O centro de atenção Psicossocial, de tipo II, localizado na cidade de Caçador SC, tem como objetivo o tratamento para indivíduos adultos com transtornos mentais. O principal tipo de transtorno que o CAPS II de Caçador trata são psicoses, transtorno que acarreta alucinações e delírios, fazendo com que o paciente perca a noção da realidade.

A edificação a ser projetada deve atender as normas de acessibilidade, levando em conta que as condições de cada paciente são diferentes e ainda atendendo as exigências da ANVISA por ser uma edificação destinada a uso na área da saúde.

Com isso, realizou-se um programa de necessidades como referência de ambientes para a formação do anteprojeto de um Centro de atenção Psicossocial, que tem como objetivo identificar quais são os espaços necessários e suas finalidades para que a estrutura da edificação atenda os pacientes e profissionais envolvidos. O programa de necessidades foi gerado a partir das orientações do Ministério da Saúde ⁷ para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação do CAPS.

Assim, ele foi dividido em cinco setores, sendo eles: social, saúde, funcionários, administrativo e de serviços. O setor social abriga o espaço para acolhimento, sala de atividades coletivas, convivência, sanitários públicos, refeitório e área externa de convivência. O setor de Saúde compreende os espaços destinados ao tratamento

⁷ MINISTERIO DA SAÚDE. **Centros de atenção psicossocial e unidades de acolhimento como lugares da Atenção Psicossocial nos Territórios**. Brasília, 2015.

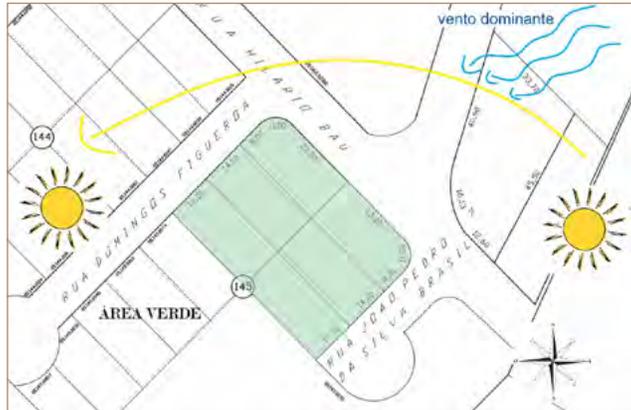
direto e individual dos pacientes, sendo eles: salas de atendimento individualizado, posto de enfermagem, farmácia, sala de aplicação de medicamentos e quarto coletivo com acomodações individuais. O setor de funcionários possui espaço destinado única e exclusivamente para funcionários, sendo ele composto pelos banheiros com vestiários, além do hall de entrada com relógio ponto. Quanto ao setor administrativo, responsável pelo funcionamento geral do CAPS II, possui sala administrativa, de reunião e arquivo. No setor de serviços estão inclusos: almoxarifado, cozinha, sala de utilidades, área de serviço, rouparia, depósito de material de limpeza e abrigo temporário de resíduos. Todos esses ambientes totalizaram 1.153,98 metros quadrados de área construída.

4 ANÁLISE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

O município de Caçador está localizado no meio oeste de Santa Catarina, distante 396km da capital do estado, Florianópolis. Possui cerca de 77.863 mil habitantes (IBGE, 2018), é considerada a capital industrial do Meio Oeste, com cerca de 290 indústrias em diversos setores, destacando o setor de transportes, madeireiras, plástico, couro e confecções. No ramo da agricultura já chegou a ser considerado o maior produtor de tomate do Sul do Brasil, destacando ainda a produção de uva, vinho, pêssego, pimentão e milho (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, 2018).

O terreno escolhido (Figura 1) para realizar a implantação do anteprojeto conta com aproximadamente 2.580 metros quadrados de área e está em declive em relação ao nível da rua, sendo localizado em um loteamento recente que ainda está recebendo modificações em sua estrutura. O terreno se encontra em um bairro residencial, com a maioria dos terrenos do loteamento ainda vazios. Foram gerados estudos criteriosos sobre a topografia, entorno, zoneamento, sistema viário, infraestrutura urbana e condicionantes físicas e ambientais em relação ao terreno.

Figura 1 - Terreno e análises climáticas



Fonte: Mapa da prefeitura de Caçador, adaptado pela autora (2019).

O programa de necessidades gerou os espaços mínimos necessários para a edificação e o pré-dimensionamento as áreas que cada setor demandaria. A partir destas análises gerou-se um estudo de manchas (Figura 2) considerando a setorização das áreas assim como os principais acessos.

Figura 2- Estudo de manchas



Fonte: Mapa da prefeitura de Caçador, adaptado pela autora (2019).

5 CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO

Tendo como público-alvo pessoas com transtornos mentais, mas também buscando atingir aos familiares e a comunidade, apresenta como forma de tratamento. A proposta arquitetônica é gerar um projeto que acolha a comunidade como um todo, transmitindo para os pacientes a sensação de estarem integrados ao meio que vivem.

A palavra-chave ao longo de todo o estudo sobre os Centros de Atenção Psicossocial foi Reintegração⁸, e o conceito do projeto não poderia ser diferente. O CAPS possui como um dos tratamentos principais oficinas de integração, trabalhos com a comunidade e atividades que envolvam a família. Hoje eles possuem deficiência nessa parte por não ter um espaço destinado a esses fins, o projeto da nova edificação vai contemplar espaços internos e externos de reintegração social adotando medidas descritas no partido arquitetônico como forma de atingir esse objetivo.

O conceito de reintegração parte da premissa de existirem espaços destinados ao convívio dos pacientes, com a família a sociedade e entre eles mesmos e o partido busca formas e materiais que fomentem essa necessidade.

O projeto buscará contemplar linhas horizontais, diminuindo ao máximo circulações verticais, facilitando a locomoção dos pacientes pela edificação. Os espaços de usos sociais terão grandes vãos abertos buscando uma integração interior/exterior além de facilitar o convívio dos indivíduos que farão uso do espaço.

O exterior do projeto contará com espaços para interação, rodeados de muita vegetação, a natureza é um aspecto muito importante para saúde mental, uma vez que transmite a sensação de tranquilidade e relaxa a mente do

⁸ Conforme Aurélio reintegração é definida como: "Restabelecer alguém na posse de um bem". (AURELIO, 2004, p. 694).

indivíduo. Esses espaços serão destinados a atividades em grupos, podendo ter participação da comunidade e dos familiares.

Internamente o espaço deverá ser acolhedor, nessa etapa é importante retomar o estudo de caso do Hospital do Rocio em que os arquitetos usam as cores como uma forma de amenizar o ambiente hospitalar. Porque as cores através das sensações que causam podem influenciar no indivíduo, assim como mudar um espaço tornando-o mais agradável para o convívio das pessoas.

Cada vez mais estudos indicam que as cores podem favorecer o bem-estar de indivíduos em tratamentos para a saúde. A ciência que utiliza as cores e suas vibrações para restabelecer o equilíbrio do corpo físico e espiritual é chamada de cromoterapia (TEODORO, 2010).

Além das cores alguns materiais como vidro e madeira estarão presentes, o vidro como peça-chave de comunicação do interior do edifício com o exterior ainda possibilitando iluminação natural e a madeira que transmite sensação de aconchego, gerando um ambiente acolhedor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo desenvolver uma pesquisa alcançando como produto final a realização de um anteprojeto arquitetônico destinado ao Centro de Atenção Psicossocial de tipo II da cidade de Caçador SC.

Inicialmente através do referencial teórico foi possível analisar os fatos históricos que culminaram na reforma psiquiátrica até o momento de surgimento dos CAPS. A partir desse momento foram geradas pesquisas importâncias como qual a função do CAPS, os diferentes tipos de CAPS e seus objetivos, as legislações pertinentes, seu papel na sociedade, sua importância para a família e para os pacientes, as formas e tipos de tratamentos. Essa etapa teve grande valor na busca por conhecer as partes

integrantes do tema e conhecer melhor o público-alvo para qual o projeto será destinado.

Tendo como base o manual do ministério da Saúde para reformas, ampliações e construções dos CAPS foi gerado um programa de necessidades mínimo, dividido em setores e através dele um pré-dimensionamento de áreas mínimas necessárias para o projeto. Com o total de áreas mínimas necessárias foi iniciado a busca por terrenos, a própria prefeitura de Caçador indicou um como possível potencial para futuramente abrigar a edificação do novo CAPS, contudo o terreno escolhido foi outro, localizado muito próximo ao indicado pelo poder público municipal, contudo este possui uma área territorial maior e condições descritas no estudo que o favorecem em relação ao outro.

Esse projeto tem como intuito claro atingir o dia a dia dos pacientes com transtornos mentais que fazem uso dos tratamentos ofertados pelo CAPS de Caçador. Foi buscado olhar para um âmbito social que normalmente é esquecido, buscando proporcionar uma melhoria na vida dessas pessoas. Que eles possam ter um espaço adequado para realizar suas atividades e tratamentos e que este seja atrativo e transparente na forma, entorno e interior a reintegração social que o CAPS tanto busca fornecer.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria GM n. 336, de 19 de fevereiro de 2002. Portaria que define e estabelece diretrizes para o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 19 fev. 2002. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html. Acesso em: 09 mar. 2019.

CAÇADOR. Prefeitura Municipal de Caçador. **História**. Disponível em: <https://www.cacador.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/107375>. Acesso em: 20 mai. 2019.

DICIONÁRIO MINI AURÉLIO. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

FAVARÃO, Renata. **Caps II de Caçador SC**. Caçador, 11 mar. 2019. Entrevista concedida a Pauline Zanotti Pares.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Projeção da população 2018**: Brasil. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/cacador>. Acesso em: 19 mar. 2019.

MINISTERIO DA SAÚDE. **Saúde mental no SUS**: Os centros de atenção psicossocial. Brasília, 2004.

MINISTERIO DA SAÚDE. **Centros de atenção psicossocial e unidades de acolhimento como lugares da Atenção Psicossocial nos Territórios**. Brasília, 2015.

SCHRANK, Guisela. **O Centro de Atenção Psicossocial e a inserção da família**. 2006. 114 p. Dissertação (Mestrado em enfermagem) – Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

TEODORO, Wagner Luiz Garcia. **Depressão**: corpo, mente e alma. 3. ed. Uberlândia, 2010. 240 p.